

Relatório de Desempenho Físico Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza

Fortaleza - Ce
Janeiro a Dezembro de 2016
Volume I



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão



CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL - CCPIS

Hugo Santana de Figueirêdo Júnior
Presidente

Josbertini Virgínio Clementino
Vice-Presidente

Secretaria do Planejamento e Gestão	Hugo Santana de Figueirêdo Júnior Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho Suplente: Marcus Augusto Vasconcelos Coelho
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino Suplente: Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
Casa Civil	Alexandre Lacerda Landim Suplente: Francisco José Moura Cavalcante
Secretaria da Saúde	Henrique Jorge Javi de Sousa Suplente: Marcos Antônio Gadelha Maia
Secretaria da Educação	Antônio Idilvan de Lima Alencar Suplente: Antonia Dalila Saldanha de Freitas
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos Piúba Suplente: Maria do Socorro Sampaio Flores
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco José Teixeira Suplente: Wilson Vasconcelos Brandão Júnior
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda Suplente: Nagyla Maria Galdino Drumonnd
Secretaria das Cidades	Lúcio Ferreira Gomes Suplente: Francisco Quintino Vieira Neto
Secretaria do Esporte	José Jeová Souto Mota Suplente: Gotardo Gomes Gurgel Júnior
Conselho Estadual da Assistência Social	Lúcia Elisabeth Moura Rodrigues Suplente: Antônio Sérgio da Silva Anastácio
Cons. Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente	Fábio César Aidar Beneduce Suplente: Patrícia Amorim Teixeira Loureiro
Conselho Estadual de Educação	José Linhares Ponte Suplente: Ada da Pimentel Gomes Fernandes Vieira
Conselho Estadual de Saúde	Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa Gomes Suplente: Antonio Cleyton Martins Magalhães
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará	Francisca Malvinier Macedo Suplente: Helena Selma Azevedo
Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará	Francisco Nilson Freitas Suplente: Nicolas Arnaud Fabre



COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL

José de Lima Freitas Júnior

Célula de Análise e Monitoramento de Projetos do FECOP

Zaira Caldas Oliveira
Maria Veirislene Lavor Sousa
Márcia Maria Soares Gurgel
Ana Zuleica Sousa Rodrigues
José Artur Vasconcelos Lima

Célula de Controle e Acompanhamento Financeiro do FECOP

Apolônia Maria Bezerra de Almeida
João Batista Rolim
Bruno Henrique Menezes de Souza

Apoio Técnico

Silvana Jereissati Pereira

Fortaleza, 30 de dezembro de 2016.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 6

INTRODUÇÃO, 8

1. FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA – FECOP: CONCEPÇÃO, ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO E PÚBLICO-ALVO, 10

- 1.1 Conceção, 10
- 1.2 Estratégia de Atuação, 13
- 1.3 Público-Alvo, 14

2. ROL DOS RESPONSÁVEIS, 16

- 2.1 Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, 16
- 2.2 Gerência Executiva do FECOP – GEF, 34

3. DESEMPENHO FINANCEIRO DO FUNDO, 38

- 3.1 Arrecadação, 38
- 3.2 Liberação dos Recursos, 41
- 3.3 Aplicação dos Recursos, 44
- 3.4 Relatório Financeiro, 47
- 3.5 Alocação dos Recursos por Setorial, 49
- 3.6 Aplicação dos Recursos por Função de Governo, 50
- 3.7 Aplicação dos Recursos por Macrorregião, 53
- 3.8 Aplicação dos Recursos por Programa de Governo, 60

4. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS SETORIAIS, 66

- 4.1 Conselho Estadual de Educação - CEE, 66
- 4.2 Gabinete do Governador - GABGOV, 72
- 4.3 Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA, 82
- 4.4 Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECITECE, 88
- 4.5 Secretaria da Cultura - SECULT, 112
- 4.6 Secretaria da Educação - SEDUC, 120
- 4.7 Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA, 140
- 4.8 Secretaria da Saúde - SESA, 146
- 4.9 Secretaria das Cidades - SCIDADES, 159
- 4.10 Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, 229
- 4.11 Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG, 256
- 4.12 Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, 263
- 4.13 Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH, 299
- 4.14 Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD, 314

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 319

6. RECOMENDAÇÕES, 321

Anexos

1. Relação de Projetos por Secretarias e Municípios

- Conselho Estadual de Educação - CEE
- Gabinete do Governador - GABGOV
- Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA
- Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECITECE
- Secretaria da Cultura - SECULT
- Secretaria da Educação - SEDUC
- Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA
- Secretaria da Saúde - SESA
- Secretaria das Cidades - SCIDADES
- Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
- Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
- Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH
- Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD

2. Cópias das Atas das Reuniões do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS

3. Cópias das Resoluções do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS

4. Cópias das Publicações dos Relatórios Financeiros Trimestrais do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

5. Cópias dos Extratos Bancários do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP

Apresentação

O presente Relatório de Desempenho Físico Financeiro da Gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, consubstanciado pelos princípios constitucionais que norteiam a realização das ações da Administração Pública do Estado do Ceará, ora se apresenta para fins de pleno cumprimento dos comandos legais dispostos no art. 6º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), e no art. 13, inciso VII, do Decreto Estadual nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009).

O seu objetivo primaz é o de dar publicidade à alocação e uso dos recursos do sobredito Fundo Especial de Gestão, notadamente quanto ao período de Janeiro a Dezembro de 2016, incumbência própria do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, em atenção à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – ALCE, à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, e ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, obedecido o prazo de 60 (sessenta) dias, após o encerramento do semestre.

A legislação vigente recomenda, às Secretarias de Estado, a responsabilidade para que seja promovida a devida prestação de contas, nos moldes ali estabelecidos, notadamente junto a Gerência Executiva do FECOP – GEF, que, por sua vez, encontra-se plasmada na Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, unidade administrativa compreendida no âmbito da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, conforme Decreto nº 31.262, de 31/07/2013 (DOE de 01/08/2013), o qual alterou a estrutura organizacional da mencionada Secretaria Setorial.

Por sua vez, compete à Gerência Executiva do FECOP – GEF, extrair todas as informações relativas à aplicação dos recursos do aludido Fundo, e, bem assim, aos resultados quantitativos e qualitativos alcançados por cada Secretaria de Estado, condensando-as, discriminadamente, num único documento, de modo a estabelecer um demonstrativo periódico, relativo ao desempenho das ações desenvolvidas pela Gestão do Fundo, de modo a viabilizar a conferência de seus impactos frente à redução da pobreza e da desigualdade social no Estado do Ceará.

Sem prejuízo de outros elementos que subsidiam a consolidação do presente documento, tem-se neste Relatório uma base fundamental, para que o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instância máxima administrativa do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, retrate, comprovadamente, o fiel desempenho físico-financeiro, desencadeado por todo o período em alusão, objeto deste instrumento, constituído, também, como ferramenta estratégica para o combate aos mecanismos da geração de pobreza e de desigualdades sociais.

Este instrumento cumpre todas as exigências legais pertinentes, especialmente perante os órgãos de controle (externo e interno) do Estado do Ceará, ficando o mesmo à plena disposição da sociedade cearense, em observância aos primados da publicidade, da transparência pública, do controle social e da accountability, através da página eletrônica oficial do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP (<http://fecop.seplag.ce.gov.br>).

Introdução

Desde o seu advento, por ocasião da criação da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, vem se consolidando como um mecanismo de referência no Estado do Ceará, cuja missão institucional é fomentar a realização de ações governamentais estratégicas, que possibilitem aos pobres, e extremamente pobres, a efetiva garantia do acesso a níveis dignos de subsistência, tendo como finalidade a melhoria da qualidade de vida desta população.

No decorrer do período de janeiro a dezembro de 2016, compreendendo a participação de 14 Secretarias de Estado, foram deliberados 269 projetos, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, dos quais 34 foram cancelados, resultando um total de 235 projetos aprovados, num valor correspondente a R\$ 596.788.292,60 (quinhentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais, e sessenta centavos).

Deste valor foram empenhados R\$ 571.232.994,01 (quinhentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, e um centavo), correspondendo a 95,72% (noventa e cinco vírgula setenta e dois por cento), em relação ao que fora aprovado, tendo sido efetivamente pago R\$ 557.772.821,42 (quinhentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais, e quarenta e dois centavos), num equivalente a 93,46% (noventa e três vírgula quarenta e seis por cento), também, em relação ao valor aprovado.

Neste mesmo período, foram arrecadados R\$ 520.798.912,77 (quinhentos e vinte milhões, setecentos e noventa e oito mil, novecentos e doze reais, e setenta e sete centavos), que, somados aos rendimentos provenientes de sua aplicação, correspondentes a R\$ 10.580.829,58 (dez milhões, quinhentos e oitenta mil, oitocentos e vinte e nove reais, e cinquenta e oito centavos), totalizaram uma receita no montante de R\$ 531.379.742,35 (quinhentos e trinta e um milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e dois reais, e trinta e cinco centavos).

Cumprir considerar que além do valor efetivamente pago (R\$ 557.772.821,42), também foram honrados R\$ 49.410.957,34 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e dez mil, novecentos e cinquenta e sete reais, e trinta e quatro centavos), a título de Restos a Pagar, relativos aos exercícios de 2014 e 2015, perfazendo um total de pagamento de R\$ 607.183.778,76 (seiscentos e sete milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e setenta e oito reais, e setenta e seis centavos).

Ao final de 2015, restou um Saldo na Conta do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, no valor de R\$ 94.098.616,17 (noventa e quatro milhões, noventa e oito mil, seiscentos e dezesseis reais, e dezessete centavos), importância esta que suplementou a receita de R\$ 531.379.742,35 (quinhentos e trinta e um milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e dois reais, e trinta e cinco centavos), fazendo honrar o pagamento de todas as despesas em 2016.

Com efeito, registre-se que as ações realizadas, mediante políticas, programas e projetos executados com o apoio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, resultaram em significativos benefícios, assistenciais e estruturantes, em prol do seu público-alvo, possibilitando melhorias significativas das condições de vida daqueles que ainda se encontram em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Estado do Ceará.

Da população total do Estado do Ceará, composta de 8.452.381 pessoas, tem-se uma população de pobres estimada em 4.479.607 pessoas, compreendendo-se, dentro deste universo, 1.502.924 pessoas extremamente pobres, populações nas quais foram concentradas as ações realizadas pela Gestão do Fundo, no período de janeiro a dezembro de 2016, com geração de benefícios significativos para os mais vulneráveis, observada a distribuição quantitativa de pessoas beneficiadas, conforme informado, mediante Mensagens e Relatórios inclusos, por cada órgão setorial envolvido.

1. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP: concepção, estratégia de atuação e público-alvo.

1.1 Concepção

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, criado através da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), e regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009), trata-se de um Fundo Especial de Gestão, de natureza contábil, cuja finalidade consiste em viabilizar, para a população pobre, e extremamente pobre, do Estado do Ceará, acesso a níveis dignos de subsistência, mediante a aplicação de recursos em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, combate à seca, e, bem assim, em outros programas de relevante interesse social, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida.

Referido Fundo é constituído por uma reserva de receitas, cujos produtos se vinculam à realização da aludida finalidade, composta com os seguintes recursos:

- a) parcela do produto da arrecadação correspondente ao adicional de dois pontos percentuais, na alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, incidente sobre os produtos e serviços especificados na Lei Complementar nº 37/2003, com suas respectivas alíquotas;
- b) dotações orçamentárias, em limites definidos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;
- d) receitas decorrentes da aplicação dos seus recursos;
- e) outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

São princípios norteadores das ações desencadeadas em cumprimento da finalidade do Fundo:

- a) transparência;
- b) participação;
- c) controle;
- d) sustentabilidade;
- e) responsabilidade social;
- f) efetividade,

sendo diretrizes de atuação deste mesmo Fundo:

- a) atenção integral para superação da pobreza e redução das desigualdades sociais;
- b) acesso de pessoas, famílias e comunidades a oportunidade de desenvolvimento integral;
- c) fortalecimento de oportunidades econômicas e de inserção de pessoas na faixa economicamente ativa do setor

produtivo; e, d) combate aos mecanismos de geração da pobreza e de desigualdades sociais.

Promover transformações estruturais, que possibilitem o combate à pobreza; reduzir sistematicamente a pobreza no Estado do Ceará; assistir às populações vulneráveis, que se situam abaixo da linha da pobreza, potencializando programas e projetos, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais, para a melhoria das condições de vida; e garantir a sobrevivência digna, investindo no capital humano, social e físico-financeiro das pessoas pobres e extremamente pobres, são os objetivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

O seu público-alvo compreende, notadamente, os pobres e os extremamente pobres. Considera-se pobre toda pessoa, grupo ou família(s), que apresente(m) privação(ções) acentuada(s) dos elementos básicos para sobrevivência digna, a exemplo de alimentação, habitação e vestuário, desde que, também, situados abaixo da linha de pobreza (renda mensal inferior a meio salário mínimo, por membro do núcleo familiar), cuja comprovação destas condições ocorre mediante documentação, que demonstre o estado de pobreza, conforme as exigências contidas na Lei nº 14.859, de 28/12/2010 (DOE de 06/01/2011). Por sua vez, tem-se como extremamente pobres, pessoas, grupos ou famílias, com renda familiar per capita mensal de até R\$ 77,00 (setenta e sete reais), na conformidade do Decreto Federal nº 8.232, de 30/04/2014 (DOU de 02/05/2014).

Os benefícios são gerados através da efetivação de Programas Assistenciais, que priorizam ações direcionadas aos pobres crônicos, ou grupos mais vulneráveis, com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre; e de Programas Estruturantes, destinados a população pobre, para proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social, sendo suas ações voltadas para educação, ocupação e renda, infra-estrutura e participação social, e que possibilite a migração da condição de pobre para não pobre.

A gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, é genuinamente democrática, constituída numa gestão tripartite, por abranger interveniências de ordem administrativa, financeira e operacional, como condutoras da realização da sua missão institucional, qual seja, viabilizar o acesso a níveis dignos de subsistência, mediante a aplicação de recursos em ações suplementares, de modo a promover

a melhoria da qualidade de vida dos pobres e extremamente pobres. Dela participam seis atores institucionais, organismos estabelecidos no âmbito da estrutura legal da Administração Pública Estadual, contribuidores do planejamento, da coordenação, da execução, do controle, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas inerentes ao cumprimento da referida missão, a saber: o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, a Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, a Gerência Executiva do Fecop – GEF (gestão administrativa), a Secretaria da Fazenda – SEFAZ (gestão financeira), as Secretarias Estaduais e os Parceiros Locais (gestão operacional).

A operacionalização deste Fundo Especial de Gestão ocorre através da condução de Projetos, decorrentes de demandas sociais, apresentados pelas Secretarias Setoriais, com competência institucional para delas cuidar, os quais tenham por objetivo a obtenção de recursos necessários para as suas execuções, e, por conseguinte, a satisfação das referidas demandas, demandas estas que desafiam a migração da condição de pobre para não pobre. Estes Projetos, enquadrados em um dos Programas do Fundo (Assistenciais e Estruturantes), devem está alinhados a finalidade, aos princípios, as diretrizes, aos objetivos e ao público-alvo do Fundo, e, bem assim, submetidos à apreciação do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, que, em aprovando-os, permite com que os Projetos sejam prontamente executados pelas Secretarias de Estado competentes, mediante recursos transferidos a estas, pela Secretaria da Fazenda – SEFAZ.

Enquanto obrigação legal, que tem todo Agente Público, em comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, por meio da prestação de contas, no âmbito do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, ela acontece em três momentos distintos: a) inicialmente, entre Parceiros Locais e Secretarias Setoriais; b) por conseguinte, entre Secretarias Setoriais e Gerência Executiva do Fecop – GEF; e, c) posteriormente, entre o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, e os órgãos de controle (interno e externo), compreendendo-se nesta obrigação demonstrar, tanto a correta aplicação dos recursos originários do Fundo, como a obtenção dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados.

A título de sanção, tem-se, como penalidade administrativa, a suspensão de recurso financeiro advindo do Fundo, notadamente quando: a) a prestação de

contas estiver atrasada; b) existir pendências na prestação de contas; e, c) houver irregularidades técnicas constatadas pela Gerência Executiva do Fecop – GEF, durante o monitoramento do Projeto, sem prejuízo da aplicação de demais sanções administrativas, civis e penais.

1.2 Estratégia de Atuação

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, atua no apoio financeiro, integral ou complementar, de Projetos demandados pela comunidade, bem como, resultantes de propostas técnicas, decorrentes da identificação de problemas ou oportunidades.

Mencionados Projetos são apresentados pelas Secretarias de Estado, conforme padronização prevista em Roteiro próprio, à Gerência Executiva do FECOP – GEF, ora plasmada na Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e a Inclusão Social – CCOPI, da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Após a apresentação de cada Projeto, segue-se a sua análise, sob os pontos de vista formal e material, à luz da legislação pertinente, pelo que se expede Parecer Técnico, meramente opinativo, naquilo que diz respeito a existência, ou não, de viabilidade técnica.

Posteriormente, em existindo viabilidade técnica, o Projeto é submetido ao crivo do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPI, para fins de deliberação, no sentido de aprová-lo ou rejeitá-lo, cuja decisão é consubstanciada através de Resolução.

Rejeitado o Projeto, arquiva-se o mesmo.

Aprovado o Projeto, necessário se faz que o Comitê de Gestão por Resultado e Gestão Fiscal – COGERF, conhecendo da Resolução do Conselho, delibere no sentido de autorizar a concessão de recursos financeiros, total ou parcialmente, conforme disponibilidade contida na respectiva Fonte.

Autorizada a concessão, segue-se a fase de implantação, total ou parcial, das parcelas que custearão a execução do Projeto, conforme deliberação expedida

pelo Comitê de Gestão por Resultado e Gestão Fiscal – COGERF, e, bem assim, liberação das respectivas parcelas.

A cada parcela recebida, incumbe ao órgão setorial promover a prestação de contas, perante a Gerência Executiva do FECOP – GEF, quanto à execução do projeto, seja no tocante ao aspecto da aplicação dos recursos, seja no que diz respeito aos resultados, quantitativa e qualitativamente, alcançados.

As ações apoiadas pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, objetivam contribuir, estrategicamente, para a superação da pobreza e a erradicação das desigualdades sociais, através de políticas públicas includentes, implementadas com foco na geração de resultados capazes de melhorar a qualidade de vida das pessoas compreendidas no público alvo do Fundo Especial de Gestão.

1.3 Público-Alvo

O Público-Alvo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, compreende os pobres e os extremamente pobres.

São considerados pobres, para efeito de inscrição em programas sociais, e para fins de obtenção de benefícios junto ao Estado do Ceará, toda pessoa, grupo ou família(s), que apresente(m) privação(ções) acentuada(s) dos elementos básicos para sobrevivência digna, a exemplo de alimentação, habitação e vestuário, situados abaixo da linha de pobreza (renda mensal inferior a meio salário mínimo, por membro do núcleo familiar), cuja comprovação desta condição ocorre mediante documentação, que demonstre este estado, conforme as exigências contidas na Lei nº 14.859, de 28/12/2010 (DOE de 06/01/2011).

Em seu turno, tem-se, como extremamente pobres, a população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 77,00 (setenta e sete reais), conforme preconiza o Decreto Federal nº 8.232, de 30/04/2014 (DOU de 02/05/2014), que alterou o Decreto Federal nº 7.492, de 02/06/2011 (DOU de 03/06/2011), instituidor do Plano Brasil Sem Miséria.

Cumprе considerar, entretanto, o fato de que existe a necessidade de que se compreenda a pobreza, não tão somente sob o prisma eminentemente

econômico, uma vez que a pobreza deriva de diversos outros fatores, o que a torna multidimensional. Porquanto, imperioso se faz identificar os pobres, e os extremamente pobres, também contemplando demais condições além do critério da renda.

Nesse sentido, consta, do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, expedido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a observação de que *“as dimensões da pobreza vão muito para além de rendimentos inadequados, abrangendo a saúde e a nutrição deficientes, um baixo nível de educação e competências, meios de subsistência inadequados, más condições de habitação, exclusão social e falta de participação”*, de maneira que, afetando pessoas no mundo inteiro, e colocada em grande destaque no cenário mundial, a pobreza é multifacetada, e, por isso, multidimensional.

Dito isto, caber registrar que, a partir da publicação do destacado Relatório, o Índice de Pobreza Multidimensional – IPM, tornou-se um popular mecanismo de medição da pobreza multidimensional, o qual leva em conta as variáveis das privações de direitos sociais, que não somente o fator da renda.

Nos anos recentes, diversos estudiosos acerca do tema tendem a concordar com uma definição mais abrangente de pobreza, considerando-a como privação do bem-estar, e ausência dos elementos necessários que permitam às pessoas levarem uma vida digna, em uma determinada sociedade. Sob este aspecto, a ausência de bem-estar está associada à insuficiência de renda e a condições precárias de nutrição, saúde, educação, moradia, acesso a bens de consumo e direitos de participação na vida social e política da comunidade em que vivem.

2. ROL DOS RESPONSÁVEIS

2.1 CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL - CCPIS

2.1.1 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Titular: Hugo Santana de Figueirêdo Júnior - **Presidente**

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 074.179.208-70

Endereço Residencial: Rua Andrade Furtado, 1601 - Apto. 701 - Papicu, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.192-072

Fone: (85) 3265-6053

Endereço Comercial: Secretaria do Planejamento e Gestão - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque de Lima, s/n - Ed. SEPLAG, 3º Andar - Cambéba, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.830 -120

Fone: (85) 3101-4520

E-mail: hugo.figueiredo@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira

Decreto de Nomeação: nº 31.180 **Data:** 12/04/2013 **Publicação:** 16/04/13

CPF: 048.393.663-49

Endereço Residencial: Rua Lourival Correia Pinho, 445 - Parque Manibura, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.821-720

Fone: (85) 3271-3470 / 9.8879-7556

Endereço Comercial: Secretaria do Planejamento e Gestão - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque de Lima, s/n - Ed. SEPLAG, 3º Andar - Cambéba, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.830 -120

Fone: (85) 3101-4519

E-mail: carlos.eduardo@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.2 SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS

Titular: Josbertini Virgínio Clementino – **Vice-Presidente**

Decreto de Nomeação: nº 31.354 **Data:** 02/22/2013 **Publicação:** 05/12/13

CPF: 773.684.513 -72

Endereço Residencial: Rua Silva Paulet, 2140 - Apto 201 - Aldeota, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.120-021

Fone: (85) 9.9939-5255

Endereço Comercial: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.130 -160

Fone: (85) 3101-4601 / 3101-4597

E-mail: josbertini.clementino@stds.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Glória Francisca Burlamaqui Carvalho

Decreto de Nomeação: nº 31.354 **Data:** 02/12/2013 **Publicação:** 05/12/13

CPF: 058.825.403 - 72

Endereço Residencial: Rua Alemanha, 222 - Vila Betânia, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.125 -100

Fone: (85) 9.8842-1067

Endereço Comercial: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.130 -160

Fone: (85) 3101-4568

E-mail: gloria.burlamaqui@stds.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.3 SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

Titular: Carlos Mauro Benevides Filho

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 153.367.351-91

Endereço Residencial: Rua Andrade Furtado, 1245 - Apto. 1100 - Papicu, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.192-072

Fone: (85) 3262-2233

Endereço Comercial: Secretaria da Fazenda - Av. Alberto Nepomuceno, 2 - Centro, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.055-000

Fone: (85) 3101-9100 / 30101-9101 / 3101-9110

E-mail: mauro.filho@sefaz.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Marcus Augusto Vasconcelos Coelho

Decreto de Nomeação: nº 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15.

CPF: 118.032.743-87

Endereço Residencial: Av. República do Líbano, 992 - Apto. 502 - Meireles, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.165-070

Fone: (85) 3267-4797

Endereço Comercial: Secretaria da Fazenda - Av. Alberto Nepomuceno, 2 - Centro, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.055-000

Fone: (85) 3101-9105

E-mail: marcus.coelho@sefaz.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.4 CASA CIVIL

Titular: Alexandre Lacerda Landim

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 414.206.243-34.

Endereço Residencial: Av. Beira Mar, 3956 - Apto. 1.200 - Meirelles, Fortaleza-Ce.

Fone: 9.8597-2000

Endereço Comercial: Casa Civil - Rua Silva Paulet, 400 - Palácio da Abolição - Meirelles, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.120-020

Fone: (85) 3466-4876

E-mail: alexandre.landim@casacivil.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Rinaldo Azevedo Cavalcante

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 843.737.503-78

Endereço Residencial: Rua Maria Tomásia, 170 - Apto. 2103 - Aldeota, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.810 -160

Fone: (85) 9.8657-2727

Endereço Comercial: Av. Barão de Studart, 505 - Meirelles, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.120 - 000

Fone: 3466-4968

E-mail: rinaldo.cavalcante@casacivil.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 17 de junho de 2016.

Suplente: Francisco José Moura Cavalcante

Decreto de Nomeação: **Data:** **Publicação:**

CPF: 210.993.243-00

Endereço Residencial: Rua Professor Otávio Lobo, 539/1102 - Cocó, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.176-050

Fone: (85) 9.9933-4412

Endereço Comercial: Av. Barão de Studart, 505 - Meirelles, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.120-000

Fone: (85) 3466-4000

E-mail: francisco.cavalcante@casacivil.ce.gov.br

Período: 17 de junho a 31 de dezembro de 2016.

2.1.5 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA

Titular: Francisco José Teixeira

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 191.284.873-20

Endereço Residencial: Av. Coronel Miguel Dias, 1477 - Apto. 1.100 - Guararapes, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.810-160

Fone: (85) 9.8685-7069 / 9.9981-3129

Endereço Comercial : Secretaria do Desenvolvimento Agrário - Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.325-901

Fone: (85) 3101-8007 / 301-8008 / 3101-8685 / 3101-7069

E-mail: dede.teixeira@sda.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Wilson Vasconcelos Brandão Júnior

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 123.987.213-53

Endereço Residencial : Rua Heráclito Domingos, 910 - Apto. 302 - São Gerardo, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.320-200

Fone: (85) 9.8893-6909

Endereço Comercial : Secretaria do Desenvolvimento Agrário - Av. Bezerra de Menezes, 1820 - São Gerardo, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.325-901

Fone: (85) 3101-8004 / 9.8893-6909

E-mail: wilson.brandao@sda.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.6 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC

Titular: Mauricio Holanda Maia

Decreto de Nomeação: nº 31.494 **Data:** 16/06/2014 **Publicação:** 20/06/14

Decreto de Exoneração: nº 31.966 **Data:** 15/06/2016 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 284.126.993-00

Endereço Residencial: Rua Assis Chateaubriand, 36 - Apto. 302 - Ed. Josino Abreu – Dionísio Torres, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.135-200

Fone: (85) 3244-4146 / 9.8726-1122

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque de Lima, s/n - Ed. SEDUC - Cambéba, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.822-325

Fone: (85) 3101-3897 / 30101-3913

E-mail: mauricio.holanda@seduc.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 19 de abril de 2016.

Titular: Antônio Idilvan de Lima Alencar

Decreto de Nomeação: nº 31.966 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16.

CPF: 381.675.653-00

Endereço Residencial: Av. Abolição, 1894 - Apto. 201 - Meirelles, Fortaleza-Ce.

CEP: 60165-075

Fone: (85) 9.8878-8581

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Ed. SEDUC – Cambéba, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.822-325

Fone: (85) 3101- 3897 / 3101-3894

E-mail: idilvan.alencar@seduc.ce.gov.br

Período: 19 de abril a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Armando Amorim Simões

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Decreto de Exoneração: nº 31.966 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 908.482.847- 04

Endereço Residencial: Rua Barão de Aracati, 145 - Apto. 2103 - Meirelles, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.115-080

Fone: (061) 9.9673-1952

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque de Lima, s/n - Ed. SEDUC – Cambéba, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.822-325

Fone: (85) 33101-3897 / 3101-3894

E-mail: armando.simoese@seduc.ce.gov.br

Período: 13 de março a 19 de abril de 2016.

Suplente: Antonia Dalila Saldanha de Freitas

Decreto de Nomeação: nº 31.966 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 510.472.503-06

Endereço Residencial: Rua José Ribamar Soares Aguiar, 150 - Bloco: A - Apto. 301, Parque Iracema, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.824-235

Fone: (85) 9.8889-2917 / 3295-1197

Endereço Comercial: Secretaria da Educação - Av. General Afonso Albuquerque de Lima, s/n - Ed. SEDUC – Cambéba, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.822-325

Fone: (85) 3101-3897 / 3101-3894

E-mail: dalila.saldanha@seduc.ce.gov.br

Período: 19 de abril 31 de dezembro de 2016.

2.1.7 SECRETARIA DA SAÚDE - SESA

Titular: Henrique Jorge Javi de Sousa

Decreto de Nomeação: nº 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 435.375.883-72

Endereço Residencial: Rua Padre Januário Ramos, 235 - Parque Manibura, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.821-705

Fone: (85) 9.8619-9004

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Praia de Iracema, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.060-440

Fone: (85) 3101-5129 / 3101-5115

E-mail: hjavii@globo.com

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Marcos Antônio Gadelha Maia

Decreto de Nomeação: nº 31.872 **Data:** 30/12/15 **Publicação:** 30/12/13

CPF: 235.944.703-34

Endereço Residencial: Av. Rui Barbosa, 730 - Apto 802 - Meireles, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.115-220

Fone: (85) 9.8899-5994

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Praia de Iracema, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.060-440

Fone: (85) 3101-5126

E-mail: marcos.gadelha@saude.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.8 SECRETARIA DAS CIDADES – SCIDADES

Titular: Lúcio Ferreira Gomes

Decreto de Nomeação: nº 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 122.174.173-04

Endereço Residencial : Rua Alberto Junior, nº 00100, Casa 29 - Édson Queiroz, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.811-655

Fone: (85) 3256-0080

Endereço Comercial : Secretaria das Cidades - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambéba, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.822-325

Fone: (85) 3207-5205 / 3101-4471

E-mail: lucio.gomes@cidades.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Francisco Quintino Vieira Neto

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 144.324.043-53

Endereço Residencial : Rua Professor Jacinto Botelho, 290 - Apto. 502 - Bairro: Guararapes, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.810.050

Fone: (85) 3101-4469 / 4450

Endereço Comercial : Secretaria das Cidades - Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n - Ed. SEPLAG, 1º Andar - Cambéba, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.822-325

Fone: (85) 3101-4469 / 3101-4450

E-mail: quintino.vieira@cidades.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.9 SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE

Titular: Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 090.507.523-49

Endereço Residencial: Rua Padre Miguelino, 940 - Apto. 302 – Fátima, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.040-300

Fone: (85) 3243-1302

Endereço Comercial: Av. José Martins Rodrigues, 150 - Édson Queiroz, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.811-520

Fone: (85) 3101-3674

E-mail: inacio.arruda@sct.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Antônio Gilvan da Silva Paiva

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Decreto de Exoneração: nº 31.966 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 234.079.803-53

Endereço Residencial: Rua Um, 247 - Campo dos Ingleses - Maraponga, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 9.8918-9209

Endereço Comercial : Secretaria da Ciência e Tecnologia - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queiroz, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.811-520

Fone: (85) 3101-3674

E-mail: gilvan.paiva@sct.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 06 de abril de 2016.

Suplente: Nagyla Maria Galdino Drumond

Decreto de Nomeação: nº 31.966 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 614.530.213-53

Endereço Residencial: Rua Rocha, 720 - Apto. 203 - Centro, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.000-135

Fone: (85) 3253-1668

Endereço Comercial: Secretaria da Ciência e Tecnologia - Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queiroz, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.811-520

Fone: (85) 3101-3675

E-mail: nagyla.drumond@sct.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 06 de abril de 2016.

2.1.10 SECRETARIA DA CULTURA - SECULT

Titular: Guilherme de Figueiredo Sampaio

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Decreto de Exoneração: nº 31.967 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 878.779.683-53.

Endereço Residencial: Rua Gabriel, 260 - Apto. 401 - Bloco: Murilo - Cocó, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.135-450

Fone: (85) 9.8828-9418

Endereço Comercial: Secretaria da Cultura - Rua Major Facundo, 500 - 6º Andar - Ed. São Luiz – Centro, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.025-100.

Fone: (85) 3101-6767

E-mail: guilherme.sampaio@secult.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 25 de fevereiro de 2016.

Suplente: Fabiano dos Santos Piúba

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Decreto de Exoneração: nº 31.967 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 324.429.043-99

Endereço Residencial: Rua Tchecoslováquia, 402 - Maraponga, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.710-580

Fone: (85) 9.8838-1146

Endereço Comercial: Secretaria da Cultura - Rua Major Facundo, 500 - 6º Andar - Ed. São Luiz – Centro, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.025-100

Fone: (85) 3101-6767

E-mail: fabiano.santos@secult.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 25 de fevereiro de 2016.

Titular: Fabiano dos Santos Piúba

Decreto de Nomeação: nº 31.967 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 324.429.043-99

Endereço Residencial: Rua Tchecoslováquia, 402 - Maraponga, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.710-580

Fone: (85) 9.8838-1146

Endereço Comercial: Secretaria da Cultura - Rua Major Facundo, 500 - 6º Andar - Ed. São Luiz - Centro, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.025-100

Fone: (85) 3101-6767

E-mail: fabiano.santos@secult.ce.gov.br

Período: 25 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Maria do Socorro Sampaio Flores

Decreto de Nomeação: nº 31.967 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 038.477.132-72

Endereço Residencial: Rua Benjamin Carneiro Girão, 87- Montese, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.421- 550

Fone: (85) 9.9976 -73277

Endereço Comercial: Secretaria da Cultura - Rua Major Facundo, 500 - 6º Andar - Ed. São Luiz - Centro, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.025-100

Fone: (85) 3101- 6794

E-mail: mileide.secult@gmail.com ou socorro.flores@secult.ce.gov.br

Período: 25 de fevereiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.11 SECRETARIA DO ESPORTE - SESPORTE

Titular: José Jeová Souto Mota

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 275.952.263-68

Endereço Residencial: Rua Oito de Setembro, 1130 – Varjota, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.175-210

Fone: (85) 9.9921-2037

Endereço Comercial: Estádio Castelão - Anexo: Fares Cândido Lopes - Av. Alberto Craveiro, 2775 - Castelão, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.839-900

Fone: (85) 3101- 4401

E-mail: jeova.mota@esporte.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Gotardo Gomes Gurgel Junior

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 209.187.553-87

Endereço Residencial: Rua Maria Ivone, 170 - Édson Queiroz, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.834-472

Fone: (85) 3278-2298

Endereço Comercial : Secretaria do Esporte - Estádio Castelão - Anexo: Fares Cândido Lopes - Av. Alberto Craveiro, 2775 - Castelão, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.861-211

Fone: (85) 3101- 4401

E-mail: gotardogurgel@yahoo.com.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.12 CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE

Titular: José Linhares Ponte

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 006375133-04

Endereço Residencial: Rua Tibúrcio Cavalcante, 2324 - Apto. 701 - Ed. Victor VII - Dionísio Torres, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.125-101

Fone: (88) 9.9690-7711 / 9.9277-7227

Endereço Comercial: Conselho Estadual de Educação - Rua Napoleão Laureano, 500 - Fátima, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.411-170

Fone: (85) 3101-2017

E-mail: presidente@cee.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Ada da Pimentel Gomes Fernandes Vieira

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Endereço Residencial: Rua Campoamor Rocha, 350 - Fátima, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.415-080

Fone: (85) 3227- 8170 / 9908 - 3321

Endereço Comercial: Conselho Estadual de Educação - Rua Napoleão Laureano, 500 - Fátima, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.411-170

Fone: (85) 3101-2017

E-mail: ada.pimentel@hotmail.com

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.13 CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA

Titular: Fábio César Aidar Beneduce

Decreto de Nomeação: nº 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 039.163.238-81

Endereço Residencial: Rodovia CE-040, s/n, Aquiraz-Ce.

CEP: 61.700-000

Fone: (85) 3362-3210 / 9.9616-3543 / 9.9616-3543

Endereço Comercial: Rua Pereira Valente, 491 - Meirelles, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.160-250

Fone: (85) 3101-1564

E-mail: fabio@iteva.org.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Patrícia Amorim Teixeira Loureiro

Decreto de Nomeação: nº 31.836 **Data:** 25/11/15 **Publicação:** 27/11/15

CPF: 630.301.013-04

Endereço Residencial: Rua G, Casa 51 - Parangaba, Fortaleza-Ce

CEP: 60.435-681

Fone: (85) 9.9950-6521

Endereço Comercial: Júlio César, 442 - Jardim América, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.410-505

Fone: (85) 3253-6998 / 3231-4783 / 9.9950-6521

E-mail: patricia@caritas.org.br

Período: 01 de janeiro a dezembro 2016.

2.1.14 CONSELHO ESTADUAL DA SAÚDE - CESAU

Titular: Marlúcia Ramos de Fátima de Sousa Gomes

Decreto de Nomeação: nº 32.063 **Data:** 10/10/16 **Publicação:** 13/10/16

CPF: 113.020.463-49

Endereço Residencial: Rua 210 - Casa 220 - Bairro: Planalto Caucaia - Fortaleza-Ce.

CEP: 61.600-000

Fone: (85) 9.8763-3457 / 9.9996-5078 / 3342-8020

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Bloco: C -
Bairro: Praia de Iracema - Fortaleza-Ce.

CEP: 60.060-440

Fone: (85) 3101- 5210 / 3101- 5211

E-mail: marluciamos2008@hotmail.com ou www.cesau.ce.gov.br

Período: 25 de julho a 31 de dezembro de 2016.

Titular: Antonio Marcos Gomes da Silva

Decreto de Nomeação: nº 31.494 **Data:** 16/06/14 **Publicação:** 20/06/14

CPF: 310.092.713-34

Endereço Residencial: Rua Edite Braga, 395 - Jardim América, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.436-410

Fone: (85) 9.8637-1707 / 9.9637-1707

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Praia de
Iracema, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.060-440

Fone: (85) 3017-3636

E-mail: marcogomes.com5f@hotmail.com

Período: 01 janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Antônio Cleyton Martins Magalhães

Decreto de Nomeação: nº 31.494 **Data:** 16/06/14 **Publicação:** 20/06/14

CPF: 483.985.943-49

Endereço Residencial: Rua Almirante Rufino, 1515 - Apto. 104 - Montese, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.420-312

Fone: (85) 3067-3871

Endereço Comercial: Secretaria da Saúde - Av. Almirante Barroso, 600 - Praia de Iracema, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.060-440

Fone: (85) 3101-5210

E-mail: cmagalhaes@hotmail.com

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.1.15 CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS

Titular: Marlúcia Ramos de Fátima de Souza Gomes

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Decreto de Exoneração: nº 31.967 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 113.020.463-49

Endereço Residencial: Rua 120 - Casa: 200 - Conjunto Planalto, Caucaia-Ce.

CEP: 61.600-000

Fone: (85) 3062-6915 / 9.8763-3457 / 9.9996-5078

Endereço Comercial: Rua da Liberdade, 671 - Caucaia-Ce.

CEP: 61.600-000

Fone: (85) 9.8763-3457 / 9.9996-5078

E-mail: marluciaramos2008@hotmail.com

Período: 01 de janeiro a 29 de fevereiro de 2016.

Suplente: Renata Moreira da Silva

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

Decreto de Exoneração: nº 31.967 **Data:** 15/06/16 **Publicação:** 17/06/16

CPF: 561.675.553-20

Endereço Residencial: Rua 303 - Casa 185 A - 2º Etapa - Conjunto Ceará, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.530-530

Fone: (85) 9.9256-3373

Endereço Comercial: Rua São Paulo, 32 - Sala 410 - 4º Andar - Ed. General Tibúrcio - Centro, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.030-100

Fone: (85) 3231-1737 / 3253-7177

E-mail: renatagirasol@bol.com.br

Período: 01 de janeiro a 29 de fevereiro de 2016.

Titular: Renata Moreira da Silva

Decreto de Nomeação: 31.967

Data: 28/09/16

Publicação: 30/09/16

Decreto de Exoneração: 32.053

Data: 15/06/16

Publicação: 17/06/16

CPF: 561.675.553-20

Endereço Residencial: Rua 303 – Casa 185 A – 2º Etapa - Bairro: Conjunto Ceará - Fortaleza-CE.

CEP: 60.530-530

Fone: 9256-3373

Endereço Comercial: Rua São Paulo, 32 - Sala 410 - 4º Andar - Ed. General Tibúrcio - Bairro: Centro - Fortaleza-Ce.

CEP: 60.030-100

Fone: 3231-1737 / 3253-7177

E-mail: renatagirasol@bol.com.br

Período: 29 de fevereiro a 04 de julho de 2016.

Suplente: Lúcia Elisabeth Moura Rodrigues

Decreto de Nomeação: 31.967

Data: 15/06/16

Publicação: 17/06/16

Decreto de Exoneração: 32.053

Data: 15/06/16

Publicação: 17/06/16

CPF: 165.702.783-04

Endereço Residencial: Av. Deputado Paulino Rocha, 255 - Bloco: B - Apto. 207 - Bairro: Cajazeiras - Fortaleza-Ce.

CEP: 60.864-311

Fone: (85) 3045-5645 / 9.9969-0488 / 9.8604-8352

Endereço Comercial: Fundação Dr. Antônio Dias Macedo - Secretaria do Trabalho e Assistência Social de Aquiraz - Aquiraz-Ce.

CEP: 61.700-000

Fone: (85) 3044-1210

E-mail: elizabethrodrigues61@hotmail.com ou cressceara@cress-ce.org.br

Período: 29 de fevereiro a 04 de julho de 2016.

Titular: Lúcia Elisabeth Moura Rodrigues

Decreto de Nomeação: 32.053

Data: 28/07/16

Publicação: 30/07/16

CPF: 165.702.783-04

Endereço Residencial: Av. Deputado Paulino Rocha, 255 - Bloco: B - Apto. 207 -
Bairro: Cajazeiras - Fortaleza-Ce.

CEP: 60864-311

Fone: (85) 3045-5645 / 9.9969-0488 / 9.8604-8352

Endereço Comercial: Fundação Dr. Antônio Dias Macedo - Secretaria do Trabalho e
Assistência Social de Aquiraz - Aquiraz-Ce.

CEP: 61.700-000

Fone: (85) 3044-1210

E-mail: elizabethrodrigues61@hotmail.com ou cressceara@cress-ce.org.br

Período: 04 de julho a 31 de dezembro de 2016.

Suplente: Antônio Sérgio da Silva Anastácio

Decreto de Nomeação: 32.053

Data: 28/07/16

Publicação: 30/07/16

CPF: 165.702.783-04

Endereço Residencial: Rua Tomé de Souza, 384 - Messejana, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.841-140

Fone: (85) 9.8702-1818 / 9.8563-2625

Endereço Comercial: Fundação Dr. Antônio Dias Macedo - Secretaria do Trabalho e
Assistência Social de Aquiraz - Aquiraz-Ce.

CEP: 61.700-000

Fone: (85) 3044-1210

E-mail: sergio.anastacio@bol.com.br / cressceara@cress-ce.org.br

Período: 04 de julho a 31 de dezembro de 2016.

2.1.16 ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE

Titular: Francisco Nilson Freitas

Decreto de Nomeação: nº 31.180

Data: 12/04/2013

Publicação: 16/04/13

CPF: 309.989.303-00

Endereço Residencial: Rua Beni Carvalho, 666 - Apto. 1.800 - Aldeota, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.135-400

Fone: (85) 9.9227-0681

Endereço Comercial: Prefeitura Municipal de Palhano - Av. Possidônio Barreto, 430 – Centro, Palhano-Ce.

CEP: 62.910-000

Fone: (88) 3415-1060

E-mail: fconilsonfreitas@gmail.com

Período: 01 de janeiro a dezembro de 2016.

Suplente: Nicolas Arnaud Fabre

Decreto de Nomeação: nº 31.612 **Data:** 20/10/2014 **Publicação:** 03/11/14

CPF: 671.776.463-53

Endereço Residencial : Rua Marcelo Gentil Porto, 862 - Luciano Cavalcante, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.813-550

Fone: (85) 9.9917-1015

Endereço Comercial: Rua Maria Tomásia, 230 - Aldeota, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.150-170

Fone: (85) 4006-4042 / 3101-4048

E-mail: nicolas@aprece.org.br

Período: 01 de janeiro a dezembro de 2016.

2.1.17 CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - CONSEA

Titular: Francisca Malvinier Macedo

Decreto de Nomeação: nº 31.904 **Data:** 18/03/2016 **Publicação:** 22/03/16

CPF: 172.062.943-91

Endereço Residencial: Rua Paula Ney, 599 - Apto. 201 - Bairro: Aldeota - Fortaleza-Ce.

CEP: 60.140-200

Fone: (85) 9.9793-9530

Endereço Comercial: ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria - Rua Princesa Isabel, 1968 - Benfica, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.015-035

Fone: (85) 3252-2410

E-mail: malvininiermacedo@gmail.com

Período: 01 de janeiro a dezembro de 2016.

Suplente: Helena Selma Azevedo

Decreto de Nomeação: nº 31.793 **Data:** 13/10/15 **Publicação:** 15/10/15

CPF: 090.944.403-00

Endereço Residencial: Rua Dom Sebastião Leme, 140 - Bloco: A - Apto. 104 - Fátima, Fortaleza-Ce.

CEP: 60.015-035

Fone: (85) 3101-1563

Endereço Comercial: ESPLAR - Centro de Pesquisa e Assessoria - Rua Princesa Isabel, 1968 - Benfica, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3252-2410

E-mail: selmazevedo@uol.com.br

Período: 01 de janeiro a dezembro de 2016.

2.2 GERÊNCIA EXECUTIVA DO FECOP - GEF

2.2.1 Gerente Executivo: Coordenador José de Lima Freitas Júnior

CPF: 486.797.473-00

Endereço Residencial: Rua Vereador Pedro Paulo, 455 - Bloco: 2 - Apto. 502 - Jardim das Oliveiras, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 9.9998-8643

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed. SEPLAG - 1º Andar - Cambéba, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3101- 6798 / 3101-6130 / 3101-3876

E-mail: jose.freitas@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 dezembro de 2016.

2.2.2 Técnica: Orientador de Célula Zaíra Caldas Oliveira

CPF: 090.774.643-87

Endereço Residencial: Rua Equador, 1277 - Conjunto Jardim das Nações - Itaperi, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3292-2290 / (85) 9.998-79685

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambéba - Ed. SEPLAG - 1º Andar, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3101-6798 / 3101-6130 / 3101-3876

E-mail: zaira.caldas@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.2.3 Técnica: Assessora Técnica Maria Veirlene Lavor Sousa

CPF: 416.466.143-72

Endereço Residencial: Rua Freire Alemão, 460 - Casa Nº 36 - Albatroz II - Serrinha - Fortaleza -Ce.

Fone: (85) 9.9935-5480

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Ed. SEPLAG - 1º Andar - Cambéba, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3101-6798 / 3101-6130 / 3101-3876

E-mail: veirlene.lavor@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016

2.2.4 Técnica: Servidora Márcia Maria Soares Gurgel

CPF: 244.174.081-49

Endereço Residencial: Av. Filomeno Gomes, 80 - Apto. 1004 - Bairro: Jacarecanga - Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3238-1195 / (85) 9.9154-6673

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Cambéba - Ed. SEPLAG - 1º Andar, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3101-6798 / 3101-6130 / 3101-3876

E-mail: marcia.59gurgel@gmail.com

Período: 29 de março a 31 de dezembro de 2016.

2.2.5 Técnico: José Arthur Vasconcelos Lima

CPF: 089.998.053-87

Endereço Residencial: Rua Vinícius de Moraes, 211 - Apto. 464 - Bairro: São Gerardo - Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3283-6072 / 9.8734-2125

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Bairro: Cambéba - Ed. SEPLAG - 1º Andar - Fortaleza-CE.
Fone: 3101- 6798 / 3101-6130 / 3101-3876
E-mail: arthur.lima@seplag.ce.gov.br
Período: 01 de julho a 31 de dezembro de 2016.

2.2.6 Técnica: Colaboradora Ana Zuleica Sousa Rodrigues

CPF: 008.178.123-77

Endereço Residencial: Rua Valdeci Sousa de Oliveira, 313 - A - Maranguape-Ce.

Fone: (85) 9.8143-6611

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Cambéba - Ed. SEPLAG - 1º Andar, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3101-6798 / 3101-6130 / 3101-3876

E-mail: ana.zuleica@sda.ce.gov.br

Período: 28 de março a 31 de dezembro de 2016.

2.2.7. Técnica: Orientadora de Célula Apolônia Maria Bezerra de Almeida

CPF: 193.157.163-53

Endereço Residencial: Rua: Suíça, 120 - Bloco B/5 Apto. 302 - Maraponga, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3495.3965

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Cambéba - Ed. SEPLAG - 1º Andar, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3101-6798 / 3101-6130 / 3101-3876

E-mail: apolonia.bezerra@seplag.ce.gov.br

Período: 22 de abril a 31 de dezembro de 2016.

2.2.8 Técnico: Assessor Técnico João Batista Rolim

CPF: 120.769.453-34

Endereço Residência I: Av. Visconde do Rio Branco, 2911 - Joaquim Távora, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3221-6631

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Cambéba - Ed. SEPLAG - 1º Andar, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3101-6798 / 3101-6130 / 3101-3876

E-mail: joao.rolim@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

2.2.9. Técnico: Colaborador Bruno Henrique Menezes de Souza

CPF: 017.435.853-07

Endereço Residencial: Rua Valdetário Mota, 1165 - Bloco: A - Apto. 501 - Papicu - Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 9.9206-5089

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Cambéba - Ed. SEPLAG - 1º Andar, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3101-6798 / 3101-6130 / 3101-3876

E-mail: brunobezerra03@hotmail.com

Período: 27 de março a 31 de dezembro de 2016.

2.2.10 Apoio Técnico: Silvana Jereissati Pereira

CPF: 187.730.523-53

Endereço Residencial: Rua Mário Alencar Araripe, 1198 - Sapiranga, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3278 -1604

Endereço Comercial: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Av. General Afonso Albuquerque, s/n - Cambéba - Ed. SEPLAG - 1º Andar, Fortaleza-Ce.

Fone: (85) 3101-6798 / 3101-6130 / 3101-3876

E-mail: silvana.jereissati@seplag.ce.gov.br

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Atualizado em: 30/12/2016.

3. Desempenho Financeiro do Fundo

3.1 Arrecadação

O volume total de recursos arrecadados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, no período de 2004 a 2016, em valores absolutos, registra a importância de R\$ 3.596.953.043,67 (três bilhões, quinhentos e noventa e seis milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quarenta e três reais, e sessenta e sete centavos), tendo como origem o adicional de dois pontos percentuais (2%), na alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, incidentes sobre produtos e serviços discriminados no inciso I, do art. 2.º, da Lei Complementar nº 37, de 26/11/203 (DOE de 27/11/2003).

Do período de janeiro a dezembro de 2016, foram arrecadados R\$ 520.798.912,77 (quinhentos e vinte milhões, setecentos e noventa e oito mil, novecentos e doze reais, e setenta e sete centavos). Este valor apresenta um crescimento de 16,17% (dezesseis vírgula dezessete por cento), se comparado com o valor arrecadado no ano de 2015, R\$ 436.603.340,84 (quatrocentos e trinta e seis milhões, seiscentos e três mil, trezentos e quarenta reais, e oitenta e quatro centavos).

Note-se que, ao longo dos anos, o valor arrecadado, anualmente, tem sido sempre expressivamente superior ao arrecadado em anos anteriores, sendo certo que o crescimento da arrecadação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, deveu-se, também, ao crescimento da arrecadação própria do Tesouro do Estado.

Quadro 1 – Evolução da arrecadação

Período	Recursos Arrecadados	%	Valor Pago	%	Índice de Execução Financeira (%)
2004	108.106.230,51	3,01	92.075.911,35	2,71	85,17
2005	158.472.722,86	4,41	136.565.300,51	4,02	86,18
2006	176.641.547,50	4,91	175.699.124,59	5,17	99,47
2007	185.782.581,03	5,16	139.942.070,87	4,12	75,33
2008	203.947.870,26	5,67	149.753.801,24	4,41	73,43
2009	220.349.638,71	6,13	199.326.302,76	5,86	90,46
2010	263.789.638,90	7,33	300.616.615,64	8,84	113,96
2011	282.570.482,47	7,86	224.205.634,21	6,60	79,35
2012	317.841.835,82	8,84	233.650.085,35	6,87	73,51
2013	334.451.816,87	9,30	369.175.953,54	10,86	110,38
2014	387.596.425,14	10,78	383.300.047,76	11,28	98,89
2015	436.603.340,83	12,14	437.069.494,05	12,86	100,11
2016	520.798.912,77	14,48	557.772.821,42	16,41	107,10
TOTAL	3.596.953.043,67	85,5	3.399.153.163,29	83,59	95

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Gráfico 1 – Evolução da arrecadação anual



Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

3.2 Liberação dos Recursos

Ao longo do período de janeiro a dezembro de 2016, foram apresentados junto a Gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, por parte de 14 (quatorze) Secretarias de Estado, 269 projetos, dos quais 34 foram cancelados, tendo sido aprovado um total de 235 projetos, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, com valor anual de recursos correspondente a R\$ 596.788.292,60 (quinhentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais, e sessenta centavos).

Do valor anual de recursos aprovados no âmbito dos 235 projetos, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, foram empenhados R\$ 571.232.994,01 (quinhentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, e um centavo), tendo sido efetivamente pago R\$ 557.772.821,42 (quinhentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais, e quarenta e dois centavos).

O Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, realizou 29 (vinte e nove) Reuniões, sendo 10 (dez) Reuniões Ordinárias, e 19 (dezenove) Reuniões Extraordinárias, todas de caráter deliberativo, voltadas, em sua boa parte, para efeito de aprovação da aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, bem como, para o trato de demais matérias de competência do augusto colegiado.

No tocante as Reuniões Ordinárias, ocorridas em 29/01/2016, 21/03/2016, 25/04/2016, 25/05/2016, 24/06/2016, 25/07/2016, 26/08/2016, 23/09/2016, 25/10/2016 e 25/11/2016, das quais decorreram, respectivamente, as Resoluções nº 02/2016, 06/2016, 11/2016, 13/2016, 15/2016, 17/2016, 19/2016, 22/2016, 24/2016 e 26/2016, foram deliberados recursos num montante de R\$ 342.395.010,44 (trezentos e quarenta e dois milhões, trezentos e noventa e cinco mil, dez reais e quarenta e quatro centavos).

Por sua vez, quanto as Reuniões Extraordinárias, desencadeadas em caráter de urgência, realizadas em 12/01/2016, 29/02/2016, 04/03/2016, 16/03/2016, 29/03/2016, 30/03/2016, 06/04/2016, 08/04/2016, 11/05/2016, 03/06/2016, 01/07/2016, 01/08/2016, 08/09/2016, 16/09/2016, 18/09/2016, 14/11/2016, 09/12/2016, 16/12/2016, e

20/12/2016, das quais derivaram, respectivamente, as Resoluções nº 01/2016, 04/2016, 04/2016, 05/2016, 07/2016, 08/2016, 09/2016, 10/2016, 12/2016, 14/2016, 16/2016, 18/2016, 20/2016, 21/2016, 23/2016, 25/2016, 27/2016, 28/2016 e 29/2016, forma deliberados recursos correspondentes a R\$ 254.393.282,16 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e oitenta e dois reais, e dezesseis centavos).

Quadro 2 – Resumo da movimentação do FECOP

Movimentação do FECOP - 2016	
Valor Aprovado (Jan-dez)	596.788.292,60
Valor Arrecadado (Jan-dez)	520.798.912,77
Valor Empenhado (Jan-dez)	571.232.994,01
Valor Pago (Jan-dez)	557.772.821,42

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

3.3 Aplicação dos Recursos

Os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, aprovados, como valor anual, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIs, foi da ordem de R\$ 596.788.292,60 (quinhentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais, e sessenta centavos).

Destes, foram empenhados R\$ 571.232.994,01 (quinhentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, e um centavo), correspondendo a 95,72% (noventa e cinco vírgula setenta e dois por cento) em relação ao que fora aprovado.

Ademais, foram efetivamente pagos R\$ 557.772.821,42 (quinhentos e cinquenta e sete milhões, setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais, e quarenta e dois centavos), num equivalente a 93,46% (noventa e três vírgulas quarenta e seis por cento), também, em relação ao valor aprovado.

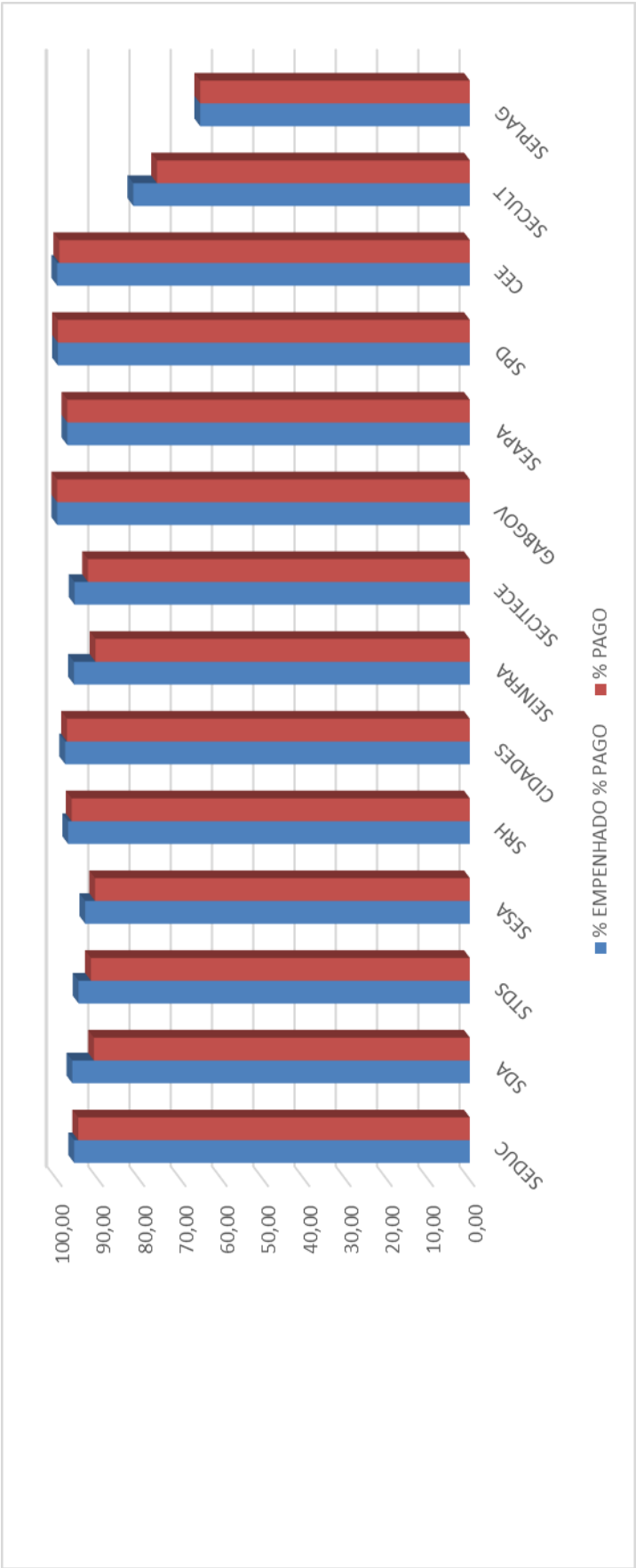
Este cenário sinaliza que a execução financeira do aludido Fundo Especial de Gestão, no ano em análise, foi bastante eficiente, considerando o fluxo orçamento, arrecadação, aprovação, empenho e pagamento, especialmente quando observados os dados relativos ao desempenho financeiro por Secretaria de Estado.

Quadro 3 – Desempenho financeiro por Secretaria de Estado

N°	SECRETARIAS	Valor Aprovado pelo CCPIs	%	Valor Empenhado (B)	% (B/A)	Valor Pago (C)	% (C/A)
1	Secretaria da Educação	SEDUC	184.391.966,08	30,90%	176.827.953,94	175.021.589,58	94,92%
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário	SDA	86.038.241,79	14,42%	82.894.453,87	78.391.855,68	91,11%
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	STDS	71.845.845,65	12,04%	68.128.903,17	65.990.530,09	91,85%
4	Secretaria da Saúde	SESA	94.610.840,69	15,85%	88.189.098,32	85.945.118,70	90,84%
5	Secretaria de Recursos Hídricos	SRH	62.187.026,89	10,42%	60.534.981,34	60.012.699,84	96,50%
6	Secretaria das Cidades	SCIDADES	48.781.571,80	8,17%	47.847.387,46	47.627.955,11	97,64%
7	Secretaria da Infraestrutura	SEINFRA	30.145.773,54	5,05%	28.924.861,95	27.353.705,92	90,74%
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	SECITECE	11.823.496,09	1,98%	11.327.828,76	10.944.127,61	92,56%
9	Gabinete do Governador	GABGOV	2.469.518,00	0,41%	2.469.518,00	2.469.518,00	100,00%
10	Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura	SEAPA	192.211,28	0,03%	187.519,00	187.519,00	97,56%
11	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas	SPD	2.056.415,46	0,34%	2.053.114,00	2.053.114,00	99,84%
12	Conselho Estadual de Educação	CEE	529.600,00	0,09%	529.595,35	526.979,00	99,51%
13	Secretaria da Cultura	SECULT	1.211.306,38	0,20%	988.097,76	918.427,80	75,82%
14	Secretaria do Planejamento e Gestão	SEPLAG	504.478,95	0,08%	329.681,09	329.681,09	65,35%
TOTAL			596.788.292,60	100,00%	571.232.994,01	557.772.821,42	93,46%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

Gráfico 2 - Desempenho financeiro por Secretaria de Estado



Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

3.4 Relatório Financeiro

O Relatório Financeiro é um instrumento jurídico administrativo, legalmente previsto no art. 6º, inciso IV, da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), bem como no art. 13, inciso VI, do Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009).

Trata-se de um documento constituído pela discriminação das receitas e aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, a ser publicado, trimestralmente, no Diário Oficial do Estado – DOE, no prazo de 30 dias, após o encerramento do trimestre.

A sua publicação, conforme determinação legal, é de competência, exclusiva, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, que o faz publicar junto a Casa Civil, do Governo do Estado do Ceará, em prestígio aos primados da publicidade, da transparência pública, do controle social, e da *accountability*.

No ano em exame, tem-se que a receita para os cofres do Fundo Especial de Gestão, ficou em R\$ 531.379.742,35 (quinhentos e trinta e um milhões, trezentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e dois reais, e trinta e cinco centavos), que, comparado ao valor arrecadado no ano de 2015, qual seja, R\$ 456.997.518,17 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, quinhentos e dezoito reais, e dezessete centavos), representa um percentual crescente de 16,28% (dezesseis vírgula vinte e oito por cento).

Por parelha, no tocante ao que foi aplicado efetivamente, consta o valor equivalente a R\$ 607.183.778,76 (seiscentos e sete milhões, cento e oitenta e três mil, setecentos e setenta e oito reais, e setenta e seis centavos), o qual, também comparado ao valor aplicado no ano de 2015, qual seja, R\$ 475.159.954,04 (quatrocentos e setenta e cinco milhões, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais, e quatro centavos), representa um percentual de 27,79% (vinte e sete vírgula setenta e nove por centos) a menor.

Quadro 4 – Demonstrativo Relatório Financeiro 2015 (anual) – 2016 (anual)

Relatório Financeiro	ANUAL/15 (a)	%	ANUAL/16 (b)	%	Δ% (b/a)
RECEITA					
ARRECADACÃO	436.603.340,83	-	520.798.912,77	-	19,28%
RENDIMENTOS	20.394.177,34	-	10.580.829,58	-	-48,12%
TOTAL GLOBAL	456.997.518,17	-	531.379.742,35	-	16,28%
APLICAÇÃO					
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	26.504.635,93	5,58%	28.415.345,87	4,68%	7,21%
Secretaria da Educação - SEDUC	124.489.965,13	26,20%	186.914.610,55	30,78%	50,14%
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD	1.123.871,43	0,24%	2.770.565,11	0,46%	146,52%
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA	982.285,20	0,21%	1.188.116,77	0,20%	20,95%
Secretaria da Saúde - SESA	36.215.303,65	7,62%	100.170.974,68	16,50%	176,60%
Secretaria da Cultura - SECULT	463.102,54	0,10%	958.427,80	0,16%	106,96%
Secretaria da Ciência e Tecnologia - SECITECE	10.651.607,67	2,24%	11.381.240,18	1,87%	6,85%
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	84.823.291,29	17,85%	67.817.053,29	11,17%	-20,05%
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	116.266.917,27	24,47%	92.933.776,68	15,31%	-20,07%
Secretaria das Cidades – SCIDADES	27.427.296,46	5,77%	49.280.083,50	8,12%	79,68%
Secretaria do Esporte - SESPORTE	1.247.125,27	0,26%	0,00	0,00%	-100,00%
Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	37.848.786,11	7,97%	62.027.406,24	10,22%	63,88%
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	463.320,42	0,10%	329.681,09	0,05%	-28,84%
Gabinete do Governador - GABGOV	6.252.445,67	1,32%	2.469.518,00	0,41%	-60,50%
Conselho Estadual de Educação - CEE	400.000,00	0,08%	526.979,00	0,09%	31,74%
TOTAL APLICADO	475.159.954,04	100,00%	607.183.778,76	99,91%	27,79%

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ, e Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.5 Alocação dos Recursos por Setorial

O desempenho relativo à alocação dos recursos, considerando cada Secretaria de Estado, naquilo que diz respeito a todo o ano em exame, consta representado nos dados estabelecidos no Quadro 3 – Desempenho financeiro por Secretaria de Estado, seguido do Gráfico 2 – Desempenho financeiro por Secretaria de Estado.

Do Quadro em destaque se infere, individual e discriminadamente:

- a) a relação de cada Secretaria de Estado;
- b) o valor aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, para cada Secretaria de Estado;
- c) o valor empenhado por cada Secretaria, com o respectivo percentual de evolução;
- d) o valor pago, por cada Secretaria, com o respectivo percentual de evolução; e,
- e) o percentual geral de execução financeira.

Note-se que o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, aprovou, como limite anual, o valor de R\$ 596.788.292,60 (quinhentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais, e sessenta centavos), distribuindo-o por cada Secretaria Setorial, conforme orientação orçamentária.

Do referido valor, foram empenhados R\$ 571.232.994,01 (quinhentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, e um centavo), correspondendo a 95,72% (noventa e cinco vírgula setenta e dois por cento) em relação ao que fora aprovado.

Outrossim, do que veio a ser empenhado, foram pagos R\$ 557.772.821,42 (quinhentos e cinqüenta e sete milhões, setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais, e quarenta e dois centavos), num equivalente a 93,46% (noventa e três vírgulas quarenta e seis por cento), também, em relação ao valor aprovado.

Tem-se, portanto, um demonstrativo fiel, quanto ao que foi alocado por cada pasta interessada, diante do conjunto das execuções de seus projetos, sob o supervisionamento do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, com o apoio da Gerência Executiva do FECOP – GEF.

3.6 Aplicação dos Recursos por Função de Governo

As funções de governo que mais tiveram volume aplicado, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, junto as Secretarias de Estado, contempladas com os investimentos, foram, pela ordem decrescentes: Educação, Saúde, Agricultura, Gestão Ambiental e Assistência Social.

Todas estas funções tiveram uma maior evidência, notadamente diante do desempenho que foi imprimido pelas Secretarias Setoriais envolvidas, com competências institucionais correspondentes àquelas funções, sinalizando-se uma positiva e crescente evolução quanto a aplicação dos recursos.

Outrossim, merecem também destaques as funções de urbanismo, transporte, saneamento, trabalho e habitação, cujos valores empenhados e pagos, refletem o volume de investimentos substanciais, aplicados prontamente na execução de programas e projetos demandados pelas Secretarias de Estado.

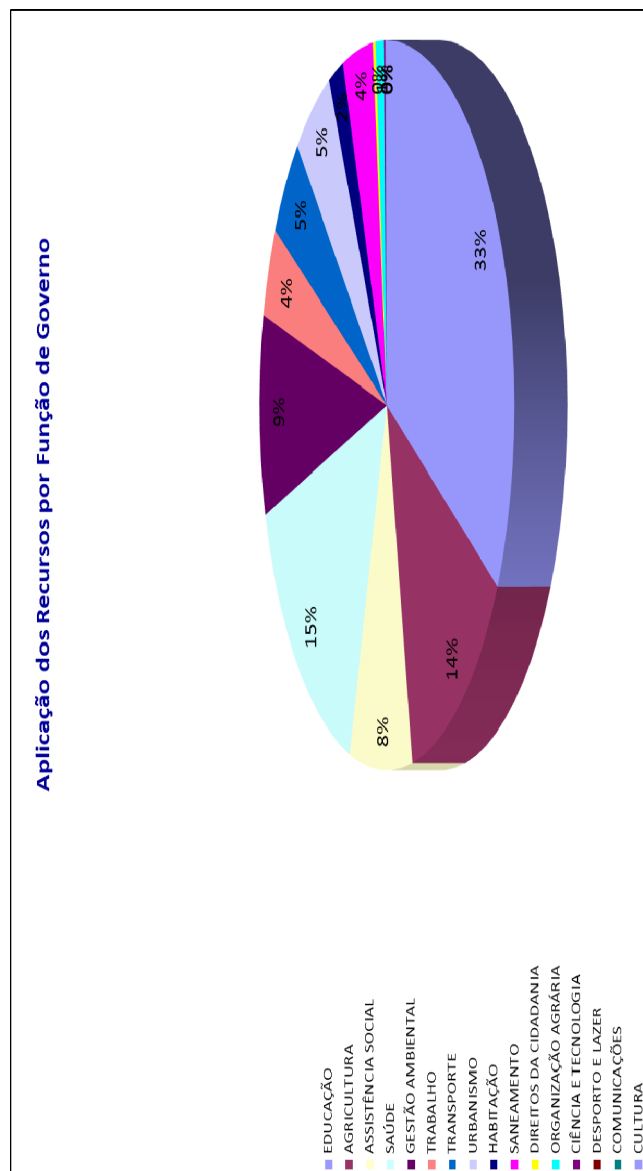
Os dados relativos a alocação de recursos, realizada neste ano, pelo Governo do Estado do Ceará, demonstram que o objetivo de garantir e oferecer o acesso a bens e serviços públicos, em prol dos mais necessitados, de forma includente, é uma realidade que vem evoluindo satisfatoriamente perante a sociedade cearense.

Quadro 5 – Aplicação dos recursos por Função de Governo

Nº	Código	Função de Governo	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	12	EDUCAÇÃO	189.998.378,72	33,26%	188.111.934,11	33,73%
2	20	AGRICULTURA	77.182.697,69	13,51%	72.680.099,50	13,03%
3	8	ASSISTÊNCIA SOCIAL	45.314.948,65	7,93%	43.198.720,65	7,74%
4	10	SAÚDE	88.189.098,32	15,44%	85.945.118,70	15,41%
5	18	GESTÃO AMBIENTAL	50.482.416,71	8,84%	49.979.794,87	8,96%
6	11	TRABALHO	22.813.954,52	3,99%	22.791.809,44	4,09%
7	26	TRANSPORTE	26.424.861,95	4,63%	24.853.705,92	4,46%
8	15	URBANISMO	28.009.688,55	4,90%	28.009.688,55	5,02%
9	16	HABITAÇÃO	10.696.378,57	1,87%	10.486.778,57	1,88%
10	17	SANEAMENTO	22.023.566,06	3,86%	21.994.074,05	3,94%
11	14	DIREITOS DA CIDADANIA	2.053.114,00	0,36%	2.053.114,00	0,37%
12	21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.899.275,18	1,03%	5.899.275,18	1,06%
13	19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.156.517,33	0,20%	850.280,08	0,15%
14	27	DESPORTO E LAZER	0,00	0,00%	0,00	0,00%
15	24	COMUNICAÇÕES	0,00	0,00%	0,00	0,00%
16	13	CULTURA	988.097,76	0,17%	918.427,80	0,16%
Total			571.232.994,01	100,0%	557.772.821,42	100,0%

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Gráfico 3 – Aplicação de recursos por Função de Governo



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.7 Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Da população total do Estado do Ceará, composta de 8.452.381 pessoas, tem-se uma população de pobres estimada em 4.479.607, contendo neste universo, 1.502.924 de extremamente pobres, número desafiador para responder satisfatoriamente, com políticas públicas eficientes, por parte do Governo.

No sentido de satisfazer todas as demandas que lhe foram provocadas, a Gestão realizou ações no ano de 2016, compreendendo todas as macrorregiões do Estado, pelo que foram beneficiadas, com investimentos trazidos pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, um quantitativo substancial de pessoas.

Estes investimentos, realizados através da alocação e uso de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, estimulados pela participação das Secretarias de Estado envolvidas, permitiram com que fossem mais assistidos aqueles identificados em territórios, cujo o cenário da pobreza é mais concentrado.

Em todo o Estado do Ceará, as Secretarias Setoriais que participaram, mais expressivamente, com a aplicação de recursos foram: Secretaria da Educação - SEDUC, com 30,96%; Secretaria da Saúde – SESA, com 15,44 %; Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, com 14,51%.

Registre-se que as macrorregiões: Grande Fortaleza, Cariri e Sertão de Sobral, tiveram um volume considerável de recursos aplicados, sem, no entanto, deixar-se de assistir os demais territórios, com destaques, também, para as macrorregiões Sertão dos Crateús, Centro Sul e Sertão Central, pelo volume de investimentos que receberam.

O investimento na execução de políticas públicas, programas, projetos e ações, assistenciais e estruturantes, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, atingiu de forma significativa às demandas sociais, nas quais a pobreza é mais concentrada, agressiva e perversa.

Quadro 6 – Distribuição de pobres por macrorregião

Macrorregião	População Total	Nº de Pessoas com Renda Domiciliar Per Capita Inferior a 1/2 Salário Mínimo	%
1-CARIRI	962.018	569.554	59,20%
2-CENTRO SUL	376.478	225.900	60,00%
3-GRANDE FORTALEZA	3.741.198	1.486.077	39,72%
4-LITORAL LESTE	191.231	114.021	59,62%
5-LITORAL NORTE	373.775	271.009	72,51%
6-LITORAL OESTE/VALE DO ACARAÚ	364.116	257.178	70,63%
7-MACIÇO DO BATURITÉ	230.523	152.117	65,99%
8-SERRA DA IBIAPABA	335.506	226.247	67,43%
9-SERTÃO CENTRAL	373.278	240.184	64,34%
10-SERTÃO DE CANINDÉ	195.281	135.968	69,63%
11-SERTÃO DE SOBRAL	460.463	277.165	60,19%
12-SERTÃO DOS CRATEÚS	342.696	225.763	65,88%
13-SERTÃO DOS INHAMUNS	130.799	88.870	67,94%
14-VALE DO JAGUARIBE	375.019	209.554	55,88%
15-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-
TOTAL	8.452.381	4.479.607	-

Fonte: Instituto de Pesquisa e Economia Estratégica do Ceará – IPECE

Quadro 7 – Distribuição de extremamente pobres por macrorregião

Macrorregião	População Total	%	População Extremamente Pobre	%
1-CARIRI	962.018	13,26	199.339	
2-CENTRO SUL	376.478	6	90.121	23,94
3-GRANDE FORTALEZA	3.741.198	19,60	294.544	7,87
4-LITORAL LESTE	191.231	2,58	38.837	20,31
5-LITORAL NORTE	373.775	8,52	128.115	34,28
6-LITORAL OESTE/VALE DO ACARAÚ	364.116	7,5	112.772	30,97
7-MACIÇO DO BATURITÉ	230.523	3,97	59.591	25,85
8-SERRA DA IBIAPABA	335.506	5,94	89.225	26,59
9-SERTÃO CENTRAL	373.278	6,82	102.478	27,45
10-SERTÃO DE CANINDÉ	195.281	4,33	65.061	33,32
11-SERTÃO DE SOBRAL	460.463	6,88	103.394	22,45
12-SERTÃO DOS CRATEÚS	342.696	7,25	108.941	31,79
13-SERTÃO DOS INHAMUNS	130.799	2,64	39.718	30,37
14-VALE DO JAGUARIBE	375.019	4,71	70.788	18,88
15-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	8.452.381	100	1.502.924	100

Fonte: Instituto de Pesquisa e Economia Estratégica do Ceará – IPECE

Quadro 8 – População Beneficiada por Setorial

Macrorregião	Empenhado	%	Pago	%	População Beneficiada	%
1-CARIRI	53.574.695,78	9,38	52.737.656,04	9,46	1.234.419	21,61
2-CENTRO SUL	25.016.006,24	4,38	24.449.794,53	4,38	435.407	7,62
3-GRANDE FORTALEZA	282.159.205,29	49,39	276.121.180,53	49,50	3.369.591	58,99
4-LITORAL LESTE	11.460.382,68	2,01	11.238.075,79	2,01	175.994	3,08
5-LITORAL NORTE	20.391.431,26	3,57	20.001.165,26	3,59	280.562	4,91
6-LITORAL OESTE/VALE DO ACARAÚ	19.606.722,40	3,43	18.941.805,54	3,40	462.665	8,10
7-MACIÇO DO BATURITÉ	14.560.099,59	2,55	14.047.948,77	2,52	195.045	3,41
8-SERRA DA IBIAPABA	13.621.308,34	2,38	13.313.248,77	2,39	355.623	6,23
9-SERTÃO CENTRAL	22.373.629,98	3,92	22.003.135,57	3,94	357.879	6,27
10-SERTÃO DE CANINDÉ	15.069.317,76	2,64	14.587.324,90	2,62	209.657	3,67
11-SERTÃO DE SOBRAL	35.118.683,22	6,15	33.410.938,98	5,99	876.264	15,34
12-SERTÃO DOS CRATEÚS	27.158.940,36	4,75	26.777.190,25	4,80	362.981	6,35
13-SERTÃO DOS INHAMUNS	10.581.240,61	1,85	10.136.247,39	1,82	160.338	2,81
14-VALE DO JAGUARIBE	20.541.330,50	3,60	20.007.109,10	3,59	371.338	6,50
15-ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
TOTAL	571.232.994,01	100,00	557.772.821,42	100,00	-	-

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 9 – Participação das Secretarias de Estado

Macrorregião	Valor Total	Participação das Secretarias (%)														
		SDA	SEDUC	STDS	CIDADES	SESA	SEINFRA	GABGOV	SRH	SECULT	SECITECE	SEAPA	CEE	SEPLAG	SPD	TOTAL
1-CARIRI	53.574.695,78	22,05	45,69	9,92	1,68	1,64	0,00	0,78	1,06	0,00	5,09	0,00	0,14	0,00	0,24	88,28
2-CENTRO SUL	25.016.006,24	27,64	24,32	5,99	0,93	0,00	0,00	0,60	17,63	0,00	1,84	0,00	0,28	0,00	0,68	79,92
3-GRANDE FORTALEZA	282.159.205,29	3,13	20,55	17,18	12,95	30,35	0,00	0,14	1,68	0,35	0,00	0,00	0,02	0,12	0,39	86,85
4-LITORAL LESTE	11.460.382,68	15,88	38,88	6,29	24,59	0,00	0,00	1,03	7,44	0,00	21,59	0,00	0,04	0,00	0,86	116,60
5-LITORAL NORTE	20.391.431,26	18,91	48,47	6,31	2,39	0,00	0,00	0,00	26,33	0,00	1,31	0,00	0,22	0,00	0,13	104,08
6-LITORAL OESTE/VALE DO ACARAÚ	19.606.722,40	31,22	37,77	5,81	2,65	0,00	0,00	0,76	6,67	0,00	0,68	0,00	0,18	0,00	0,37	86,10
7-MACIÇO DO BATURITÉ	14.560.099,59	25,63	30,86	9,50	2,65	0,00	0,00	1,02	25,39	0,00	0,00	0,00	0,06	0,00	0,00	95,11
8-SERRA DA IBIAPABA	13.621.308,34	21,98	62,05	6,92	2,43	0,00	0,00	0,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,44	0,00	0,86	95,45
9-SERTÃO CENTRAL	22.373.629,98	36,89	32,53	3,93	4,50	0,00	129,28	0,13	270,56	0,00	0,00	0,84	0,08	0,00	0,16	478,91
10-SERTÃO DE CANINDÉ	15.069.317,76	30,14	31,90	4,13	1,32	0,00	0,00	0,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	0,00	0,00	68,56
11-SERTÃO DE SOBRAL	35.118.683,22	20,79	48,69	9,74	4,86	4,76	0,00	1,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,00	0,41	90,53
12-SERTÃO DOS CRATEÚS	27.158.940,36	24,37	48,43	3,60	1,64	0,00	0,00	0,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,13	79,24
13-SERTÃO DOS INHAMUNS	10.581.240,61	37,62	34,79	4,01	9,93	0,00	0,00	1,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	87,79
14-VALE DO JAGUARIBE	20.541.330,50	29,80	36,92	5,06	6,03	0,00	57,50	0,00	0,00	0,00	2,55	0,00	0,35	0,00	0,56	138,78
15-ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	571.232.994,01	14,51	30,96	11,93	8,38	15,44	5,06	0,43	10,60	0,17	1,98	0,03	0,09	0,06	0,36	100,00

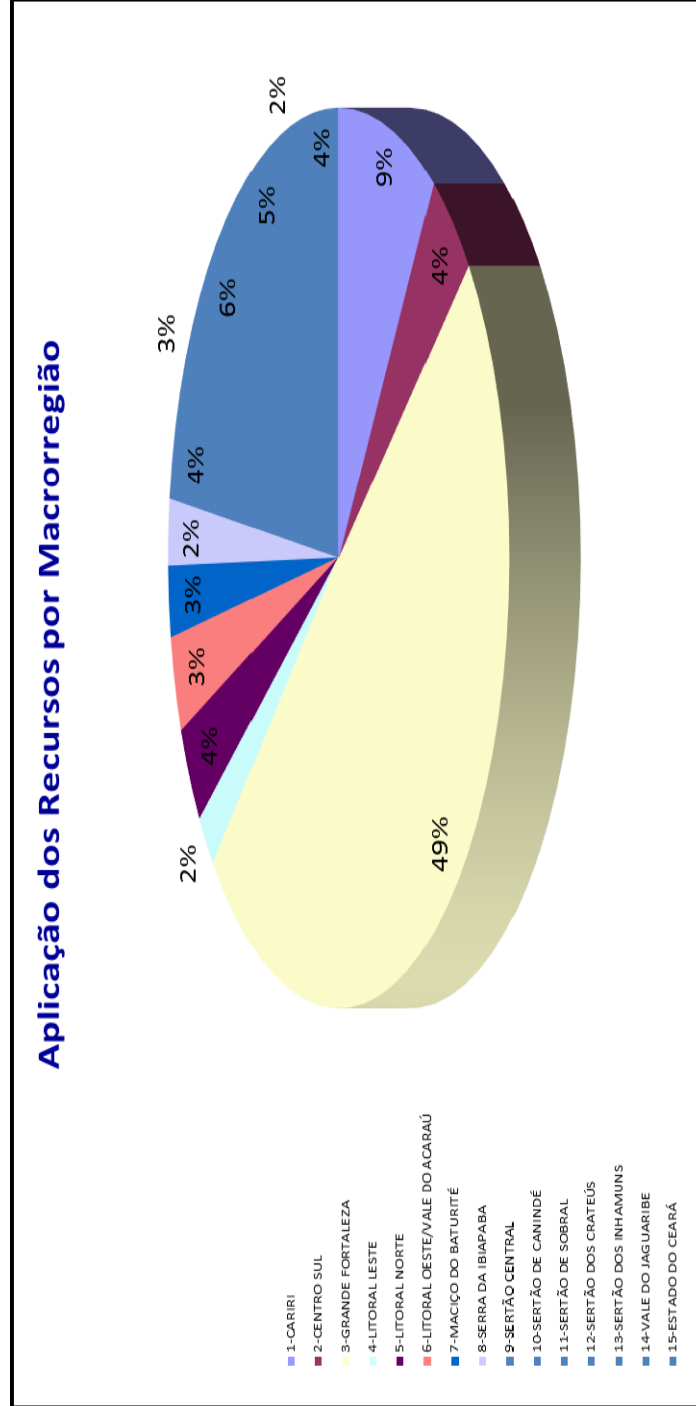
Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 10 – Distribuição de recursos por macrorregião

Macrorregião	Nº de Municípios	Empenhado	%	Pago	%
1-CARIRI	30	53.574.695,78	9,38	52.737.656,04	9,46
2-CENTRO SUL	14	25.016.006,24	4,38	24.449.794,53	4,38
3-GRANDE FORTALEZA	20	282.159.205,29	49,39	276.121.180,53	49,50
4-LITORAL LESTE	7	11.460.382,68	2,01	11.238.075,79	2,01
5-LITORAL NORTE	14	20.391.431,26	3,57	20.001.165,26	3,59
6-LITORAL OESTE/VALE DO ACARAÚ	13	19.606.722,40	3,43	18.941.805,54	3,40
7-MACIÇO DO BATURITÉ	14	14.560.099,59	2,55	14.047.948,77	2,52
8-SERRA DA IBIAPABA	10	13.621.308,34	2,38	13.313.248,77	2,39
9-SERTÃO CENTRAL	14	22.373.629,98	3,92	22.003.135,57	3,94
10-SERTÃO DE CANINDÉ	7	15.069.317,76	2,64	14.587.324,90	2,62
11-SERTÃO DE SOBRAL	19	35.118.683,22	6,15	33.410.938,98	5,99
12-SERTÃO DOS CRATEÚS	14	27.158.940,36	4,75	26.777.190,25	4,80
13-SERTÃO DOS INHAMUNS	6	10.581.240,61	1,85	10.136.247,39	1,82
14-VALE DO JAGUARIBE	16	20.541.330,50	3,60	20.007.109,10	3,59
15-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-	-
TOTAL	184	571.232.994,01	100,00	557.772.821,42	100,00

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Gráfico 4 – Aplicação dos recursos por macrorregião



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.8 Aplicação dos Recursos por Programa de Governo

Uma derradeira análise, acerca da aplicação dos recursos, do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, incide sobre a distribuição dos valores, que foram efetivamente empenhados, e, bem assim, devidamente pagos, junto aos Programas Governamentais executados no semestre em análise.

Da identificação de 41 (quarenta e um) Programas Governamentais conduzidos no período em comento, infere-se que a aplicação dos recursos do Fundo Especial de Gestão teve, como mote, o apoio financeiro aos mais diversos investimentos promovidos do Estado do Ceará, especialmente por se tratarem de demandas de relevante interesse social, alinhadas ao escopo do Fundo.

Por envolverem o mesmo propósito, de se promover políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida, eis que se percebe uma correlação existente entre os Programas Governamentais e a missão institucional do Fundo, o que, diante da identificação das competências por eles tratadas, legitima a aplicação dos recursos, por parte do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Dos 571.232.994,01 (quinhentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, e um centavo) empenhados, R\$ 557.772.821,42 (quinhentos e cinquenta e sete, setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais, e quarenta e dois centavos) foram pagos em Programas do Governo, representando um percentual de 86% (oitenta e seis por cento).

Com efeito, investimentos nas áreas de ensino integrado à educação profissional, num valor empenhado de R\$ 111.410.584,72 (cento e onze milhões, quatrocentos e dez mil, quinhentos e oitenta e quatro reais, e setenta e dois centavos), foram pagos R\$ 111.117.032,54 (cento e onze milhões, cento e dezessete mil, trinta e dois reais, e cinquenta e quatro centavos), correspondendo a 19,92% (dezenove vírgula noventa e dois por cento).

Ademais, investimentos na atenção à saúde, integral e de qualidade, representou um empenho de R\$ 85.814.098,32 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e catorze mil, noventa e oito reais, e trinta e dois centavos), com valor pago correspondente a R\$

83.570.118,70 (oitenta e três milhões, quinhentos e setenta mil, cento e dezoito reais, e setenta centavos), equivalendo a 14,98% (catorze vírgula noventa e oito por cento).

Também, no campo da oferta hídrica para múltiplos usos foram empenhados R\$ 60.534.981,24 (sessenta milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais, e vinte e quatro centavos), tendo sido pago R\$ 60.012.669,84 (sessenta milhões, doze mil, seiscentos e sessenta e nove reais, e oitenta e quatro centavos), correspondendo a 10, 76% (dez vírgula setenta e seis por cento), com recursos do Fundo Especial de Gestão.

Assim, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, tem se consolidado como instrumento estratégico às ações planejadas do Governo.

Quadro 11 – Aplicação de recursos por Programas de Governo

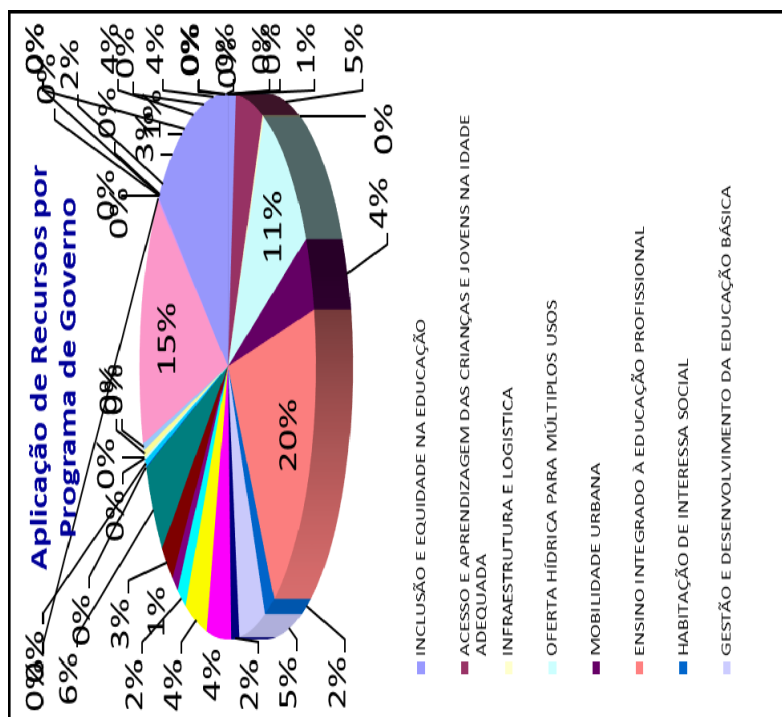
Nº	Código	Programas	Empenhado	%	Pago	%
1	6	INCLUSÃO E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO	8.443.457,88	1,48%	8.308.206,24	1,49%
2	8	ACESSO E APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS E JOVENS NA IDADE ADEQUADA	28.406.596,78	4,97%	27.498.110,22	4,93%
3	10	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	1.424.861,95	0,25%	1.354.809,67	0,24%
4	16	OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS	60.534.981,34	10,60%	60.012.699,84	10,76%
5	19	MOBILIDADE URBANA	25.000.000,00	4,38%	23.498.896,25	4,21%
6	20	ENSINO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	111.410.584,71	19,50%	111.117.032,54	19,92%
7	22	HABITAÇÃO DE INTERESSA SOCIAL	10.696.378,57	1,87%	10.486.778,57	1,88%
8	23	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	27.567.314,57	4,83%	27.098.240,58	4,86%
9	25	ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESCOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	8.711.919,94	1,53%	8.702.087,59	1,56%
10	27	REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	25.509.688,55	4,47%	25.509.688,55	4,57%
11	29	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA FAMILIAR	23.226.859,21	4,07%	19.520.144,65	3,50%
12	30	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	9.969.140,68	1,75%	9.969.140,68	1,79%
13	31	INCLUSÃO ECONÔMICA E ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	6.807.148,02	1,19%	6.805.908,98	1,22%
14	32	ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESCOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA	14.324.020,37	2,51%	14.017.526,38	2,51%
15	33	PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	31.826.367,08	5,57%	31.338.216,48	5,62%
16	34	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	187.519,00	0,03%	187.519,00	0,03%

17	40	MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	2.500.000,00	0,44%	2.500.000,00	0,45%
18	44	PROMOÇÃO DO ACESSO E FOMENTO À PRODUÇÃO E DIFUSÃO DA CULTURA CEARENSE	988.097,76	0,17%	918.427,80	0,16%
19	50	ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO	0,00	0,00%	0,00	0,00%
20	54	PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	2.469.518,00	0,43%	2.469.518,00	0,44%
21	56	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	2.375.000,00	0,42%	2.375.000,00	0,43%
22	57	ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	85.814.098,32	15,02%	83.570.118,70	14,98%
23	58	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS NÍVEIS: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	1.000.000,00	0,18%	1.000.000,00	0,18%
24	61	DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DA DIFUSÃO TECNOLÓGICA, E DA CULTURA DE INOVAÇÃO.	1.156.517,33	0,20%	850.280,08	0,15%
25	63	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA DO CEARÁ	0,00	0,00%	0,00	0,00%
26	64	RESÍDUOS SÓLIDOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
27	65	FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO	0,00	0,00%	0,00	0,00%
28	70	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%
29	71	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	10.171.311,43	1,78%	10.093.847,53	1,81%
30	72	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	17.563.368,26	3,07%	17.119.015,02	3,07%
31	75	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE ADOLESCENTES EM ATENDIMENTOS SOCIOEDUCATIVOS	6.842.991,19	1,20%	5.971.120,27	1,07%

32	76	GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SAÚDE	0,00	0,00%	0,00	0,00%
33	78		20.931.763,81	3,66%	20.909.618,73	3,75%
34	79	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	529.595,35	0,09%	526.979,00	0,09%
35	80		20.908.589,20	3,66%	20.108.585,36	3,61%
36	82	EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA	86.057,56	0,02%	86.057,56	0,02%
37	83		1.796.133,15	0,31%	1.796.133,15	0,32%
38	84	GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%
39	85	PROTEÇÃO CONTRA O USO PREJUDICIAL DE DROGAS	2.053.114,00	0,36%	2.053.114,00	0,37%
40	86	CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO	0,00	0,00%	0,00	0,00%
41	500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SPD	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL			571.232.994,01	100%	557.772.821,42	86%

Fonte: Secretaria da Fazenda – SEFAZ

Gráfico 5 – Distribuição de recursos por Programas de Governo



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4. Análise de Desempenho das Setoriais

4.1 Conselho Estadual de Educação – CEE

4.1.1 Aspectos Gerais

O Conselho Estadual de Educação – CEE, tem como missão normatizar, acompanhar e avaliar o Sistema Estadual de Ensino do Ceará, para o desenvolvimento da educação, com qualidade e equidade, bem como, exercer as demais atribuições constitucionais e legais previstas, conforme preceitua a Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo.

As competências e organização do Conselho Estadual de Educação - CEE, se encontram inseridas no Decreto nº 29.159, de 16 de janeiro de 2008, publicado no DOE de 18 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o Regimento Interno deste órgão.

Os objetivos estratégicos do referido órgão estão destacados a seguir:

- a) ampliar a articulação com os diferentes segmentos sociais organizados e instituições afins;
- b) atender com celeridade e prontidão as demandas da sociedade;
- c) fortalecer as relações com os usuários e parceiros;
- d) implantar uma política de Gestão de Pessoas, com ênfase na qualificação, satisfação pessoal, incentivo e valorização profissional, e melhoria do clima organizacional;
- e) institucionalizar a aplicação de tecnologia de gestão, informação e comunicação, inovando processos e procedimentos;
- f) ampliar o orçamento e a captação de recursos;

Para alcançar os objetivos pretendidos o Conselho captou recursos adicionais do Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FECOP, no valor de R\$ 529.600,00 (quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos reais), com o objetivo de viabilizar o atendimento de alunos das escolas das redes estadual e municipal.

A seguir, o detalhamento dos projetos financiados pelo Fundo.

Quadro 12 - Detalhamento dos Projetos

MAPP	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
38	Programa de Formação de Executivos Escolares	400.000,00
105	Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos, Acompanhamento e Consolidação dos Dados dos Sistemas de Informatização – SISP/SISPROF e SISPES.	129.600,00
TOTAL		529.600,00

Fonte: Conselho Estadual de Educação - CEE

Os Projetos acima mencionados são de natureza contínua, e foram executados totalmente com recursos do FECOP. O Projeto Programa Formação de Executivos teve a sua execução no período de abril a dezembro de 2016. Com relação ao Projeto Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos, Acompanhamento e Consolidação dos Dados dos Sistemas de Informatização – SISP/SISPROF e SISPES, o mesmo foi apresentado a partir de 2016, e teve a sua execução realizada no período de outubro a dezembro de 2016.

Convém registrar que a execução financeira do Conselho, no ano de 2016, foi de R\$ 529.595,53 (quinhentos e vinte e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais, e cinquenta e três centavos), equivalendo a 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento), do valor devidamente programado.

Quadro 13 - Execução Financeira – CEE

MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor empenhado		Valor Pago	%
			de abril a dezembro/16	%		
38	Formação de Gestores Escolares para Educação Básica	400.000,00	400.000,00	100	400.000,00	100
105	Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos, Acompanhamento e Consolidação dos Dados dos Sistemas de Informatização – SISP/SISPROF/SISPES	129.600,00	129.595,35	99,99	126.983,65	97,98
TOTAL		529.600,00	529.595,35	99,99	526.983,65	97,98

Fonte: Conselho Estadual de Educação - CEE

A despesa no valor de R\$ 2.616,35 (dois mil, seiscentos e dezesseis reais, e trinta e cinco centavos), teve a sua execução realizada em 2016, e se encontra em condições de restos a pagar, para posterior pagamento.

4.1.2 Desenvolvimento

O Projeto de Formação de Gestores Escolares para Educação Básica visa contribuir para a melhoria dos indicadores da educação, por meio da habilitação de gestores, coordenadores de escola e técnicos da Secretaria da Educação das escolas da rede pública municipal.

O caráter inovador do programa de formação exige contratação, por meio de bolsas de renomados professores, entre doutores, mestres e especialistas, para a docência nos pólos de formação e do pessoal de apoio, com vistas a assegurar a logística e execução do Projeto.

A sua execução física foi feita em vários municípios, de acordo com as macrorregiões, beneficiando 2.534 (dois mil, quinhentos e trinta e quatro) cursistas, que corresponde a 90,53% (noventa vírgula cinquenta e três por cento) da meta estabelecida.

Foram beneficiados 344.147 (trezentos e quarenta e quatro mil e cento e quarenta e sete) alunos da rede pública municipal, equivalente a 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento) da meta.

Com relação ao acompanhamento financeiro foi executado o valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), representando 100% (cem por cento) do valor programado.

O projeto Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos, Acompanhamento e Consolidação dos Dados dos Sistemas de Informatização – SISP/SISPROF/SISPES, visa dar continuidade as ações executadas pelo Conselho, na implementação e consolidação do Sistema de Informatização e Simplificação de Processos – SISP, SISPROF e SISPES, assim como capacitação dos Secretários Escolares, Técnicos das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE, e das Secretarias Municipais de Educação, nos sistemas especificados, além de um

acompanhamento permanente das informações prestadas, melhorando os indicadores da educação, por meio do credenciamento/recredenciamento das instituições de ensino, bem como, autorização, aprovação, reconhecimento e renovação de cursos ofertados por elas.

A sua execução física foi feita em 184 (cento e oitenta e quatro) municípios, de acordo com as macrorregiões, beneficiando 5.861 (cinco mil, oitocentos e sessenta e uma) escolas credenciadas, que representa 87,48% (oitenta e sete vírgula quarenta e oito por cento) da meta estabelecida.

Foram beneficiados 2.245.021 (dois milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, e vinte e um) alunos, correspondendo a 99,73% (noventa e nove vírgula setenta e três por cento) da meta ajustada.

Vale registrar que foram capacitados 5.186 (cinco mil, cento e oitenta e seis) gestores, que envolve 80,43% (oitenta vírgula quarenta e três por cento) da meta registrada.

Foram treinados no SISPS/SPROF 3.559 (três mil quinhentos e cinquenta e nove) secretários municipais das instituições de ensino de educação regular, representando 82,02% (oitenta e dois vírgula dois por cento).

Foi efetuada a capacitação e acompanhamento de 362 (trezentos e sessenta e dois) técnicos das Secretarias Municipais da Educação, correspondendo a 98,36% (noventa e oito vírgula trinta e seis por cento) da meta programada.

O CEE efetuou o acompanhamento e consolidação dos dados informados de 807 (oitocentos e sete) escolas de educação regular, e 67 (sessenta e sete) de educação profissional, equivalendo a 57,98% (cinquenta e sete vírgula noventa e oito por cento) da meta programada.

Com relação ao acompanhamento financeiro foi executado o valor de R\$ 129.595,35 (cento e vinte e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais, e trinta e cinco centavos), representando 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento) do valor programado.

4.1.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Quadro 14 - Distribuição de Recursos Aplicados

MACRORREGIÃO	EMPENHADO	%	POPULAÇÃO	
			BENEFICIADA	%
1 - Cariri	28.323,00	5,35	42.461	10,50
2 - Centro Sul	70.816,00	13,37	43.556	5,61
3 – Grande Fortaleza	55.252,00	10,43	10.529	38,45
4 – Litoral Leste	4.100,00	0,78	5.857	1,64
5- Litoral Norte	44.352,00	8,38	10.664	5,60
6 – Litoral Oeste/Vale do Curu	34.864,00	6,59	16.608	4,21
7 – Maciço do Baturité	8.500,00	1,6	13	2,51
8 - Serra da Ibiapaba	59.623,53	11,26	105.964	6,72
9 – Sertão Central	17.288,00	3,26	3.135	3,88
10 – Sertão do Canindé	12.988,00	2,45	5.197	2,29
11 – Sertão de Sobral	47.252,00	8,92	24.223	6,34
12 – Sertão de Cratêus	26.476,00	5,0	10.429	4,15
13 – Sertão dos Inhamus	3.300,00	0,62	5	1,39
14 – Vale do Jaguaribe	72.056,00	13,61	65.690	5,35
15 – Estado do Ceará	44.405,00	8,38	-	1,36
TOTAL	529.595,53	100,00	344.331	100,00

Fonte: Conselho Estadual de Educação - CEE

Do montante de recursos empenhados no ano de 2016, no valor de R\$ 529.595,53 (quinhentos e vinte e nove mil, quinhentos e noventa e cinco reais, e cinquenta e três centavos), verifica-se que a macrorregião 03 - Grande Fortaleza, foi contemplada com 38,45% (trinta e oito vírgula quarenta e cinco por cento), seguida da macrorregião 1 - Cariri, com percentual de 10,50% (dez vírgula cinquenta por cento).

A concentração de recursos nas duas macrorregiões citadas pode ser justificada pela quantidade de alunos existentes em cada uma delas, tendo em vista que esse produto faz parte da população beneficiada para atendimento dos projetos.

Os valores empenhados e pagos dos Projetos em questão, descritos no quadro acima, englobam os municípios de cada região, bem como os cursistas capacitados e escolas credenciadas, descritos a seguir:

4.1.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.1.4.1 Resultados

- a) aproveitamento satisfatório dos formadores, em consonância com os conteúdos ministrados;
- b) resignificação do papel do Diretor na perspectiva de sua atuação;
- c) orientação para a elaboração do Projeto Político Pedagógico – Documento nº 01 – História da Escola;
- d) retomada das reuniões com os Articuladores Municipais, para orientações sobre o Projeto;
- e) demanda por parte dos prefeitos solicitando a implantação do Projeto;
- f) contemplados diversos municípios em diversas regiões, através das ações do Projeto;
- g) beneficiados 2.534 (dois mil e quinhentos e trinta e quatro) cursistas, por meio da implementação do Projeto;
- h) beneficiados 2.589.168 (dois milhões e quinhentos e oitenta e nove mil e cento e sessenta e oito) alunos, através da implementação dos Projetos;
- i) cadastradas 5.861 (cinco mil e oitocentos e sessenta e uma) escolas junto aos sistemas: SISP/SISPROF E SISPES;
- j) capacitados 3.559 (três mil e quinhentos e cinquenta e nove) secretários escolares;
- l) capacitados 5.186 (cinco mil e cento e oitenta e seis) gestores escolares;

4.1.4.2 Dificuldades

- a) defasagem do valor dos recursos financeiros liberados pelo Estado;
- b) cancelamento da execução do Programa por parte dos municípios, tendo em vista a falta de recursos financeiros para o apoio logístico das aulas;
- c) alguns cursistas abandonam o curso.

4.2 Gabinete do Governador – GABGOV

4.2.1 Aspectos Gerais

O Pro-Jovem Urbano e o Pro-Jovem Campo - “Saberes da Terra”, são executados pelo Gabinete do Governador, por meio da Coordenadoria Estadual de Juventude, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, desde 2008 e 2009, respectivamente.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – PROJOVEM, visa proporcionar formação integral aos jovens, por meio de efetiva associação entre: formação básica para elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional com certificação de formação inicial, e participação cidadã, com a promoção de experiências de atuação social na comunidade. E desde 2008, o Gabinete do Governador vem buscando garantir o direito dos jovens do Estado do Ceará.

Os Pro-Jovens são avaliados trimestralmente pelas suas respectivas Comissões de Avaliação de Metas Físicas, que são compostas por membros das Secretarias da Educação – SEDUC, da Justiça e Cidadania – SEJUS, e do Desenvolvimento Agrário – SDA. Estas Comissões estão sempre atuantes nas intervenções junto ao programa, o que permite ainda mais a proximidade das Secretarias de Estado com a realidade dos alunos e educadores dos programas, identificando e buscando atender as suas demandas, bem como, as demandas das comunidades em que estão inseridos.

O Pro-Jovem tem o objetivo ofertar a elevação de escolaridade aos jovens, de 18 a 29 anos, que não tenham concluído o ensino fundamental, e saibam ler e escrever. O Pro-Jovem Urbano 5 atende 4.965 jovens, em 26 municípios; e o ProJovem Campo 3 atende 1.200 jovens, em 17 municípios.

ProJovem Campo 3 – Contrato de Gestão nº 04/2015 – MAPP nº 103

O Contrato de Gestão foi publicado no Diário Oficial do Estado – DOE, em 21 de maio de 2015, tendo sido celebrado com base na Resolução CD/FNDE nº 11, de 16 de abril de 2014, com vigência estabelecida em 20 meses, e beneficia, desde julho de 2015, 1.200 jovens em 17 municípios.

O Pro-Jovem Campo 3, beneficia a população jovem dos municípios de: Aracati, Ararendá, Araripe, Cascavel, Caucaia, Crateús, Fortim, Guaiúba, Icapuí, Ipueiras, Jaguaruana, Mauriti, Pindoretama, Pires Ferreira, Quixeramobim, São Luiz do Curu e Tianguá.

O Contrato de Gestão nº 04/2015, firmado entre o Gabinete do Governador – GABGOV, e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, tem o valor global de R\$ 11.936.160,00 (onze milhões, novecentos e trinta e seis mil, cento e sessenta reais); sendo do recurso Estadual, R\$ 2.079.360,00 (dois milhões, setenta e nove mil, trezentos e sessenta reais), oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP; e, do recurso Federal, R\$ 9.856.800,00 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, e oitocentos reais) oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

O valor programado para a 2016 foi de R\$ 623.808,00 (seiscentos e vinte e três mil, oitocentos e oito reais). No primeiro semestre de 2016, precisamente no mês de março, foi paga a parcela no valor de R\$ 588.808,00 (quinhentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oito reais), da Fonte 10 (FECOP). Contudo, no segundo semestre de 2016, foram devolvidos ao Fundo R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme memória de desembolso abaixo.

Quadro 15 – Memória de Desembolso

DESEMBOLSO – PJC 3 2016			
FONTE / MÊS	PROGRAMADO	PAGO	%
FECOP – 2016	588.808,00	588.808,00	100,00
FNDE – 2016	2.957.040,00	1.834.007,00*	1,37

* Refere-se ao que faltava do exercício de 2015 (R\$ 1.793.349,03), mais o de 2016 (R\$ 40.657,97). Logo o percentual de repasse referente ao exercício de 2016, é de 1% do programado para o período.

Fonte: Gabinete do Governador – GABGOV

Em 2016 foram pagos R\$ 1.834.007,00 (um milhão, oitocentos e trinta e quatro mil, e sete reais), referente ao recurso do Governo Federal, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

No período de 12 meses de execução do programa, o Governo Federal realizou uma revisão no valor a ser repassado ao Governo do Estado, considerando o número atualizado de alunos frequentes no programa. Essa informação é obtida por meio do

Sistema de Gestão do ProJovem, do Ministério da Educação. Logo, o valor da contrapartida Estadual deverá também reduzir, seguindo exemplos de deliberações do Comitê de Gestão por Resultado e Gestão Fiscal – COGERF, em programas anteriores.

Em caráter de emergência, o Governo Federal publicou a Resolução CD/FNDE nº 06/2015, de 09 de junho de 2015, que autorizou a transferência de saldos existentes em conta-corrente específica do ProJovem Campo ou do ProJovem Urbano, aberta em edições anteriores, para a conta-corrente das atuais respectivas edições, no intuito de reduzir os impactos negativos do atraso de recursos.

No total foram utilizados para o pagamento da atual edição, R\$ 3.682.263,25 (três milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e três reais, e vinte e cinco centavos) do saldo de recurso do Pro-Jovem Campo 1 (2013) e 2 (2014).

Quadro 16 – Memória de Desembolso

DESEMBOLSO – VALOR TOTAL DO CONTRATO			
FONTE	PROGRAMADO	PAGO	%
FECOP	2.044.360,00	2.044.360,00	100,00
FNDE	9.856.800,00	6.940.417,97	70,41
TOTAL	11.901.160,00	8.984.777,97	75,49

Fonte: Gabinete do Governador – GABGOV

ProJovem Urbano 5 – Contrato de Gestão nº 07/2015 – MAPP nº 102

O Contrato de Gestão foi publicado no Diário Oficial do Estado – DOE, em 21 de maio de 2015, e celebrado com base na Resolução CD/FNDE nº 08, de 16 de abril de 2014, com vigência estabelecida em 24 meses, beneficiando, do período de 2015 a 2017, 5.050 jovens, em 26 municípios.

O Pro-Jovem Urbano 05, beneficia a população jovem dos municípios de: Alto Santo, Assaré, Barbalha, Boa Viagem, Barro, Capistrano, Cariré, Cedro, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Guaraciaba do Norte, Hidrolândia, Icó, Itapiúna, Itatira, Missão Velha, Pacatuba, Pentecoste, Santa Quitéria, Tabuleiro do Norte, Trairi, Umirim, e em unidades prisionais em Aquiraz, Pacatuba e Juazeiro do Norte.

Em dezembro de 2015, o Contrato foi aditado, ampliando a meta 4.800 para 5.050 jovens beneficiados, em 26 municípios. Estes 250 jovens encontram-se em situação de privação de liberdade, nas unidades prisionais de: Aquiraz – Presídio Feminino Des. Auri Moura Costa (85 alunos); Pacatuba – Penitenciária Hélio Viana (85 alunos); e Juazeiro do Norte – Presídio Industrial do Juazeiro do Norte (80 alunos).

As Turmas nas unidades prisionais ficarão em atividade letiva até agosto de 2017, já que começaram depois das Turmas nos municípios. A Turma na unidade prisional no município de Pacatuba (ofertada à 85 alunos), teve que ser fechada, tendo em vista os problemas internos na instituição que acarretaram redução de alunos em sala de aula, e risco a eles e aos educandos. Em decisão tomada entre as Coordenações do Gabinete do Governador – GABGOV, Secretaria da Justiça – SEJUS, e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, decidiu-se encerrar as Turmas, pois não seria mais possível recuperar o calendário letivo na unidade. A meta será reajustada.

O Contrato de Gestão nº 07/2015, firmado entre o Gabinete do Governador e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, tem o valor global de R\$ 22.103.068,00 (vinte e dois milhões, cento e três mil, e sessenta e oito reais), sendo do recurso Estadual, R\$ 5.612.368,00 (cinco milhões, seiscentos e doze mil, trezentos e sessenta e oito reais), oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e, do recurso Federal, R\$ 16.490.700,00 (dezesesseis milhões, quatrocentos e noventa mil, e setecentos reais) oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

No período de 12 meses de execução do programa, o Governo Federal realizou uma revisão no valor a ser repassado ao Governo do Estado, considerando o número atualizado de alunos frequentes no programa. Esta informação é obtida por meio do Sistema de Gestão do ProJovem, do Ministério da Educação. Logo, o valor da contrapartida Estadual deverá também reduzir, seguindo exemplos de deliberações do Comitê de Gestão por Resultado e Gestão Fiscal – COGERF, em programas anteriores.

O valor programado para a 2016, repassado para o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, foi de R\$ 1.880.710,00 (um milhão, oitocentos e oitenta mil, setecentos e dez reais), da Fonte 10 (FECOP), conforme memória de desembolso abaixo.

Quadro 17 – Memória de Desembolso

DESEMBOLSO – PJU 5 2016			
FONTE / MÊS	PROGRAMADO	PAGO	%
FECOP – 2016	1.880.710,40	1.880.710,00	100,00
FNDE – 2016	4.947.210,00	10.356.936,55*	49,14

* Refere-se ao que faltava do exercício de 2015 (R\$ 7.925.660,24), mais o de 2016 (R\$ 2.431.276,31). Logo o percentual de repasse referente ao exercício de 2016, é de 49,14% do programado para o período.

Fonte: Gabinete do Governador – GABGOV

No que se refere ao recurso Federal, estava previsto o desembolso de R\$ 11.543.490,00 (onze milhões, quinhentos e quarenta e três mil, quatrocentos e noventa mil).

Foram repassados, pelo FNDE ao Governo do Estado, R\$ 3.618.029,76 (três milhões, seiscentos e dezoito mil, vinte e nove reais, e setenta e seis centavos), e destes foram pagos R\$ 3.617.829,76 (três milhões, seiscentos e dezessete mil, oitocentos e vinte e nove reais, e setenta e seis centavos), em 2015.

Já em 2016, foram pagos R\$ 10.356.936,55 (dez milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais, e cinquenta e cinco centavos, conforme memória de desembolso acima.

Devido aos atrasos nos repasses do Governo Federal, como medida emergencial, foi autorizado, por meio da Resolução CD/FNDE nº 06, de 09 de junho de 2015, a transferência de saldos existentes em conta-corrente específica do Pro-Jovem Campo ou do Pro-Jovem Urbano, aberta em edições anteriores, para a conta-corrente da Edição 2014, evitando prejuízos ao andamento do programa.

No total, foram utilizados para o pagamento da atual edição, R\$ 746.424,72 (setecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais, e setenta e dois centavos), do saldo de recurso do Pro-Jovem Urbano 3 e 4.

Quadro 18 – Execução Financeira 2016

Nº		Secretarias/Projetos Gabinete do Governador	Limite Anual (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	%	Valor Pago (R\$)	%
102	2	Programa Nacional de Inclusão de Jovens –	1.880.710,00	1.880.710,00	100	1.880.710,00	100

		ProJovem Urbano (5)				
103	3	ProJovem Campo “Saberes da Terra” (3)	588.808,00	588.808,00	100	588.808,00 100
		Subtotal	2.469.518,00	2.469.518,00	100	2.469.518,00 100

Fonte: Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas – SIAP

4.2.2 Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pelo GABGOV incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP – GEF, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Estruturantes, na modalidade Educação, e, ainda, nas subcategorias de Ocupação e Renda: Inclusão Produtiva Urbana e a Rural.

Quadro 19 – Categorização dos Programas

Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos		Categorização de Projetos
	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (I).		Educação (Formação) / Ocupação e Renda
GABGOV	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano (II).	Estruturantes	Educação (Formação) / Ocupação e Renda
	103	ProJovem Campo - “Saberes da Terra”		Educação (Formação) / Ocupação e Renda

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.2.2.1 Projetos Estruturantes:

4.2.2.1.1 Educação:

O Objetivo central do ProJovem é a elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos, bem como a qualificação profissional inicial. Logo, está vinculado a categoria de Educação, que abrange os projetos ligados à educação formal em seus diversos estágios, da infância à vida adulta, desenvolvidos de forma complementar às ações de responsabilidade legal do Estado. Os projetos incluídos nesse grupo vinculam-se diretamente ao fortalecimento da qualidade do ensino educacional, não abrangendo, por exemplo, construção e reforma de escolas, nem formação técnica profissional, que possuem uma classificação específica.

4.2.2.1.2 Ocupação e Renda:

A Inclusão Produtiva Urbana, que inclui os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho, bem como, a Inclusão Produtiva Rural, que inclui projetos direcionados para o fortalecimento da agricultura familiar, através de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural e fomento, que, apesar de não serem metas estabelecidas no programa, remetem à proposta de inclusão social e produtiva no contexto socioeconômico das comunidades onde os jovens do programa estão inseridos. No Urbano, por meio da capacitação profissional inicial nos Arcos de Turismo e Hospitalidade, de Administração e de Serviços Pessoais (Estética).

No Pro-Jovem Campo, por meio da capacitação profissional inicial em Agricultura Familiar Sustentável, Agroecologia, Apicultura, Avicultura, entre outras culturas, com a implementação de Quintais Produtivos e Unidades Técnicas de Demonstração – UTDs.

4.2.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Ressalte-se que, na seleção dos municípios a serem beneficiados, são consideradas: a situação socioeconômica da Região; as estruturas cedidas e o cumprimento dos aspectos de governabilidade das Prefeituras em edições atuais e anteriores (exemplo: o transporte dos alunos e educadores); os municípios inseridos nos Territórios da Cidadania; entre outros.

Quadro 20 – Distribuição dos Recursos Aplicados

GABINETE DO GOVERNADOR				
MACRORREGIÃO	EMPENHADO (R\$)	%	POPULAÇÃO BENEFICIADA	%
01 – CARIRI	416.048,88	16,85	1.060	16,96
02 – CENTRO SUL	148.967,13	6,03	400	6,40
03 – GRANDE FORTALEZA	388.920,56	15,75	9845	14,88
04 – LITORAL LESTE	117.761,60	4,77	240	3,84
05 – LITORAL NORTE	0,00	0	0	0
06 – LITORAL OESTE / VALE DO CURU	148.967,13	6,03	400	6,40
07 – MACIÇO DO BATURITÉ	148.967,13	6,03	400	6,40
08 – SERRA DA IBIAPABA	103.923,96	4,21	260	4,16

09 – SERTÃO CENTRAL	29.440,40	1,19	60	0,96
10 – SERTÃO DE CANINDÉ	148.967,13	6,03	400	6,40
11 – SERTÃO DE SOBRAL	401.858,22	16,27	1060	16,96
12 – SERTÃO DE CRATEÚS	266.728,73	10,80	640	10,24
13 – SERTÃO DOS INHAMUNS	0,00	0	0	0
14 – VALE DO JAGUARIBE	148.967,13	6,03	400	6,40
TOTAL	2.469.518,00	100	6.165	100

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

O Gabinete do Governador empenhou, e pagou, no primeiro semestre de 2016 ao Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, para execução dos Pro-Jovens Urbano e Campo, o equivalente a R\$ 2.469.518,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, e quinhentos e dezoito reais). As duas atuais edições atendem 6.250 jovens, em 26 municípios do Estado do Ceará.

Os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, são pagos ao Instituto, de acordo com o número de beneficiados em cada região, e são utilizados no pagamento de despesas como: pessoal (Professor de Educação Especial, Agente de Organização Escolar, Analista Administrativo, Assistente Administrativo, Menor Aprendiz); material de expediente/consumo; material gráfico; combustível; aluguel de carros; fardamento; benefícios; despesas eventuais; passagens e diárias; auditoria contábil; entre outros.

Também, repassado ao Instituto, proporcionalmente ligado ao número de jovens em cada Macrorregião de Planejamento, o recurso oriundo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, abrange as seguintes despesas: pessoal (Professor de EJA e de qualificação profissional, Analista Administrativo, Tradutor e Interpretador de Libras, Auxiliar de Serviços de Alimentação, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil); formação de educadores, gêneros alimentícios; material dos estudantes; material do professor; formação dos gestores e formadores, transporte; aulas de qualificação profissional; entre outros.

4.2.4 Principais Resultados e Dificuldades

Atualmente os Pro-Jovens enfrentam problemas em comum, que impactam negativamente na frequência dos alunos, como, por exemplo, o atraso da bolsa-auxílio dos alunos, que são depositadas diretamente a eles pelo Governo Federal. No

caso do Pro-Jovem Urbano, nas unidades prisionais, há ainda a dificuldade de manutenção regular das aulas, devido aos acontecimentos recentes, como as rebeliões e questões internas das unidades.

4.2.4.1 Dificuldades

a) o atraso no repasse do recurso federal do FNDE/MEC: dos R\$ 16.490.700,00 (dezesesseis milhões, quatrocentos e noventa mil, e setecentos reais), previstos para toda execução do PRO-JOVEM URBANO – Edição 5 – MAPP 102, ainda não foram repassados R\$ 10.469.085,69 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitenta e cinco reais, e sessenta e nove centavos) - 63,48%;

b) o atraso no repasse do recurso federal do FNDE/MEC: dos R\$ 9.856.800,00 (nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, e oitocentos reais), previstos para toda execução do PRO-JOVEM CAMPO – Saberes da Terra – Edição 3 – MAPP 103, ainda não foram repassados R\$ 3.233.336,75 (três milhões, duzentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e seis reais, e setenta e cinco centavos - 32,80%;

c) o atraso das bolsas auxílio dos alunos PRO-JOVEM URBANO – Edição 5 – MAPP 102 e PROJOVEM CAMPO – Saberes da Terra – Edição 3 – MAPP 103;

d) por medida de segurança, as aulas nas unidades de Pacatuba e de Aquiraz foram suspensas por um mês, devido as rebeliões que aconteceram no primeiro semestre; para não prejudicar a carga horária posteriormente, nesse período de suspensão, como compensação, o calendário de formações dos educadores foi adiantado;

e) as péssimas condições dos laboratórios de informática, das escolas municipais que sediam o programa, que em muitos casos apresentam equipamentos sucateados, ou rede elétrica que não suporta a utilização de todos os computadores;

f) problemas internos nas unidades prisionais acarretaram impedimento da frequência dos alunos e insegurança nas salas de aula.

4.2.4.2 Resultados

a) no mês de janeiro foram realizadas visitas e as matrículas dos jovens a serem

atendidos pelo PRO-JOVEM URBANO – Edição 5 – MAPP 102 nas unidades prisionais;

b) foi realizada, no período de 23 a 27 de fevereiro, a I Formação dos Educadores do Pro-Jovem Urbano, na modalidade prisional; na ocasião, foi trabalhado o Eixo 1 – Juventude e Cultura; e no período de 08 a 12 de março, de forma regionalizada, nos municípios do Crato, Fortaleza, Cariré, Santa Quitéria e Boa Viagem; a formação foi ministrada em parceria com a Universidade Regional do Cariri – URCA;

c) realização da 3ª Formação Continuada dos Educadores do ProJovem Campo, nos dias 14 a 18 de março, abordou o Eixo 3: Juventude e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas, e foi ministrada em parceria com a Universidade Regional do Cariri – URCA;

d) foram implantados 121 Quintais Produtivos e 34 Unidades Técnicas de Demonstração – UTDs, que possibilitaram aos alunos do Pro-Jovem Campo experiências em agroecologia, em diversos sistemas de produção, e empreendedorismo, bem como compreender as técnicas utilizadas nas várias culturas, por meio de intercâmbio e feiras;

e) foram firmadas parcerias com a Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural – EMATERCE, no fornecimento de mudas de cajueiro para os quintais produtivos, e, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, para a realização de cursos de qualificação aos alunos, como por exemplo, o curso “Trabalhador na Avicultura Básica” de 40 h/a. No dia 06 de outubro foi realizada reunião com a Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e a Coordenadoria de Programas e Projetos Especiais, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – DAS, para pleitear cisternas nos municípios onde estão acontecendo as aulas do ProJovem Campo 3, e a ampliação e melhoria dos Quintais Produtivos, que atendem aos alunos do programa, e permitem prática agroecológica e dos diversos princípios ensinados em sala de aula, tendo em vista a integração curricular;

f) Instrução e envio do processo de Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado – TCE, referente ao exercício de 2015.

4.3 Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura – SEAPA

4.3.1 Aspectos Gerais

A Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura – SEAPA, tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável integrado das atividades da agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, possibilitando o incremento dos benefícios sociais e econômicos do setor, tendo como objetivo formular, planejar, coordenar e executar as políticas e diretrizes da agricultura, pecuária e agroindústria, para pequenos, médios e grandes produtores, não familiares, e suas associações, bem como, pesca e aquicultura, visando o desenvolvimento sustentável do Estado.

Para alcançar os objetivos pretendidos em 2016, a SEAPA contava com o recurso anual do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, na ordem de R\$ 2.192.211,28 (dois milhões, cento e noventa e dois mil, duzentos e onze reais, e vinte e oito centavos), que viabilizaria o atendimento a 602 pessoas, por meio da execução de 02 projetos que contemplam ações de enfrentamento à pobreza.

Os dois projetos apoiados em 2016 pelo FECOP são voltados à área de aquicultura: um, o de Investimento na Carcinicultura Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí-CE (ACCI); e, outro, o de Apoio à revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão, porém, este último (MAPP 98) teve que ser cancelado, devido ao baixo nível de água do açude.

Desta forma, a SEAPA conta atualmente com R\$ 192.211,28 (cento e noventa e dois mil, duzentos e onze reais, e vinte e oito centavos), para a execução do projeto relacionado ao MAPP 62, onde estão sendo atendidas 70 pessoas por meio da execução deste projeto.

Convém registrar que a execução financeira da SEAPA foi finalizada no ano de 2016, onde foram utilizados R\$ 187.519,00 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e dezenove reais), correspondendo a 97,56% do valor total dos recursos programados. Os recursos são provenientes somente da fonte do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Quadro 21 – Execução Financeira da SEAPA (janeiro/dezembro de 2016)

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	62	Investimento para a Carcinicultura Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí (ACCI).	192.211,28	187.519,00	97,56	187.519,00	97,56
2	98	Apoio à Revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão.	-	-	-	-	-
Total			192.211,28	187.519,00	97,56	187.519,00	97,56

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

4.3.2 Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SEAPA incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP – GEF, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Assistenciais, nas modalidades Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Segurança Alimentar e Nutricional; e Projetos Estruturantes, na subcategoria Inclusão Produtiva Urbana.

Projetos Estruturantes

Ocupação e Renda (Inclusão Produtividade Rural)

Em 2016, estavam sendo apoiados, com recursos do FECOP, 02 projetos na categoria Ocupação e Renda, que se destacam por prestar, de forma articulada, as seguranças afiançadas pela Política de Ocupação e Renda, por meio da inclusão dos beneficiários, e de suas famílias, nos projetos de aquicultura e de outras políticas setoriais. Tal estratégia fortalece as potencialidades familiares e amplia o leque de oportunidades, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social, porém, um dos projetos foi cancelado devido ao baixo nível de água do açude Castanhão.

O orçamento total desta categoria, para o ano de 2016, era de R\$ 2.192.211,28 (dois milhões, cento e noventa e dois mil, duzentos e onze reais, vinte e oito centavos). Contudo, devido o cancelamento de um dos projetos, o orçamento atual ficou em R\$ 192.211,28 (Cento e noventa e dois mil, duzentos e onze reais, vinte e oito centavos), sendo executado R\$ 187.519,00 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e

dezenove reais), o que corresponde a 97,56% do valor planejado do Mapp 62, para o ano.

**Quadro 22 – Execução Financeira – Projetos da Estruturante – Ocupação e Renda
(Inclusão Produtividade Rural)**

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	62	Investimento para a Carcinicultura Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí (ACCI).	192.211,28	187.519,00	97,56	187.519,00	97,56
2	98	Apoio à Revitalização da Piscicultura no Açude Castanhão.	-	-	-	-	-
Total			192.211,28	187.519,00	97,56	187.519,00	97,56

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

O projeto de Investimento para a Carcinicultura Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí-Ce, visa o investimento em materiais e equipamentos, na fazenda de camarão, da Associação dos Criadores de Camarão do Icapuí – ACCI. A fazenda de camarão da ACCI tem uma área total de 25 ha, sendo 2ha destinado a área de apoio do cultivo, onde estão construídos: o escritório, o galpão para o armazenamento de ração e o refeitório; sendo 23 ha em lâmina de água destinado a criação do camarão. A associação é composta por 17 aquicultores familiares, sendo em média beneficiadas 70 pessoas diretamente (4,12 pessoas / família (nº médio de pessoas por família no Ceará – Censo 2010). Com estes investimentos será possível melhorar a renda, gerar mais empregos e garantir a sustentabilidade desse projeto.

Devido ao baixo nível de água que se encontra atualmente o açude Castanhão, foi cancelado o projeto de apoio à revitalização da Piscicultura no açude Castanhão, que visava o investimento para a compra de ração e alevinos (peixes jovens), que serão doados aos piscicultores (Criadores de Peixes) de Jaguaribara, que criavam seus peixes em tanques-rede (equipamento para o cultivo de peixes), e que haviam sido surpreendidos com uma mortandade de peixes de grande proporção na região de Jaguaribara, no açude Castanhão, onde fica localizado o Parque Aquícola, local este no qual estavam inseridos os tanques-rede, e que foi afetado pela alta mortalidade dos peixes.

Com dados levantados pelos relatórios confeccionados pela Prefeitura de Jaguaribara, e pela Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura, do Estado do Ceará – SEAPA-CE, foi identificada uma perda declarada de 3.398.876kg. Em razão dos piscicultores explicarem, que muitos deles estão na atividade sem autorização legal, foi considerado somente a mortandade de peixes dos piscicultores que tinham permissão, reduzindo a perda para 1.127.779kg, sendo esta a perda admitida. Dos 169 piscicultores atingidos, identificou-se que somente 127 destes tinham autorização para exercer esta atividade neste Parque Aquícola.

Desta forma seriam beneficiados com este projeto, somente os 127 piscicultores familiares, que tinham permissão para o cultivo de peixes no parque aquícola, sendo beneficiadas, diretamente, uma média de 523 pessoas (4,12 pessoas / família, nº médio de pessoas por família no Ceará – Censo 2010). Com estes investimentos seria possível revitalizar a piscicultura destes aquicultores, garantindo novamente a renda destes, sendo este projeto cancelado, devido os motivos acima já mencionados.

4.3.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados neste ano, no valor de R\$ 192.211,28 (cento e noventa e dois mil, duzentos e onze reais, e vinte e oito centavos), tem-se que o Litoral Leste/Jaguaribe foi contemplado com 100%, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 23 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF				
2-LITORAL OESTE				
3-SOBRAL/IBIAPABA				
4-SERTÃO DOS INHAMUNS				
5-SERTÃO CENTRAL				
6-BATURITÉ				
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	187.519,00	97,56	72	97,56
8-CARIRI/CENTRO SUL				
22-ESTADO DO CEARÁ				
TOTAL	187.519,00	97,56	72	97,56

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

A concentração de recursos no Litoral Leste/Jaguaribe pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles:

- Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia do Ceará – IPECE, a população total estimada de Icapuí é de dezenove mil, duzentas e setenta e seis pessoas, o Índice de Desenvolvimento Municipal – IDM, é igual 37,71 (IPECE, 2010), tendo o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, igual a 0,631 (IPECE, 2000). Dezenove, vírgula oitenta e dois por cento (19,82%) da população é extremamente pobre, com rendimento domiciliar *per capita* mensal de até setenta reais (R\$ 70,00) (IBGE, 2010);
- A oferta de emprego no município de Icapuí é escassa, tendo na criação de camarão uma oportunidade de emprego e renda para a região, diminuindo, assim, o êxodo rural para as grandes cidades. Na fazenda de camarão familiar, da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí – ACCI, tem um total de 17 famílias, beneficiando uma média de 70 pessoas diretamente. O trabalho realizado, para se obter a produção de camarão final, é todo feito pelas 17 famílias. Essa fazenda tem um tamanho total de 25 hectares, sendo 23 ha em lâmina de água destinada a produção, onde são divididos em cinco viveiros no total, e 2ha destinado ao apoio para o cultivo, onde estão instalados o depósito de ração, escritório, área de manutenção e o refeitório;
- Jaguaribara é um município do Estado do Ceará, localizado a 227,6 km de Fortaleza. Este tem uma área de 668.738 km², e possui uma população de aproximadamente 11. 102 habitantes (IBGE, 2014);
- O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município, em 2010, segundo a mesma fonte foi de 0,618, enquanto que o IDM (Índice de Desenvolvimento Municipal) foi demonstrado pelo relatório elaborado pelo IPECE (2010), em que a amplitude foi de 23,82 a 39,92;
- Retomando ao contexto social, estima-se que em cada domicílio há 4,2 pessoas residindo por habitação, em que a renda per capita da população Jaguaribarense rural está em torno de R\$ 196,67 (cento e noventa e seis mil, e

sessenta e sete centavos); em contrapartida, em 2011, existiam um total de 837 empregos formais, sendo 30 destinados ao setor de agropecuário;

- Com a mortalidade dos peixes no Castanhão, os piscicultores tiveram prejuízos muito grandes, não tendo como voltar para a atividade da piscicultura. Como a ração é um dos itens que pode chegar até 80% do custo total de produção, a doação deste insumo, que é a ração e os alevinos, por este projeto, com certeza será o divisor de água, que irá ajudar muito na retomada das atividades da criação de peixes, por estes piscicultores.

4.3.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.3.4.1 Resultados

a) estão sendo beneficiados 17 carcinicultores familiares, com o projeto de Investimento para a Carcinicultura Familiar, da Associação dos Criadores de Camarão de Icapuí-Ce – ACCI;

b) foi entregue, à Associação dos Criadores de Camarão do Icapuí – ACCI, um grupo gerador de 150KVA, para poder dar uma maior segurança na criação de camarão, com redução dos custos com gasto de energia em horas, onde o KW/h é muito caro, podendo, desta forma, aumentar a renda dos associados;

c) foram entregues 37 aeradores, para Associação dos Criadores de Camarão do Icapuí – ACCI, que irão produzir oxigênio na água do cultivo de camarão, e, desta forma, poderá se ter uma maior produtividade na criação de camarão, podendo, assim, aumentar a renda dos associados;

4.3.4.2 Dificuldades

a) morosidade no processo licitatório;

b) dificuldade em conseguir proposta de orçamentos para os equipamentos com instalação inclusa.

4.4 Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE

4.4.1. Aspectos Gerais

Criada em 1993, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, tem como missão coordenar e viabilizar a geração, difusão e aplicação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Dentre seus objetivos estão: planejar, fiscalizar, coordenar, supervisionar e integrar as atividades pertinentes à educação superior, à pesquisa científica, à inclusão digital, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico do Estado, bem como, formular e implementar as políticas do governo no setor, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – CECT.

Para tal fim, conta com o envolvimento de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, instituições públicas e privadas de ensino, e setor empresarial, contribuindo com a missão de gerar divisas, emprego e crescimento para todo o Estado.

Em sua gestão, a SECITECE conta, ainda, com a participação de seus órgãos vinculados e colegiados:

Órgãos Vinculados:

Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE: Atualmente é uma Instituição de Ensino Superior, em forma de Fundação, com personalidade Jurídica de Direito Público, criada pelo Decreto nº 11.233, de 10 de março de 1975. Constituída por uma rede multicampi, que privilegia os Cursos voltados para a formação de professores, a UECE vem acumulando experiências e transformando o seu perfil curricular, em razão da melhoria da formação profissional de seus alunos e, conseqüentemente, da elevação da qualidade de vida da sociedade cearense. O Ensino tem se constituído atividade por excelência da UECE, desde sua origem, principalmente o de graduação, com a preocupação pela sua qualidade, objetivando a formação de profissionais competentes para atender às mais diversificadas demandas sociais e profissionais do Estado e da Região.

Fundação Universidade Regional do Cariri – URCA: Criada pela Lei nº 11.191, de 09 de junho de 1986, publicada no Diário Oficial do Estado, do dia 16 do mesmo mês e ano, é uma instituição estadual de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE, com sede e foro na cidade do Crato. Tem como missão contribuir, significativamente, para a transformação da realidade regional, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como agente ativo do processo de desenvolvimento da Região do Cariri, em sintonia com as aspirações da sociedade caririense”.

Fundação Universidade Vale do Acaraú – UVA: Em 1968, através da Lei Municipal nº 214 de 23/10/1968, foi criada a Universidade Vale do Acaraú - UVA. Posteriormente, é transformada em Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú, e vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior – SECITECE. Sua missão é ofertar ensino superior de excelência, de forma inclusiva, flexível e contextualizada, e buscar, por meio da pesquisa e extensão, soluções que promovam a qualidade de vida.

Fundação Cearense de Apoio ao desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP: Criada pela Lei nº 11.752, de 12 de novembro de 1990, alterada pela Lei nº 15.012, de 04 de outubro de 2011, vincula-se, funcionalmente, à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará - SECITECE. Tem por finalidade o amparo à pesquisa científica e tecnológica do Estado do Ceará, em caráter autônomo ou complementar, ao fomento provido pelo Sistema Federal de Ciência e Tecnologia. Compete-lhe estimular o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado do Ceará, por meio do incentivo e fomento à pesquisa, à formação e capacitação de recursos humanos, ao fomento e desenvolvimento da tecnologia, e à difusão dos conhecimentos científicos e técnicos produzidos.

Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará – NUTEC: Instituída no dia 12 de dezembro de 1978, através do Decreto nº 13.017, atualmente é vinculada à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE, e tem como missão Viabilizar soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com ênfase no Estado do Ceará.

Órgãos Colegiados:

Conselho Gestor do Fundo de Inovação Tecnológica do Estado do Ceará – COGEFIT;

Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação – CEC&I.

O Governo do Estado do Ceará disponibilizou, até o momento, recursos no montante de R\$ 11.823.496,09 (onze milhões, oitocentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais, e nove centavos), oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, destinados a viabilizar a efetivação de 10 (dez) projetos desenvolvidos pelo Sistema Secitece, Secretaria e Vinculadas.

São projetos de relevante interesse social, cujas execuções, no ano de 2016, beneficiaram uma população estimada em 7.870 (sete mil, oitocentas e setenta) pessoas.

Do total de projetos aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, e financiados pelo FECOP, 06 (seis) são voltados à Assistência Estudantil, e são executados pelas Universidades Públicas Estaduais do Ceará, como a concessão das Bolsas de Permanência Universitária, compartilhados pela UECE, UVA e URCA, e, a Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da UVA. Os demais projetos, executados pela Secitece e FUNECE, são direcionados à inclusão social, econômica e produtiva, urbana e rural, com potencial para geração de trabalho e renda, contribuindo assim, para a melhoria das condições de vida das populações menos favorecidas.

Os 10 (dez) projetos aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, foram executados exclusivamente com recursos do Fundo. Embora o Projeto: “Inclusão Digital com Tecnologia Assistiva do Bairro Vicente Pinzón”, em Fortaleza, conte com a parceria da Dell Computadores, aportando R\$ 1.556.368,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e oito reais), e contrapartida proveniente do Fundo, no total de R\$ 145.400,00 (cento e quarenta e cinco mil, e quatrocentos reais), em 2016 executou-se apenas os recursos do Fundo. Em relação aos projetos que deverão ter continuidade, em grau de importância, destacam-se os de concessão de “Bolsas”, que visam a permanência na universidade, dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Os demais: Intercaju II, Popularização da Ciência, Agentes Digitais e Vicente Pinzón, deverão pleitear recursos junto ao Governo do Estado, para dar continuidade em

2017.

Quanto à execução financeira do Sistema Secitece, no ano de 2016, dos recursos aprovados pelo Conselho, R\$ 11.823.496,09 (onze milhões, oitocentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais, e nove centavos), foram empenhados R\$ 11.327.828,76 (onze milhões, trezentos e vinte e sete mil, oitocentos e vinte e oito reais, e setenta e seis centavos), o que correspondem a 95,81% de execução.

Quadro 24 – Quadro de Execução Financeira do Sistema SECITECE

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior e Vinculadas Projetos Fecop - 2016									
Nº	Órgão	MAPP	Projeto	Limite Anual	Mapp Aprovado pelo CCPIS (A)	Valor Empenhado (B)	% (B/A)	PAGO (C)	% (C/A)
1	SECITECE	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do caju nos Territórios do Curu Aracatiçu e Maíço de Baturité – INTERCAJU II	313.241,57	484.505,95	467.917,25	96,58	161.680,00	33,37
2	SECITECE	239	Agentes Digitais	500.000,00	500.000,00	474.900,00	94,98	474.900,00	94,98
3	SECITECE	277	Inclusão Social e Econômico por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do Estado do Ceará	406.008,09	224.743,71	213.700,08	95,09	213.700,08	95,09
4	UECE	190	Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU da Universidade Estadual do Ceará - UECE	5.000.000,00	5.000.000,00	4.999.120,60	99,98	4.999.120,60	99,98
5	UECE	196	Projeto de Inclusão Digital com Tecnologia Assistiva do Bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza	235.400,00	145.400,00	5.445,00	3,74	5.445,00	3,74

6	UVA	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acarau – UVA, na cidade de Sobral	1.300.000,00	1.134.679,89	1.121.154,87	98,81	1.121.154,87	98,81
7	UVA	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acarau – UVA, na cidade de Sobral	300.000,00	132.300,00	99.900,00	75,51	99.900,00	75,51
8	UVA	69	Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Vale do Acarau – UVA, na cidade de Sobral	1.265.066,54	1.265.066,54	1.153.693,52	91,2	1.153.693,52	91,2
9	UVA	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Vale do Acarau – UVA, na cidade de Sobral	563.000,00	80.000,00	72.810,00	91,01	0,00	0
10	URCA	153	Projeto Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEP da Universidade Regional do Cariri - URCA	2.864.400,00	2.856.800,00	2.719.186,84	95,18	2.714.533,54	95,02
TOTAL				12.747.116,20	11.823.496,09	11.327.828,16	95,81	10.944.127,61	92,56

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.4.2 Desenvolvimento

Segundo a classificação da Gerência Executiva do FECOP – GEF, baseada no Decreto nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, os Projetos desenvolvidos pelo Sistema Secitece são pertencentes ao grupo Estruturante, voltados à assistência estudantil e à inclusão social, econômica e produtiva, urbana e rural.

Projetos de Assistência Estudantil:

Mapp 05 - Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral;

Mapp 65 - Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral;

Mapp 69 - Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral;

Mapp 75 – Implantação da Residência Universitária da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral;

Mapp 153 - Projeto Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEP da Universidade Regional do Cariri – URCA;

Mapp 190 - Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEP da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Projetos de Inclusão Social, Econômica e Produtiva:

Mapp 196 - Projeto de Inclusão Digital com Tecnologia Assistiva, do Bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza;

Mapp 239 - Agentes Digitais;

Mapp 277 - Inclusão Social e Econômica por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do Estado do Ceará;

Mapp 294 - Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e maciço de Baturité – INTERCAJU II.

4.4.2.1 Projetos de Assistência Estudantil

Foram executados pelas Universidades Públicas Estaduais, UECE, URCA e UVA, e apoiados com recursos do FECOP, 06 (seis) projetos voltados à assistência estudantil, com objetivo de contribuir para a redução da evasão nas Universidades Públicas Estaduais, e para o bom desempenho da “taxa de sucesso na graduação” - indicador que fornece o índice de alunos que concluem o curso no tempo de duração padrão, previsto para cada curso. Estes projetos têm, como público-alvo, alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e visam a igualdade de oportunidades. Em 2016, foram aprovados pelo Conselho R\$ 10.468.846,43 (dez milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e seis reais, e quarenta e três centavos), e executados R\$ 10.165.866,43 (dez milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais, e quarenta e três centavos), beneficiando uma população de 2.361 alunos.

Quadro 25 - Execução Financeira Projetos de Assistência Estudantil

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior Universidades Públicas Estaduais – 2016									
Nº	ÓRGÃO	MAPP	PROJETO	Limite Anual	Mapp Aprovado pelo CCPIS (A)	Valor Empenhado (B)	% (B/A)	PAGO (C)	% (C/A)
4	UECE	190	Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPUI da Universidade Estadual do Ceará - UECE	5.000.000,00	5.000.000,00	4.999.120,60	99,98	4.999.120,60	99,98
6	UVA	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	1.300.000,00	1.134.679,89	1.121.154,87	98,81	1.121.154,87	98,81
7	UVA	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	300.000,00	132.300,00	99.900,00	75,51	99.900,00	75,51
8	UVA	69	Construção e Apearelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	1.265.066,54	1.265.066,54	1.153.693,52	91,2	1.153.693,52	91,2
9	UVA	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	563.000,00	80.000,00	72.810,00	91,01	0,00	0
10	URCA	153	Projeto Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPUI da Universidade Regional do Cariri - URCA	2.864.400,00	2.856.800,00	2.719.186,84	95,18	2.714.533,54	95,02
TOTAL				11.292.466,54	10.468.846,43	10.165.865,83	97,11	10.088.402,53	96,37

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto MAPP 5 - Programa Bolsa Universidade da Universitária, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral – CE

O Projeto visa a concessão de bolsas de estágios nos diversos setores da Universidade, e em instituições públicas, com as quais a UVA mantém relação colaborativa: Tribunal de Justiça do Ceará, Defensoria Pública e Justiça Federal. Tem como público-alvo, alunos dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual Vale do Acaraú, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para sua permanência na Universidade. No ano de 2016 foram executados R\$ 1.121.154,87 (um milhão, cento e vinte e um mil, cento e cinquenta e quatro reais, e oitenta e sete centavos), de um limite aprovado pelo Conselho correspondente a R\$ 1.134.679,89 (um milhão, cento e trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais, e oitenta e nove centavos), beneficiando 385 alunos.

Quadro 26 - Execução Financeira Mapp 05

Nº	MAPP	Projeto	Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
6	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	1.134.679,89	1.121.154,87	98,81	1.121.154,87	98,81
Total			1.134.679,89	1.121.154,87	98,81	1.121.154,87	98,81

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto MAPP 65 - Programa de Assistência Estudantil, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral – CE

O Projeto visa a concessão de auxílio-alimentação aos alunos dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social, tendo como principal objetivo viabilizar a sua permanência na Universidade e, como pressuposto, a igualdade de oportunidades, com vistas à sua qualificação acadêmica. No período analisado, foram concedidos auxílios-alimentação à 148 estudantes e executados R\$ 99.900,00 (noventa e nove mil, e novecentos reais), de um limite programado de R\$ 132.300,00 (cento e trinta e dois mil, e trezentos reais).

Quadro 27 - Execução Financeira Mapp 65

Nº	MAPP	Projeto	Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
7	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	132.300,00	99.900,00	75,51	99.900,00	75,51
Total			132.300,00	99.900,00	75,51	99.900,00	75,51

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto M APP 69 - C onstrução e Aparelh amento d o Restaura nte Uni versitário, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral – CE

O Projeto visa a implantação do Restaurante Universitário, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, beneficiando seus alunos regularmente matriculados, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social, tendo como principal objetivo viabilizar a sua permanência na Universidade e, como pressuposto, a igualdade de oportunidades, com vistas à sua qualificação acadêmica. A construção do RU está em execução, com 95% da obra concluída, e previsão para finalizar em fevereiro de 2017. Além da obra, o projeto prevê ainda, a aquisição de equipamentos e mobiliários, estando, atualmente, em fase de elaboração do processo licitatório. O número de pessoas beneficiadas ainda não foi atendida, em virtude do Restaurante Universitário não ter iniciado sua atividades. Com meta prevista de concluir a obra e aparelhar o RU em outubro de 2016, e atender diariamente 1.600 alunos, servindo 800 refeições no almoço, e 800 no jantar, o projeto contribuirá com mais uma ação de assistência aos estudantes.

Quadro 28 - Execução Financeira Mapp 69

Nº	MAPP	Projeto	Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
8	69	Construção e Aparelhamento do Restaurante Universitário da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral	1.265.066,54	1.153.693,52	91,20	1.153.693,52	91,20
Total			1.265.066,54	1.153.693,52	91,20	1.153.693,52	91,20

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto M APP 190 - Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBEPU, da Universidade Estadual do Ceará – UECE

O Programa de Bolsas de Estudos e Permanência Universitária - PBEPU, desenvolvido pela Universidade Estadual do Ceará, e financiado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, possibilita que os estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, ingressos na universidade, na capital e no interior, permaneçam na universidade e desenvolvam suas atividades. Para muitos, a bolsa de apoio é a única fonte financeira para manter a mobilidade, o sustento doméstico, de forma partilhada com outros, e o custeio de despesas com material de estudos. O impacto positivo do PBEPU, desde sua criação, e, especificamente, no ano de 2016, é notável ao serem comparados os objetivos assumidos pelo programa, com os resultados observáveis qualitativamente pela análise das ações realizadas, dos depoimentos dos responsáveis e dos próprios bolsistas no processo de avaliação da experiência. Ressalta-se que, através da concessão de bolsas do PBEPU oportunizou-se aos estudantes beneficiários contatos com diversos setores da universidade que não apenas os lugares tradicionais que lhes eram anteriormente apresentados como espaço de inserção e prática. Como isto podemos observar ao longo deste semestre, estudantes bolsistas motivados e com disponibilidade para melhorar sua formação acadêmica, e se inserir em ações pedagógicas de ensino e extensão, além do engajamento em práticas de pesquisas científicas nos laboratórios e na participação em grupos de estudos existentes nos diversos cursos de graduação ofertados na UECE. Outro ponto positivo associado a oferta destas bolsas é a constatação do crescente número de participação dos estudantes beneficiários em congressos, seminários e outros eventos de natureza acadêmica e científica dentro e fora da universidade, com apresentações de trabalhos científicos na Semana Universitária da UECE e demais eventos externos. No ano de 2016, foram pagos com bolsas de estudos a quantia de R\$ 4.999.120,60 (quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil, cento e vinte reais, e sessenta centavos), beneficiando 1.100 estudantes.

Quadro 29 - Execução Financeira Mapp 190

Nº	MAPP	Projeto	Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
4	190	Bolsa de Estudo e Permanência Universitária	5.000.000,00	4.999.120,60	99,98	4.999.120,60	99,98

Total	5.000.000,00	4.999.120,60	99,98	4.999.120,60	99,98
--------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	--------------

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto M APP 153 - Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBPU, da Universidade Regional do Cariri – URCA

O Projeto de Bolsas de Estudo e Permanência Universitária, desenvolvido pela URCA, assim como os demais projetos voltados à assistência estudantil, possibilita a permanência do estudante beneficiado, condições mínimas de aprendizado, integralização acadêmica e superação. Aprovado pelo Conselho, com o valor de R\$ 2.856.800,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, e oitocentos reais), após sua readequação no 2º semestre de 2016, executou 95,18%, durante os 10 meses de atuação, beneficiando 728 estudantes.

Quadro 30 - Execução Financeira Mapp 153

Nº	MAPP	Projeto	Aprovado pelo CCPIIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
10	153	Projeto Bolsa de Estudo e Permanência Universitária – PBPU da Universidade Regional do Cariri - URCA	2.856.800,00	2.719.186,84	95,18	2.719.186,84	95,18
TOTAL			2.856.800,00	2.719.186,84	95,18	2.719.186,84	95,18

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.4.2.2 Projetos de Inclusão Social, Econômica e Produtiva

Mapp 196 - Projeto de Inclusão Digital com Tecnologia Assistiva do Bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza;

Mapp 239 - Agentes Digitais;

Mapp 277 - Inclusão Social e Econômico por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do Estado do Ceará;

Mapp 294 - Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e maciço de Baturité – INTERCAJU II.

Os projetos voltados à inclusão social, econômica e produtiva, desenvolvidos pelo Sistema Secitece, atuam visando a redução das desigualdades socioeconômicas, por meio de ações que atendam efetivamente à sua finalidade. Reúnem iniciativas de oferta de capacitação, qualificação e desenvolvimento da capacidade empreendedora.

Quadro 31 - Execução Financeira Projetos de Inclusão Social

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior Projetos Fecop 2016									
Nº	ÓRGÃO	MAPP	PROJETO	Limite Anual	Valor Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	SECITECE	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do caju nos Territórios do Curu Aracatiçu e maciço de Baturité – INTERCAJU II	313.241,57	484.505,95	467.917,25	96,58	161.680,00	33,37
	SECITECE	239		500.000,00	500.000,00	474.900,00	94,98	474.900,00	94,98
2			Agentes Digitais						
3	SECITECE	277	Inclusão Social e Econômico por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do estado do Ceará	406.008,09	224.743,71	213.700,08	95,09	213.700,08	95,09
5	FUNECE	196	Projeto de Inclusão Digital com Tecnologia Assistiva do Bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza	235.400,00	145.400,00	5.445,00	3,74	5.445,00	3,74
TOTAL				1.454.649,66	1.354.649,66	1.161.962,33	85,78	855.725,08	63,17

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto MAPP 239 – Agentes Digitais

O Projeto Agentes Digitais é iniciativa da SECITECE em parcerias com as prefeituras dos municípios contemplados, e conta com o apoio das instituições de ensino das localidades onde é implantado. O seu principal objetivo é estimular o potencial inovador e o conhecimento dos jovens capacitados em TIC, para torná-los empreendedores, gerando desenvolvimento socioeconômico para os municípios atendidos. No ano de 2016 apresentou execução de 94,98%, R\$ 474.900,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil, e novecentos reais), de um total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), aprovados pelo Conselho, beneficiando 252 pessoas em 08 municípios de 07 macrorregiões do estado.

Quadro 32 - Execução Financeira Mapp 239

Nº	MAPP	Projeto	Valor Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
2	239	Agentes Digitais	500.000,00	474.900,00	94,98	474.900,00	94,98
TOTAL			500.000,00	474.900,00	94,98	474.900,00	94,98

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

PROJETO MAPP 294 - Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju, nos Territórios do Curu, Aracatiçu e Maciço de Baturité, e Litoral Norte, Intercaju II

O Projeto Intercaju, coordenado pela SECITECE, teve início em 2010, por meio de convênio celebrado entre o Governo do Ceará e o MCT/FINEP. Contemplado com recursos do Fecop a partir de 2014, vem promovendo iniciativas voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas do caju e mel. A concepção do projeto está baseada na demanda e oferta de tecnologias disponíveis nos diversos elos das cadeias do caju e apicultura e no potencial dessas cadeias para contribuir com o aumento de renda, assegurar postos de trabalho e melhorar a qualidade de vida de produtores da agricultura familiar nos municípios de Amontada, Barreira, Bela Cruz, Cruz, Itapipoca, Itarema, Trairi e Tururu. Com recursos de R\$ 484.505,95 (quatrocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e cinco reais, e noventa e cinco centavos),

aprovados pelo Conselho em 2016, e execução de 96,58%, promoveu capacitações tecnológicas e gerenciais, visando integrar as cadeias produtivas do caju e apicultura, que são complementares, apoiou a implantação das unidades coletivas e individuais de caju e mel, implantou jardins clonais de cajueiro e fruteiras, estabeleceu parcerias com cooperativas e empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, com vistas a comercialização e conquista de mercados para os produtos e derivados do caju e mel, promovendo, dessa forma, o acesso à inclusão social e produtiva que assegurem melhoria da qualidade de vida nas comunidades assistidas pelo Projeto, que beneficiou cerca de 648 pessoas.

Quadro 33 - Execução Financeira Mapp 294

Nº	MAPP	Projeto	Valor Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité e Litoral Norte, Intercaju II.	484.505,95	467.917,25	96,58	161.680,00	33,37
TOTAL			484.505,95	467.917,25	96,58	161.680,00	33,37

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

PROJETO MAPP 277 - Inclusão Social e Econômico por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do Estado do Ceará

O “Projeto de Inclusão Social e Econômica por meio da Popularização da Ciência, para Estudantes das Escolas Públicas do Estado do Ceará”, foi elaborado e concebido de forma a integrar quatro Projetos: “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia”, “Ceará Faz Ciência”, “Ciência Itinerante” e “Divulgações Científicas”, que contemplam atividades como feiras de ciências, mostras científicas, seminários, oficinas, palestras e publicações desenvolvidas e elaboradas pela SECITECE, com apoio de diversos órgãos públicos e instituições: SEDUC, NUTEC, UVA, URCA, UECE e Instituto CENTEC. Tendo como principal objetivo popularizar a ciência e a tecnologia, despertando em crianças, jovens e adultos o interesse por essa área do conhecimento, o projeto obteve o resultado esperado, estimando em 5.650, o número de pessoas beneficiadas. Palestras, mesas redondas, painéis, workshops,

conferências e seminários, compõem as atividades dos 04 eventos que integram essa ação. Destaca-se, ainda, a efetiva participação das escolas públicas nos eventos, através do grande número de trabalhos cadastrados, apresentando as necessidades de cada região, não só no município de Fortaleza, como também na Grande Fortaleza, Litoral Leste e Serra da Ibiapaba, abrangendo, além das cidades sedes, as circunvizinhas, intensificando a interiorização da popularização da Ciência. Ressaltando, também, o apoio recebido pelas prefeituras e parceiros locais, nas macrorregiões atendidas pelo projeto, com divulgações, acomodações e/ou alimentação das equipes, entre outros, contribuindo sobremaneira para a otimização dos recursos, possibilitando atender um número maior de municípios. Outro destaque refere-se à parceria firmada com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTI, que aportou R\$ 100.000,00 (cem mil reais), recurso este que privilegiou especialmente as atividades previstas para o “Ciência Itinerante”, como o pagamento de bolsas para monitores, material de consumo das práticas laboratoriais e oficinas de alimentação, abastecimento do ônibus-laboratório, confecção de material de divulgação como banners, folders, cartazes, entre outros. O recurso aprovado para o ano de 2016, pelo Conselho foi de R\$ 224.743,71 (duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e três reais, e setenta e um centavos), tendo sido executado 95,09%.

Quadro 34 - Execução Financeira Mapp 277

Nº	MAPP	Projeto	Valor Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
3	277	Inclusão Social e Econômico por meio da Popularização da Ciência para Estudantes das Escolas Públicas do estado do Ceará.	224.743,71	213.700,08	95,09	213.700,08	95,09
TOTAL			224.743,71	213.700,08	95,09	213.700,08	95,09

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto Mapp 196 - Inclusão Digital com Tecnologia Assistiva do Bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza

O projeto objetiva Implantar um programa de capacitação e desenvolvimento profissional na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC), baseado em educação a distância (EAD), para 300 (trezentas) pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo, também, no perfil a ser atendido, a população com deficiência física, auditiva e pessoas com baixa visão, cuja renda seja inferior a 0,5 salário mínimo por membro familiar, propiciando-lhes condições mínimas para a formação e capacitação. Destacando ainda a contribuição do projeto para as ações do Programa “Ceará Pacífico” do Governo do Estado do Ceará. No lançamento do Edital nº 001/2016, foram ofertadas 300 bolsas de estudo para auxiliar os alunos matriculados no curso de “Desenvolvimento de Software JAVA”, com suas atividades sendo realizadas na Universidade do Trabalho Digital – UTD. O local foi disponibilizado como polo presencial, através da parceria com o Governo do Estado do Ceará, devido à facilidade de acesso e à sua infraestrutura de apoio. Das bolsas pleiteadas, somente 13 atenderam os critérios do Edital, e receberam o benefício no período de agosto a dezembro de 2016. Ressaltando, porém, que, devido a motivos de ordem pessoal, apenas 09 alunos permaneceram como bolsista no período já citado. Em decorrência de alterações no cronograma de execução do projeto, parte dos recursos do limite anual foram disponibilizados, tendo sido aprovados R\$ 145.400,00 (cento e quarenta e cinco mil, e quatrocentos reais), pelo Conselho, e executados R\$ 5.445,00 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), 3,74%. Os recursos da parceria com a Dell Computadores, R\$ 1.556.368,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e oito reais), para 2016, não foram executados.

Quadro 35 - Execução Financeira Mapp 196

Nº	MAPP	Projeto	Valor Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
5	196	Inclusão Digital com Tecnologia Assistiva do Bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza	145.400,00	5.445,00	3,74	5.445,00	3,74
TOTAL			145.400,00	5.445,00	3,74	5.445,00	3,74

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.4.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Quadro 36 – Distribuição dos Recursos Aplicados por Macrorregião

Macrorregião	Empenhado Em 2016	%	População Beneficiada	%
1- Cariri	2.729.092,22	24,09	828	10,52
2-Centro Sul	326.870,00	2,89	72	0,91
3-Grande Fortaleza	3.539.728,70	31,25	4.476	48,08
4 - Litoral Leste	54.460,00	0,48	1.025	13,02
5 – Litoral Norte	375.711,52	3,32	396	5,03
6-Litoral Oeste/Vale do Curu	382.151,54	3,37	258	3,28
7 – Maciço de Baturité	9.985,79	0,09	360	0,76
8 – Serra da Ibiapaba	50.860,00	0,45	675	6,67
9-Sertão Central	461.470,00	4,07	123	1,56
10 -Sertão de Canindé	0	0	0	0
11-Sertão de Sobral	2.474.158,99	21,84	560	7,09
12-Sertão de Crateús	267.338,20	2,36	58	0,74
13-Sertão dos Inhamuns	132.682,80	1,17	48	0,61
14-Vale do Jaguaribe	523.319,00	4,62	135	1,72
TOTAL	11.327.828,76	100,00%	9.014	100,00%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

O volume e a aplicação dos recursos disponibilizados para a execução dos Projetos, centralizou-se nas macrorregiões – Grande Fortaleza, obtendo 31,25% de execução, seguida do Cariri, com 24,09%, e Sertão de Sobral, com 21,84%. Para estas regiões foram disponibilizados R\$ 8.742.979,91 (oito milhões, setecentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e nove reais, e noventa e um centavos), beneficiando uma população estimada em 5.170 (cinco mil, cento e setenta) pessoas, sendo 2.363, alunos das Instituições de Ensino Superior – IES, estaduais. Estes números são

justificados pela localização das Universidades: UECE, em Fortaleza; URCA, no Cariri; e, UVA, em Sobral, onde estão concentrados os projetos de Assistência Estudantil, que além de estarem em maior número, requerem maior aporte financeiro. As demais regiões, juntas, obtiveram desempenho em torno de 22,82%. Em relação ao total de recursos empenhados em 2016: R\$ 2.584.848,85 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais, e oitenta e cinco centavos), com uma população beneficiada considerável de pessoas. Nestas regiões predominam os projetos de inclusão social, econômica e produtiva, embora em alguns municípios, existam campi universitários participantes dos projetos de Assistência Estudantil.

4.4.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.4.4.1 Resultados

- a) capacitação de 252 jovens, através do Projeto Agentes Digitais, nos municípios de Fortaleza, Maracanaú, Beberibe, Quixadá, São Benedito, Sobral, Tauá, Jaguaribe, em Empreendedorismo;
- b) atendimento a 72 jovens, em 6 Pólos distribuídos na macrorregião do Ceará, mediante consultoria e assistência técnica em ações de gestão, para criação de seu próprio negócio;
- c) realização de 01 diagnóstico situacional e avaliativo das Incubadoras assistidas pelo projeto Agentes Digitais;
- d) realização de 03 eventos de apresentação das startups criadas;
- e) criação de 24 novas Startups;
- f) contribuição para a inclusão social e produtiva de 75 famílias, integrantes de 4 (quatro) comunidades, mediante assessoria e assistência técnica em ações de gestão, monitoria, organização da produção, capacitação de produtores, apoio na implantação e operacionalização de unidades de processamento de caju e mel, incubação de núcleos produtivos, jardins clonais e estabelecimento de parcerias institucionais e com empreendedores individuais, durante 2016;
- g) prestação de apoio técnico e assessoria na organização da produção e incubação de 4 núcleos produtivos nas comunidades assistidas pelo projeto em 2016;
- h) instalação de 1 unidade de produção de cajuína e derivados, beneficiando diretamente 12 pessoas, durante 12 meses;

- i) instalação de 1 unidade de extração de mel, integrando os 10 kits de produção de mel (núcleos com kits apicultor), beneficiando diretamente 14 pessoas, durante 12 meses;
- m) elaboração de 15 projetos produtivos com a Ematerce, Escritórios de Projetos, BNB e Banco do Brasil, beneficiando diretamente 15 produtores, durante 2016;
- n) prestação de assistência técnica para recuperar/instalar 6 ha de jardins clonais de cajueiro e fruteiras, nas comunidades já assistidas pelo Intercaju, e nas novas selecionadas no Litoral Norte, beneficiando diretamente 10 produtores, durante 2016;
- o) realização de 2 seminários de motivação, sensibilização e avaliação do projeto, para 80 beneficiários do projeto, durante o primeiro semestre de execução do projeto, em 2016;
- p) realização de 1 curso de gestão e planos de negócios, de 32 horas, beneficiando 15 produtores/empreendedores, durante a execução do projeto, em 2016;
- q) realização de 1 curso sobre sistema de produção de cajueiro e 2 cursos de manejo de apiário, de 32 horas cada, beneficiando 45 produtores, durante o segundo semestre de execução do projeto, em 2016;
-) realização de 2 cursos de culinária do caju e 2 cursos de ração à base de caju, de 24 horas cada, beneficiando 60 produtores, durante o segundo semestre de execução do projeto, em 2016;
- s) realização de 2 oficinas sobre princípios e fundamentos de funcionamento das unidades familiares de castanha de 24 horas, beneficiando 30 pessoas, durante o segundo semestre de execução do projeto, em 2016;
- t) realização de 1 oficina sobre princípios e fundamentos de funcionamento das unidades de produção de cajuína e derivados de 24 horas, beneficiando 15 pessoas, durante o segundo semestre de execução do projeto;
- u) participação de 42 produtores em evento de interesse da cadeia do caju, no segundo semestre de execução do projeto, em 2016;
- v) participação de 5.775 alunos de escolas do Estado, no projeto de popularização da ciência;
- x) produção de 01 vídeo documentário;
- z) participação de 4.831 escolas públicas dos 184 municípios do Estado do Ceará, no projeto de popularização da ciência;
- a') publicação de 01 revista científica;
- b') premiação a 11 vencedores do concurso Ceará Faz Ciência;
- c') premiação a 3 escolas públicas do Estado do Ceará;

- d') concessão de 288 bolsas aos alunos dos cursos de graduação da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA;
- e') execução de 95% das obras de construção civil do Restaurante Universitário da UVA;
- f') concessão de 148 auxílios/alimentação/mês a alunos dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA;
- g') comprar os mobiliários e equipamentos para o adequado funcionamento da Residência;
- h') concessão de 1.100 bolsas, aos alunos de graduação da Universidade Estadual do Ceará – UECE;
- i') concessão de 728 bolsas, aos alunos de graduação da Universidade Regional do Cariri – URCA;
- j') concessão de 09 bolsas para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, projeto Vicente Pinzón;

4.4.4.2 Dificuldades

- a) demora na adequação das Propostas encaminhadas ao FECOP, para sua posterior aprovação;
- b) demora na liberação do repasse de recursos do FECOP;
- c) indefinições no calendário dos recursos concedidos pela FECOP, dificultando a gestão dos Programas de Bolsa de Estudo e Permanência Universitária, provocando expectativas e situações limites para os beneficiários, que delas dependeram para a sobrevivência;
- d) atrasos na publicação de editais;
- e) demora nos processos licitatórios, ocasionando atrasos no cumprimento dos cronogramas;
- f) não cumprimento dos prazos pelos fornecedores de máquinas e equipamentos a serem adquiridos;
- g) participação dos produtores/empreendedores comprometida nos cursos, seminários e oficinas, em razão de outras tarefas que desempenham no cotidiano;
- h) baixa precipitação pluviométrica e ocorrência de pragas e doenças, causando prejuízos às atividades inerentes às cadeias do caju e mel.
- i) insuficiência de recursos para garantir maior amplitude das políticas estudantis de atendimento aos estudantes que, comprovadamente, estão na linha de pobreza, com renda familiar per capita abaixo de meio salário mínimo;

- j) falta de clareza na definição dos recursos a serem aportados, dificultando o planejamento e a elaboração dos próximos editais;
- l) dificuldade em atender o elevado número de alunos, considerados de baixa renda, submetidos ao processo seletivo dos editais de concessão de bolsas de estudo.

4.5 Secretaria da Cultura – SECULT

4.5.1 Aspectos Gerais

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT, como responsável pela gestão de formulação e acompanhamento das Políticas Culturais do Estado, tem a missão de executar, superintender e coordenar as atividades de proteção ao patrimônio cultural do Ceará, difusão da cultura e aprimoramento cultural das expressões do povo cearense.

A SECULT exprime, por meio da fala de Fabiano dos Santos, em seu Texto Agentes de Leitura – inclusão e cidadania cultural, “que o limiar de qualquer política cultural é estabelecer os bens e serviços culturais, como direito do cidadão e como um fator indispensável a humanização”.

Assim a permeabilidade da cultura na construção de políticas públicas é dimensão fundamental e é vetor estratégico de desenvolvimento humano. E pensar em desenvolvimento humano, há de se pensar em economia, em educação e saúde, de forma a possibilitar a sustentabilidade dos fazeres, quereres e saberes da nossa gente.

Ao se conceber a cultura como um direito de todos, considera-se que a leitura é um dos meios lúdicos mais acessíveis de entretenimento, e que tem a magia de transformar uma consciência ingênua em consciência crítica. Segundo Jorge Luiz Borges, *apud* Santos, “o livro é extensão da memória, e da imaginação”, considerando este pensamento como premissa de que a leitura e o acesso à formação cultural transformam mentes e realidades.

Mas apesar de haver esse entendimento, ainda é pouco o que se tem feito para que se consiga melhores indicadores, comprometendo a leitura e a cultura como alavancadores do desenvolvimento humano. No Ceará, os Projetos Agentes de Leitura e Jardim de Gente, enquanto projetos governamentais são os únicos, que se utilizam desse vetor de desenvolvimento como contribuição para uma melhor qualidade de vida do seu povo.

Assim a Secult leva a cabo uma política de cultura capaz de sanar a lacuna entre as

camadas menos abastadas da sociedade, e que fomente lazer, entretenimento, informação, formação e conhecimento, com foco no desenvolvimento humano, por meio do Projeto Agentes de Leitura e Jardim de Gente.

O projeto de continuidade Agentes de Leitura, iniciado em 2006, é executado com recursos exclusivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, proporcionando, desde seu lançamento, a democratização do acesso ao livro e à leitura junto às famílias em situação de pobreza, por meio de atividades mediadoras ancoradas em acervos literários que, posteriormente, são integrados às bibliotecas públicas municipais e/ou comunitárias, dos municípios em que ocorrem o projeto.

Outro projeto fundamental que vai ao encontro de políticas de cultura para população pobre é o Projeto Jardim de Gente, cuja execução dar-se por meio do Instituto Dragão do Mar e Centro Cultural Bom Jardim. O Projeto Jardim de Gente constitui uma agência de formação cultural, atuando no âmbito territorial do Grande Bom Jardim.

Os projetos acima citados se inserem na categoria de Projetos Estruturantes, do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP. Em 2016 a previsão orçamentária do Projeto Agentes de Leitura foi de R\$ 570.392,38 (quinhentos e setenta mil, trezentos e noventa e dois reais, e trinta e oito centavos). Deste montante foram executados R\$ 347.184,16 (trezentos e quarenta e sete mil, cento e oitenta e quatro reais, e dezesseis centavos), correspondendo a 60,87% do valor apoiado. Do valor empenhado foram pagos R\$ 277.514,20 (duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e catorze reais, e vinte centavos), o que corresponde a 48,65% do valor disponibilizado. Já o projeto Jardim de Gente teve previsão orçamentária de R\$ 640.914,00 (seiscentos e quarenta mil, novecentos e catorze reais), tendo 100% de execução financeira.

Quadro 37 - Detalhamento

Nº	MAPP	Projeto	Limite anual FECOP (R\$)
1	68	Projeto Agentes de Leitura	R\$ 570.392,38
2	730	Projeto Jardim de Gente	R\$ 640.914,00
TOTAL			R\$ 1.211.306,38

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.5.2 Desenvolvimento

Em 2016, a previsão orçamentária para o Projeto Agentes de Leitura foi de R\$ 570.392,38 (quinhentos e setenta mil, trezentos e noventa e dois reais, e trinta e oito centavos), e a previsão orçamentária para o Projeto Jardim de Gente – Agência de Formação e Desenvolvimento, foi de R\$ 640.914,00 (seiscentos e quarenta mil, novecentos e quatorze reais). Em Fortaleza, o montante de beneficiados pelos projetos, foi de 4.585 pessoas.

O projeto Agentes de Leitura, ao longo de 2016, sofreu várias alterações, no que confere aos valores apoiados. Sendo submetido por três vezes ao Conselho, o Projeto reduziu suas metas, e ainda assim não as cumpriu em 100%. A redução dessas metas implicou na não execução do objetivo geral, e do objetivo específico: “Democratizar para seus beneficiários o acesso ao livro e à leitura”, e várias das atividades que concernem ao público beneficiário.

A causa dessas não execuções deu-se por conta das licitações, principalmente, em relação ao processo de seleção e formação dos agentes de leitura, que tardaram em mais de cem dias (desde da realização do pregão até a sua homologação), iniciando, portanto, as atividades de seleção e formação dos agentes de leitura somente no início de novembro.

Estas atividades só foram encerradas no dia 9 de dezembro de 2016. No dia 12 de dezembro, os agentes de leitura começaram a trabalhar, e dada a dificuldade dos municípios pós período eleitoral, a Secult orientou os agentes de leitura a lerem livros, a selecionarem acervos das bibliotecas públicas e/ou comunitárias, e programarem as atividades, a serem desenvolvidas junto às famílias beneficiadas com o Projeto Agentes de Leitura.

A não execução desse processo seletivo, em tempo, comprometeu os indicadores de impactos “Nº de pessoas com acesso a bens culturais”, e de resultados “Nota do Teste de Proficiência Leitora”, só sendo possível se ter o indicador de produto “agentes capacitados”, e o indicador de atividade “bolsas concedidas”, que, por conta do atraso na devolução dos contratos, abertura de contas bancárias, por parte dos agentes de leitura, não houve a publicação em tempo hábil, comprometendo assim a execução do pagamento das mesmas.

As metas 1, 2 e 3 não foram executadas plenamente, dada a desistência espontânea dos agentes de leitura, citada no Projeto, enquanto pressuposto de risco. Contudo deve-se ressaltar que o projeto agentes de leitura, embora passando por descontinuidade, ainda é o único projeto de governo que tem como premissa uma política de difusão da leitura junto às famílias de baixo poder aquisitivo. Trata-se de um projeto de formação de leitores que resulta na informação, formação e na mudança de percepção de si, do mundo e da realidade.

O Projeto Jardim de Gente – Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural (PJGAFDC) envolve formação continuada, compras de equipamentos e investimento na contratação de profissionais pertinente a cadeia produtiva da cultura.

A execução financeira PJGAFDC se deu através de um contrato de gestão com o Instituto Dragão do Mar, responsável pela gestão do Centro Cultural Bom Jardim, órgão executor da parceria com 14 instituições locais, situadas nos cinco bairros que conformam o Grande Bom Jardim (Siqueira, Canidezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim), ofertando 200 vagas em cursos diversos, contribuindo para ampliar o alcance das ações do Centro Cultural, como também, para fortalecer e impulsionar a criação de uma rede de profissionais da cultura.

Os repasses foram efetivados e a execução financeira seguiu conforme cronograma pactuado. O Programa de Formação Básica e Inicial em Cultura e Arte - Escola de Cultura e Arte do Bom Jardim ofertou 480 vagas em 26 cursos ligados aos programas de formação que contemplam as diversas linguagens artísticas.

O CCBJ assume papel estratégico na promoção de oportunidade de formação e de ampliação dos repertórios culturais da população dos bairros do GBJ. O Projeto Trajetos EnCena se configura como uma via de acesso à experiência cênica para jovens que vislumbram um dia inserir-se profissionalmente no mercado da arte e da cultura, por meio dos fazeres técnicos ou artísticos que os palcos ensinam.

É a ação do CCBJ direcionada para a profissionalização das artes e da técnica cultural. É um projeto que tem demonstrado êxito, com o índice de evasão próximo a zero, com alta procura para inscrição e com resultados de qualidade tanto no

campo artístico como no campo técnico. A articulação com os Festivais, em especial com a Bienal Internacional de Dança, para apresentação dos trabalhos artísticos e para campo de vivência prática da formação técnica tem se mostrado como um potente caminho para inserção profissional dos jovens interessados pelo campo da técnica cultural.

4.5.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante dos recursos apoiados, tem-se a seguinte previsão de distribuição:

Quadro 38 - Distribuição dos Recursos a serem aplicados por Macrorregião - MAPP
68

Macrorregião	Recursos Empenhados	%	População Beneficiada	%
Fortaleza 3	347.184,16	60,87	4585	100*
Total	347.184,16	100	4585	100

*Com a redução de metas, de acordo com o projeto, foram beneficiadas 35 pessoas a mais

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 39 - Distribuição dos Recursos a serem aplicados por Macrorregião - MAPP
730

Macrorregião	Recursos Empenhados	%	População Beneficiada	%
Fortaleza 3	640.914,00	100	4585	100
Total	640.914,00	100	4585	100

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.5.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.5.4.1 Resultados

4.5.4.1.1 Projeto Agentes de Leitura

Edital de Seleção dos Agentes de Leitura

a) Edital de Seleção dos Agentes de Leitura lançado em 26 de abril, e obteve 1.222 inscrições;

Aquisições

a) seleção e formação dos Agentes de Leitura (Processo nº 32482812016). Desse processo foram selecionados 215. Por motivo de desistência dos selecionados, somente 203 agentes de leitura foram formados;

b) processos de aquisição de livros (Processo nº 3544883/2016). Para dar prosseguimento a esse processo foi formada uma Comissão de Seleção dos livros, com 2 (dois) membros da Sociedade Civil, e 1 (um) Servidor Público da Biblioteca Pública Menezes Pimentel da SECULT, para seleção dos títulos, que comporão o acervo dos Agentes de Leitura. Foram mais de 600 títulos escolhidos, um trabalho criterioso que requer conhecimento especializado em literatura. Todos os livros selecionados tiveram suas resenhas lidas e discutidas pela comissão. Após a escolha dos títulos, estes foram, criteriosamente, conferidos junto às editoras para a disponibilidade desses no mercado. Feito esse trabalho seletivo, iniciou-se o processo licitatório, com a elaboração do termo de referência, recebimento de propostas, elaboração de mapas comparativos e elaboração do edital de licitação. O Processo encontra-se na Procuradoria Geral do Estado – PGE, após a SECULT cumprir diligências estabelecidas pelo Órgão. Dos processos de aquisições de material de apoio dos agentes de leitura, o único que foi empenhado foi o Processo nº 4120246/2016 relativos às camisas. Os demais, Processo nº 6721565/2016, de bonés; Processo nº 4514112/2016, de protetores solar, e o Processo nº 5015055/2016, das bolsas, ainda se encontram em fase de solicitação de parcela, dependendo de liberação de orçamento e aprovação do MAPP 68/2017;

c) após a SECULT ter o Projeto Agentes de Leitura aprovado pelo Conselho Consultivo de Políticas Públicas de Inclusão Social, realizou reunião com os secretários e prefeitos dos 34 municípios beneficiados, com o objetivo de apresentar o projeto e os procedimentos que cada município deveria tomar, quanto a fase de inscrição dos candidatos às vagas de agentes de leitura. A medida foi considerada exitosa, resultando em 1.220 (um mil e duzentos e vinte) inscritos, destacando-se os municípios de Salitre, com 76 (setenta e seis), e o município de Novo Oriente, com 70 (setenta) inscritos. Estes municípios estão dentre os pioneiros que iniciaram o Projeto em 2006.

d) realização de vídeo conferência. Em 2016, o Projeto selecionou e formou novos agentes e, em 12 de dezembro de 2016, os agentes de leitura estavam em campo desenvolvendo as suas atividades. Para realização destas, outras as antecederam: lançamento de edital de seleção dos agentes de leitura, o qual exige tempo para divulgação; mobilização dos municípios parceiros e dos candidatos inscritos no processo seletivo; lançamento de edital de contratação de empresa para realização

da seleção; e, formação básica dos agentes de leitura e editais para aquisição de acervos, camisas, bonés, protetor solar e mochilas, já citadas anteriormente.

4.5.4.1.1 Projeto Jardim de Gente

- a) foram contratados dois palestrantes de *masters class*;
- b) foram formados 310 alunos por de 26 cursos ofertados, com concessão de 03 (três) bolsas;
- c) foram concedidas 12 bolsas para as vivências práticas;
- d) montagem 03 (três) espetáculos com vivência na Bienal Internacional de Dança, realizado 02 ateliês artísticos, sendo 170 horas/aula cada;
- e) realizados 3 (três) Ateliês Artísticos, sendo 2 de artes cênicas (conduzido por Andreia Bardawil e Edvan Monteiro) e 01 (um) hip hop como produtos desses ateliês de três espetáculos (*A Coragem se Faz é no Corpo*; *Escarcéu*; *Periferia EnCena*);
- f) os alunos do laboratório técnico de comunicação foram responsáveis pela cobertura completa das ações dos ateliês e laboratórios produzindo a cobertura das apresentações que foram executadas pelo CCBJ;
- g) foram realizados os espetáculos “*A coragem se faz é no corpo*”, “*Escarcéu*” e “*Periferia EnCena*”, exemplos da produção do trabalho resultante das atividades do Projeto Jardim de Gente – Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural.

4.5.4.2 Dificuldades

4.5.4.2.1 Projeto Agentes de Leitura:

- a) morosidade na entrega de propostas para compor os processos licitatórios, principalmente no processo de seleção e formação dos agentes de Leitura. Este Pregão Eletrônico foi realizado em 13 de agosto, e somente em outubro houve a homologação da licitação, possibilitando, assim, realizar as provas de seleção dos agentes somente em 19 de novembro, e a formação de 05 a 09 de dezembro;
- b) o não envio dos contratos assinados e das contas em tempo hábil para empenho do mês de dezembro, e pagamentos das bolsas dos agentes de leitura;
- c) morosidade no processo licitatório dos livros ainda em tramitação na Procuradoria Geral do Estado – PGE;
- d) o projeto Agentes de Leitura só foi aprovado em março, e as atividades programadas não foram realizadas em sua plenitude, dada a burocracia nos

processos de aquisições, contratação de serviços de seleção e formação dos agentes de leitura, e o tempo que se tinha para sua execução. Isto gerou uma descontinuidade de ações e atividades previstas para esse ano, em relação ao ano de 2015. Tal descontinuidade fez com que o objetivo geral, indicadores de impactos e resultados não fossem cumpridos;

e) a aprovação do Projeto somente se deu em março, e isto atrasou todos os processos licitatórios. Uma vez atrasados os processos, acarretou-se prejuízos na sua execução físico-financeira, principalmente porque trata-se de um projeto que para se ter resultados quantitativos, tem que se obter primeiro os resultados qualitativos, de modo que a burocracia dos processos, e o tempo de sua aprovação, geram um pequeno intervalo para execução financeira do projeto, causando descontinuidade de suas atividades.

4.5.4.2.2 Projeto Jardim de Gente

a) burocracia;

b) falta de entendimento de alguns elementos de despesas, postos no plano de trabalho.

4.6 Secretaria da Educação – SEDUC

4.6.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Educação – SEDUC, tem como missão garantir educação básica com equidade, e foco no sucesso do aluno. Em sua visão de futuro, objetiva ser uma organização eficaz, que valoriza o desenvolvimento de pessoas, tendo como prioridade garantir o atendimento educacional de todas as crianças e jovens, de 04 a 18 anos, a melhoria dos resultados de aprendizagem, em todos os níveis de ensino, e a efetiva articulação do ensino médio à educação profissional, e ao mundo do trabalho. Seus valores se traduzem em: Ética, Transparência, Efetividade, Equidade, Respeito, Busca de Excelência, Disposição de Servir.

No sentido do alcance da sua finalidade e objetivos, a SEDUC atua, por meio dos seus programas e projetos, desenvolvendo parcerias, buscando fortalecer o regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, focalizando a alfabetização de crianças na idade certa, e as ações voltadas para a educação profissional, a inclusão e o respeito à diversidade.

Em 2016, do total de 85 projetos aprovados pelo CCPIs, 38 são financiados, exclusivamente, pela fonte FECOP, representando um percentual de 44,77%, e 47 são financiados também por outras fontes, representando 55,3%.

O volume de recursos total dos projetos é de R\$ 478.356.479,24 (quatrocentos e setenta e oito milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais, e vinte e quatro centavos), do qual 4,79% provêm do Governo Federal. Os recursos autorizados na fonte FECOP, para o ano de 2016, totalizam R\$ 184.391.966,08 (cento e oitenta e quatro milhões, trezentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e seis reais, e oito centavos).

Dos 85 projetos financiados pelo FECOP, 4 são projetos de INCLUSÃO URBANA, 4 são projetos ESTRUTURANTES EDUCAÇÃO, e 77 são projetos de INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA.

A execução financeira da SEDUC no referido ano foi de R\$ 176.827.953,94 (cento e setenta e seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e três reais, e noventa e quatro centavos), correspondendo a 95,9% do valor total dos recursos programados. Vale ressaltar que maior parte dos projetos aprovados no período em análise não são de continuidade.

Os recursos financeiros autorizados que compreendem as outras fontes (Tesouro, BNDES, Município, FNDE, FUNDEB) somam R\$ 293.964.513,16 (duzentos e noventa e três milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e treze reais, e dezesseis centavos), 61,45% do total dos recursos de projetos.

4.6.2 Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SEDUC estão incluídos, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, nas seguintes categorias:

- a) Infraestrutura Comunitária, que envolve projetos de construção e reforma de equipamentos públicos, que beneficiam toda uma comunidade;
- b) Inclusão Produtiva Urbana, abrangendo os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas a inserção, e reinserção do mercado de trabalho;
- c) Educação, que abrange projetos vinculados à educação formal, em seus diversos estágios, desenvolvidos de forma complementar às ações regulares do Estado.

Os 85 projetos financiados pelo FECOP em 2016, encontram-se agregados nas três categorias mencionadas:

1. Infraestrutura comunitária, entre eles construção de Escolas Profissionais e de Ensino Médio, Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino, e construção de Centros de Educação Infantil, além da Implantação de Unidades Técnico

Pedagógicas, e projetos referentes à aquisição de equipamentos, para as Unidades Escolares da rede Estadual;

2. Inclusão Produtiva Urbana, por meio dos projetos de formação técnica, sendo a concessão de bolsas para alunos do ensino médio integrado à educação profissional, Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, Projeto E-Jovem e Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional;

3. Por fim, acrescentam-se, ainda, projetos categorizados na Educação, voltado a gestão escolar, através do apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, premiação de escolas, que obtiveram o melhor desempenho no Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará – SPAECE, com ênfase nas escolas inseridas no Programa de Alfabetização na Idade Certa através do Prêmio Escola Nota 10, com apoio às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional e, por último, o Projeto Jovem de Futuro.

Projetos Estruturantes - Infraestrutura Comunitária

No ano de 2016, os 77 projetos destinados à Infraestrutura Comunitária, financiados com recursos do FECOP totalizam R\$ 55.199.084,76 (cinquenta e cinco milhões, cento e noventa e nove mil, oitenta e quatro reais, e setenta e seis centavos), sendo que o valor empenhado, nessa categoria, até o mês de dezembro de 2016, soma R\$ 48.741.850,76 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais, e setenta e seis centavos).

Os programas e projetos voltados para a implementação de política na área educacional ocupam lugar de destaque na agenda governamental. O governo tem privilegiado investimentos na expansão do Ensino Médio, responsabilidade constitucional prioritária do Estado, e no fortalecimento da política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, expandindo a rede física, com a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional, entendendo que os processos educativos são essenciais e precisam acompanhar os avanços e transformações econômicas, tecnológicas e sociais, sintonizados à diversidade de situações geográficas e socioeconômicas da população, no sentido de propiciar a todos os

indivíduos o exercício da cidadania, o desenvolvimento individual e social, sua inserção no mundo do trabalho, bem como uma melhor distribuição de renda.

Entre os 77 projetos da categoria Infraestrutura Comunitária, destaca-se a construção de 18 Escolas de Educação Profissional, com funcionamento em tempo integral, com capacidade de atendimento a 9.720 jovens cearenses, contribuindo para a geração de emprego e renda, além da possibilidade de ingresso na universidade, bem como a construção de 34 Escolas Estaduais de Ensino Médio, com funcionamento nos três turnos que permitirá o acesso a 32.640 alunos a continuidade de estudos. Incluem-se, ainda, reformas e ampliações de 06 unidades escolares estaduais, propiciando a melhoria das condições físicas das escolas, o bem-estar dos alunos e sua aprendizagem.

Complementam essa categoria a construção de 02 Escolas atendidas com as Unidades Técnico Agropecuárias, 12 Centros de Educação Infantil e dentre outros investimentos.

Construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)

Em 2008, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação (SEDUC), assumiu o desafio de implantar a rede de educação profissional no Estado. A estratégia central foi integrar o Ensino Médio à formação profissional técnica, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses.

O modelo integrado possibilita a centenas de alunos egressos do Ensino Fundamental a oportunidade de adquirir uma qualificação para ingressar no mercado de trabalho, e uma preparação propedêutica para concorrer a uma vaga no ensino superior.

Ao privilegiar o ensino integrado, o Governo do Ceará oferece aos alunos que concluíram o ensino fundamental a matrícula única para o Ensino Médio e formação técnica, abrindo a possibilidade de ingressarem nas Escolas Estaduais de Educação Profissional. Assim, expande exercício da cidadania através da inclusão do jovem na Educação profissional.

A escolha dos cursos profissionalizantes se deu prioritariamente em função das características socioeconômicas dos municípios inicialmente contemplados, em consonância com os projetos estratégicos do governo estadual no que se refere ao desenvolvimento econômico e produtivo do Ceará.

Depois de oito anos de implantação do projeto, constata-se uma expansão significativa em 2016:

- Número de escolas profissionais – ampliação de 25 para 116 escolas;
- Número de municípios contemplados – ampliação de 20 para 90 municípios;
- Número de cursos técnicos ofertados - ampliação de 4 para 53 cursos, nas mais diversas áreas de atuação,

A estrutura padrão de uma Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP), estabelecido pelo Ministério de Educação (MEC), para atender 540 alunos em tempo integral, abrange 4,5 mil metros quadrados, com 12 salas de aula, auditório para 200 lugares, biblioteca e dependências administrativas. Além disso, dispõe de laboratórios tecnológicos, de línguas, informática, química, física, biologia e matemática, e disponibiliza para a comunidade escolar, um ginásio poliesportivo e um teatro de arena.

A EEEP apresenta um modelo inovador que integra a formação geral do ensino médio às disciplinas dos cursos técnicos.

No Ceará, pretende-se concluir 18 EEEP, nos municípios de: Caririáçu, Limoeiro do Norte, Itarema, Uruburetama, Palmácia, Redenção, Sobral, Caridade, Alto Santo, São Gonçalo do Amarante, Icapuí, Monsenhor Tabosa, Ocara, Horizonte, Bela Cruz, Coreaú, Crateús, Missão Velha.

Construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEM)

A construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEM) e ampliação de estrutura física da rede de ensino, na área urbana/rural, além de atender aos estudantes, permite o aumento da oferta e, conseqüentemente, contribui para a permanência do aluno no local de origem.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2015, revelou que a escolaridade média da população cearense, de 18 a 29 anos, residente na zona rural, é de 8,4 anos, contra 10,1 anos no meio urbano. Em relação, a taxa de alfabetização, também, é menor no campo entre as pessoas de 15 anos ou mais; os residentes da zona rural têm uma taxa de alfabetização de 70,2%, enquanto na zona urbana essa taxa é de 87%, segundo dados do IPECE/PNAD, de 2015. Daí a necessidade de continuar investindo na infraestrutura e equipamento, fortalecendo o trabalho pedagógico da escola, e proporcionando a permanência dos alunos no ambiente escolar.

Das 36 construções de EEM em andamento, pretende-se concluir, em 2016, dos seguintes municípios: Amontada, Aquiraz, Camocim, Canindé, Caridade, Cruz, Ipueiras, Iracema, Itapipoca, Mauriti, Quixeré, Santana do Acaraú, Tianguá, Eusébio, Parambu, Potiretama, Paramoti, Pacajus, General Sampaio, Iguatu, Arneiroz, Canindé, Acopiara, Canindé, Fortaleza, Ocara, Monsenhor Tabosa, General Sampaio, São Benedito, Crato, Crateús, Novo Oriente, Pacatuba, Maranguape, Itapipoca, Jardim, Caririaçu, Barbalha, Caucaia, Iguatu, Cariús, Campos Sales, Juazeiro do Norte, Carnaubal, Croatá, Ipú, Martinópolis, Alcântaras, Sobral, Itarema, Granja, Chorozinho, Campo Sales, Tamboril, Fortaleza, Itarema, Camocim, São Benedito, Cascavel e Tabuleiro do Norte.

Ampliação e Reforma de Escolas de Ensino Fundamental e Médio

O projeto teve como objetivo melhorar e modernizar a infraestrutura dos espaços escolares da rede pública de ensino, proporcionando, assim, qualidade na educação através de um ambiente adequado para os jovens de 15 a 17 anos.

Essas reformas visam melhorias nas áreas civis e elétricas dos diversos ambientes escolares, tais como: núcleo gestor, biblioteca, laboratório de ciências, salas de aula, cozinha, refeitório, banheiro, reformas e construções de subestações.

Em 2016, foram 315 escolas da rede pública de ensino que receberam melhorias em sua infraestrutura, de acordo com as demandas recebidas das Coordenadorias

Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), beneficiando 130.500 alunos.

As principais dificuldades vivenciadas foram referentes a descumprimentos de cronograma de execução por parte das construtoras contratadas, o que vem sendo resolvido através de monitoramento e fiscalização da execução físico-financeira.

Como resultado temos obras nas seguintes situações: 100,00% liberado para execução, sendo 49,52% de obras concluídas, 24,77% em execução, 14,60% em contratação e 11,11% em licitação.

A quantidade de escolas atendidas, por região, foram:

- 53 escolas na Região 01 - Cariri;
- 13 escolas na Região 02 - Centro Sul;
- 111 escolas na Região 03 - Grande Fortaleza;
- 09 escolas na Região 04 - Litoral Leste;
- 21 escolas na Região 05 - Litoral Norte;
- 11 escolas na Região 06 - Litoral Oeste / Vale do Curu;
- 08 escolas na Região 07 - Maciço do Baturité;
- 18 escolas na Região 08 - Serra da Ibiapaba;
- 13 escolas na Região 09 - Sertão Central;
- 07 escolas na Região 10 - Sertão de Canindé;
- 15 escolas na Região 11 - Sertão de Sobral;
- 19 escolas na Região 12 - Sertão de Crateús;
- 08 escolas na Região 13 - Sertão do Inhamuns;
- 09 escolas na Região 14 - Vale do Jaguaribe.

Totalizando 315 escolas e aproximadamente 130.500 alunos beneficiados.

Construção de Centros de Educação Infantil (CEI)

O governo do Estado instituiu o projeto Centro de Educação Infantil, o qual faz parte do Programa de Ampliação da Oferta Municipal de Educação Infantil, que tem por

objetivo a prestação de cooperação técnica e financeira do Estado aos Municípios, para construir e equipar Centros de Educação Infantil.

Com esses investimentos, o Governo do Estado reafirma o compromisso com a Educação Infantil de qualidade, proporcionando um espaço pedagógico adequado à vivência de experiências de aprendizagem através de jogos e de atividades interativas que permitem a melhoria do desenvolvimento infantil.

Esse esforço compreende um conjunto de ações de aperfeiçoamento do processo de alfabetização das crianças matriculadas na rede pública municipal cearense. Assim, tem-se a possibilidade real de oferecer condições efetivas de atendimento às crianças de 0 a 5 anos, e capacitar profissionais para o cuidado e educação das crianças matriculadas na rede pública municipal.

Essa iniciativa integra as políticas de cooperação do Estado com os Municípios. Dessa forma, o governo estadual disponibiliza recursos financeiros e propicia ações pedagógicas destinadas à melhoria do atendimento às crianças matriculadas na rede pública dos municípios cearenses.

Cada CEI tem um custo médio de R\$ 1,3 milhão e atende 208 crianças. A estrutura é composta de quatro salas de aula, laboratório de informática, refeitório, cozinha, berçário, fraldário, dormitório, copa, recepção e playground. Um dos critérios observados como atendimento das crianças nos CEI são referentes a vulnerabilidade da criança.

No segundo semestre de 2016, referente ao projeto do FECOP, e com o acréscimo da SEDUC, a meta era construir e equipar 12 Centros de Educação Infantil, beneficiar 12 municípios e 2.496 crianças. Conforme o Sistema integrado de Acompanhamento de Programas (SIAP) da SEPLAG, somente 4 CEI foram concluídos: 1 em Aquiraz, 1 em Farias Brito e 2 em Viçosa do Ceará, 8 obras em execução nos municípios de: Barbalha (1 CEI com execução em 77,59%), Mauriti (1 CEI com execução em 67,11%), Tejuçuoca (1 CEI com execução em 85,16%), Itaitinga (1 CEI com 95%), Pacatuba (1 CEI 85 %), Tauá (1 CEI com execução em 95,45%) e São Gonçalo do Amarante (2 CEI com execução de 94,71%, e outro com 66,99%).

Atualmente, existem 24 CEI construídos e equipados em contrapartida (todas as fontes) com os municípios: Aquiraz (2), Cariré (1), Farias Brito (1), Horizonte (3), Redenção (1), Irauçuba (1), Iguatu (2), Sobral (3), Ubajara (1), Varjota (1), Guaraciaba do Norte (1), Quixeramobim (1), Tauá (1), Tianguá (3) e Viçosa do Ceará (2). Os demais encontram-se nas seguintes situações: 21 em execução, 28 paralisados e 10 a licitar.

Foram várias as dificuldades encontradas, que impossibilitaram a conclusão das obras dos CEI, tais como: descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma da obra, obras paralisadas, obras concluídas sem bens materiais, pendência de documentação como aditivo de contrato, regularização da licença ambiental, placa na obra entre outros problemas.

Para resolver tais dificuldades, a SEDUC finalizou o processo licitatório para contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de auditoria e avaliação externa. Foi celebrado o Contrato nº 173/2016, com a empresa CONCREMAT Engenharia e Tecnologia S/A em 27/07/2016, para prestação de serviços de auditoria e avaliação externa, visando dar continuidade a realização da prestação de contas e do acompanhamento físico-financeiro do Programa Construção dos Centros de Educação Infantil - CEI, em todas as suas intervenções.

Suas ações permitirão o monitoramento sistemático das etapas de construção, aquisição de equipamentos e mobiliários do CEI. A empresa também terá a incumbência de averiguar a vigência dos documentos exigidos para o andamento da obra e liberação de pagamentos de acordo com as medições das obras e exigências do BNDES.

No sentido de fortalecer ainda mais o Regime de Colaboração Estado e Município, o Estado também aloca recursos financeiros nas reformas e ampliação de Escolas de Ensino Fundamental, em parceria com as prefeituras.

Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma – TAMBORIL.

No ano de 2016 o projeto beneficiou o município com essa construção, atendendo a demanda de oferta para Educação Infantil.

O Projeto proposto visa atender as necessidades educacionais, em especial da Educação Infantil, construindo um Centro de Educação Infantil. A execução da obra oferecerá um espaço digno de acolhimento, e propiciará às crianças o desenvolvimento de atividades lúdicas e socioeducativas, objetivando prestar uma educação continuada de forma integral em suas múltiplas especificidades.

O Governo do Estado do Ceará, visando fortalecer o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, e contribuir para a alfabetização de crianças e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos, nos níveis iniciais do ensino fundamental, definiu a seguinte estratégia para a melhoria da educação pública; Meta: – Ampliar as ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa – MAIS PAIC, para os 392 alunos, do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental, das escolas públicas; Iniciativa 008 – Reformar e ampliar. Percentual de execução previsto para 2016 será de 100%, que beneficiará 392 alunos. Estruturação das escolas de ensino fundamental da rede municipal com construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, instituiu o Projeto Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião em Nova Roma – TAMBORIL.

No ano de 2016, o projeto foi concluído com êxito, com 100% da obra concluída, e foi beneficiada 01 escola, que se encontrava em situação muito precária, apresentando diversas deficiências, que necessitam ser sanadas para que não haja prejuízo aos seus beneficiários.

O investimento em infraestrutura proporcionou um bom funcionamento da escola e, conseqüentemente, contribuirá para uma educação de qualidade, para crianças e jovens, que serão beneficiados, também, com a melhoria dos indicadores de aprendizagem, assegurando a permanência do aluno na escola, e diminuindo, gradativamente, a evasão escolar.

Os desafios que se colocam para o desenvolvimento das políticas direcionadas à Educação Infantil e de Ensino Fundamental são abrangentes, requerendo, tanto dos setores públicos, quanto da sociedade civil, integração e parceria para superação das dificuldades referentes as condições de acesso e qualidade desses níveis de ensino.

Ampliação da Escola Francisco Lúcio no Distrito de Oliveiras – TAMBORIL - Ceará

O Governo do Estado do Ceará, visando fortalecer o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, e contribuir para a alfabetização de crianças e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos, nos níveis iniciais do Ensino Fundamental, como estratégia para a melhoria da educação pública, garantiu a ampliação da Escola Francisco Lúcio, pelo que beneficiará 257 alunos regularmente matriculados – e investe, também, nas ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa – PAIC MAIS, para os alunos do 3º ao 5º anos. Assim executa a iniciativa 008, do PPA 2016-2019: Estruturação das escolas de ensino fundamental da rede municipal com construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, instituiu o Projeto Ampliação da Escola Francisco Lúcio, no distrito de Oliveiras – TAMBORIL.

No ano de 2016 o projeto foi executado com êxito, e beneficiou 01 escola, que se encontrava em situação muito precária, apresentando diversas deficiências que necessitam ser sanadas para que não haja prejuízo aos seus beneficiários. No ano de 2016, após mudança de gestor estadual, e para assegurar atendimento financeiro, a fonte financiadora passou a ser a Fonte 10 (FECOP). A obra foi concluída com 100%.

A melhoria da infraestrutura proporcionou um bom funcionamento da escola e, conseqüentemente, contribuirá para uma educação de qualidade para crianças e jovens que serão beneficiados. Também haverá melhoria dos indicadores de aprendizagem, assegurando a permanência do aluno na escola e diminuindo gradativamente a evasão escolar.

Os desafios que se colocam para o desenvolvimento das políticas direcionadas à Educação Infantil e de Ensino Fundamental são abrangentes, requerendo, tanto dos setores públicos, quanto da sociedade civil, integração e parceria para superação das dificuldades referentes as condições de acesso e qualidade desses níveis de ensino.

Construção do Centro de Educação Infantil - CEI no Distrito de Quincuncá - Farias Brito – Ceará

O Governo do Estado do Ceará, visando fortalecer o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, e contribuir para a alfabetização de crianças, e a elevação do nível de aprendizagem dos alunos, nos níveis iniciais do ensino fundamental I, como estratégia para a melhoria da educação pública; Meta – Ampliar as ações do Programa de Alfabetização na Idade Certa – MAIS PAIC para os Construir 01 centro de educação infantil. Percentual de execução em 2016 foi de 100%, já está beneficiando 392 alunos, de 0 a 5 anos, do Ensino Fundamental das escolas públicas; Iniciativa 008 – Estruturação das escolas de ensino fundamental da rede municipal com construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos, instituiu o Projeto Construção de um Centro de Educação Infantil, no Distrito de Quincuncá no Município de Farias Brito. No ano de 2016 o projeto beneficiou o município com essa construção, atendendo a demanda de oferta para Educação Infantil.

No ano de 2016, após mudança de gestor estadual, e para assegurar atendimento financeiro, a fonte financiadora passou a ser da Fonte 10 (FECOP). Logo, a construção de um Centro de Educação Infantil, no Distrito de Quincuncá, no Município de Farias Brito, está contribuindo para uma educação de qualidade para crianças entre 0 e 5 anos. Também proporcionará maior estabilidade para as mães que trabalham fora e segurança para as crianças.

Implantação de Unidades Técnico Pedagógicas

O projeto se apoia na necessidade de suprir as escolas agropecuárias de Granja e de Lavras da Mangabeira, de unidades técnico-pedagógicas de produção, que auxiliem o ensino e a aprendizagem dos discentes, na perspectiva de proporcionar-lhes as práticas de manejos agrícola e animal, imprescindíveis para o desenvolvimento de uma formação eficaz, centradas nos princípios da convivência com o semi-árido e agroecologia.

O projeto é constituído das seguintes ações: 1-Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Avicultura Caipira; 2-Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Ovinocaprinocultura; 3-Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Bovinocultura; 4-Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Aquicultura; 5-Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Hortifruticultura.

Para que os projetos fossem executados, foi necessário providenciar repasses para as escolas, através de aporte de recursos financeiros, segundo a Lei Complementar nº 137, de 23.05.2014.

As novas regras a serem seguidas pelas CREDE/escolas, demandaram um tempo maior do que o previsto para se ajustarem às novas orientações, o que acarretou no atraso para realização dos processos e no empenho dos mesmos.

De acordo com as novas orientações, as CREDE/ESCOLAS realizam os processos licitatórios, encaminham os mesmos para a SEDUC/COPED para pre-empenho e por último, os processos seguem para a Coordenadoria Financeira. Portanto, do valor previsto para a execução até dezembro de 2016, não foi possível executar em sua totalidade. A escola de Lavras da Mangabeira teve suas licitações desertas por quatro vezes, o que impossibilitou a realização das ações previstas. Portanto, somente a EEEP de Granja conseguiu êxito nos processos licitatórios realizados.

Projetos Estruturantes – Inclusão Produtiva Urbana

Constitui a segunda subcategoria de projetos estruturantes, com 04 projetos, dentre os quais se destacam a Formação Técnica e Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, as escolas que tratam das disciplinas específicas de cada curso, e que não estão contempladas nas contratações realizadas por meio de concurso, exclusivo para as demais áreas do conhecimento do núcleo comum.

Em 2016, os quatro projetos destinados a Inclusão Produtiva Urbana totalizam R\$ 100.380.777,78 (cem milhões, trezentos e oitenta mil, setecentos e setenta e sete reais, e setenta centavos), de limite financeiro concedido, com execução de 99,12%, ou seja, R\$ 99.497.398,33 (noventa e nove milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, trezentos e noventa e oito reais, e trinta e três centavos).

Projeto: Projeto e-Jovem – Concessão de Bolsa Estágio



O objetivo do referido projeto é tornar os educandos preparados para o mundo laboral, tendo por vertentes a associação entre estudo e o trabalho. Esta política possibilita a seus beneficiários um diferencial na sua formação, constituindo-se em importantes estratégias de impacto econômico e social.

A política de estágio envolve: concessão de bolsa estágio; auxílio transporte; seguro contra acidentes pessoais; aquisição de Equipamento de Proteção Individual; deslocamento; logística e roteiro turístico.

Este conjunto de ações visa possibilitar aos educandos das EEEP, e do Projeto e-Jovem, o desenvolvimento das potencialidades individuais, incentivando o surgimento de profissionais empreendedores capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias técnicas científicas. Ele também diminui o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, bem como incentiva o exercício da observação, do senso crítico, da criatividade e do relacionamento.

Em se tratando dos resultados, destaca-se a concessão bolsa, auxílio transporte, seguro contra acidentes pessoais, beneficiando 16.442 educandos das EEEP, distribuídos por macrorregião: RO I – 2.276 alunos; RO II – 904 alunos; RO III – 6.056 alunos; RO IV – 479 alunos; RO V – 645 alunos; RO VI – 526 alunos; RO VII – 146 alunos; RO VIII – 827 alunos; RO XIX – 783 alunos; RO X – 426 alunos; RO XI – 978 alunos; RO XII – 1.245 alunos; RO XIII – 351 alunos; RO XIV – 800 alunos. Além disso, aporte as escolas para aquisição dos kits equipamentos de proteção individual, logística e roteiro turístico.

Em relação as dificuldades, ocorreu atraso na concessão bolsa estágio, decorrente de problema na abertura de contas dos alunos, que foi sanado, e liberada a abertura das contas, na modalidade poupança, bem como, houve atraso no processo licitatório, para garantir o deslocamento dos alunos ao campo de estágio fora do município-sede da escola.

Projeto: Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional



A gestão governamental tem privilegiado investimentos na expansão do ensino médio, responsabilidade constitucional do Estado, fortalecendo a política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, expandindo a rede física, com a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), com a oferta de cursos técnicos nas mais diversas áreas, tendo como objetivo propiciar oportunidade de inserção no processo produtivo, e melhoria da qualidade de vida da população jovem. Constitui-se também em uma estratégia que visa estimular a permanência do jovem no ambiente escolar, facilitando a transição entre a escola e o trabalho, assegurando-lhes direitos de acesso à educação e ao mundo de trabalho.

No que concerne aos obstáculos vivenciados, destaca-se a falta de pessoal qualificado, para assumir a função de professor no interior do Estado. Todavia, estratégias de superação deste risco foram estruturadas, e estão sendo implementadas. Dos resultados preliminares, tem-se a garantia de 49.050 educandos em processo de formação, nível médio técnico nas EEEP, distribuídos por macrorregião, sendo RO I – 7.442 alunos; RO II – 2.418 alunos; RO III – 16.777 alunos; RO IV – 1.477 alunos; RO V – 2.596 alunos; RO VI – 2.121 alunos; RO VII – 678 alunos; RO VIII – 2.440 alunos; RO IX – 2.133 alunos; RO X – 1.172 alunos; RO XI – 3.000 alunos; RO XII – 3.916 alunos; RO XIII – 1.266 alunos; RO XIV – 1.644 alunos.

A rede de EEEP é formada por 115 EEEP, considerando os 53 cursos técnicos ofertados, a saber, Administração; Agrimensura; Agroindústria; Agronegócio; Agropecuária; Aquicultura; Automação Industrial; Biotecnologia; Comércio; Contabilidade; Desenho de Construção Civil; Design de Interiores; Edificações; Eletromecânica; Eletrotécnica; Enfermagem; Estética; Eventos; Fabricação Mecânica; Finanças; Agricultura (FLORICULTURA); Fruticultura; Gestão Cultural; Guia de Turismo; Hospedagem; Informática; Instrução de Libras; Tradução e Interprete de Libras; Logística; Manutenção Automotiva; Massoterapia; Mecânica; Meio Ambiente; Mineração; Modelagem do Vestuário; Móveis; Multimídia; Nutrição e Dietética;

Paisagismo; Petróleo E Gás; Portos; Produção de Áudio e Vídeo; Produção de Moda; Química; Redes de Computadores; Regência; Saúde Bucal; Secretariado; Secretaria Escolar; Segurança do Trabalho; Têxtil; Transações Imobiliárias; Vestuário. Os cursos foram distribuídos em 1.219 turmas (422 – 1ª série, 415 – 2ª série, 382 – 3ª série), especializados por 86 municípios.

Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional

O projeto busca contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense, oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro empreendedorismo, ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária. Para que o projeto iniciasse a execução, foi necessário providenciar repasses para as escolas, através de aporte de recursos financeiro, segundo a Lei Complementar nº 137 de 23.05.2014.

De acordo com as novas orientações, as CREDE e ESCOLAS realizam os processos licitatórios, encaminha os mesmos para a SEDUC/COPED, para pre-empenho, e, por fim, os processos seguem para a COFIN para pagamento.

A ação 1, impressão de apostilas da área técnica, foram realizadas as seguintes etapas por 107 EEEP:

- Construção das apostilas devidamente validadas pelo consultor;
- Publicação da Portaria aportando os recursos a serem disponibilizados às escolas;
- Disponibilização pela SEDUC dos códigos e das fontes do orçamento público;
- Realização da licitação pela escola;
- Emissão do empenho pela SEDUC;
- Execução do serviço pela contratada e recebimento das apostilas pelas escolas;
- Realização do pagamento pela SEDUC;

Quanto à ação 2, Aquisição de material de consumo para implantação da tecnologia SEBRAE no conceito de empreendedorismo, as etapas abaixo foram realizadas por 107 EEEP:

- Definição do material de consumo a ser adquirido;
- Publicação da Portaria aportando os recursos a serem disponibilizados às escolas;
- Disponibilização pela SEDUC dos códigos e das fontes do orçamento público;
- Realização da licitação pela escola;
- Emissão do empenho pela SEDUC;
- Execução do serviço pela contratada e recebimento das apostilas pelas escolas;
- Realização do pagamento pela SEDUC.

Para ambas as ações, as escolas planejaram os gastos, segundo consta no SIGE-SAA, e 107 EEEP já realizaram os processos de compra, utilizando 82,24% do valor aportado até dezembro de 2016, as 8 EEEP não conseguiram êxito em seus processos licitatórios.

Projetos Estruturantes – Educação

A terceira categoria, Educação, compreende os Projetos: Jovem de Futuro, Apoio Técnico Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, Prêmio Escola Nota Dez e Apoio às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional, totalizando em 2016, R\$ 28.812.103,54 (vinte e oito milhões, oitocentos e doze mil, cento e três reais, e cinquenta e quatro centavos), com execução de 99,22%, ou seja, R\$ 28.588.704,42 (vinte e oito milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e quatro reais, e quarenta e dois centavos).



A SEDUC, com o objetivo de garantir o acesso à educação de qualidade aos jovens do Ensino Médio, vem ampliando suas ações por meio de políticas/programas, que atendam de maneira efetiva este público. Para isto, tem desenvolvido ações conjuntas junto ao MEC e instituições competentes, de forma a criar a sinergia necessária para o alcance de suas metas.

Estado do Ceará, atualmente, possui vagas na rede pública suficientes para atender a toda matrícula obrigatória do Ensino Médio. Entretanto, mesmo atendendo mais de

80% dos jovens, entre 2011 e 2014, a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola teve uma variação média negativa, - 0,35%. Observa-se que, embora haja oferta suficiente de vagas, ainda há vagas ociosas, muitas vezes, devido ao abandono/evasão.

Dentre as possíveis causas do abandono/evasão dos jovens, estão: necessidade de entrar no mercado de trabalho, gravidez precoce, dificuldades de aprendizagem durante o percurso escolar, falta de incentivo dos pais, dentre outras causas.

Há, porém, razões que levam ao abandono, e que estão mais diretamente ligadas ao ambiente escolar. É o caso da repetência e do desinteresse do jovem pelos estudos, motivados pela baixa qualidade do ensino e por um currículo, especialmente no Ensino Médio, enciclopédico, e com pouca flexibilidade para escolhas. Diante disso, visando ao reingresso desses jovens na escola, necessita-se de uma oferta de ensino diferenciada.

Nesse contexto, as ações do Projeto Jovem de Futuro representam uma proposta que provoca nas escolas o desafio de realizar um Plano, que desenvolva ações voltadas para assegurar a permanência do jovem no ambiente escolar, estimule à aprendizagem, com reflexos positivos nos índices de conclusão do Ensino Médio, e no incremento do desempenho escolar dos alunos, na perspectiva da qualificação do processo de ensino e de aprendizagem, e o fortalecimento da Gestão Escolar para Resultados.

Esse projeto tem como foco: todos os jovens, de 15 a 17 anos, incluídos na escola, e amplo acesso ao Ensino Médio, com melhoria dos indicadores de permanência, fluxo e aprendizagem, de modo a ampliar significativamente a taxa de conclusão do Ensino Médio na idade certa. E a Gestão eficiente, eficaz, participativa e sustentável do sistema educacional do Ceará, com foco na aprendizagem dos estudantes.

O apoio técnico e financeiro, no caso da ajuda de custo das bolsas de monitoria e tutoria, o Projeto oferece às escolas, que é de fundamental importância para o desenvolvimento de ações voltadas para aqueles alunos mais carentes, e que, portanto, apresentam mais necessidades de estarem na escola, não somente no turno que estão estudando, mas em outro turno, atuando como monitores e

recebendo ajuda de custo para realizarem tal atividade. Isto possibilita a esses jovens terem uma perspectiva positiva quanto ao seu futuro.

A Monitoria em Laboratório Educacional de Informática, consiste na atuação de um aluno monitor em cada turno da escola, apoiando o professor lotado no LEI nas atividades pedagógicas. Um diferencial na atividade de monitoria é a construção de competências e habilidade tecnológicas, que possibilitará inclusão do aluno na sociedade digital. Esse aluno receberá uma bolsa para exercer suas atividades de monitor e será supervisionado pelo professor do LEI.

O Laboratório Educacional de Informática é um dos ambientes pedagógicos da escola, que promove a utilização das tecnologias educacionais, e que possibilita novas formas de ensinar e aprender, por meio da integração curricular, preparando os jovens para uma Sociedade em Rede.

4.6.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Quadro 40 – Distribuição de Recursos por Macrorregião

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-CARIRI	24.480.035,04	-	264.661	-
2-CENTRO SUL	6.084.212,41	-	88.642	-
3-GRANDE FORTALEZA	57.970.939,77	-	727.686	-
4-LITORAL LESTE	4.455.449,35	-	47.721	-
5-LITORAL NORTE	9.884.100,66	-	128.462	-
6-LITORAL OESTE/VALE DO ACARAÚ	7.405.333,41	-	133.137	-
7-MACIÇO DO BATURITÉ	4.493.864,31	-	62.640	-
8-SERRA DA IBIAPABA	8.852.405,15	-	103.388	-
9-SERTÃO CENTRAL	7.279.224,37	-	98.795	-
10-SERTÃO DE CANINDÉ	4.806.817,97	-	53.560	-
11-SERTÃO DE SOBRAL	17.098.059,22	-	137.084	-
12-SERTÃO DOS CRATEÚS	13.152.846,27	-	105.076	-
13-SERTÃO DOS INHAMUNS	3.681.225,17	-	38.407	-

14-VALE DO JAGUARIBE	7.583.440,84	-	86.237	-
15-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	176.827.953,94	-	2.075.496	-

4.6.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.13.4.1 Resultados

- a) foram beneficiados 286.831 alunos, com 1.626 bolsas de monitoria LEI, em 517 escolas estaduais;
- b) clima empolgação e interesse em participar da monitoria LEI, por parte dos alunos.

4.13.4.2 Dificuldades

- a) a greve dos professores gerou uma baixa execução das bolsas, ficando reprogramadas para conclusão no primeiro trimestre de 2017;
- b) o monitoramento, por parte das equipes das regionais junto as escolas, na execução desse recurso carece de mais eficiência e eficácia;
- c) a equipe de acompanhamento da SEDUC precisa, em 2017, está mais atenta para execução financeira dos recursos, que as escolas recebem.

4.7. Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA

4.7.1 Aspectos Gerais

A Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, foi criada pela Lei nº 12.961, de 03 de novembro de 1999, dentro do processo de Reforma Administrativa do Governo do Estado, e tem como competência as áreas de Transportes, Obras, Energia e Comunicações, definidas pela Reforma Administrativa do Governo atual, através da Lei nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, alterada em 09 de novembro de 2007.

O Governo Estadual reputa a infraestrutura como pré-condição para o crescimento sustentável. Esta lógica norteia todas as ações da SEINFRA, possibilitando vislumbrar cenários de curto e médio prazo, onde a infraestrutura será um dos grandes atrativos para a instalação de grandes projetos produtivos no Estado.

Considerando que a existência de uma adequada infraestrutura de transportes constitui fator fundamental para a expansão de nossa economia, investimentos de grande magnitude estão planejados, cabendo destacar os empreendimentos nas áreas de energia, transporte rodoviário, portuário e ferroviário.

Na nossa Secretaria temos três projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, o projeto MAPP 144 – Indenização de famílias em situação de risco ocupantes das faixas de domínio de serviços e das correias transportadoras do Complexo Industrial do Porto do Pecém - CIPP; o projeto MAPP 285 – Desapropriação de área de Domínio e Estações do VLT Parangaba/ Mucuripe; e, o projeto MAPP 329 – Obras de Implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacés, ambos na categoria Estruturante, sendo os dois primeiro incluído no Plano Estadual de Logística e Transporte do Ceará – PELT, com vistas a contribuir, através da implantação de infraestrutura de transporte, para situar o Estado no rumo do desenvolvimento sustentável, e, o segundo, incluído na Melhoria de Espaços e Equipamentos Urbanos.

O projeto MAPP 144 se insere na política de governo no Eixo Governamental: Ceará de Oportunidades; Tema Estratégico: Infraestrutura e Mobilidade; Resultado Temático: Infraestrutura e Mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável; Indicador do Resultado Temático: Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP); Programa: 010 - Infraestrutura e Logística; Objetivo: Assegurar

infraestrutura adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará; Iniciativa: Melhoria da infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e seu entorno.

O projeto MAPP 285 se insere na política de governo no Eixo Governamental: Ceará de Oportunidades; Tema Estratégico: Infraestrutura e Mobilidade; Resultado Temático: Participação do número de passageiros transportados por sistema metroferroviário na matriz de transporte da RMF – Programa: 019 – Mobilidade Urbana; Objetivo do Programa: Implantar e operacionalizar o sistema metroferroviário do Estado, e aprimorar as condições de segurança do trânsito em vias públicas, visando atender a necessidade de deslocamento da população cearense; Iniciativa: Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros – Linha Parangaba/Mucuripe.

O projeto MAPP 239 se encontra no âmbito do Programa Eixo Governamental: Ceará de Oportunidades; Resultado Estratégico: Desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses; Indicadores Estratégicos (contribuição direta): não Tema Estratégico: 3.09 - REQUALIFICAÇÃO URBANA; Resultado Temático: Espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população; Indicador de Resultado: Área Urbana Requalificada; Programa: 040 - MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS; Objetivo: 040.1 - Oferecer infraestrutura adequada aos municípios, de forma a subsidiar seu desenvolvimento econômico e social; Iniciativa: 040.1.05 - Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social.

O projeto MAPP 285 no PPA 2016 a 2019, encontra-se no âmbito do Programa: 019 – Mobilidade Urbana ; Objetivo do Programa: Implantar e operacionalizar o sistema metroferroviário do Estado e aprimorar as condições de segurança do trânsito em vias públicas visando atender a necessidade de deslocamento da população cearense; iniciativa: Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros – Linha Parangaba/Mucuripe. O projeto MAPP 329 se encontra no Programa: 040 - MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS; Objetivo: 040.1 - Oferecer infraestrutura adequada aos municípios de forma a subsidiar seu desenvolvimento econômico e social; Iniciativa: 040.1.05 - Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social; e o projeto MAPP 144, se insere na política de governo no Eixo Governamental: Ceará de Oportunidades; Tema

Estratégico: Infraestrutura e Mobilidade; Resultado Temático: Infraestrutura e Mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável; Indicador do Resultado Temático: Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP); Programa: 010-Infraestrutura e Logística; Objetivo: Assegurar infraestrutura adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará; Iniciativa: Melhoria da infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e seu entorno.

Quadro 41 – Execução Financeira

MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
285	Desapropriação de faixa de domínio e Estações para Implantação do VLT Parangaba-Mucuripe	26.200.000,00	25.000.000,00	95,42	23.498.896,25	89,69
*144	Indenização de famílias em situação de risco ocupantes das faixas de domínio de serviços e das correias transportadoras do Complexo Industrial do Porto do Pecém-CIPP.	1.445.773,54	1.424.861,95	98,55	1.354.809,67	93,71
329	Obras de Implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacés	2.500.000,00	2.500.000,00	100,00	2.500.000,00	100,00
Total		30.145.773,54	28.924.861,95	95,95	27.353.705,92	90,74

* Recursos não empenhados por falta de limite financeiro.

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.7.2 Desenvolvimento

O Programa Transporte e Logística do Estado do Ceará

O projeto Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Mucuripe, inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP – GEF, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, na categoria de projetos Estruturantes, subcategoria Infraestrutura Comunitária.

Constitui-se basicamente de ações de desapropriação das áreas de domínio e estações do VLT. Estas são condições indispensáveis para que possam ser desenvolvidas todas as demais ações que beneficiarão aproximadamente 20% da população de Fortaleza.

O primeiro projeto se insere no âmbito do Programa de governo no Eixo Governamental: Ceará de Oportunidades; Tema Estratégico: Infraestrutura e Mobilidade; Resultado Temático: Participação do número de passageiros transportados por sistema metroferroviário na matriz de transporte da RMF – Programa: 019 – Mobilidade Urbana; Objetivo do Programa: Implantar e operacionalizar o sistema metroferroviário do Estado, e aprimorar as condições de segurança do trânsito em vias públicas, visando atender a necessidade de deslocamento da população cearense; Iniciativa: Expansão da oferta de serviços de transporte ferroviário de passageiros – Linha Parangaba/Mucuripe.

O segundo projeto se encontra no âmbito do Programa de governo no Eixo Governamental: Ceará de Oportunidades; Resultado Estratégico: Desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses; Indicadores Estratégicos (contribuição direta): não Tema Estratégico: 3.09 - REQUALIFICAÇÃO URBANA; Resultado Temático: Espaços públicos requalificados e utilizados adequadamente pela população; Indicador de Resultado: Área Urbana Requalificada; Programa: 040 - MELHORIA DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS; Objetivo: 040.1 - Oferecer infraestrutura adequada aos municípios de forma a subsidiar seu desenvolvimento econômico e social; Iniciativa: 040.1.05 - Ampliação da oferta de infraestrutura pública de convivência social.

O terceiro projeto se insere na política de governo no Eixo Governamental: Ceará de Oportunidades; Tema Estratégico: Infraestrutura e Mobilidade; Resultado Temático: Infraestrutura e Mobilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável; Indicador do Resultado Temático: Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP); Programa: 010 - Infraestrutura e Logística; Objetivo: Assegurar infraestrutura adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará; Iniciativa: Melhoria da infraestrutura do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e seu entorno.

4.7.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Os três projetos estão situados na Região Metropolitana de Fortaleza. O projeto MAPP 285, em Fortaleza, onde será implantado o Veículo Leve sobre Trilhos-VLT, tendo a sua extensão de 12,7 Km, iniciando na Estação Mucuripe até a Parangaba. O projeto MAPP 329, situado em São Gonçalo do Amarante, onde está sendo construído 163 habitações para relocação da tribo Taba dos Anacés. O projeto MAPP 144 propõe-se a viabilizar indenização de famílias em situação de risco, ocupantes das faixas de domínio de serviço e das correias transportadoras do Complexo Industrial do Porto do Pecém – CIPP, no município de São Gonçalo do Amarante.

Quadro 42 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada*	%
1-FORTALEZA	25.000.000,00	95,42	994	100,00
2- SÃO GONÇALO DO AMARANTE	3.924.861,95	99,47	120	100,00
TOTAL	28.924.861,95	95,55	1114	100,00

* Número de pessoas beneficiadas com o aluguel social.

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.7.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.7.4.1 Resultados

- a) desapropriados e indenizados 522 imóveis localizados na faixa de domínio, destinada à implantação do VLT.
- b) adquirido 2 (dois) terrenos localizados na faixa de domínio destinado à implantação do VLT.
- c) efetuado o pagamento de 416 alugueres sociais.
- d) atualizado/elaborado 1200 laudos de imóveis;
- e) realizado 17,50% da obra;

f) indenizados 24 imóveis localizados nas faixas de domínio, destinadas à implantação de equipamentos e utilidades para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

4.7.4.2 Dificuldades

a) falta da documentação legal (certidão do IPTU e Cartorária), necessária para o pagamento das indenizações e para aquisição de terreno;

b) o volume de ações judiciais, que dificultam as negociações, e, consequentemente, atrasa o processo de desapropriação de imóveis;

c) a escassez de recursos enfrentada no período, dificultando os processos de pagamento de desapropriação;

d) a escassez de recursos para a conclusão das moradias.

4.8 Secretaria da Saúde – SESA

4.8.1 Aspectos Gerais

A Secretaria da Saúde – SESA, tem a missão de assegurar a formação e a gestão das políticas públicas em saúde, por meio da prestação da assistência à saúde individual e coletiva de qualidade, e a participação social, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos cearenses. A Secretaria enfrenta essa missão, baseada nos valores da universalidade, integralidade, equidade, solidariedade, respeito às crenças, ética e honestidade.

Dentre seus objetivos destacam-se a ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde nos municípios das 22 regiões de saúde do Estado, com investimentos assistenciais em estruturas funcionais, o planejamento regionalizado de serviços, que ofereçam ações de promoção, proteção, vigilância em saúde, cura e reabilitação dos seus usuários.

Ceará da Gestão Democrática por Resultados:

Eixo: Ceará Saudável

Resultado Estratégico: População mais saudável

Resultado Temático: Acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de Saúde, assegurando a integralidade da atenção

Para alcançar parte dos objetivos pretendidos em 2016, a SESA apresentou seis projetos ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, na ordem de R\$ 94.610.840,69 (noventa e quatro milhões, seiscentos e dez mil, oitocentos e quarenta reais, e sessenta e nove centavos), que contemplaram serviços e ações de enfrentamento à pobreza.

Convém registrar que a execução financeira da SESA, com os recursos aprovados pelo FECOP em 2016, foi de R\$ 88.189.098,32 (oitenta e oito milhões, cento e oitenta e nove mil, noventa e oito reais, e trinta e dois centavos), correspondendo a 93,21% do valor total dos recursos programados.

Do total de projetos financiados pelo FECOP, 03 são do eixo estruturante, e 03 do eixo assistenciais, sendo apenas 01 de continuidade, o projeto “Reforço no Suprimento de

Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares”.

Foram apresentados pela primeira vez os seguintes projetos: Construção da Policlínica, Tipo II, no município do Crato; Aquisição de Equipamentos para a Policlínica, Tipo II, no município do Crato; Apoio às Ações de Vigilância e Controle da Dengue, Zika e Chikungunya; Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica, Medicamentos e Insumos para Atenção Básica e Secundária; e Construção e Ampliação de Unidades de Saúde, no município de Sobral.

O Quadro a seguir apresenta a execução financeira desses projetos até dezembro de 2016.

Quadro 43 – Execução Financeira da SESA

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
01	2722	Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares	71.859.131,23	71.835.713,78	99,97	70.405.911,49	97,98
02	1831	Construção da Policlínica, Tipo II, no Município do Crato	1.558.996,00	304.529,98	19,53	304.529,98	19,53
03	2788	Apoio às Ações de Vigilância e Controle da Dengue, Zika e Chikungunya	2.375.000,00	2.375.000,00	100	2.375.000,00	100
04	2685	Aquisição de Equipamentos para a Policlínica, Tipo II, no Município do Crato	5.211.625,98	573.022,19	11	494.022,29	9,48
05	2789	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica, Medicamentos	11.906.087,48	11.429.966,95	96	11.429.811,01	96

		e Insumos para Atenção Básica e Secundária					
06	2931	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde no Município de Sobral	1.700.000,00	1.670.865,42	98,29	935.843,93	55,05
TOTAL			94.610.840,69	88.189.098,32	93,21	85.945.118,70	90,84

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.8.2 Desenvolvimento

Os projetos apoiados pelo FECOP, no âmbito da SESA, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP – GEF, baseada no Decreto nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, estão agrupados nos grupos conforme segue:

- Assistenciais:
 - ✓ Proteção Social Básica, envolvendo os projetos de aquisições de medicamentos e materiais médicos para unidades de saúde do Estado do Ceará, como também, projeto para apoio nas ações de vigilância e controle da Dengue, Zika e Chikungunya no Estado.
- Projetos Estruturantes:
 - ✓ Infraestrutura Comunitária (subclassificação Social), envolvendo os projetos de construção e reforma de equipamentos públicos de saúde que beneficiam toda a comunidade

4.8.2.1 Projetos Assistenciais

Proteção Social Básica

No ano de 2016 (até 30 de junho) foram apoiados, com recursos do FECOP, 03 projetos na categoria Proteção Social Básica, cujas finalidades envolvem a família e comunidades sujeitas aos riscos de doenças e mortes, mediante a existência de determinantes numa específica área geográfica, tornando este ambiente, em que convivem, meios favoráveis ao desenvolvimento de agravos à saúde. Buscou-se, com a implantação desses projetos, a mitigação destes riscos para alcançar melhores níveis de saúde desse contingente populacional.

O orçamento total desta categoria para o ano foi de R\$ 86.140.218,71 (oitenta e seis

milhões, cento e quarenta mil, duzentos e dezoito reais, e setenta e um centavos), sendo empenhado R\$ 85.640.680,73 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil, seiscentos e oitenta reais, e setenta e três centavos), que corresponde a 99,42% do valor planejado para o ano, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 44 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Proteção Social Básica

Nº	MAPP	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
01	2722	Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares	71.859.131,23	71.835.713,78	99,97	70.405.911,49	97,98
02	2788	Apoio às Ações de Vigilância e Controle da Dengue, Zika e Chikungunya	2.375.000,00	2.375.000,00	100	2.375.000,00	100
03	2789	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica, Medicamentos e Insumos para Atenção Básica e Secundária	11.906.087,48	11.429.966,95	96	11.429.811,01	96
TOTAL			86.140.218,71	85.640.680,73	99,42	84.210.722,50	97,76

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Neste contexto, destacam-se os projetos de Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica e Medicamentos, nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará, que tem por finalidade a garantia de fornecimento dos insumos considerados indispensáveis para realização da maior parte dos procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e clínicos, nas 10 unidades hospitalares e 12 unidades ambulatoriais do Estado do Ceará, garantindo a realização desses procedimentos e reduzindo as filas de espera por atendimento.

Tal estratégia contribui para otimização dos atendimentos com ganhos em quantidade e qualidade, podendo assim, os setores atenderem seu objetivo primordial que é o atendimento em saúde à população do Estado do Ceará.

A padronização dos itens adquiridos é uma tarefa complexa, devido a grande diversidade de materiais e especificidades das unidades hospitalares em questão. Contudo o reforço nos estoques das unidades garantiu a normalização dos atendimentos.

Com a aquisição destes itens foram beneficiados mais de 1 milhão de pacientes, dentre eles 101.505 internados por condições clínicas ou cirúrgicas, 697.842 pacientes atendidos nos ambulatórios, 47.269 pacientes beneficiados com cirurgias realizadas.

Mesmo dentro do cenário burocrático da licitação pública, conseguiu-se realizar os processos de compra dos itens almejados e minimizar, sobremaneira, o desabastecimento vivenciado pelas unidades hospitalares.

O projeto de Apoio às Ações de Vigilância e Controle da Dengue, Zika e Chikungunya, tem, por finalidade, a redução de meios favoráveis ao desenvolvimento de criadouros, e à proliferação do mosquito *aedes aegypti*, interrompendo a cadeia de reprodução do mosquito e aumentando os níveis de proteção das pessoas, através da aquisição de 5.000 telas de nylon, para cobrir reservatórios de água no Estado do Ceará, nos quais sejam favoráveis ao desenvolvimento dos criadouros do mosquito.

Até dezembro de 2016, foram entregues 4.605 rolos de telas, dos 5.000 adquiridos, para as Coordenadorias Regionais de Saúde – CRES, distribuírem aos municípios do Ceará. O processo de distribuição das telas restantes continua em andamento.

No período acima informado, 184 municípios receberam as telas, sendo que 91 destes já prestaram contas da distribuição, apesar das dificuldades relatadas pelas CRES, no tocante ao transporte das telas aos municípios.

Não se alcançou toda a população prevista, visto que alguns municípios receberam as telas, mas ainda não fizeram uso devido, a dificuldades operacionais e de recursos humanos aptos para realizar a atividade.

O monitoramento dessa distribuição foi acompanhado pelo Núcleo de Controle de Vetores da SESA, que recebem as informações por meio de formulário de prestação de contas enviados pelos municípios.

Em 2016, até a Semana Epidemiológica - SE 27 (03/01/2016 a 31/12/2016), foram notificados 98.025 casos de dengue no Ceará, destes 50.454 (51,4%) suspeitos, e 37.369 (74,8%) confirmados, uma redução de 31,4% em relação aos 55.061 casos confirmados na SE 52 de 2015.

O projeto de Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica, Medicamentos e Insumos para Atenção Básica e Secundária, visa reforçar as ações de fornecimento dos medicamentos e insumos para a população SUS dependente, atendidas nas Unidades Básicas de Saúde da Família - UBASF existentes nos municípios do Estado do Ceará.

O projeto foi aprovado na 2ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIIS, em 21/03/16, no valor de R\$ 29.765.218,71 (vinte e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e dezoito reais, e setenta e um centavos).

Todavia, em agosto de 2016, foi remanejado o valor de R\$ 17.859.131,23 (dezessete milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cento e trinta e um reais, e vinte e três centavos), para o Projeto MAPP 2722 “Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares”, devido à necessidade urgente do atendimento das unidades de saúde da SESA.

A Coordenadoria de Assistência Farmacêutica – COASF/SESA, foi a responsável pela logística de distribuição dos itens adquiridos nos municípios que aderiram a Programação Pactuada Integrada – PPI, para a Política de Aquisição Centralizada de Medicamentos no Estado do Ceará.

O monitoramento da dispensação dos medicamentos é realizado por meio de relatórios emitidos pelo sistema HORUS (via web) do Ministério da Saúde, contendo as seguintes informações: medicamento/insumo, quantidades, beneficiados, município de origem. Esses relatórios são enviados trimestralmente à COASF, para fins de planejamento de compra, distribuição e controle da população assistida.

O projeto não foi realizado em sua totalidade. Em dezembro do referido ano, alguns empenhos foram cancelados, sendo relatada pelas empresas a falta de matéria prima para fabricação do medicamento.

4.8.2.2 Projetos Estruturantes

Infraestrutura Comunitária (subclassificação Social)

Os projetos a seguir atendem ao grupo estruturante na classificação Infraestrutura Comunitária e subclassificação Social, pois são projetos de construção e reforma de equipamentos públicos de saúde, que beneficiam toda a comunidade.

Sob este aspecto, a ausência de bem-estar está associada, dentre outros fatores, à baixa cobertura assistencial provocada pela insuficiência de serviços de saúde, tanto na atenção básica, quanto na atenção de média complexidade em determinadas regiões de saúde.

Portanto, com o intuito de complementar as ações já realizadas pela SESA, para transformar essa realidade, foram apresentados 3 projetos estruturantes cujo orçamento total é de R\$ 8.470.621,98 (oito milhões, quatrocentos e setenta mil, seiscentos e vinte e um reais, e noventa e oito centavos), sendo empenhado R\$ 2.548.417,59 (dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e dezessete reais, e cinquenta e nove centavo), que corresponde a 30,09% do valor planejado, conforme mostra o quadro a seguir:

Quadro 45 – Execução Financeira – Projetos da Categoria Estruturante

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
01	1831	Construção da Policlínica, Tipo II, no Município do Crato	1.558.996,00	304.529,98	19,53	304.529,98	19,53
02	2685	Aquisição de Equipamentos para a Policlínica, Tipo II, no Município do Crato	5.211.625,98	573.022,19	11	494.022,29	9,48
03	2931	Construção e Ampliação de Unidades de Saúde, no Município de Sobral	1.700.000,00	1.670.865,42	98,29	935.843,93	55,05
TOTAL			8.470.621,98	2.548.417,59	30,09	1.734.396,20	20,48

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Neste contexto, destacam-se os projetos de Construção e Aquisição de equipamentos para a Policlínica, Tipo II, no Município do Crato, que tem por finalidade garantir a melhoria da infraestrutura da Rede de Atenção Especializada de Saúde, para população da Região do Crato, garantindo a ampliação da oferta de serviços de saúde.

A Policlínica Tipo II do Município do Crato é uma unidade de perfil da assistência especializada de média complexidade, programada para a prestação dos serviços de 13 especialidades médicas como: Clínica Médica, Cirurgia Geral, Cardiologia, Gastroenterologia, Mastologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Gineco-obstetrícia, Traumato-ortopedia, Urologia, Endocrinologia, Neurologia e Angiologia, além dos atendimentos em Enfermagem, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Assistência Social, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Farmácia Clínica.

Ofertará também os Serviços de Apoio ao Diagnóstico Terapêutico, como Radiologia Convencional, Eletrocardiograma, Ultrassonografia, Ecocardiografia, Dopplermetria, Audiometria, Ergometria/mapa, Mamografia, Endoscopia Digestiva Alta e Baixa, Tomografia Computadorizada, Endoscopia Respiratória e Eletroencefalograma.

Em relação a obra, a Policlínica encontra-se com 81,41% dos serviços realizados, porém, a meta prevista para 2016 era sua conclusão (21,85% do total da obra). Neste período foram realizadas 04 medições, totalizando 14,91% da meta do período (ano de 2016), ou seja, 3,26% do total da obra.

O baixo percentual de execução da obra ocorreu devido a problemas na execução pela empresa contratada, sendo a mesma notificada. A SESA solicitou ao Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE, responsável pela fiscalização da obra, um novo cronograma para a conclusão da referida Policlínica.

Em relação à aquisição dos equipamentos para a Policlínica do Crato, teve seu início no ano de 2016, especificamente com a abertura da sessão pública do pregão eletrônico de nº 0515/2016, esta em 12/08/2016. Desde então, diversos processos foram abertos, alguns finalizados e outros estão em andamento.

A Gerência de Aquisições da UGP/SESA foi responsável por instruir os processos licitatórios para aquisição do parque tecnológico, mobiliários e mobiliários hospitalares da Policlínica, ou seja, montar os termos de referências, dimensionar e descrever tecnicamente os equipamentos, realizar levantamento de preços para formação do Mapa Comparativo de Preços, e por fim, abrir os processos de aquisição dos equipamentos previstos para a unidade.

O projeto foi aprovado pelo Conselho, na 8ª Reunião Extraordinária, com valor de R\$

5.253.725,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e vinte e cinco reais). Na 16ª Reunião Extraordinária a SESA solicitou redução de R\$ 42.099,02 (quarenta e dois mil, noventa e nove reais, e dois centavos), ficando assim o valor de R\$ 5.211.625,98 (cinco milhões, duzentos e onze mil, seiscentos e vinte e cinco reais, e noventa e oito centavos). Tal redução se justificou com a realização de alguns processos licitatórios que provocaram mudanças nos valores inicialmente previstos (estimados).

Todos os processos licitatórios foram abertos. Alguns estão em fase de habilitação de propostas dos candidatos a fornecedores, outros foram fracassados, situação onde os mesmos devem ser reabertos, e os demais estão em fase de contratação.

Devido a ocorrência de processos fracassados, pedidos de esclarecimentos, recursos e impugnações, além do cumprimento dos prazos legais, o valor do projeto não foi executado em sua totalidade. Diante disso, a SESA solicitou remanejamento do limite orçamentário do saldo do projeto para o MAPP 2722, mas este não foi efetivado, devido a indisponibilidade de orçamento.

Diante disso, será necessária a apresentação de um novo projeto, no ano de 2017, para continuidade dos processos de aquisições.

Ademais, o terceiro projeto Estruturante refere-se à Construção e Ampliação de Unidades de Saúde no Município de Sobral, que visa à melhoria da capacidade resolutiva das unidades aplicando recursos na implantação e na melhoria da infraestrutura das unidades básicas de saúde. O projeto foi aprovado pelo CCPS, na 10ª Reunião Extraordinária. Para sua execução a SESA celebrou o Convênio nº 059/2016, com o município de Sobral.

As metas não foram concluídas no prazo estabelecido inicialmente, devido a solicitação de Aditivo ao Plano de Trabalho, demandando um tempo, ao qual não estava previsto inicialmente no Convênio. Tal solicitação se deu por conta dos fatos que seguem: Ao ser elaborado o Plano de Trabalho para conclusão das obras, foi considerado orçamentos de uma obra que ainda estava em processo licitatório para ser homologada. Ocorre que durante o processo, a segunda empresa entrou com recurso, sendo ela: SALINAS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, desclassificando a primeira colocada, a empresa PAVVI CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

LTDA, tornando-se a vencedora do certame e fazendo com que o orçamento fosse alterado.

Com base nisso, foi solicitado ajuste do Plano de Trabalho em geral, acarretando, assim, uma alteração no cronograma de execução do Convênio, tanto em valor, já que houve um decréscimo no valor total do Convênio, quanto no seu período de execução com data prevista para conclusão das obras em 30/03/2017.

Este investimento trará benefícios para 201.756 pessoas no município de Sobral e resultará em melhores níveis de funcionamento dos serviços, ampliará a capacidade de cobertura do Programa Saúde da Família, realizando ações coletivas e individuais de promoção da saúde, aumentando a cobertura vacinal, verificando-se modificações nos indicadores de saúde que repercutem no quadro de saúde dessa população.

4.8.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

No ano de 2016 foi empenhado o montante de R\$ 88.189.098,32 (oitenta e oito milhões, cento e oitenta e nove mil, noventa e oito reais, e trinta e dois centavos), conforme distribuição apresentada no Quadro a seguir.

Quadro 46 – Distribuição dos Recursos Aplicados por Macrorregião

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
01 - Cariri	877.552,17	1	100.938	2
03 - Grande Fortaleza	85.640.680,73	97,11	2.815.640	94,26
11 - Sertão de Sobral	1.670.865,42	1,89	198.298	3,74
TOTAL	88.189.098,32	100	3.114.876	100

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Diante disso, ressalta-se:

No projeto Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica, Medicamentos e Insumos para Atenção Básica e Secundária, foram fornecidos os medicamentos e insumos a população atendida pelas Unidades Básicas de Saúde da Família – UBASF, localizadas nos municípios do Estado do Ceará.

Destaca-se que as UBASF apresentavam dificuldades em relação ao cumprimento das normas da Política Nacional de Atenção Primária – PNAB, assim como a garantia de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME, imprescindível instrumento de ação do SUS, na medida em que contempla um elenco de produtos necessários ao tratamento e controle da maioria das patologias prevalentes no país.

Diante deste cenário, o Governo do Estado vem investindo na melhoria da infraestrutura destas Unidades, assim como, dotar as Unidades com medicamentos essenciais para a população SUS dependente do Estado.

Em relação ao projeto “Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares”, foram beneficiados 1.052.500 pacientes na Macrorregião da Grande Fortaleza; 62.304 na Macrorregião do Cariri; e 94.234 na Macrorregião do Sertão de Sobral. Isso ocorre devido ao abastecimento das unidades hospitalares: Hospital Regional Norte – HRN, e Hospital Regional do Cariri – HRC, além das unidades de Saúde localizadas na Grande Fortaleza.

No projeto “Apoio às Ações de Vigilância e Controle da Dengue, Zika e Chikungunya”, apesar do empenho no valor R\$ 2.375.000,00 na Macrorregião da Grande Fortaleza, as pessoas beneficiadas estão distribuídas pelos seguintes municípios: Altaneira (204), Araripe (1435), Assaré (1770), Barro (1015), Campos Sales (1369), Crato (2000), Farias Brito (541), Juazeiro do Norte (1153), Lavras da Mangabeira (393), Mauriti (2122), Milagres (3533), Nova Olinda (260), Potengi (1236), Santana Do Cariri (132), Tarrafas (1891), Acopiara (470), Baixo (512), Cariús (939), Cedro (625), Icó (3360), Ipaumirim (506), Jucás (447), Quixelô (500), Umari (1240), Caucaia (4500), Guaiúba (1455), Pacatuba (1147), Paracuru (1400), Paraipaba (1000), São Gonçalo do Amarante (2000), São Luiz do Curu (600), Aracati (539), Fortim (248), Icapuí (1131), Itaiçaba (249), Jaguaruana (246), Camocim (142), Granja (1161), Martinópolis (381), Uruoca (642), Apuiarés (400), General Sampaio (400), Itapajé (2600), Pentecoste (1500), Tejuçuoca (600), Aracoiaba (2842), Aratuba (576), Barreira (2798), Capistrano (846), Guaramiranga (200), Mulungu (400), Carnaubal (45), Guaraciaba Do Norte (10), Ibiapina (741), Ipu (1866), Tianguá (243), Ubajara (74), Banabuiú (327), Choró (285), Deputado Irapuan Pinheiro (43), Ibaretama (532), Ibicuitinga (341), Pedra Branca (1694), Piquet Carneiro (1113), Quixadá (101), Quixeramobim (2547), Boa Viagem (436), Canindé (1333), Caridade (989), Itatira (500), Paramoti (407), Graça (1344),

Mucambo (260), Pires Ferreira (1500), Reriutaba (2096), Catunda (1096), Santa Quitéria (1974), Aiuaba (704), Arneiroz(202), Parambu (2061), Tauá (1885), Alto Santo (1607), Ererê (1476), Jaguaretama (679), Jaguaribara (198), Morada Nova (1671), Palhano (98), Quixerê (1382), Russas (801), São João Do Jaguaribe (1655), Tabuleiro Do Norte (6157), Total de 100.129 pessoas beneficiadas.

Essa distribuição resulta dos imóveis com reservatórios de água favoráveis ao desenvolvimento dos criadouros de *Aedes aegypti* serem localizados nos citados municípios.

Ressalta-se que nas duas áreas de atuação, ou seja, a Região de Saúde de Crato e o município de Sobral, os projetos estruturantes beneficiarão um contingente populacional bastante significativo haja vista investimentos que favoreçam uma capacidade, cada vez maior, da cobertura populacional.

Considerando a metodologia do FECOP, a informação da população beneficiada informada, referente aos projetos estruturantes, foi apresentada com base na execução financeira realizada em 2016.

4.8.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.8.4.1 Resultados

- a) ampliação da capacidade de oferta de insumos e serviços relacionados à assistência farmacêutica;
- b) fornecimento dos insumos considerados como básicos para realização da maior parte dos procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e clínicos nas 10 unidades hospitalares e 12 unidades ambulatoriais do Estado do Ceará;
- c) beneficiados 1.052.500 pacientes na Macrorregião da Grande Fortaleza, com a aquisição de medicamentos e materiais médicos;
- d) beneficiados 62.304 pacientes na Macrorregião do Cariri, com a aquisição de medicamentos e materiais médicos;
- e) beneficiados 94.234 pacientes na Macrorregião do Sertão de Sobral, com a aquisição de medicamentos e materiais médicos;
- f) ampliação da curva ABC de estoque, com incremento na padronização de materiais hospitalares para 1226 itens;

- g) aquisição de 5.000 rolos de telas, para distribuição nos 184 municípios, pelas Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES) para ações de vigilância e controle da Dengue, Zika e Chikungunya;
- h) redução de 31,4%, até Semana Epidemiológica (SE) 52 de 2016, em relação aos 55.061 casos confirmados até SE 52 de 2015;
- i) aquisição dos equipamentos: mobiliário administrativo, autoclave (equipamento de esterilização) e ventilador pulmonar para a Policlínica, Tipo II, no município do Crato.

4.8.4.2 Dificuldades

- a) carência de transporte, relatadas pelas CRES, para distribuição dos rolos de telas aos municípios alvos do projeto de “Apoio às Ações de Vigilância e Controle da Dengue, Zika e Chikungunya”;
- b) morosidade no andamento da obra de construção da Policlínica, Tipo II, no município do Crato;
- c) problemas no sistema SICONV/CE, em relação à falta de domínio por parte do município de Sobral para trâmite do projeto de “Construção e Ampliação de Unidades de Saúde, no município de Sobral”;
- d) atrasos nos processos licitatórios para aquisição dos equipamentos, para a Policlínica do Crato, devido a dificuldades no levantamento de propostas, para compor processo licitatório, pedidos de esclarecimentos, recursos e impugnações;
- e) atrasos na entrega dos medicamentos pelas empresas fornecedoras;
- f) cancelamento de empenhos, sendo declarado pelas empresas a falta de matéria prima para fabricação dos medicamentos;
- g) escassez de orçamento com Fonte FECOP, provocando o remanejamento entre os projetos;
- h) necessidade de solicitação de limite COGERF, tornando o processo mais moroso.

4.9 Secretaria das Cidades – SCIDADES

4.9.1 Aspectos Gerais

A Secretaria das Cidades (SCidades) é responsável pela implementação das políticas de Urbanismo, Saneamento Básico, Habitação, Trânsito e Transporte Rodoviário e o Metroferroviário de passageiros.

Apresenta como missão institucional “promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará, por meio de ações de estruturação urbana, habitação, saneamento básico, mobilidade, trânsito e fortalecimento institucional dos municípios”.

Com o intuito de viabilizar a execução de projetos que atendam às necessidades e às expectativas da sociedade, a SCidades formaliza parcerias institucionais com o Governo Federal, Governos Municipais e organismos internacionais, a exemplo do Banco Alemão KfW.

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Fecop, desde sua criação em 2000, tem viabilizado a execução de projetos com recursos exclusivos dessa fonte, ou compondo a contrapartida de projetos com recursos de financiamento interno e externo.

Em 2016, a SCidades obteve a aprovação do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, para alocar recursos da fonte Fecop em 26 (vinte e seis) projetos, divididos nas categorias de Habitação (12), Urbanização (06) e Esgotamento Sanitário (08).

Deste total, 11 (onze) projetos são financiados com recursos exclusivos da fonte Fecop, e 15 (quinze) contam também com recursos de outras fontes (FGTS, OGU, OGU-PAC, CPAC, FUNASA, CAIXA, Governo Municipal e Banco KfW).

O valor total da fonte Fecop programado no orçamento, para o ano de 2016, destinado a SCidades, correspondeu ao montante de R\$ 48.781.571,80 (quarenta e oito milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta e um reais, e

oitenta centavos). Desse valor foram empenhados R\$ 47.847.387,46 (quarenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, trezentos e oitenta e sete reais, e quarenta e seis centavos), e pagos R\$ 47.627.955,11 (quarenta e sete milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e cinco reais, e onze centavos), o correspondente a 98,08% e 97,64%, respectivamente, do limite orçamentário concedido ao órgão SCidades para o ano.

Quadro 47 - Execução Financeira dos Projetos do Órgão Secretaria das Cidades em 2016

Nº	MAPP	Projeto	Valor do Projeto	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I).	5.000.000,00	4.957.291,03	99,15	4.957.291,03	99,15
2	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização).	12.301.960,60	12.301.960,60	100,00	12.301.960,60	100,00
3	29	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza.	596.405,05	596.405,05	100,00	596.405,05	100,00
4	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KFW II.	3.263.908,07	3.259.081,49	99,85	3.259.081,49	99,85
5	35	Elaboração de Projeto Executivo dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário dos Municípios com até 50 mil habitantes beneficiados pela transposição do São Francisco.	84.733,10	9.832,35	11,60	-	-
6	50	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE.	825.446,90	825.446,90	100,00	825.446,90	100,00
7	51	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará - Cidades José Euclides - Sobral-CE.	627.024,95	626.957,95	99,99	626.957,95	99,99
8	52	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Pedrinhas – Juazeiro do Norte-CE.	347.528,15	347.528,15	100,00	347.528,15	100,00
9	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira.	2.009.490,94	2.009.490,94	100,00	2.009.490,94	100,00
10	187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia-CE.	240.295,62	240.295,62	100,00	240.295,62	100,00
11	189	PAC 2 Estiagem -Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte-CE	59.150,67	50.684,81	85,69	50.684,81	85,69
12	194	PAC 2 Estiagem - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tauá.	980.719,42	980.719,42	100,00	980.719,42	100,00
13	229	Instalação e Eletrificação de poços existentes na rede da CAGECE em	2.887.044,64	2.165.283,48	75,00	2.165.283,48	75,00

Nº	MAPP	Projeto	Valor do Projeto	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
diversos municípios do Estado do Ceará.							
14	258	Obra Emergencial da Adutora de Água Tratada para o Município de Aquiraz- CE.	2.659.208,27	2.659.208,27	100,00	2.659.208,27	100,00
15	835	Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética).	1.069.339,00	1.069.339,00	100,00	1.069.339,00	100,00
16	1378	Dendê (Ações Habitacionais).	2.600.000,00	2.568.884,68	98,80	2.568.884,68	98,80
17	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC 2).	1.815.408,33	1.815.408,33	100,00	1.815.408,33	100,00
18	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC 2).	4.683.667,29	4.633.328,59	98,83	4.633.328,59	98,83
19	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda.	1.047.200,00	1.047.200,00	100,00	837.600,00	79,98
20	1613	Fogões Sustentáveis (2) - (Fogões com Eficiência Energética).	2.601.161,00	2.601.161,00	100,00	2.601.161,00	100,00
21	1944	Mobilização e Transporte de Famílias.	296.179,80	296.179,80	100,00	296.179,80	100,00
22	2459	Habitação de Interesse Social 60 Unidades Habitacionais no Município de Massapê – CE (1ª Etapa).	500.000,00	500.000,00	100,00	500.000,00	100,00
23	2999	Habitação Rural – PNHR.	309.000,00	309.000,00	100,00	309.000,00	100,00
24	3097	Habitação de Interesse Social - Unidades Habitacionais no Município de Pires Ferreira (1ª Etapa).	175.000,00	175.000,00	100,00	175.000,00	100,00
25	3123	Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha – Fortaleza-CE.	1.800.000,00	1.800.000,00	100,00	1.800.000,00	100,00
26	3213	Projeto Revitalização de Áreas Degradadas – Projeto Joana D'Arc/Pró-Moradia.	1.700,00	1.700,00	100,00-	1.700,00	100,00
Total			48.781.571,80	47.847.387,46	98,08	47.627.955,11	97,64

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.9.2 Desenvolvimento

Em conformidade com o Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, que regulamenta a Lei Complementar 37, de 26 de novembro de 2003, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências (DOE de 30/09/2009), os projetos elaborados pelo órgão SCidades, em 2016, enquadram-se no grupo de Projetos Estruturantes.

Os Programas Estruturantes se destinam a população pobre para proporcionar condições de acumular meios físicos, humanos e sociais, sendo suas ações voltadas para educação, ocupação e renda, infraestrutura e participação social, e que possibilitem a migração da condição de pobre para não pobre.

A Gerência Executiva do Fecop – GEF subdivide-se os programas estruturantes em categorias, conforme apresentado abaixo.

Quadro 48 – Categorização projetos Fecop

Categoria	Abrangência
Infraestrutura Domiciliar	Compreende os serviços básicos que contribuem para o desenvolvimento econômico e social de determinada localidade. O produto gerado pelos projetos beneficia um indivíduo ou uma família.
Infraestrutura Comunitária	Compreende os serviços básicos que contribuem para o desenvolvimento econômico e social de determinada localidade, o produto gerado pelos projetos beneficia uma comunidade.
Inclusão Produtiva Urbana	Engloba os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho. Envolve, também, os projetos de empreendedorismo que promovem, por exemplo, o cooperativismo de produção e apoiam empreendimentos de economia solidária.

Fonte: Gerência Executiva do Fecop – GEF.

Os projetos apresentados pela Secretaria das Cidades estão inseridos nas Categorias de Infraestrutura Domiciliar (Habitação) e Infraestrutura Comunitária (Urbanização e Saneamento Básico).

Projetos de Infraestrutura Domiciliar

Habitação

Os projetos elencados nesta categoria têm como propósito reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo do Estado do Ceará, por meio da construção e apoio à construção das unidades habitacionais, como também, à execução de melhorias habitacionais.

Com esse intuito a SCidades promove ações que objetivam a oferta de moradia digna às famílias excluídas dos mecanismos de mercado, para a aquisição da casa própria. De modo especial, são ofertadas unidades habitacionais para famílias em situação de risco, residentes em áreas ambientalmente degradadas, que são recuperadas por meio da execução de projetos de melhoria urbana e ambiental.

No aspecto da redução do déficit quantitativo, a SCidades desenvolve projetos voltados para a construção de unidades habitacionais de interesse social, dotadas de infraestrutura (terraplanagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação de vias, passeios, abastecimento de água e esgotamento sanitário), bem como articula a oferta do serviço de energia elétrica. Estes projetos são CAIXA, BB, e agentes do setor da construção civil.

Com relação ao déficit qualitativo no Estado do Ceará, a SCidades executa projetos de melhorias habitacionais, que inclui a substituição de fogões artesanais por fogões sustentáveis, e, na área de saneamento básico, realiza a implantação de sistemas de esgotamento sanitário (SES) e ampliação de sistemas de abastecimento de água (SAA).

Buscando garantir a sustentabilidade dos empreendimentos e a sua apropriação pelo público beneficiado, a maioria dos projetos habitacionais da SCidades é apoiada pelo trabalho técnico social realizado junto as famílias beneficiadas, ora realizado pelo Governo do Estado, ora pelo Município, antes, durante e depois da execução dos projetos, viabilizando, assim, o acesso das comunidades a outros serviços públicos, a exemplo da energia elétrica, educação, saúde, coleta de lixo, entre outros.

Em 2016, a SCidades obteve aprovação do CCPIS para execução de 12 (doze) projetos habitacionais.

Desses, 3 (três) são destinados a redução do déficit habitacional quantitativo, por meio da construção de novas unidades habitacionais, desenvolvidos, em sua maioria, em parceria com o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

Os outros 9 (nove) projetos, destinados a redução do déficit habitacional qualitativo, são compostos por 2 (dois) projetos de distribuição e instalação de fogões com eficiência energética; 1(um) de melhorias sanitárias domiciliares - Programa Ceará II - Kfw II; e 6 (seis) projetos destinados ao apoio a execução dos projetos habitacionais quantitativos, sendo:

- 1 (um), para pagamento de aluguel social, que objetiva a realocação temporária de famílias residentes nas áreas de projetos estruturantes, até o reassentamento;
- 1 (um), de regularização de assentamentos precários, na Favela do Dendê, com construção de 1.080 U.H (Projeto Pró-Moradia II);
- 3 (três), para promover a segurança jurídica do patrimônio urbano, através do geocadastramento dos imóveis urbanos e regularização fundiária, no Bairro Conjunto Palmeiras, no município de Fortaleza/CE, no Bairro Cidade Dr. José Euclides Ferreira Gomes, no município de Sobral/CE, e no bairro Pedrinhas, no município de Juazeiro do Norte;
- 1 (um), para pagamento de transporte e mobilização de famílias indenizadas no âmbito dos projetos Maranguapinho, Cocó e Dendê.

Do total dos recursos programados para a SCidades para 2016, R\$ 48.781.571,80 (quarenta e oito milhões, setecentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta e sete reais), os projetos direcionados a categoria Infraestrutura Domiciliar - Habitação totalizaram R\$ 13.661.787,87 (treze milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e setenta e sete reais, e oitenta e sete centavos - 28,01%. Desse valor, foi empenhado R\$ 13.625.778,97 (treze milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais, e noventa e sete centavos), e pago R\$ 13.416.178,97 (treze milhões, quatrocentos e dezesseis mil, cento e setenta e oito reais, e noventa e sete centavos), o que correspondeu a 99,74% e 98,20%,

respectivamente, do valor programado para essa categoria, no período em análise.

Quadro 49 – Execução Financeira - Infraestrutura Domiciliar – Habitação

Nº	MAPP	Projeto	Valor do Projeto	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KFW II. Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e	3.263.908,07	3.259.081,49	99,85	3.259.081,49	99,85
2	50	Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Conjunto Palmeiras – Fortaleza - CE. Projeto cadastro de	825.446,90	825.446,90	100,00	825.446,90	100,00
3	51	imóveis urbanos e regularização fundiária no Estado do Ceará - Cidades José Euclides – Sobral/CE. Projeto cadastro de	627.024,95	626.957,95	99,99	626.957,95	99,99
4	52	imóveis urbanos e regularização fundiária no Estado do Ceará - Bairro Pedrinhas -Juazeiro do Norte/CE. Fogões Sustentáveis	347.528,15	347.528,15	100,00	347.528,15	100,00
5	835	(Fogões com Eficiência Energética).	1.069.339,00	1.069.339,00	100,00	1.069.339,00	100,00
6	1378	Dendê (Ações Habitacionais).	2.600.000,00	2.568.884,68	98,80	2.568.884,68	98,80
7	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda. Fogões Sustentáveis (2) -	1.047.200,00	1.047.200,00	100,00	837.600,00	79,98
8	1613	(Fogões com Eficiência Energética).	2.601.161,00	2.601.161,00	100,00	2.601.161,00	100,00
9	1944	Mobilização e Transporte de Famílias. Habitação de Interesse	296.179,80	296.179,80	100,00	296.179,80	100,00
10	2459	Social 60 Unidades Habitacionais no Município de Massapê – CE (1ª Etapa).	500.000,00	500.000,00	100,00	500.000,00	100,00
11	2999	Habitação Rural – PNHR. Habitação de Interesse	309.000,00	309.000,00	100,00	309.000,00	100,00
12	3097	Social - Unidades Habitacionais no Município de Pires Ferreira (1ª Etapa).	175.000,00	175.000,00	100,00	75.000,00	100,00
Total			13.661.787,87	13.625.778,97	99,74	13.416.178,97	98,20

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projetos que contribuem para redução do déficit quantitativo

Dendê (Ações Habitacionais)

O Projeto Dendê beneficia a Comunidade do Dendê, situada no Bairro Edson Queiroz, no município de Fortaleza. Engloba as seguintes ações:

- Trabalho Técnico Social e Regularização Fundiária na área de intervenção e no reassentamento, beneficiando 3.845 famílias;
- Construção de 1.080 habitações no Residencial Dendê para reassentar as famílias originárias das áreas do mangue, provenientes das áreas onde haverá alargamento e abertura de ruas e das coabitações da Comunidade Dendê;
- Desapropriação de Terrenos e Indenização de 641 benfeitorias, não enquadráveis no reassentamento;
- Execução das obras de Urbanização/Infraestrutura (água, esgoto, drenagem, iluminação, 4 praças) e pavimentação na área de Intervenção que beneficiarão 2.765 famílias;
- Equipamento Comunitário (creche), que beneficiará 1.080 famílias;
- Recuperação/Melhorias de 1.200 unidades habitacionais.

O Residencial Dendê, destinado ao reassentamento de famílias remanejadas das áreas de intervenção e de APP do Rio Cocó, a aproximadamente 1.500 m da área de intervenção, em um bairro bem servido de equipamentos e serviços públicos, inserido na malha urbana da cidade, dispondo dos serviços públicos essenciais como: energia elétrica, transporte público, abastecimento d'água e equipamentos comunitários básicos (escola, creche, posto de saúde, posto policial, centro comunitário, etc.).

O projeto de parcelamento do Residencial Dendê prevê a construção de 1.080 unidades habitacionais com infraestrutura, iluminação pública, esgotamento sanitário e equipamentos públicos. Com base no estudo atualizado dos equipamentos comunitários, foi feito um levantamento institucional relativo a estes itens, priorizando a execução de uma creche.



Figura 1 – Área de cobertura da Comunidade do Dendê

O público alvo é composto por famílias de baixa renda residentes na área de intervenção, que optaram pelo reassentamento no residencial, e famílias residentes na área de preservação do mangue do Cocó.

São objetivos específicos reassentar as famílias da Comunidade do Dendê que serão removidas da área para execução das obras de infraestrutura, e as famílias que moram irregularmente na área de preservação do mangue do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto.

Apresentou como meta executar 55,5% das obras de construção do Residencial Dendê e elaborar 1 (um) projeto técnico social.

Para viabilizar o alcance dessa meta do projeto foi estimado o valor total de R\$ 24.789.841,88 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos) dos quais R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) correspondem à Fonte Fecop, e R\$ 22.189.841,88 (vinte e dois milhões, cento e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e um reais, e oitenta e oito centavos), correspondem a recursos oriundos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), por meio da instituição financeira CAIXA.

No tocante aos recursos do Fecop, do total planejado (R\$ 2.600.000,00) foi empenhado e pago o valor R\$ 2.568.884,68 (dois milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais, e sessenta e oito centavos), que equivale a 98,80% em relação ao planejado.

Trata-se de um projeto de continuidade, iniciado em 2015, e que atualmente apresenta 59,12% da obra de construção executada (percentual acumulado). O Projeto Técnico Social encontra-se com 80% do projeto elaborado. Como o Residencial está em fase de construção, não há cômputo da população beneficiada.

As principais dificuldades encontradas, no período 2016, foi à readequação do projeto de abastecimento de água e esgoto, elaborado em conjunto com a CAGECE; a necessidade de replanilhamento de parte dos serviços e a demora na aprovação deste replanilhamento pelo agente financeiro CAIXA.



Figura 2 - Obra do Residencial Dendê

Habitação de Interesse Social 60 Unidades Habitacionais no Município de Massapê – CE (1ª Etapa).

Com o objetivo de reduzir o déficit quantitativo no Estado do Ceará, a SCidades executa projetos destinados a produção de habitação de interesse social em parceria com as Prefeituras Municipais por meio de convênios. Em 2016, foi formalizado o convênio 086/CIDADES/2016 com o município de Massapê, que tem por objeto a construção de 60 unidades habitacionais.

Este projeto compreende a construção de casas com 47,00 m² de área, com fundações diretas em pedra de alvenaria sob baldrame de tijolos furados com cinta de concreto para impermeabilização e nível do piso acabado e pronto de, no mínimo, 20 cm acima do terreno natural.

As alvenarias serão com tijolos cerâmicos furados de 09X18X18 cm assentados em argamassa areia e cimento.

A cobertura será em duas águas, executada em telha cerâmica tipo canal, sobre madeiramento, obedecendo ao sistema linha, caibro e ripas com apoio nas paredes.

Sobre o banheiro será instalada uma caixa d'água em Policloreto de Vinila (PVC), com capacidade de armazenamento de 500 litros.

O sistema fossa e sumidouro em alvenaria será utilizado para absorver o destino final do esgoto da casa, conforme dimensionamento estabelecido pelo teste de absorção.

As alvenarias das casas serão todas chapiscadas e rebocadas em argamassa de areia e cimento. O banheiro receberá revestimento cerâmico, em todas as paredes até uma altura de 1,50m, bem como na cozinha e lavanderia, nas paredes onde serão instaladas as torneiras.

O piso da casa será todo em cerâmica 30cmx30cm PEI3, assente sobre lastro de concreto e camada regularizadora, e das calçadas do tipo cimentado desempenado. Na área de serviço será aplicado piso cimentado rústico.

Será colocado rodapé em cerâmica ao longo de todos os perímetros internos.

O imóvel receberá pintura interna a base de cal (caiação) e externa a base de textura.

A casa será entregue ao beneficiário limpa e com instalações inspecionadas.

Este projeto apresenta como objetivo geral diminuir o déficit habitacional quantitativo da área urbana do município de Massapê como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.

Apresentou como meta executar 31% das obras de construção de 60 unidades habitacionais.

Ressalta-se que a meta prevista deste projeto (30 unidades habitacionais) é a metade da prevista no Monitoramento de Projetos Prioritários do Governo do Estado (Mapp), que é de 60 Unidades Habitacionais. Motivo pelo qual terá continuidade em 2017.

O valor para produção da unidade habitacional é na ordem de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) - Fonte: Orçamento Básico apresentado pelo Município, sendo R\$ 28.666,67 (vinte e oito mil, seiscientos e sessenta e seis reais, e sessenta e sete centavos), com recursos do FECOP, e R\$ 2.333,33 (dois mil, trezentos e trinta e três reais, e trinta e três centavos), com recursos do Governo Municipal.

Para viabilizar o alcance desta meta do projeto foi estimado o valor total de R\$ 600.000,00 (seiscientos mil reais), dos quais R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) correspondem à fonte Fecop, e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) correspondem a recursos oriundos da contrapartida com o Governo Municipal (Fonte 21 – Extra orçamentária).

No tocante aos recursos do Fecop, do total planejado (R\$500.000,00), foi empenhado e pago a totalidade do valor previsto (100%).

Como o Residencial está em fase de construção, não há cômputo da população beneficiada. A obra encontra-se com 8% de execução.

O percentual de execução de 8% do projeto corresponde às atividades executadas (realizações) conforme Termo de Fiscalização, de 25/10/2016, constante no Sistema de Convênios – Siconv-CE, a saber:

- 13 (treze) casas com obras em execução, com serviços de: fundação, piso morto, alvenaria, chapisco, reboco, instalações hidro sanitárias, instalações elétricas, fossa e sumidouro.

A execução do projeto reflete o tempo entre a disponibilização dos recursos, que ocorreu no final de junho de 2017, e a data da realização da fiscalização.

Habitação de Interesse Social - Unidades Habitacionais no Município de Pires Ferreira (1ª Etapa).

Com o objetivo de reduzir o déficit quantitativo no Estado do Ceará, a SCidades executa projetos destinados a produção de habitação de interesse social em parceria com as Prefeituras Municipais por meio de convênios.

O projeto é compreendido de construção por implantação de casas com 47,00m² de área construída. As casas serão construídas com fundações diretas em pedra de alvenaria sob baldrame de tijolos furados com cinta de concreto para impermeabilização e nível do piso acabado e pronto de, no mínimo, 20cm acima do terreno natural.

As alvenarias serão com tijolos cerâmicos furados de 09X18X18 cm, assentados em argamassa areia e cimento. A cobertura será em duas águas, executada em telha cerâmica tipo canal, sobre madeiramento, obedecendo ao sistema linha, caibro e ripas com apoio nas paredes. Sobre o WC será instalada uma caixa d'água em PVC, com capacidade de armazenamento de 500 litros.

O sistema fossa e sumidouro em alvenaria será utilizado para absorver o destino final do esgoto da casa, conforme dimensionamento estabelecido pelo teste de absorção. As alvenarias da casa serão todas chapiscadas e rebocadas em argamassa de areia e cimento. O banheiro receberá revestimento cerâmico, em todas as paredes até uma altura de 1,50m. Repetiremos este revestimento, na cozinha e lavanderia nas paredes onde serão instaladas as torneiras, conforme projeto.

O piso da casa será todo em cerâmica 30cmx30cm PEI3, assente sobre lastro de concreto e camada regularizadora, e das calçadas do tipo cimentado desempenado. Na área de serviço será aplicado piso cimentado rústico. Será executado rodapé em cerâmica ao longo de todos os perímetros internos. A estrutura de telhado será executada em madeira de boa qualidade, utilizando-se o sistema de terças, caibros e ripas com apoios nas paredes, em três águas obedecendo ao projeto arquitetônico.

O imóvel receberá pintura interna a base de cal (caiação) e externamente a base de textura. A casa antes de ser entregue será toda lavada e limpa e feita toda a revisão nas instalações. Demais especificações encontram-se detalhadas no Memorial Descritivo da unidade habitacional apresentado pelo Município, constante do processo SPU nº1535232/2016.

O público alvo famílias de baixa renda indicadas pelo município de Pires Ferreira.

Apresentou como meta para 2016 executar a 1ª etapa do projeto referente a 13% das obras de construção de 50 unidades habitacionais na zona urbana do município de Pires Ferreira.

Para viabilizar o alcance desta meta do projeto foi estimado o valor total de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), dos quais R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) corresponde à fonte Fecop, e R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), correspondem a recursos oriundos do Governo Municipal (Fonte 21 – Extra orçamentária).

No tocante aos recursos do Fecop, o total planejado (R\$175.000,00), foi empenhado e pago R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), o que corresponde a 100,00% do valor previsto.

Como o Residencial está em fase de construção, não há cômputo da população beneficiada. A obra encontra-se com 8% de execução.

A Prefeitura Municipal de Pires Ferreira não apresentou o relatório de execução no Siconv-CE. A Secretaria das Cidades notificou o Município acerca do não início das atividades bem como a inserção das informações no sistema Siconv-CE. Isto posto, não há registros de início das obras no ano de 2016.

Não houve execução física em decorrência do atraso da Prefeitura na realização do processo licitatório para contratação de empresa de engenharia para execução da obra. Este processo é de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pires Ferreira.

Projetos complementares

O projeto Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda, o projeto Mobilização e Transporte de Famílias e os Projetos de Cadastros de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará (Bairro Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE, Bairro Cidade José Euclides - Sobral-CE, e Bairro Pedrinhas – Juazeiro do Norte-CE), são projetos complementares que contribuem indiretamente para redução do déficit quantitativo.

Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda

O projeto Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda foi formulado e aprovado em 2012. Trata-se de um projeto de continuidade, que tem como objetivo dar apoio aos Projetos de habitação, específicos da SCidades, como o Projeto Rio Maranguapinho, Projeto Rio Cocó e Projeto Dendê, no sentido de viabilizar a locação de imóveis a título de moradia provisória para famílias, que habitam locais que estão sendo objeto de intervenções, e que deverão ser reassentadas tão logo os respectivos residenciais fiquem prontos.

Na área de intervenção dos projetos encontram-se diversos tipos de imóveis, desde casebres de padrão construtivo paupérrimo a sólidas casas de alvenaria. Ao longo dos dois rios também é possível encontrar imóveis com diversos tipos de ocupação, dentre eles muitos utilizados por seus proprietários como residência de famílias, que precisam ser desocupados para a execução dos serviços de urbanização e dos serviços de dragagem do rio.

Considerando que o padrão construtivo destes imóveis é inferior ao oferecido nas unidades habitacionais construídas pelo Governo do Estado, muitos dos proprietários optaram pelo reassentamento nos residenciais, que serão construídos no âmbito desses projetos.

Para cumprimento do cronograma das obras, exige-se a desocupação da área de intervenção. Assim, tornando necessário que algumas famílias sejam removidas e reassentadas provisoriamente até a conclusão de sua nova moradia.

A solução para esse impasse é o pagamento de auxílio, em caráter temporário, para que as famílias impactadas possam locar um imóvel durante o período de espera, até a conclusão da construção das unidades habitacionais.

Este projeto conta com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Apresentou como meta para 2016 efetuar o pagamento de aluguel social para 90 famílias.

Quando o beneficiário assina o Termo de Acordo – TA, do Aluguel, é empenhado um valor correspondendo aos meses constantes no Termo e pago o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês.

Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado o valor total - R\$1.047.000,00 (um milhão, e quarenta e sete mil reais) para 2016, onde foi empenhado a sua totalidade (R\$ 1.047.000,00), e pago o valor de R\$ 837.600,00 (oitocentos e trinta e sete mil, e seiscentos reais), o que corresponde a 100% e 79,98%, respectivamente, do total planejado para o período em análise.

Este projeto atingiu 100% da meta prevista no ano em análise, ou seja, foi efetuado o pagamento do Aluguel Social as 90 (noventa) famílias.

Em 2016 foram firmados 67 novos Termos de Acordos – TA, para recebimento dos benefícios, sendo 18 no âmbito do projeto Maranguapinho e 49 no âmbito do Cocó. No segundo semestre do ano em análise, 01 (um) beneficiário, do Projeto Maranguapinho, faleceu e, em função disso, o benefício foi cancelado reduzindo para 17 os Termos de Acordos.

Também foram renovados, em 2016, os Termos de Acordos firmados em anos anteriores. Atualmente existem 199 pessoas beneficiadas com aluguel social, sendo: 170 no âmbito do Projeto Cocó e 29 no âmbito do Projeto Maranguapinho.

Mobilização e Transporte de Famílias

O projeto Mobilização e Transporte de Famílias tem como objetivo geral promover o reassentamento das famílias situadas nas áreas de abrangência dos Projetos Especiais Maranguapinho, Cocó e Dênde.

Trata-se de uma proposta complementar a outros projetos habitacionais e de requalificação urbana financiados pelo Fecop e objetiva a transferência segura e ordenada das famílias removidas das áreas a serem urbanizadas, para os residenciais onde serão beneficiadas com a casa própria.

A população residente atualmente nas áreas de intervenções dos Projetos Especiais Rio Maranguapinho, Cocó e Dênde, caracterizam-se em sua maioria, pela precariedade dos imóveis que habitam, os quais apresentam péssimas condições de salubridade e padrão construtivo.

No âmbito do Projeto Rio Maranguapinho foram cadastradas 12.265 famílias residindo nas margens do Rio Maranguapinho e, conseqüentemente, na área de intervenção das obras de dragagem e urbanização, destas 6.543 serão atendidas com unidades habitacionais.

No Projeto Rio Cocó foram cadastradas 3.543 famílias, destas 2.655 serão atendidas com unidades habitacionais a serem construídas.

No âmbito do Projeto Dênde serão atendidas 1.080 famílias com unidades habitacionais.

Apresenta como objetivo específico transportar o mobiliário das famílias do local de origem para os residenciais onde serão reassentadas. Salienta-se que as mudanças ocorrerão à medida que os residenciais que estão em construção, pelo Programa MCMV, forem concluídos.

O nível de renda da população, a ser reassentada nos residenciais, que abrigarão as famílias removidas da área de abrangência dos projetos Rio Maranguapinho, Cocó e Dênde, é considerado muito baixo para fazer frente a custos com a mudança de seus pertences.

Embora a mudança seja um meio para auxiliar no reassentamento das famílias, considerando tratar-se de uma iniciativa governamental, trata-se de um reassentamento involuntário e, portanto, cabe ao Estado a responsabilidade social pelos custos desta transferência.

Este projeto apresentou como meta para 2016, efetuar a mudança de 485 famílias, com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Com o intuito de atingir esta meta foi estimado para o ano o valor total de R\$ 296.179,80 (duzentos e noventa e seis mil, cento e setenta e nove reais, e oitenta centavos). Foi empenhado e pago a totalidade do valor planejado (100%) para o período em análise.

Em 2016 foram realizadas as mudanças de 485 famílias, ou seja, 100% da meta prevista para o ano, que residiam no Trecho Zero do projeto Rio Maranguapinho para o Residencial Jose Lino da Silveira.

Durante o ano foi realizada a redução da meta do projeto de 3.614 para 485 realizações de mudanças das famílias para os residenciais Riacho Verde I e II, Orgulho do Ceará, Cidade Jardim e José Euclides Ferreira Gomes, em decorrência do atraso na conclusão das obras dos referidos Residenciais, executados pelo Programa MCMV.

Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE

Este projeto contempla a execução das atividades de elaboração de Cadastro Multifinalitário e Georreferenciado de Imóveis Urbanos, como ferramenta indispensável para implementação de medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à efetivação de regularização fundiária no bairro Conjunto Palmeiras, inserido no perímetro urbano da cidade de Fortaleza, tendo como foco principal a promoção da segurança jurídica do patrimônio no espaço urbano.

Com a criação do Estatuto das Cidades, através da Lei nº 10.257/01, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, da Lei nº 11.977/09, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, alterando o Decreto-Lei nº 3.365/41, as Leis nºs 4.380/64, 6.015/73, 8.036/90 e 10.257/01, e a Medida Provisória nº 2.197-43/01, dando outras providências, modernizando a execução dos projetos de regularização através do georreferenciamento dos imóveis urbanos e a disponibilização de novas tecnologias de informação, possibilitarão a construção

de uma completa e confiável base de informações de uso múltiplo que permitirá o conhecimento detalhado da estrutura urbana das cidades cearense.

Tem como objetivo atender a crescente demanda de regularização fundiária urbana da cidade de Fortaleza. No entanto, primeiramente almeja-se trabalhar no Bairro Conjunto Palmeiras por apresentar fatores de situação de risco sócio jurídico para as famílias residentes, bem como, estas não terem acesso digno aos programas e políticas públicas, por não terem a segurança jurídica dos imóveis.

Apresentou como meta, para 2016, cadastrar e regularizar 1.775 imóveis no bairro Conjunto Palmeiras, no município de Fortaleza, beneficiando 7.100 pessoas.

Com o intuito de atingir esta meta foi estimado, para o ano, o valor total de R\$ 825.446,90 (oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais, e noventa centavos), com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Foi empenhado e pago a totalidade do valor planejado para o período em análise.

A execução do Projeto de Regularização Fundiária Urbana do bairro Conjunto Palmeiras foi iniciada com as seguintes ações: 1) reunião de mobilização para apresentação do projeto na comunidade, 2) 2 (duas) capacitações técnicas com as lideranças locais, 3) Georreferenciamento de 1600 imóveis com elaboração de croquis e geração de planta do perímetro da área do projeto. O contrato de gestão vinculado a esse projeto está em plena execução no apoio às atividades executadas.

No entanto, para conclusão da meta física pactuada, será aplicado o cadastro Multifinalitário dos 1.775 imóveis e proceder a Regularização Jurídica junto aos Cartórios de Registros de Imóveis para Domínios e/ou Simples Posses.

Apresentou como dificuldade no período de execução atraso na efetivação do Contrato de Gestão para acompanhamento dos trabalhos de campo.

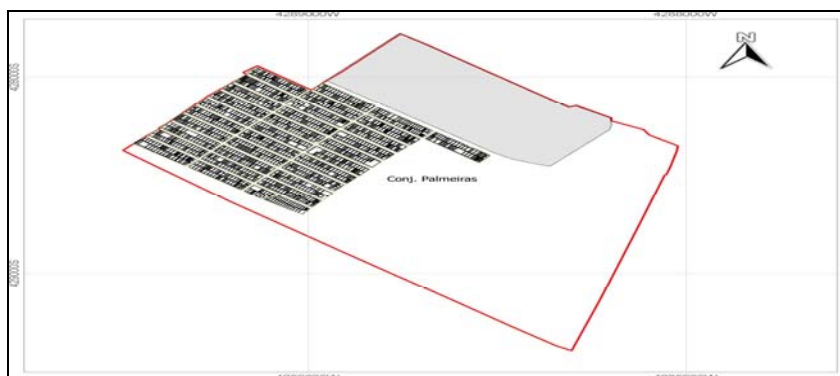


Figura 3 - Malha do Projeto de Regularização Fundiária do Projeto de Regularização Fundiária do Conjunto Palmeiras.

Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará - Cidades José Euclides - Sobral-CE

Este projeto objetiva atender a crescente demanda de regularização fundiária urbana da cidade de Sobral. No entanto, primeiramente almeja-se trabalhar no Bairro Cidade José Euclides por apresentar fatores de situação de risco sócio jurídico para as famílias residentes, bem como, estas não terem acesso digno aos programas e políticas públicas por não terem a segurança jurídica dos imóveis.

Neste sentido, é importante evidenciar que o Bairro Cidade José Euclides, em Sobral, conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, no tocante a situação de pobreza extrema, apresenta dados que corroboram com a necessidade de efetivação da regularização fundiária urbana, uma vez que o município de Sobral demonstra Indicadores Demográficos e Econômicos no intervalo de 20,87 a 53,30, o que nos evidencia distorções sociais da população, as quais se destacam índices medianos conforme Dimensão de Renda do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM 2010.

Apresentou como meta para 2016 cadastrar e regularizar 1.430 imóveis no bairro Cidade José Euclides, no município de Sobral/CE, beneficiando aproximadamente 5.720 famílias. Para determinação das metas, foram utilizados como parâmetros os dados constantes em cadastros simplificados, aplicados por instituições que atuam na região.

Com o intuito de atingir esta meta foi estimado, para o ano em análise, o valor total de R\$ 627.024,95 (seiscentos e vinte sete mil, vinte e quatro reais e noventa, e cinco

centavos), com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Foi empenhado e pago a totalidade (100%) do valor planejado para o período em análise.

A execução do projeto de Regularização Fundiária Urbana do bairro José Euclides em Sobral foi iniciada com as seguintes atividades: audiência pública para apresentação do projeto na comunidade, uma capacitação com a equipe técnica contratada, georreferenciamento de 1938 imóveis, com elaboração de croquis e geração de planta do perímetro da área do projeto, bem como, as plantas e memoriais descritivos de oito matrículas existentes no local. O contrato de gestão vinculado a esse projeto está em plena execução no apoio às atividades.

Atribuímos o atraso no início da execução em 2016 a demora na efetivação do contrato de gestão. No entanto, para o cumprimento da meta física pactuada, será aplicado o cadastro Multifinalitário dos 1.430 imóveis e proceder a Regularização Jurídica junto aos Cartórios de Registros de Imóveis para. Domínios e/ou Simples Posses.

Durante a execução do projeto houve atraso na efetivação do Contrato de Gestão para acompanhamento dos trabalhos de campo, como também, a resistência à adesão ao projeto de regularização por parte de alguns moradores; e dificuldade de acesso dos cadastradores à algumas áreas de risco social.

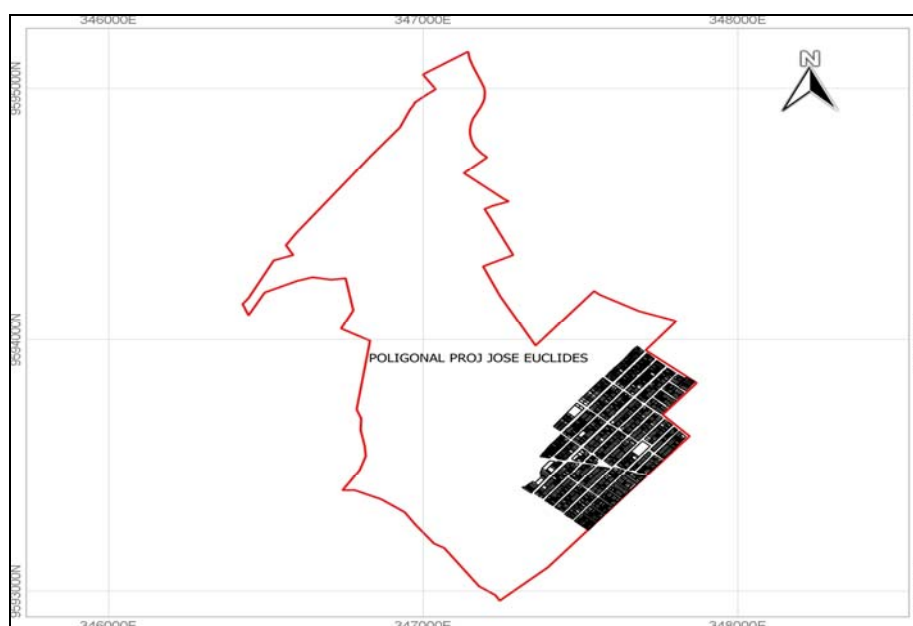


Figura 4 – Malha do Projeto de Regularização Fundiária do Bairro José Euclides – Sobral/CE.

Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Pedrinhas – Juazeiro do Norte-CE

Este projeto contempla a execução das atividades de elaboração de Cadastro Multifinalitário e Georreferenciado de Imóveis Urbanos, como ferramenta indispensável para implementação de medidas técnicas, administrativas e jurídicas necessárias à efetivação de regularização fundiária no bairro Pedrinhas inserido, no perímetro urbano da cidade do Juazeiro do Norte, tendo como foco principal a promoção da segurança jurídica do patrimônio no espaço urbano.

Com a criação do Estatuto das Cidades através da Lei nº 10.257/01, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências, e da Lei nº 11.977/09, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, alterando o Decreto-Lei nº 3.365/41, as Leis nº 4.380/64, 6.015//73, 8.036/90 e 10.257/01, e a Medida Provisória nº 2.197 - 43/01, modernizaram a execução dos projetos de regularização através do georreferenciamento dos imóveis urbanos, e a disponibilização de novas tecnologias de informação, possibilitarão a construção de uma completa e confiável base de informações de uso múltiplo, que permitirá o conhecimento detalhado da estrutura urbana das cidades cearense.

Apresenta como meta cadastrar e regularizar 530 imóveis no bairro Pedrinhas, no município de Juazeiro do Norte, beneficiando, aproximadamente, 2.120 pessoas. Para determinação destas metas utilizou-se como parâmetro os dados constantes em cadastros simplificados, aplicados por instituições que atuam na região.

Com o intuito de atingir esta meta foi estimado, para o ano, o valor total de R\$ 347.528,15 (trezentos e quarenta e sete mil, quinhentos e vinte e oito reais, e quinze centavos), com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Foi empenhado e pago a totalidade do valor planejado para o período em análise.

A execução do projeto de Regularização Fundiária Urbana do bairro Pedrinhas, em Juazeiro do Norte, foi iniciada com a realização de 1 (uma) capacitação para aplicação do Cadastro Multifinalitário, e o georreferenciamento de 800 imóveis com elaboração de croquis e geração de planta da área do projeto. O contrato

de gestão vinculado a esse projeto está em plena execução no apoio às atividades.

Atribuímos o atraso na execução em 2016 à demora na efetivação do contrato de gestão. No entanto, para o cumprimento da meta física pactuada, será aplicado o cadastro Multifinalitário dos 530 (quinhentos e trinta) imóveis e proceder à regularização Jurídica junto aos Cartórios de Registros de Imóveis para Domínios e/ou Simples Posses.

Também encontramos como dificuldade a falta de apoio por parte da Gestão Municipal nas ações iniciais do projeto.

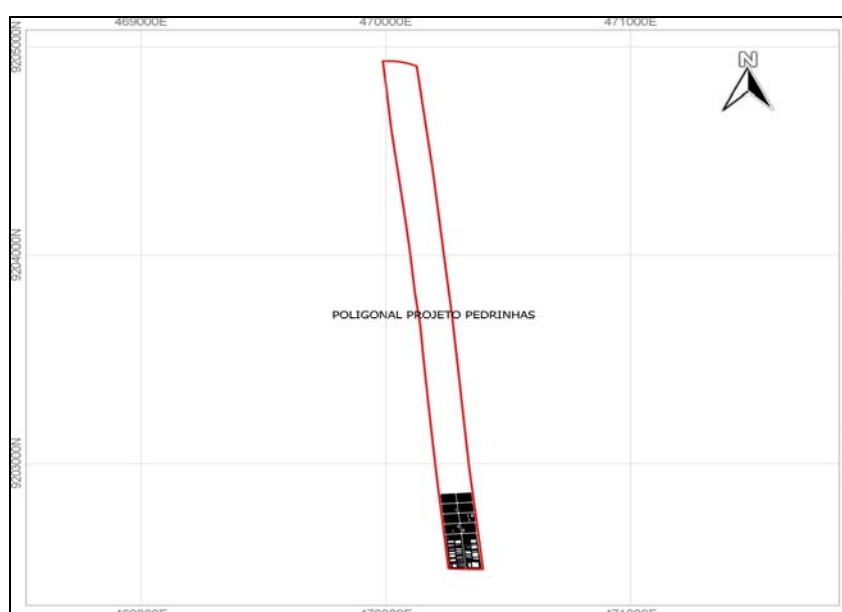


Figura 5 – Malha da Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Pedrinhas – Juazeiro do Norte-CE

Projetos que contribuem para redução do déficit qualitativo

Fogões Sustentáveis

O projeto Fogões Sustentáveis visa proteger a saúde da população beneficiada com a eliminação/redução de doenças respiratórias e oftalmológicas, reduzindo o contato direto e indireto da fumaça no ambiente intradomiciliar; reduzir a contaminação das águas das cisternas, que eram captadas através dos telhados contaminados com resíduos da fumaça produzida pelos fogões rudimentares; reduzir o consumo de lenha, no uso diário domiciliar usado para cocção de

alimentos, e, por conseguinte, o processo de desertificação e degradação da caatinga; reduzir as despesas mensais com aquisição de combustíveis fósseis e biomassas, aumentando, assim, o poder de compra de alimentos da família beneficiada.

Este projeto passou a ser financiado pelo Fecop em 2008, e utiliza, desde então, recursos exclusivos desta fonte. Consiste no fornecimento e instalação de fogões com eficiência energética que utilizam lenha em quantidade bem menor do que um fogão a lenha tradicional.

É constituído de uma estrutura metálica formada por duas bocas, gaveta para armazenamento de lenha, gaveta para remoção de cinzas e chaminé para evitar a fumaça no interior das casas.

Tem como objetivo geral a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e redução do déficit habitacional qualitativo do Estado. O uso do equipamento reduz a emissão de poluentes no interior das casas e, com isso, diminui a incidência de problemas respiratórios e oftalmológicos, contribuindo, dessa forma para a melhoria das condições de saúde de seus beneficiados.

Em 2016, o CCPIS aprovou recursos para a execução de 2 (dois) projetos para fornecimento e instalação que totalizaram 3.000 (874+2.126) fogões com eficiência energética na ordem de R\$ 3.670.500,00 (três milhões, seiscentos e setenta mil, e quinhentos reais) - R\$1.069.339,00+R\$2.601.161,00.

Os 2 (dois) projetos acima citados apresentaram como meta fornecer 874 e 2.126 fogões sustentáveis com eficiência energética, respectivamente. Destes foram entregues, 1860 e 1.485 fogões energéticos em 2016, respectivamente, totalizando 3.345 fogões.

Do total de 3.345 Fogões entregues e montados efetivamente no ano de 2016, 1227 unidades são referentes à meta de 2015 que, apesar de financeiramente ter sido realizado até dezembro do mesmo ano, fisicamente só puderam ser montados no ano de 2016.

Foi empenhado e pago a totalidade do valor planejado para o período em análise.

Este projeto apresentou as seguintes dificuldades: demora da contratação da Equipe de Montagem dos Fogões, pelo Contrato de Gestão, que aconteceu no final do mês de agosto/16, restando somente de 4 a 5 meses de tempo para atingir a meta prevista para o ano e uma dificuldade maior de articulação local, até o mês de outubro, devido o período eleitoral.



**Governo do
Estado do Ceará**
Secretaria das Cidades

RELATÓRIO DE VISTORIA E REGISTRO FOTOGRÁFICO - FOGÕES SUSTENTÁVEIS
Coordenadoria de Desenvolvimento Habitacional de Interesse Social - CDHIS

Nº do contrato:	011/CIDADES/2015		
Empresa Contratada:	Maestro do Brasil Indústria Metalúrgica LTDA.		
Entidade Representativa:	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE CAMPESTRE		
Beneficiário(a):	FRANCISCO EDMUNDO AS SILVARODRIGUES		
Município/Localidade	TRAIRI	VILA CAMPESTRE	
Georeferenciamento UTM:	Lat: 0468205	Long: 9629756	
Nº do Fogão Instalado:	5174		



30 de AGOSTO 2016.

Vistoriado por:

Aprovado por:

Tauzer / Hildilberto / Eduardo / Paulo
Assessor Técnico
NUMHA/CDHIS/SECRETARIA DAS CIDADES

Daniel Andrade Girão
Engenheiro Civil Pleno III
NUMHA/CDHIS/SECRETARIA DAS CIDADES

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora • Ed. SEPLAG, 1º andar - Cambeba
Cep: 60.830-120 • Fortaleza, Ceará • Fone: (85) 3101.4448 • Fax: (85) 3101.4450

Figura 06 - Modelo de Relatório Fotográfico da Família Beneficiada

Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KfW II

Este projeto engloba a implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD's nas localidades das áreas da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (BBJ), que através do Programa de Saneamento Básico do Ceará II, serão financiados pelo Banco Alemão KfW com contrapartida do Governo do Estado, que vem contribuindo,

desde 2006, para o desenvolvimento do Ceará, atuando no setor de Saneamento – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário das localidades do interior do Estado.

Visa melhorar a qualidade de vida da população e os aspectos ambientais da cidade, já conjecturado em sua missão de “Contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com a sustentabilidade econômica, social e ambiental”.

A implantação de MSD's implica na construção de um conjunto de fossa séptica e sumidouro, caixa de inspeção e edificação do banheiro constituindo-se em um kit sanitário completo.

São financiadas pelo Banco Alemão Kreditanstalt fur Wiederaufbau (KfW), com contrapartida do Governo do Estado através do Fecop e vem contribuindo, desde 2006, para o desenvolvimento do Ceará na área de Saneamento Básico, notadamente no Esgotamento Sanitário das localidades do interior do Estado.

O projeto Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KfW II apresentou como meta, para o ano em análise, a implantação de MSDs em 3.040 imóveis em localidades das áreas da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (BBJ), beneficiando aproximadamente 13.800 pessoas.

Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado o valor total de R\$ 4.572.386,33 (quatro milhões, quinhentos e setenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais, e trinta e três centavos), dos quais R \$3.263.908,07 (três milhões, duzentos e sessenta e três mil, novecentos e oito reais, e sete centavos), correspondendo à fonte Fecop e R\$ 1.308.478,26 (um milhão, trezentos e oito mil, quatrocentos e setenta e oito reais, e vinte e seis centavos), correspondendo a recursos de créditos externos oriundos do Banco KfW.

Do valor previsto para 2016 (R\$3.263.908,07), foi empenhado e pago o valor de R\$ 3.259.081,49 (três milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e oitenta e um reais, quarenta e nove centavos), o que corresponde a 99,85% do total planejado para o período em análise.

Considerando a natureza dos convênios firmados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, cabe a esta Companhia licitar, executar e pagar diretamente as empresas que executam as obras e serviços; e a Secretaria das Cidades, como gestora dos convênios com as instituições nacionais e organismos internacionais, como é o caso do convênio do programa KFW II, efetuar os desembolsos à vinculada Cagece mediante a comprovação da execução das obras e serviços, bem como o atesto técnico dos engenheiros da Coordenadoria de Saneamento (Cosan/SCidades).

Esclarecemos que, embora tenha havido 99,85% da execução financeira dos recursos do FECOP, de R\$ 3.263.908,07 (valor pago) no ano de 2016 (R\$1.210.235,85 de restos a pagar de 2015 + R\$2.062.672,22 para 2016), a execução física, as obras e os MSD's encontram-se 100% concluídas.

Entretanto, a Cagece está pleiteando mais recursos da fonte FECOP para o pagamento das últimas medições das MSD's.



Figura 7 - Parte interna da unidade sanitária domiciliar



Figura 8 - Beneficiário da unidade sanitária domiciliar

Habitação Rural - PNHR

Com o objetivo de reduzir o déficit quantitativo no Estado do Ceará, a SCidades executa projetos destinados a produção de habitação de interesse social no meio rural, em parceria com o Governo Federal - PMCMV-PNHR.

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, é uma modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), regulamentado pelo Ministério das Cidades, voltado para a população que vive no campo, como os agricultores familiares e trabalhadores rurais, ou pertencentes a comunidades tradicionais.

O PNHR tem por objetivo conceder subsídios aos agricultores familiares com renda familiar bruta anual máxima de R\$ 15 mil, que comprovem seu enquadramento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), para produção de unidade habitacional em área rural.

A apresentação deste projeto se deve principalmente a existência de uma demanda de moradias nas comunidades rurais do Ceará, reprimida há anos, e leva em consideração a necessidade de construção de novas unidades habitacionais, contribuindo para a redução do déficit habitacional qualitativo através da reposição de unidades residenciais precárias.

No Ceará a realidade é muito preocupante quando se fala de moradia rural. Nas comunidades rurais das diferentes regiões do Estado, ainda se encontram habitações insalubres e inseguras para seus moradores. São espaços construídos em pau-a-pique/taipa, com cobertura de palha e piso de terra batida ou de terra solta que não oferecem segurança, privacidade e proteção adequada, em muitos casos habitados por famílias numerosas.

A SCidades empreendeu esforços para mobilizar todos os agentes relacionados com o desenvolvimento do PMCMV, do Governo Federal (Lei Federal nº 11.977/2009, posteriormente alterada pela Lei Federal nº 12.424/2011), visando incrementar o seu desempenho no Estado.

O PNHR concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (Pessoa Física) agricultor familiar ou trabalhador rural para construção de unidade habitacional em área rural. O valor da subvenção do PNHR é de até R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais), para a edificação de até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social, e até R\$ 600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme Portaria nº 229, de 28 de maio de 2012.

O Estado do Ceará complementa o valor da subvenção federal, em até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por unidade, conforme a Lei nº 15.143, de 23 de abril de 2012. Apresenta como objetivo geral diminuir o déficit habitacional quantitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza. O projeto estabeleceu ainda como objetivo específico substituir as casas de taipa existentes nas zonas rurais dos municípios beneficiados por casas de alvenaria, beneficiando o agricultor familiar ou trabalhador rural.

O PNHR apresentou como meta para 2016 aportar recursos financeiros em caráter de subsidio para contratação de 103 unidades habitacionais (U.H) em municípios do Estado do Ceará, beneficiando 427 pessoas

Para viabilizar o alcance desta meta do projeto foi estimado o valor total de R\$ 23.679.000,00 (vinte e três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), dos quais R\$ 309.000,00 (trezentos e nove mil reais) corresponde à fonte Fecop, e R\$ 23.370.000,00 (vinte e três milhões, trezentos e sessenta mil reais), correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

No tocante aos recursos do Fecop, o total planejado (R\$309.000,00) foi empenhado e pago a totalidade do valor previsto para o ano.

Apesar de os contratos serem firmados e construídos nos Municípios, os empenhos e pagamentos se dão no âmbito de Fortaleza, tendo em vista que toda a operação é contrata em Fortaleza.

No período em análise foram aportados recursos financeiros em caráter de subsidio para contratação de 103 unidades habitacionais em 7 (sete) municípios do Estado do Ceará: Itapipoca (13); Paraipaba (12); Pentecoste (9); Trairi (13); Sobral (5); Catunda (26); e Parambu (25), beneficiando 427 famílias.

As obras encontram-se andamento. O percentual em relação à meta prevista de contratação no ano é de 62,04 % (Divisão de 103 u.h contratadas por 166 u.h previstas).

Quadro 50 – Municípios Beneficiados com as Unidades Habitacionais Contratadas

Nº	Município	Quant. UH
1	Itapipoca	13
2	Paraipaba	12
3	Pentecoste	9
4	Trairi	13
5	Sobral	5
6	Catunda	26
7	Parambu	25
Total		103

Fonte: Base de Dados - PMCMV (PNHR) – Projetos CDHIS.

Do total previsto no Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Prioritários – Mapp (820 u.h) foi contratado 595 u.h, deste total foram 144 u.h concluídas, sendo: 35 u.h no município de Baixo, 32 u.h no município de Caucaia, 30 u.h no município de Tururu, 23 u.h no município de São Luis do Curu, 19 u.h no município de Cariús e 5 u.h no município de Barro.

Quadro 51 – Municípios Beneficiados com as Unidades Habitacionais Concluídas

Nº	Município	Quant. UH
1	Baixo	35
2	Caucaia	32
4	Tururú	30
5	São Luis do Curú	23
7	Cariús	19
8	Barro	5
Total		144

Fonte: Base de Dados - PMCMV (PNHR) – Projetos CDHIS.

Dessa forma, foi aportado 100% dos recursos financeiros em caráter de subsídio para contratação de 103 u.h no meio rural, em municípios do Estado do Ceará, beneficiando aproximadamente 78 pessoas.

O projeto encontra-se em execução, e as informações referentes à sua execução, serão conhecidas no ato da apresentação e análise das prestações de contas (físico-financeiro) das Instituições Financeiras contratantes das operações junto a Secretaria das Cidades.

Projetos de Infraestrutura Comunitária

Urbanização

Nesta categoria dos Projetos de Infraestrutura Comunitária – Urbanização, a SCidades apresentou no ano, 6 (seis) projetos com recursos da fonte Fecop, dos quais 5 (cinco) possuem contrapartida aos recursos obtidos junto ao Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I), Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização), Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II), Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II) e Projeto Revitalização de Áreas Degradadas – Projeto Joana D’Arc/ Pró-Moradia.

Os Projetos Rio Maranguapinho e Rio Cocó incluem a implantação de via paisagística nas margens desses afluentes, com áreas de lazer e esporte, e têm objetivo de controlar as cheias, promover a recuperação socioambiental e a retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental.

O Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, nos municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia.

Constitui-se de uma combinação de intervenções que inclui: desapropriação /indenização (áreas da Barragem e da Urbanização); construção da barragem Maranguapinho; execução de dragagem do Rio Maranguapinho; execução das obras de Urbanização das margens do Rio divididas em cinco trechos: Trecho 0, Trecho I, Trecho II, Trecho III e Trecho IV; equipamentos sociais; habitação (construção de 13 residenciais para o reassentamento de 9.422 famílias); execução do Trabalho Técnico Social na área de intervenção e nos reassentamentos.

Para facilitar o acompanhamento das ações programadas o Projeto Rio Maranguapinho foi subdividido e cada parte é submetida à apreciação do CCPIS como um projeto independente.

O Projeto Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha – Fortaleza-CE conta com recursos exclusivos da Fonte Fecop.

O Projeto Revitalização de Áreas Degradadas – Projeto Joana D'Arc/Pró-Moradia conta com recursos oriundos da fonte 56 – FGTS – Caixa/Governo Federal, que estão condicionados a liberação das contrapartidas do Estado do Ceará.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades no ano (R\$ 48.781.571,80), os projetos direcionados a categoria de Urbanização perfazem um total de R\$ 25.602.736,22 (vinte e cinco milhões, seiscentos e dois mil, setecentos e trinta e seis reais, e vinte e dois centavos) - 52,48%, dos quais foi empenhado e pago o valor de R\$ 25.509.688,55 (vinte e cinco milhões, quinhentos e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais, e cinquenta e cinco centavos), correspondendo a 99,64% do valor programado.

Quadro 52 – Execução Financeira - Infraestrutura Comunitária – Urbanização

Nº	MAPP	Projetos	Valor do Projeto	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	5.000.000,00	4.957.291,03	99,15	4.957.291,03	99,15
2	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	12.301.960,60	12.301.960,60	100,00	12.301.960,60	100,00
3	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC 2)	1.815.408,33	1.815.408,33	100,00	1.815.408,33	100,00
4	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC 2)	4.683.667,29	4.633.328,59	98,93	4.633.328,59	98,93
5	3123	Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha – Fortaleza-CE	1.800.000,00	1.800.000,00	100,00	1.800.000,00	100,00
6	3213	Projeto Revitalização de Áreas Degradadas – Projeto Joana D'Arc/Pró-Moradia	1.700,00	1.700,00	100,00	1.700,00	100,00
Total			25.602.736,22	25.509.688,55	99,64	25.509.688,55	99,64

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC 2)

O Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC 2) tem como público alvo as famílias de baixa renda residentes na área referente ao trecho zero, que compreende a Av. Mister Hull até a Av. Coronel Carvalho.

Apresentou como meta para 2016 executar 25% da obra dos equipamentos comunitários.

Com o intuito de viabilizar o alcance desta meta, foi programado para 2016 o valor total de R\$ 10.120.906,27 (dez milhões, cento e vinte mil, novecentos e seis reais, e vinte e sete centavos), dos quais R\$ 1.815.408,33 (um milhão, oitocentos e quinze mil, quatrocentos e oito reais, e trinta e três centavos) à da fonte Fecop, e R\$ 8.305.497,94 (oito milhões, trezentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais, e noventa e quatro centavos) do Governo Federal (PAC 2).



Figura 9 – Obra dos equipamentos comunitários – Trecho Zero

No tocante aos recursos do Fecop, (R\$1.815.408,33) foi empenhado e pago a sua totalidade (100%).

Trata-se de um projeto de continuidade. A obra dos 3 (três) equipamentos comunitários (uma Unidade Básica de Saúde, uma Creche e uma Escola de Ensino Fundamental) foi iniciada em março de 2015, tendo sido executado 2,8% dos serviços, porém paralisada em agosto/15, aguardando reformulação do projeto de fundação e do muro de arrimo. Em 2016, a obra dos equipamentos continuou paralisada aguardando a aprovação da revisão do projeto de fundação pela CAIXA.

Quanto à obra de urbanização, foi licitada e encontra-se na fase de contratação. No período em análise, iniciou-se o trabalho de adesão das famílias ao Residencial José Lino da Silveira do Programa Minha Casa Minha Vida, ocorrendo à entrega em 02/02/2016 de 496 unidades habitacionais, no referido Residencial.

Também foram indenizados 56 imóveis e 71 negociados os valores de indenizações. A SCidades aguarda a liberação de novos recursos para pagamento do restante das indenizações relacionadas à área, visando à desocupação das casas para posterior liberação da frente de serviço da obra de urbanização.

Até o momento, foram beneficiadas 230 famílias na área de intervenção relacionada a esse projeto.



Figura 10 – Maquete eletrônica dos equipamentos comunitários – Trecho Zero

Projeto Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização – Trecho I, II, III – PAC 1)

O Projeto Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização – Trecho I, II, III – PAC 1) tem como público alvo as famílias de baixa renda residentes na área dos trechos I, II e III (da Av. Mister Hull até o Anel Viário).

Apresentou como meta em 2016 executar 65% do total da obra de urbanização do Rio Maranguapinho destes trechos.

Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado para o ano em análise o valor total de R\$ 81.361.901,58 (oitenta e um milhões, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e um reais, e cinquenta e oito centavos), dos quais R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) corresponde à fonte Fecop, e R\$ 76.361.901,58 (setenta e seis milhões, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e um reais, e cinquenta e oito centavos) correspondem à fonte Governo Federal (PAC 1).

Do total de recursos programados para a fonte Fecop (R\$ 5.000.000,00) no ano, foi empenhado e pago o valor de R\$ 4.957.291,03 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais, e três centavos), o equivalente a 99,15% do valor programado.

No período em análise foram indenizadas e pagas 281 benfeitorias e 22 desapropriações de terrenos. As obras de urbanização foram executadas de forma lenta por parte da construtora, estando com 55,53% executado, considerando a totalidade dos 3 trechos.

Houve correção no percentual acumulado, que estava equivocado, pois no cálculo não foi considerado a margem esquerda do trecho II. O trecho I foi concluído em anos anteriores, o Trecho II Margem Direita (entre a Av. Fernandes Távora e Av. Osório de Paiva), está com 83,43% dos serviços executados, Trecho III A Margem Direita (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense), com 10,36% dos serviços executados e Trecho III A Margem Esquerda (entre a Av. Osório de Paiva e a Av. Jardim Fluminense), com 94,83% dos serviços executados, e Trecho III B (situado entre a Av. Jardim Fluminense e o Anel Viário), com 66,34% dos serviços executados.

Quanto ao Trabalho Técnico Social junto às famílias que permanecem na área urbanizada, a empresa contratada encerrou as suas atividades. Será realizada uma nova licitação para Trabalho Técnico Social com o intuito de complementar os serviços dos trechos onde ainda existe obra de urbanização.

Em 2016 registra-se um total de 959 famílias beneficiadas com o pagamento de indenizações de benfeitorias e terrenos.

As dificuldades encontradas no período em análise estiveram relacionadas ao Trecho III B que esteve paralisado no começo do ano, devido ao replanejamento dos quantitativos executados. Igualmente para os três trechos, registra-se as chuvas no começo do ano, que atrapalharam os serviços de terraplenagem, prejudicando o andamento das obras; e a dificuldade da construtora contratada em manter o ritmo da obra, diante da conjuntura econômica atual.

Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2)

O Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2) tem como público alvo as famílias de baixa renda no trecho entre o Anel Viário e a Barragem do Rio Maranguapinho. Apresenta como meta para 2016, executar 30% do total da obra de urbanização do Trecho IV.

Com o intuito de alcançar a meta prevista, foi programado para o ano em análise o valor total de R\$ 25.582.025,78 (vinte e cinco milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, vinte e cinco reais, e setenta e oito centavos), dos quais R\$ 4.683.667,29 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e três mil, seiscentos e sessenta e sete reais, e vinte e nove centavos) da fonte Fecop, e R\$ 20.898.358,49 (vinte milhões, oitocentos e noventa e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais, e quarenta e nove centavos), da fonte Governo Federal (PAC 2).

No tocante aos recursos programados para fonte Fecop (R\$ 4.683.667,29), foi empenhado e pago o valor de R\$ 4.633.328,59 (quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e vinte e oito reais, e cinqüenta e nove centavos), o equivalente a 98,93% do programado.

Trata-se de um projeto de continuidade. A obra de urbanização foi iniciada em 2015, e apresentou execução de 14,14% (acumulado) até dez/2015. A construtora responsável pela execução da urbanização paralisou a obra por falta de repasse dos recursos pelo Ministério das Cidades, referente às medições de 2015, liberadas no começo do ano de 2016.

Apenas algumas medições foram pagas pela instituição financeira CAIXA, pois foi necessária a realização de alguns ajustes no projeto pela SCidades. O projeto foi

ajustado e apresentado à CAIXA para aprovação, que ocorreu, somente, em junho/16.

Após receber os pagamentos do restante das medições atrasadas, a construtora contratada retomou a execução da obra, que atualmente encontra-se com 21,72% de execução acumulada.

Quanto à obra dos equipamentos não foi possível iniciar, conforme previsto. Durante todo o ano de 2016, foram várias as tratativas com a CAIXA, no intuito de obter a aprovação do anteprojeto para posterior licitação na modalidade Regime Diferenciado de Contratação (RDC), que não ocorreu até o momento.

Iniciou-se o trabalho de adesão das famílias para o Residencial Orgulho do Ceará e Jaçanã do Programa Minha Casa Minha Vida. Também em 2016, foram desapropriados 2 (dois) terrenos da área da urbanização. Por ser um Projeto de continuidade com previsão para conclusão em 2018, o quantitativo de famílias beneficiadas será alcançado com a conclusão do projeto.



Figura 11 - Urbanização do Trecho IV

Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)

O Projeto Rio Cocó tem como área de intervenção os municípios de Fortaleza, Pacatuba, Maracanaú e Itaitinga.

Constitui-se de uma combinação de intervenções que inclui: (1) Obras de controle e amortecimento de ondas de cheias (Barragem Cocó), visando diminuir a faixa de inundações, além de reduzir o número de famílias relocáveis; (2) Obras de desassoreamento (dragagem do rio), (3) Obras de urbanização e (4) Construção de unidades habitacionais.

As obras de urbanização e construção de unidades habitacionais para remanejamento de famílias vivendo em áreas de risco ao longo do rio Cocó serão complementadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza através do PREURBIS – Contrato: PPI Intervenções em Favelas/ Projeto Rio Cocó – Nº 0222.621/98.

O conjunto dessas obras proporcionará a redução da faixa de inundações e alagamentos e irá beneficiar um número ainda maior de famílias, superior àquelas contempladas com remanejamento das áreas de risco. No total serão beneficiadas, aproximadamente 8.315 famílias.

Apresenta como objetivo específico retirar as ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio no Trecho entre a BR 116 à Av. Val Paraíso, promovendo com isso a recuperação socioambiental do referido rio.

Tem como meta para o ano em análise executar 98% da obra da barragem do Cocó e executar 25% do total da obra de urbanização do Rio Cocó.

Para viabilizar o alcance desta meta foi programado para 2016 o valor total de R\$ 93.725.029,06 (noventa e três milhões, setecentos e vinte e cinco mil, vinte e nove reais, e seis centavos), dos quais R\$ 12.301.960,60 (doze milhões, trezentos e um mil, novecentos e sessenta reais, e sessenta centavos) da fonte Fecop, e R\$ 81.423.068,46 (oitenta e um milhões, quatrocentos e vinte e três mil, sessenta e oito reais, e quarenta e seis centavos) da fonte Governo Federal (PAC 1).

Do valor referente aos recursos do Fecop para 2016 foi empenhado e pago R\$ R\$ 12.301.960,60 (doze milhões, trezentos e um mil, novecentos sessenta reais, e sessenta centavos), o equivalente a 100% do valor programado.

Em 2016 as obras da Barragem Cocó registram um percentual acumulado de 98% dos serviços executados.

Também foi continuada a obra de Urbanização do Trecho III (Br116 à Av. Paulino Rocha), estando com 80,34% dos serviços executados. Considerando à obra total de urbanização (trechos I, II e III), o percentual acumulado atualmente encontra-se com 26,78% executado da obra de Urbanização do Rio Cocó.

Foi negociada e paga a indenização de benfeitoria do último imóvel, ainda existente, na área da obra de urbanização do Trecho III. Foram negociados 5 (cinco) terrenos na área de Urbanização e 4 (quatro) na área da Barragem. Quanto à obra de urbanização dos Trechos I e II, a licitação foi concluída no final do ano. Também foram beneficiadas 37 (trinta e sete) pessoas com o pagamento de indenizações referentes aos 9 (nove) terrenos desapropriados.

Como trata-se de um projeto de continuidade com previsão de conclusão em 2020, o quantitativo total das famílias beneficiadas será alcançado com a sua conclusão.

A dificuldade registrada em 2016 está relacionada ao não cumprimento do cronograma, por parte da empresa contratada, ocasionando o atraso da obra.



Figura 12 - Barragem Cocó

Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha – Fortaleza-CE

A requalificação da encosta do Morro Santa Terezinha, no bairro Vicente Pinzón, inclui em seu escopo serviços de drenagem, pavimentação, urbanização de

passeios, contenção de encosta e nova vegetação com sistema de irrigação na encosta, além da indenização de proprietários de imóveis comprometidos com a obra.

A encosta de que trata o projeto deverá evitar novos deslizamentos, assim como terá novo acesso que ligará a Av. Vicente de Castro à Via do Contorno.

Para realização do projeto de requalificação do morro Santa Terezinha será necessário indenizar 75 (setenta e cinco) famílias que possuem imóveis em áreas afetadas pelas obras do projeto.

A indenização é, portanto, parte integrante do projeto como um todo, que será executado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em parceria com o Governo do Estado, devendo essa ser realizada em etapa inicial a fim de não comprometer o cronograma de execução da obra.

Este projeto encontra-se ancorado nas ações do Pacto por um Ceará Pacífico, que integra planos intersetoriais na área de segurança pública. Destaca-se ainda, o Termo de Adesão e o Termo de Compromisso Social para a instalação do primeiro território de atuação, o bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza, onde acontecerá uma das primeiras ações do referido pacto, a requalificação do morro Santa Terezinha.

Serão beneficiados diretamente pelo projeto 75 (setenta e cinco) famílias, o que correspondem aproximadamente a 266 pessoas que residem atualmente no Morro Santa Terezinha e que precisam ser retiradas do local, para que as intervenções previstas de requalificação da encosta possam ser realizadas.

Espera-se beneficiar indiretamente aproximadamente 15.854 pessoas, considerando que no bairro Vicente Pinzón há 4.466 domicílios com renda média abaixo da linha da pobreza.

A encosta do morro Santa Terezinha possui solo do tipo Neossolos da RMF, caracterizado por uma duna fixa. Os Neossolos Quartzarênicos são arenosos, geralmente profundos, pouco desenvolvidos, com alta permeabilidade e baixa fertilidade natural. Soma-se a esse fato os elevados índices pluviométricos

apresentados na área em determinados períodos do ano e que a encosta é muito íngreme.

Esses fatores vêm provocando ao longo do tempo, constantes deslizamentos de terra, colocando em risco de vida dos moradores da área e os habitantes que transitam nas proximidades da encosta.

Como forma de resolver o problema descrito o morro receberá uma contenção de concreto com vegetação que criará um clima harmonioso entre a contenção e o meio ambiente. Haverá ainda, um tratamento de terraplanagem e drenagem para evitar novas infiltrações no solo evitando novos tombamentos ou deslizamentos.

O bairro carece de equipamentos urbanos, e o projeto de requalificação da encosta do morro Santa Terezinha, proporcionará uma nova área de lazer e ponto de encontro para a comunidade.

Destaca-se ainda, que se cria uma nova área urbanizada na cidade de Fortaleza, considerando que os moradores desta região se enquadram como pessoas de alta vulnerabilidade social e econômica. Essas intervenções devem provocar também, uma revitalização da área que poderá tornar-se objeto de visitação turística, tendo em vista a localização privilegiada da encosta, gerando trabalho e renda para esta população.

Com a realização do projeto espera-se ainda, a redução da criminalidade, potencializada pela falta de infraestrutura e de oportunidades de geração de emprego e renda do local.

A retirada de 75 (setenta e cinco) imóveis da área torna-se necessário para a execução da obra, o que precede de indenização para os proprietários destes imóveis.

O projeto em sua plenitude promoverá uma melhoria significativa na qualidade de vida dos moradores do bairro Vicente Pinzón, tendo em vista a reurbanização desta área e suas externalidades positivas esperadas, que deverá promover o desenvolvimento turístico, a geração de renda, e a solução para um problema histórico de deslizamento da encosta do Morro Santa Terezinha.

Este projeto apresenta como objetivos específicos realizar cadastro das famílias residentes dos imóveis; indenizar proprietários de imóveis comprometidos por obras do projeto; identificar as famílias que possuem vulnerabilidade social e econômica residentes na área de intervenção; e promover requalificação urbanística da encosta do morro Santa Terezinha.

Apresenta como meta para o ano em análise indenizar 75 (setenta e cinco) proprietários de imóveis comprometidos por obras do Projeto de Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha. Este projeto conta com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado para 2016 o valor total de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos reais).

Do total programado referente aos recursos do Fecop para 2016 (R\$1.800.000,00) foi empenhado e pago a sua totalidade (100%).

O Convênio nº 002/CIDADES/2016 firmado entre a Secretaria das Cidades e a Prefeitura Municipal de Fortaleza foi formalizado em fevereiro de 2016.

O primeiro repasse no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) foi realizado em 04/05/2016, o que fez iniciar, no mesmo mês, o processo de indenização dos proprietários de imóveis localizados na área de intervenção, para retiradas das famílias da área de risco, de acordo com os relatórios de pagamentos de indenização inserido no Sistema de Convênios do Ceará – Sinconv/CE.

Em setembro de 2016, foi repassado o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando o valor previsto no projeto (R\$ 1.800.000,00), destinado às ações de indenização, de acordo com o Convênio.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza, conforme parecer técnico datado de 04/11/16, já aplicou no processo de indenização o montante de R\$ 1.689.056,91 (um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, cinquenta e seis reais, e noventa e um centavos), perfazendo o percentual de execução financeira de 92,15% do total recebido para esta ação.

Conforme informações descritas nos relatórios de medições e resultados, anexados ao Sinconv/CE, foram realizadas 41 (quarenta e uma) indenizações de imóveis, o que corresponde a 54% da meta.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura de Fortaleza – Seinf estimou que, para a execução do projeto de revitalização da área, seria necessário desapropriar 75 imóveis. Até o presente momento foram indenizados 41(quarenta e um) imóveis, pertencentes a 24 proprietários.

Os valores das indenizações tiveram um valor médio de R\$ 41.196,83 (quarenta e um mil, cento e noventa e seis reais, e oitenta e três centavos).

A meta física perfaz um total de 33,33% de execução. Esse índice se deve ao fato de que vários imóveis eram de propriedade de uma única família, ou seja, um único proprietário.

Conforme informações da Prefeitura Municipal de Fortaleza, as maiores dificuldades estão na negociação dos valores das indenizações, que foram revisadas, por meio da Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPECE), o que elevou o preço médio inicial dos imóveis.



Figura 13 - Requalificação da Encosta do Morro Santa

Projeto Revitalização de Áreas Degradadas – Projeto Joana D’Arc/Pró-Moradia

O projeto abrange a Urbanização das áreas subnormais que compreende as áreas contíguas Joana D’Arc e Aristides Barcelos. Situada no Bairro Vicente Pinzón, no

município de Fortaleza, tem como objetivo a melhoria das condições de habitabilidade, com reassentamentos dotados de infraestrutura; rede de distribuição de água, rede de coleta de esgoto com ligações domiciliares, terraplenagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação de obras viárias, passeios das vias e melhorias habitacionais das áreas remanescentes.

Os recursos da Fonte FECOP destinados a este Projeto visam compor a contrapartida do Estado para as obras financiadas pelo Pró-Moradia (CAIXA) e são direcionados a conclusão dos serviços de Urbanização, Infraestrutura, Melhoria de Unidades Habitacionais, Pagamento de Indenizações e realização de Trabalho Técnico Social que em seu conjunto, beneficiam direta e indiretamente aproximadamente 30.000 pessoas.

Apresentou como meta executar 15% das obras de rede de esgotamento sanitário no Projeto Joana D´Arc. As ligações de água e esgoto referente ao produto serão concluídas em 2017.

Com o intuito de alcançar a meta, foi programado para o ano em análise, o valor total de R\$ 9.001.700,00 (nove milhões, um mil e setecentos reais), dos quais R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) da fonte Fecop, e R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) da fonte 56 – FGTS – CAIXA/Governo Federal, condicionados a liberação das contrapartidas do Estado do Ceará.

Do total programado referente aos recursos do Fecop para 2016 (R\$ 1.700,00) foi empenhado e pago a sua totalidade (100%).

O contrato firmado com a empresa INCO Engenharia, vencedora do certame licitatório, foi assinado em 03/03/2016 e a ordem de serviço emitida em 05/03/2016. A contratada apresentou replanilhamento com alinhamento de preços, e a SCidades encaminhou para análise do agente financeiro CAIXA.

Foi necessário solicitar junto ao agente financeiro, em 08/04/2016, alteração contratual da operação de empréstimo do Programa Pró-Moradia APF 0122689-88, a fim de compatibilizar os valores do Quadro de Composição do Investimento - QCI com os valores da planilha da proposta vencedora (INCO Engenharia).

A CAIXA emitiu em 10/08/2016, a Carta Reversal nº 110/2016 com as alterações/reprogramação do QCI, com novo prazo de desembolso para janeiro/2017.

Ressalta-se que esta obra conta com a fiscalização da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, por meio do Termo de Cooperação Nº 005/CIDADES/2016, assinado em 11/03/2016.

Foram várias as tratativas para viabilização do reequilíbrio econômico/financeiro do Contrato.

Com o total executado (R\$1.700,0) foi realizado o pagamento da tarifa operacional de análise por parte da CAIXA, agente financeiro/operador do Programa Pró-moradia, relativa ao pedido de reprogramação contratual do empreendimento Joana D'arc, contrato Nº 122.689-88, com vistas à conclusão das obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Saneamento Básico

Esses projetos são elaborados e executados em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e tem como objetivo a universalização do acesso à água tratada, da coleta e do tratamento dos esgotos.

Os serviços são prestados de forma a promover a saúde pública e a proteção ao meio ambiente. São implementados de forma articulada com as ações de desenvolvimento urbano e habitação. Sua execução contribui também para a redução do déficit habitacional qualitativo.

Os projetos desta categoria são executados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria das Cidades. Foram apresentados ao CCPS, em 2016, 8 (oito) projetos na categoria de Infraestrutura Comunitária – Saneamento Básico.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades em 2016, (R\$ 48.781.571,80), os projetos direcionados esta categoria perfazem um total de R\$

9.517.047,71 (nove milhões, quinhentos e dezessete mil, quarenta e sete reais, e setenta e um centavos) - 19,51%, dos quais foi empenhado R\$ 8.711.919,94 (oito milhões, setecentos e onze mil, novecentos e dezenove reais, e noventa e quatro centavos), e pago R\$ 8.702.087,59 (oito milhões, setecentos e dois mil, oitenta e sete reais, e cinquenta e nove centavos), o que corresponde a 91,54% e 91,44%, respectivamente, do valor planejado para o período em análise.

Quadro 53 – Execução Financeira - Infraestrutura Domiciliar – Saneamento Básico

Nº	MAPP	Projeto	Valor do Projeto	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
		Ampliação do Sistema de					
1	29	Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza	596.405,05	596.405,05	100,00	596.405,05	100,00
		Elaboração de Projeto Executivo dos Sistemas de Abastecimento de Água					
2	35	e Esgotamento Sanitário dos municípios com até 50 mil habitantes beneficiados pela transposição do São Francisco.	84.733,10	9.832,35	11,60	-	-
3	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.009.490,94	2.009.490,94	100,00	2.009.490,94	100,00
		Ampliação do Sistema de					
4	187	Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia-CE	240.295,62	240.295,62	100,00	240.295,62	100,00
		Ampliação do Sistema de					
5	189	Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte-CE	59.150,67	50.684,81	85,69	50.684,81	85,69
		PAC 2 Estiagem - Ampliação do					
6	194	Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tauá	980.719,42	980.719,42	100,00	980.719,42	100,00
		Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da CAGECE em diversos municípios do Estado do Ceará.					
7	229		2.887.044,64	2.165.283,48	75,00	2.165.283,48	75,00
		Obra Emergencial da Adutora de					
8	258	Água Tratada para o Município de Aquiraz-CE	2.659.208,27	2.659.208,27	100,00	2.659.208,27	100,00
Total			9.517.047,71	8.711.919,94	91,54	8.702.087,59	91,44

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza

O projeto Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza, iniciado em 2012, se insere no escopo do Programa Sanear II e Recursos Próprios da Cagece. Abrange os bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Portugal e Parque Jerusalém, localizados na zona sudoeste da cidade de Fortaleza, cuja população total é de 27.703 habitantes.

Apresenta como objetivos específicos melhorar a qualidade das águas que atravessam a cidade de Fortaleza, mediante a ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário; melhorar as condições sanitárias em comunidades do interior do Estado do Ceará com população entre quinze e cem mil habitantes e a eficiência na prestação dos serviços de saneamento básico no Estado do Ceará, mediante o apoio à gestão operacional da Cagece.

Tem como meta implantar 1.731 ligações prediais de esgoto, possibilitando atender a uma população de 7.132 habitantes.

Com o intuito de atingir esta meta programou para 2016, o valor total de R\$ 1.338.016,35 (um milhão, trezentos e trinta e oito mil, dezesseis reais, e trinta e cinco centavos), dos quais R\$ 596.405,05 (quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinco reais, e cinco centavos) da fonte Fecop, e R\$ 741.611,30 (setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e onze reais, e trinta centavos) do Governo Federal (OGU).

Do valor programado referente aos recursos do Fecop para 2016 (R\$ 596.405,05) foi empenhado e pago a totalidade (100%).

Trata-se de projeto de continuidade. O recurso empenhado no ano de 2016 foi utilizado para ressarcir a CAGECE. Tendo em vista que a última medição do contrato ocorreu em 2015 e foi pago com recurso próprio da CAGECE para posterior ressarcimento do FECOP, que ocorreu em 2016.

O projeto atingiu a meta estabelecida para o ano (implantação de 1.731 ligações prediais de esgoto, possibilitando atender a uma população de 7.132 habitantes).

Considerando o percentual acumulado das ligações prediais (período de 2012-2016), tendo em vista a realização da medição final da obra de ampliação da sub-bacia SE-2, foram implantadas 5.380,00 ligações, beneficiando 27.703 habitantes.

A execução física e financeira da obra foi concluída e a estando atualmente em fase de prestação de contas pela CAGECE.



Figura 14 - PV-229/PV-229A



Figura 15 - EEE – SE-2

Elaboração de Projeto Executivo dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário dos municípios com até 50 mil habitantes beneficiados pela transposição do São Francisco.

O projeto em questão visa atender os municípios com carência de projetos executivos para a realização de obras de saneamento básico, principalmente abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Os municípios atendidos serão aqueles que possuem ligação com o Rio São Francisco e poderão usufruir de suas águas ou de outros mananciais próximos, levando em consideração que todos eles possuem uma população em situação precária e que o saneamento é uma das formas de melhorar sua qualidade de vida.

Apresenta como público alvo a população dos municípios do estado do Ceará com até 50 mil habitantes, que serão beneficiados pela transposição do Rio São Francisco, que com baixos índices de desenvolvimento humano, onde a escassez de água e a falta de sistema de esgotamento sanitário que comprometem a qualidade da vida.

Tem como objetivos específicos realizar ensaios e projetos para o sistema de abastecimento de água de 4 municípios que poderão entrar em colapso e realizar ensaios e projetos para o sistema de esgotamento sanitário de 7 municípios que poderão entrar em colapso.

Apresentou como meta para 2016 elaborar 4 projetos executivos e seus respectivos ensaios geotécnicos para o sistema de abastecimento de água e; 7 projetos executivos e seus respectivos ensaios geotécnicos para o sistema de esgotamento sanitário.

Com o intuito de atingir esta meta programou para 2016, o valor total de R\$ 393.759,94 (trezentos e noventa e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais, e noventa e quatro centavos), dos quais R\$ 84.733,10 (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e três reais, e dez centavos) da fonte Fecop, e R\$ 309.026,84 (trezentos e nove mil, vinte e seis reais, oitenta e quatro centavos), da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), fonte (82).

Do total programado referente aos recursos do Fecop para 2016 (R\$ 84.733,10) foi empenhado R\$ 9.832,35 (nove mil, oitocentos e trinta e dois reais, e trinta e cinco centavos), o equivalente a 11,60% do total programado.

Até o presente momento, no que diz respeito à elaboração dos projetos executivos dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) dos municípios próximos ao canal da transposição do rio São Francisco, a

empresa de consultoria contratada entregou cerca de 80% dos projetos no total. Tendo em vista a iminência de finalização dos projetos executivos no ano de 2017.

Vale salientar que a obra teve início em anos anteriores, utilizando recursos de outras fontes. No tocante ao Fecop, este projeto foi apresentado pela 1ª vez ao CCPIS, em 2016, tendo sido aprovado no final do 2º semestre de 2016, de forma que, não houve tempo hábil para execução da meta prevista.

Ressalte-se que projetos executivos são analisados pela CAGECE, responsável por executar as obras do Estado do Ceará no que diz respeito a Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, e operá-las.

Pela complexidade do tema, várias foram as solicitações de revisões, identificações, correções e aprimoramentos a consultoria contratada, impactando na execução dos serviços, interferindo diretamente no desenvolvimento dos sistemas e de seus respectivos projetos, ocasionando retrabalho e exigindo prorrogação de prazo para conclusão.

Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira

O projeto consiste na implantação da rede de esgotamento sanitário do Residencial Lino da Silveira a ser construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida e na execução de obras na Estação de Tratamento de Esgotos do Conjunto Araturi, situado em suas imediações, para adequá-la a receber os efluentes gerados pela população do novo Residencial.

O Residencial Lino da Silveira ocupará uma área aproximadamente 15 ha, localizado lindeiro a Avenida São Vicente de Paula. Será composto de 09 (nove) condomínios de prédios, totalizando 2.816 habitações, beneficiando uma população aproximada de 14.080 pessoas.

A solução adotada prevê a implantação de uma rede coletora do tipo convencional, que reunirá o esgoto das habitações e o encaminhará para uma estação elevatória. Esta estação, através de bombas submersíveis, recalcará o efluente para a estação de tratamento de esgotos do Conjunto Araturi.

A estação de tratamento de esgotos do Conjunto Araturi é composta de 02 (duas) lagoas facultativas, e atualmente trata o esgoto de uma população projetada de 25.440 pessoas. Para a manutenção da eficiência do tratamento, devido ao acréscimo da vazão do residencial José Lino da Silveira, será necessária a implantação de um conjunto de 04 (quatro) reatores anaeróbios à montante das lagoas facultativas, além de uma nova estação elevatória, com um sistema de tratamento preliminar de maior porte. Para a correção da eficiência do número de coliformes, foi projetada uma modificação no nível das lagoas, passando de 2,00m para 1,00m, transformando as lagoas de facultativa para polimento.

O projeto proposto, além de eliminar de forma definitiva vazamentos decorrentes da obstrução da rede coletora de esgotos, permitirá o acesso adequado para a realização de serviços de manutenção e operação do sistema, melhorando a prestação dos serviços de esgotamento sanitário e promovendo a melhoria das condições de saúde da comunidade beneficiada.

Espera-se potencializar o serviço público de coleta de esgoto e melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da população que irá habitar o Residencial Jose Lino da Silveira, reduzindo os casos de doenças de veiculação hídrica por meio da readequação do sistema de esgotamento sanitário.

Este projeto apresenta como objetivos específicos melhorar o sistema de esgotamento sanitário do Residencial José Lino da Silveira, melhorar e aumentar a vazão de Tratamento da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Araturi; com a implantação de 04 (quatro) Reatores Anaeróbia de Fluxo Ascendente (UASB – Sigla em inglês) e alterar a Lagoa Facultativa para o polimento.

Apresentou como meta, para 2016, implantar 1.394,96 metros de extensão de linha de recalque que levarão todo o esgoto da estação elevatória situada no residencial para estação de tratamento de esgoto ETE Araturi; e efetuar a implantação de 04 (quatro) Reatores UASB ou RAFA (Reator de Anaeróbio de Fluxo Ascendente) que melhorarão a eficiência do tratamento após o incremento de carga na estação de tratamento.

Este projeto conta com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Para viabilizar o alcance da meta, foi programado um valor total de R\$ 2.009.490,94 (dois milhões,

nove mil, quatrocentos e noventa reais, e noventa e quatro centavos) com o intuito de beneficiar 14.080 pessoas.

Do valor programado referente aos recursos do Fecop para 2016 (R\$ 2.009.490,94) foi empenhado e pago a totalidade (100%).

Trata-se de um projeto de continuidade. A obra foi iniciada em 02 de setembro de 2014, através do Contrato nº 0162/2013 DJU/Cagece, entre a CAGECE e a empresa ENGEPLAN Engenharia Ltda.

No que se refere às metas deste projeto, a implantação de 1.394,96 metros da linha de recalque e de 04 reatores UASB ou RAFA (Reator Anaeróbico de Fluxo Ascendente), foram executadas 100% do previsto. No entanto, no que se refere à obra do Sistema de Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira, executada pela ENGEPLAN Engenharia Ltda. encontra-se com 98,48% de execução, faltando para conclusão, apenas, a emissão da medição final do contrato.

De ante ao exposto, informamos que a população total beneficiada será informada com a conclusão do empreendimento.

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia

Este projeto consiste na readequação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA) do Distrito de Capuan, no município de Caucaia, para atender à solicitação da Unidade de Negócio da Bacia Metropolitana, Um-BME.

Será constituído por 2 (duas) estações elevatórias, cada uma construída por 1 (uma) bomba ativa e outra para reserva ou rodízio sendo estas do tipo centrífuga.

A rede de distribuição será dividida em 2 (duas) zonas de pressão (ZP-1 e ZP-2), sendo distribuída a partir dos reservatórios elevados que serão alimentados por reservatórios apoiados, localizados na área de reservação da zona de pressão 2.

A área de reservação da zona de pressão 2 é composta de reservatórios apoiados (um existente e um projetado dividido em 2 células, funcionando todos em vasos comunicantes), sendo o reservatório apoiado existente responsável por receber e distribuir a água de abastecimento do distrito em questão.

Os reservatórios apoiados, responsáveis pela reservação das 2 (duas) zonas de pressão, serão locados na mesma área (área de reservação da ZP-2), devido ser exigência da operação para monopolizar a área de bombeamento.

O sistema de reservação do distrito de Capuan foi dimensionado para reservar 1/3 da vazão máxima diária, sendo composto por dois reservatórios apoiados (RAP-1 e RAP-2) e 2 reservatórios elevados (REL-1 e REL-2).

Os reservatórios apoiados funcionarão em vasos comunicantes, sendo um destes de 500 m³ (RAP-1 existente) e outro de 1500 m³ (RAP-2 projetado) dividido em 2 células (cada um com 750 m³).

O reservatório elevado que atenderá a zona de pressão 1 (REL-1) terá 50 m³ e 12m de fuste e o reservatório elevado que atenderá a zona de pressão 2 (REL-2) terá 50m³ e fuste de 15m.

O caminhamento da adutora contemplada no projeto de adução será pelo setor Caucaia até a área de reservação da zona de pressão 2, chegando no reservatório apoiado existente.

O projeto Ampliação do SAA da Localidade de Capuan, em Caucaia, tem como público alvo as famílias residentes em localidades rurais com precariedade ou ausência de SAA. Tem como objetivo específico ampliar o número de habitantes atendidos com sistemas de abastecimento de água.

Apresentou como metas para 2016 concluir a ampliação de 1 SAA na localidade de Capuan (Município de Caucaia) iniciada em 2015, que beneficiará em sua totalidade 12.394 habitantes; executar 1 (um) Reservatório Apoiado (RAP) de 1500m³; executar 02 Reservatórios Elevados (RELs) de 200m³ cada; ampliar 58.714m

de rede de distribuição de diâmetros variando entre 50mm e 400mm; e executar 2.730 novas ligações prediais.

Com o intuito de alcançar estas metas, foi programado o valor total de R\$ 12.487.819,56 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dezenove reais, e cinquenta e seis centavos), dos quais R\$ 240.295,62 (duzentos e quarenta mil, duzentos e noventa e cinco reais, e sessenta e dois centavos) da fonte Fecop, e R\$ 12.247.523,94 (doze milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e vinte três reais, e noventa e quatro centavos) do Governo Federal (OGU).

Do valor programado referente aos recursos do Fecop para 2016 (R\$ 240.295,62) foi empenhado e pago a totalidade.

Trata-se de projeto de continuidade. A obra foi iniciada em 27 de maio de 2015, ano em que foi apresentado pela primeira vez o projeto no âmbito do FECOP através do Contrato nº 0143/2014 DJU/Cagece, celebrado entre a Cagece e a empresa Construtora Granito Ltda.

A obra executada pela Construtora Granito LTDA encontra-se paralisada para uma readequação do projeto, com execução acumulada de 34,18%.

Quanto as metas previstas no projeto Fecop para o ano, foram realizadas a ampliação de 20.703,24m da rede de distribuição de diâmetros, variando entre 50mm e 400mm (64,74%) e 02 RELs de 200m³ cada (0,80%).

Informamos que os serviços a serem realizados estão dependendo da autorização do DNIT para liberação das áreas e da Readequação do Projeto pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE).

A população total será beneficiada apenas com a conclusão do empreendimento.



Figura 16 - Execução da Rede de Distribuição PVC 50mm e posterior reaterro

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte – CE

Este projeto insere-se no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 – Estiagem, financiado pelo Orçamento Geral da União com contrapartida do governo estadual através do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Tem como público-alvo a população dos bairros Aeroporto, Triângulo e São José, no município de Juazeiro do Norte, que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano.

Apresenta como objetivo contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população a ser beneficiada com a ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água.

O sistema que está sendo executado contemplará: executar 3.434 metros de Adutora de Água Tratada; executar 2.580 metros de Subadutora; executar 02 Estações Elevatórias; executar 01 Reservatório Apoiado de 500m³ e 01 Reservatório Apoiado de 700m³; executar 01 Reservatório Elevado de 200m³ e 01 Reservatório Elevado de 150m³; executar 20.933 metros de rede de distribuição de diâmetros variando de 50mm à 250mm; e executar 370 novas ligações prediais.

Tem como meta concluir a ampliação de 01 Sistema de Abastecimento de Água (SAA) no município de Juazeiro do Norte, que beneficiará 25.732 habitantes.

Com o intuito de alcançar estas metas, foi estimado para 2016, o valor total de R\$ 6.430.002,85 (seis milhões, quatrocentos e trinta mil, dois reais, e oitenta e cinco centavos) dos quais R\$ 59.150,67 (cinquenta e nove mil, cento e cinquenta reais, e sessenta e sete centavos) da fonte Fecop, e R\$ 6.370.852,18 (seis milhões, trezentos e setenta mil, oitocentos e cinquenta e dois reais, e dezoito centavos) do Governo Federal (OGU).

Do total programado referente aos recursos do Fecop para 2016 (R\$59.150,67) foi empenhado e pago R\$ 50.684,81 (cinquenta mil, seiscentos e oitenta e quatro reais, e oitenta e um centavos), o equivalente a 85,69% do valor programado.

Trata-se de um projeto de continuidade e iniciado em 08 de junho de 2015, através do Contrato nº 0007/2015 DJU/Cagece, entre a Cagece e a empresa INCO Engenharia Ltda. Até o presente momento, foi executado 14,76% do contrato, com 6 medições realizadas. Mesmo com a obra em execução, ainda não foi realizada ligação predial.

Em 2016, foram executadas 27,08% da meta de Adutora de Água Tratada (o que equivale a 930 metros de extensão), 19,57% de subadutora (o que equivale a 505 metros de extensão) e 43,17% de execução da rede de distribuição de diâmetros variando de 50mm à 250mm (o que equivale a 9.038 metros de extensão).

Quanto às demais metas do projeto, ainda não foram executadas em função da dificuldade de desapropriação das áreas. A obra está atualmente paralisada com previsão de retomada dos serviços durante o exercício de 2017.

A meta de população beneficiada somente será informada com a conclusão da obra.



Figura 17 – Rede de Distribuição I



Figura 18 – Adutora de Água Tratada

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Tauá

O projeto de melhorias no sistema de abastecimento de água do Município de Tauá prevê o atendimento a uma população total de 44.861 habitantes a ser alcançada num prazo de 20 anos.

O abastecimento continuará sendo feito a partir do açude Trici. No entanto, serão projetadas novas unidades de captação, adução de água bruta, estação de tratamento de água, reservação e duas estações elevatórias, uma de água tratada e outra que será responsável pela lavagem dos filtros.

A água aduzida será submetida a uma nova tecnologia de tratamento, denominada Ciclo Completo, adotada após análises dos laudos de análise da água em estudo. A nova ETA (Estação de Tratamento de Água) está locada na mesma área da ETA existente.

Assim, para o sistema proposto procurou-se aproveitar as unidades auxiliares de tratamento existentes como forma de se reduzir custos com o novo projeto. São elas: casa de bombas, casa de química, laboratório, casa de cloração, reservatórios apoiados, reservatório elevado, estação elevatória de água tratada.

Os produtos químicos utilizados serão: o policloreto de alumínio e o polímero catiônico, como coagulante e auxiliar de coagulação, respectivamente. Na oxidação e desinfecção será aplicado o cloro gasoso.

A água tratada será armazenada em dois reservatórios apoiados de 600 m³ já existentes e um reservatório semienterrado de 200 m³ projetado, sendo recalçada através da Estação Elevatória para o reservatório elevado, ambos já existentes, onde a água continuará sendo distribuída, por gravidade, à população.

Este projeto insere-se no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 – Estiagem, financiado pelo Orçamento Geral da União com contrapartida do governo estadual através do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Apresenta como objetivo geral contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população a ser beneficiada com a ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água.

Tem como meta continuar a ampliação de 1(um) Sistema de Abastecimento de Água (SAA) no município de Tauá, iniciado e beneficiando 44.861 habitantes. O sistema contempla 11.169,98 metros de Adutora de Água Bruta; 01 Estação de Tratamento de Água; 01 Reservatório Apoiado de 200m³; e 02 Estações Elevatórias. Com o intuito de alcançar esta meta, foi estimado para 2016, o valor total de R\$ 17.292.347,40 (dezessete milhões, duzentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais, e quarenta centavos), dos quais R\$ 980.719,42 (novecentos e oitenta mil, setecentos e dezenove reais, e quarenta e dois centavos) do Fecop, e R\$ 16.311.628,06 (dezesseis milhões, trezentos e onze mil, seiscentos e vinte e oito reais, e seis centavos) do Governo Federal (OGU).

Dos recursos Fecop, programados para o ano de 2016 (R\$ 980.719,42) foram empenhados e pagos a totalidade.

Trata-se de um projeto de continuidade com a obra iniciada em 28 de maio de 2015, através do Contrato nº 23/2015 DJU/Cagece, entre a Cagece e a Empresa Cível Engenharia Ltda.

Em 01/03/2016, a obra paralisou por falta de repasse de recursos pelo Ministério das Cidades e CAIXA. Após a liberação dos recursos, a obra foi reiniciada em 18/10/2016.

Em 2016, o projeto atingiu 68,80% da execução física da Adutora de Água Bruta, o que equivale a 12.810 metros.

Quanto às demais metas do projeto, não foi possível iniciar os trabalhos devido a não desapropriação do terreno onde serão executados os serviços.

A população total será beneficiada apenas com a conclusão do empreendimento.



Figura 19 – Placa da Obra Material

Instalação e eletrificação de poços e existentes na rede da C agece e m diversos municípios do Estado do Ceará

O Governo do Estado do Ceará apresentou, em 25 de fevereiro de 2015, o Plano Estadual de Convivência com a Seca, que contempla um modelo de gestão integrada com seis eixos de atuação que agregam ações emergenciais e estruturantes: conhecimento e inovação, segurança hídrica, segurança alimentar, sustentabilidade econômica e benefícios sociais.

Estão contempladas neste plano diversas ações importantes como abastecimento de água potável com carro pipa, instalação de adutoras de montagem rápida (AMR), perfuração e instalação de poços, aquisição de Estações de Tratamento de Água (ETA) móveis e reuso de águas.

O escopo de algumas dessas ações tem sido modificado devido às alterações dinâmicas do cenário hídrico, como por exemplo, modificações constantes do nível dos reservatórios, observância de precipitações localizadas, ou mesmo a melhora ou piora da qualidade da água dos mananciais. Essa imprevisibilidade dificulta a execução das ações e exige mudança constante de planejamento.

O projeto Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da Cagece em diversos municípios do Estado do Ceará e foi projetado para atendimento de 47 municípios (21 em 2015 e 26 em 2016).

O projeto proposto prevê o fornecimento de 120 painéis de comando; o fornecimento de acessórios para montagem hidromecânica de 120 poços; fornecer 120 bombas e entregar 120 poços instalados.

Apresenta como público alvo a população dos 47 municípios que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano, onde a ausência ou precariedade do saneamento compromete a qualidade da vida.

Tem como objetivo geral contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população a ser beneficiada com a ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água.

Este projeto conta com recursos exclusivos da fonte Fecop. Dos recursos oriundos do Fecop, foi programado para o ano de 2016 (R\$ 2.887.044,64) dos quais foram empenhados e pagos R\$ 2.165.283,48 (dois milhões, centos e sessenta e cinco mil, duzentos e oitenta e três reais, e quarenta e oito centavos), o que corresponde a 75% dos recursos planejados para o ano.

Em 2016, o projeto atingiu 100% da meta físico e financeira prevista no projeto Fecop. Foram fornecidos 120 painéis de comando; entregues 120 poços instalados; fornecidos acessórios para montagem hidromecânica de 120 poços e 120 bombas. Foram pagos com recursos próprios da Cagece para posterior ressarcimento pelo Fecop.

A população beneficiada com a conclusão do empreendimento será de 184.799 habitantes nos municípios contemplados do Estado do Ceará. A dificuldade encontrada no projeto foi da ordem da vazão dos poços.

Obra Emergencial da Adutora de Água Tratada para o Município de Aquiraz-CE

O projeto foi apresentado pela primeira vez no âmbito do governo estadual através do recurso do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Após estudos, decidiu-se que Aquiraz será abastecido por uma adutora de 18,32km a ser executada em duas etapas. Na primeira etapa do projeto será executado um ramal adutor de 11,87km, que partirá de uma derivação executada em um ponto anterior à denominada Unidade de Transmissão Remota - UTR 28. Na segunda etapa, serão executados mais 6,45km, na qual a partida passará a ser em uma tomada d'água executada próxima à denominada Unidade de Transmissão Remota - UTR 27.

Este projeto colabora para a Política de Saneamento Ambiental que segue em nível estadual os princípios fundamentais das diretrizes nacionais e preconiza a universalização do acesso à água tratada, a coleta e ao tratamento dos esgotos, à drenagem urbana e a destinação adequada dos resíduos sólidos. Tais serviços devem ser prestados de forma a promover a saúde pública, a proteção do meio ambiente e a consolidar a articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação.

O Sistema de Abastecimento de Água de Aquiraz necessita de algumas ampliações e melhoria para atendimento à crescente demanda hídrica da população local. Este projeto apresenta soluções para problemas de qualidade da água bruta, instalações hidráulicas de reservatórios desativadas, dentre outras, a fim de evitar desabastecimento e/ou racionamento.

Apresenta como público alvo a população no município de Aquiraz, com renda média inferior a 3 salários mínimos, que apresenta baixos índices de desenvolvimento humano, onde a ausência ou precariedade do saneamento compromete a qualidade da vida.

Tem como objetivo específico ampliar a oferta de sistemas de abastecimento de água com o atendimento de 73.914 habitantes. Apresenta como meta para 2016 executar 11.867,27 m de adutora de água tratada.

Este projeto conta com recursos exclusivos da fonte Fecop. Dos recursos oriundos do Fecop, foi programado para o ano de 2016 R\$ 2.659.208,27 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oito reais, e vinte e sete centavos), dos quais foram empenhados e pagos a totalidade.

Trata-se de projeto de continuidade iniciada em 06 de abril de 2016 através do Contrato nº. 103/2015 DJU/Cagece, entre a CAGECE e a Dantec Construções e Consultoria. No tocante a meta Adutora de Água Tratada prevista do projeto Fecop, em 2016, foi executada 7.210,00 metros o que corresponde a 60,76% da meta prevista.

4.9.3 Aplicação dos Recursos por Macrorregião

A maior parte dos recursos empenhados pela Secretaria das Cidades, no período em análise, foram alocados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), contemplada com R\$ 36.527.865,47 (trinta e seis milhões, quinhentos e vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco reais, e quarenta e sete centavos), onde se encontram os projetos que envolvem os maiores volumes de recursos, como é o caso do Projeto Rio Maranguapinho e Projeto Cocó, cuja área de atuação é a RMF, e dos projetos de habitação de interesse social desenvolvidos, com atuação em áreas rurais do Estado.

O volume de recursos empenhados na RMF, pela Secretaria das Cidades, resulta, principalmente, da necessidade de reduzir o elevado déficit habitacional, qualitativo e quantitativo, existente nessa região.

Quadro 54 – Distribuição dos Recursos Aplicados por Macrorregião, em 2016

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-Cariri	898.115,92	1,88	1.947	0,68
2-Centro Sul	233.017,89	0,49	126	0,04
3-Grande Fortaleza	36.527.865,47	76,34	93.231	33,33
4-Litoral Leste	2.818.122,35	5,89	9.997	3,5
5-Litoral Norte	486.528,82	1,02	37.227	13,02
6-Litoral Oeste/Vale do Acaraú	518.946,90	1,08	11.594	4,06
7-Maçico do Baturité	386.387,61	0,81	7.536	2,64
8-Serra da Ibiapaba	331.167,42	0,69	16.607	5,81
9-Sertão Central	1.006.336,30	2,1	5.812	2,03
10-Sertão de Canindé	198.207,00	0,41	340	0,12
11-Sertão de Sobral	1.707.773,12	3,57	43.673	15,28
12-Sertão de Cratêus	444.638,83	0,93	12.846	4,49
13-Sertão dos Inhamuns	1.051.205,64	2,2	19.288	6,75

14-Vale do Jaguaribe	1.239.074,19	2,59	23.549	8,24
15-Estado do Ceará	0	0	0	0
TOTAL	47.847.387,46	100	283.773	100

Fonte: Gerência Executiva do Fecop - GEF

4.9.4 Principais Resultados / Dificuldades

4.9.4.1 Resultados

- **Dendê (Ações Habitacionais)**

- o Execução de 59,12% da obra em construção do Residencial Dendê.

- **Habitação Rural – PNHR 1**

- o Conclusão 144 UH concluídas, sendo: 35 UH no município de Baixio, 32 UH no município de Caucaia, 30 UH no município de Tururu, 23 UH no município de São Luis do Curu, 19 UH no município de Cariús e 5 UH no município de Barro.
- o Contratação de 103 UH no meio rural, sendo: 13 UH no município de Itapipoca, 12 UH no município de Paraibapa, 9 UH no município de Pentecoste, 13 UH no município de Trairi, 5 UH no município de Sobral, 26 UH no município de Catunda e 25 UH no município de Parambu.

- **Aluguel Social para Família de Baixa Renda**

- o Celebração de 67 novos Termos de Acordos - TA para recebimento dos benefícios, sendo 18 no âmbito do projeto Maranguapinho e 49 no âmbito do Cocó.
- o Realização do pagamento do Aluguel Social a 90 (noventa) famílias cadastradas.

- **Mobilização e Transporte de Famílias**

- o Realização de 485 das mudanças das famílias que residiam no Trecho Zero do projeto Rio Maranguapinho para o Residencial Jose Lino da Silveira.

- **Fogões Sustentáveis**

- o Entrega de 3.345 fogões energéticos.

- **Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II**

- o Execução física de 100% das obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSDs).

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)**

- o Indenização de 56 imóveis e 71 negociações.

- **Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I)**

- o Pagamento de indenização de 281 benfeitorias.
- o Pagamento de 22 terrenos.
- o Execução de 55,53% da obra de urbanização (percentual acumulado ajustado em função do aditamento do contrato para acréscimo de serviços), considerando a totalidade dos trechos.

- **Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2)**

- o Execução de 21,72% do total da obra de Urbanização do Trecho IV.
- o Desapropriação de 2 (dois) terrenos na área da urbanização.

- **Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)**

- o Execução de 93,29% da obra de construção da Barragem Cocó.
- o Execução de 79% da obra de Urbanização do Trecho III (Br116 à Av. Paulino Rocha).
- o Pagamento de 01 indenização de benfeitorias de imóveis que ocupavam a área da obra de urbanização do Trecho III e de 08 terrenos, sendo 05 na área da Urbanização e 03 na área da Barragem.

- **Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE.**

- o Aplicação do cadastro Multifinalitário dos 1.775 (um mil, setecentos e setenta e cinco) imóveis e proceder a Regularização Jurídica junto aos Cartórios de Registros de Imóveis para Domínios e/ou Simples Posses.

- **Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará - Cidades José Euclides - Sobral-CE.**

- o Realização de audiência pública para apresentação do projeto na comunidade.
- o Capacitação da equipe técnica contratada.
- o Realização de georreferenciamento de 1.938 imóveis com elaboração de croquis e geração de planta do perímetro da área do projeto, bem como as plantas e memoriais descritivos de oito matrículas existentes no local.

- **Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Pedrinhas – Juazeiro do Norte-CE**

- o Realização de capacitação para aplicação do Cadastro Multifinalitário e o georreferenciamento de 800 imóveis com elaboração de croquis e geração de planta da área do projeto.

- **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza**

- o Implantação de 1.731 ligações prediais de esgoto, possibilitando atender a uma população de 7.132 habitantes (meta prevista 100% concluída). O total acumulado das ligações prediais (2012 a 2016), da obra de ampliação da sub-bacia SE-2, foram de 5.380,00 ligações, beneficiando 27.703,00 habitantes.

- **Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha – Fortaleza-CE**

- o Indenização de 41(quarenta e um) imóveis, pertencentes a 24 proprietários.

- **Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira**

- o Implantação de 1.394,96 metros de extensão de linha de recalque que levarão todo o esgoto da estação elevatória situada no residencial para estação de tratamento de esgoto ETE Araturi.
- o Implantação de 04 (quatro) Reatores UASB ou RAFA (Reator de Anaeróbio de Fluxo Ascendente).

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia**
 - o Execução de 20.703,24m da rede de distribuição de diâmetros, variando entre 50mm e 400mm (64,74%).
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte – CE**
 - o Execução de 27,08% de Adutora de Água Tratada (o que equivale a 930 metros de extensão).
 - o Execução de 19,57% de subadutora (o que equivalente a 505 metros de extensão).
 - o Execução de 43,17% da rede de distribuição de diâmetros variando de 50mm à 250mm (o que equivale a 9.038 metros de extensão).
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Tauá**
 - o Execução 80% da execução física da Adutora de Água Bruta, o que equivale a 12.810 metros.
- **Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da Cagece em diversos municípios do Estado do Ceará**
 - o Fornecimento de 120 painéis de comando.
 - o Entrega de 120 poços instalados.
 - o Fornecimento de acessórios para montagem hidromecânica de 120 poços;
 - o Fornecidos de 120 bombas.
- **Obra emergencial da Adutora de Água Tratada para o município de Aquiraz-CE.**
 - o Execução de 7.210,00 metros de adutora de água bruta, correspondendo a 60,76% da meta prevista.

4.9.4.2 Dificuldades

- **Dendê (Ações Habitacionais)**

o Readequação do projeto de abastecimento de água e esgoto, elaborado em conjunto com a CAGECE.

o Demora na aprovação do replanilhamento pelo agente financeiro CAIXA.

- **Habitação de Interesse Social - Unidades Habitacionais no Município de Pires Ferreira (1ª Etapa).**

o Demora realização do processo licitatório, por parte da Prefeitura, na para contratação de empresa de engenharia para execução da obra.

- **Mobilização e Transporte de Famílias**

o Atraso na conclusão das obras dos Residenciais Riacho Verde I e II, Orgulho do Ceará, Cidade Jardim e Jose Euclides Ferreira Gomes, executados pelo Programa MCMV.

- **Habitação Rural – PNHR 1**

o Demora da CAIXA em disponibilizar a relação dos contratos/operações, que necessitaria da contrapartida do Estado do Ceará.

- **Fogões Sustentáveis**

o Demora da empresa contrata em fornecer os fogões sustentáveis.

o Demora da contratação da Equipe de Montagem do Fogões, pelo contrato de gestão, que aconteceu no final do mês de agosto/16, restando somente de 4 a 5 meses de tempo para atingir a meta prevista para o ano.

o Dificuldade maior de articulação local, até o mês de outubro, devido o período eleitoral.

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)**

o Demora na revisão do projeto de fundação dos equipamentos, e consequente orçamento e; posterior aprovação pela Caixa que impossibilitou a retomada da obra.

- **Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I)**

- o Paralisação da obra do Trecho III B, no começo do ano, devido ao replanilhamento dos quantitativos executados.
- o Atraso no andamento das obras em função das chuvas no começo do ano impossibilitaram os serviços de terraplenagem, prejudicando.
- o Dificuldade da Construtora contratada em manter o ritmo da obra, diante da atual conjuntura econômica.

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)**

- o Demora na aprovação da alteração do Projeto Executivo pela Instituição Financeira CAIXA.

- **Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)**

- o Atraso da obra em decorrência do não cumprimento do cronograma, por parte da empresa contratada.

- **Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira**

- o Demora na emissão da medição final pela contratada.

- **Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha – Fortaleza-CE**

- o , Dificuldade na negociação dos valores das indenizações, conforme informado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, que foram revisadas pela Defensoria Pública do Estado do Ceará – DPECE, o que elevou o preço médio inicial dos imóveis.

- **Elaboração de Projeto Executivo dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário dos municípios com até 50 mil habitantes beneficiados pela transposição do São Francisco.**

- o Solicitações de revisões, identificações, correções e aprimoramentos a Consultoria contratada; impactando na execução dos serviços, interferindo diretamente no desenvolvimento dos sistemas e de seus respectivos projetos; ocasionando retrabalho e exigindo mais prazos para conclusão.

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia**
 - o Demora da autorização do DNIT para liberação das áreas de atuação do projeto.
- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Bairros Aeroporto, São José e Triângulo no Município de Juazeiro do Norte – CE**
 - o Dificuldade de desapropriação das áreas de atuação do Projeto.
- **Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da Cagece em diversos municípios do Estado do Ceará**
 - o Dificuldade na ordem da vazão dos poços.
- **Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE.**
 - o Atraso na efetivação do contrato de gestão para acompanhamento dos trabalhos de campo.
- **Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará - Cidades José Euclides - Sobral-CE.**
 - o Atraso na efetivação do contrato de gestão, impactando no início da execução do projeto.
 - o Resistência à adesão ao projeto de regularização por parte de alguns moradores.
 - o Dificuldade de acesso dos cadastradores a algumas áreas de risco social.
- **Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Pedrinhas – Juazeiro do Norte-CE**
 - o Atraso na efetivação do contrato de gestão para acompanhamento dos trabalhos de campo.
 - o Falta de apoio por parte da Gestão Municipal nas ações iniciais do projeto.

4.10 Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA

4.10.1 Aspectos Gerais

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, tem como missão a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, tendo como finalidade principal melhorar a qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

A intenção do Governo Estadual em estimular uma nova dinâmica de desenvolvimento rural substanciou-se, em 2007, na criação da DAS, com o objetivo de colocar uma forte estrutura a serviço da agricultura familiar, alicerçada na sustentabilidade e na solidariedade. Suas atuais linhas de atuação encontram-se sistematizadas no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ceará, o PDRSS 2012 – 2015.

O Plano ressalta que as conceituações sobre o espaço rural foram modificadas historicamente, a partir da compreensão da sua complexidade e diversidade social, econômica e cultural. Entende que a agricultura familiar está associada à dimensão espacial de desenvolvimento sustentável, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

Os projetos executados pela SDA com recursos do Fecop são direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar e dos movimentos sociais no campo. São projetos com foco principalmente no fortalecimento da infraestrutura produtiva e na ampliação das oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, e ações de fomento.

No ano de 2016 a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – DAS, obteve autorização do Conselho para execução de 35 projetos, dos quais 31 são de continuidade, pois já foram financiados pelo FECOP em anos anteriores, e 04 foram apresentados pela primeira vez. Dentre os novos projetos apresentados se destacam: Projeto Estratégico de Ações Complementares de Governança Fundiária no Estado do Ceará: Regularização Fundiária Estratégia – IETAPA (Mapp's 56 e 104), Aquisição de Estações de Tratamento de Água (ETA's) Móveis para Purificação de Água de Pequenos

Mananciais (Mapp 469), e Locação, perfuração e instalação de 100 poços profundos (Mapp 521).

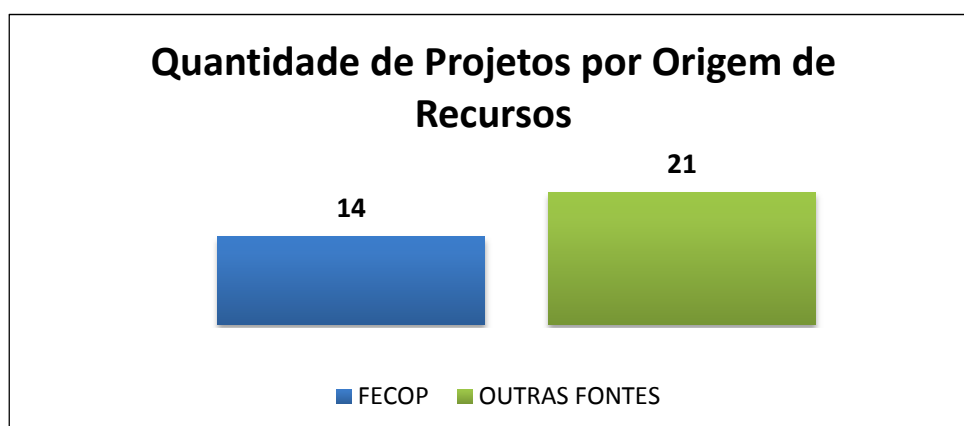
É importante salientar, ainda, a importância dos recursos alocados por meio desta fonte para a captação de recursos oriundos de outras fontes. Da totalidade dos projetos executados pela SDA, 14 foram financiados exclusivamente pelo FECOP, e 21 incluem recursos captados de outras fontes. A participação do valor disponibilizado pelo FECOP, e do valor das outras fontes de recursos no valor destes projetos foi de 14,09% e 85,91% respectivamente.

Quadro 55 - Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos

Recursos Exclusivos do FECOP		Recursos de Outras Fontes		Total de Projetos
Quantidade	%	Quantidade	%	
14	14,09	21	85,91	35

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

Gráfico 6 – Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos



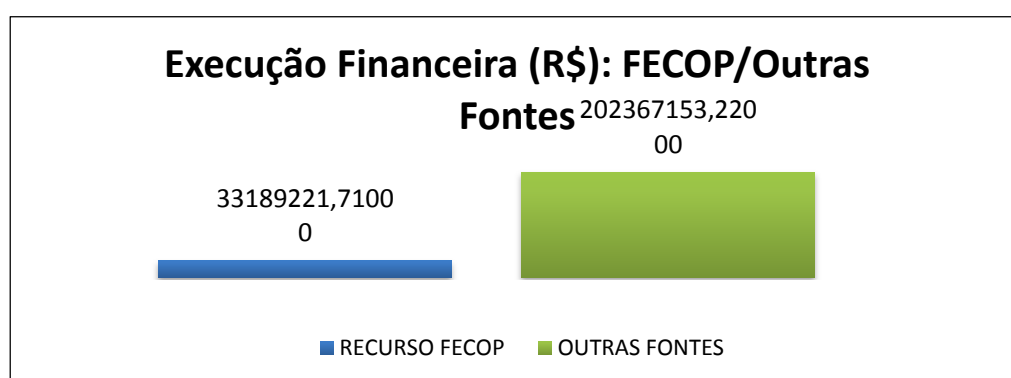
Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

Quadro 56 – Valor dos Projetos Segundo a Origem dos Recursos

FECOP		Outras Fontes		Total
Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	
33.189.221,71	14,09	202.367.153,22	85,91	235.556.374,93

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

Gráfico 7 – Valor dos Projetos Segundo a Origem dos Recursos



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Do valor total de recursos do FECOP, disponibilizado pelo CCPIS, para execução dos projetos da SDA, no ano de 2016, foram empenhados o valor de R\$ 82.894.453,87 (oitenta e dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e três reais, e oitenta e sete centavos), correspondendo a um desempenho de 96,35%, e, efetivamente pagos, R\$ 78.391.855,68 (setenta e oito milhões, trezentos e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais, e sessenta e oito centavos), correspondendo uma aplicação de 91,11%, relativo ao mesmo período.

Quadro 58 – Execução Financeira da SDA

MAPP	Projetos	Limite CCPIS R\$	Valor Empenhado		Valor Pago	
			R\$	Part (%)	R\$ (c)	Part (%)
2	Aproveitamento hidrográfico do Castanhão	579.000,00	579.000,00	100,00	447.406,16	77,27
5	Feiras da Socioeconomia Solidárias	800.000,00	800.000,00	100,00	800.000,00	100,00
5	Agente Rural	10.553.472,00	10.114.224,00	95,84	10.114.224,00	95,84
14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudras)	9.113.008,00	9.113.008,00	100,00	5.690.463,12	62,44
32		113.401,29	113.401,29	100,00	113.401,29	100,00
61	Titulação de Imóveis Rurais	400.000,00	400.000,00	100,00	400.000,00	100,00
67		1.256.276,07	1.174.273,75	93,47	1.174.273,75	93,47
38	Garantia safra no Ceará	25.482.048,00	25.482.048,00	100,00	25.482.048,00	100,00
41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
50	Assistência Técnica e Extensão Rural Continuada aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	2.400.000,00	2.399.920,00	100,00	2.398.680,96	99,95
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	4.115.959,54	2.133.289,58	51,83	1.645.138,98	39,97
56	Projeto Estratégico de Ações Complementares de Governança Fundiária no Estado do Ceará:	456.000,00	456.000,00	100,00	456.000,00	100,00
104	Regularização Fundiária Estratégia – I ETAPA	2.000.000,00	2.000.000,00	100,00	2.000.000,00	100,00

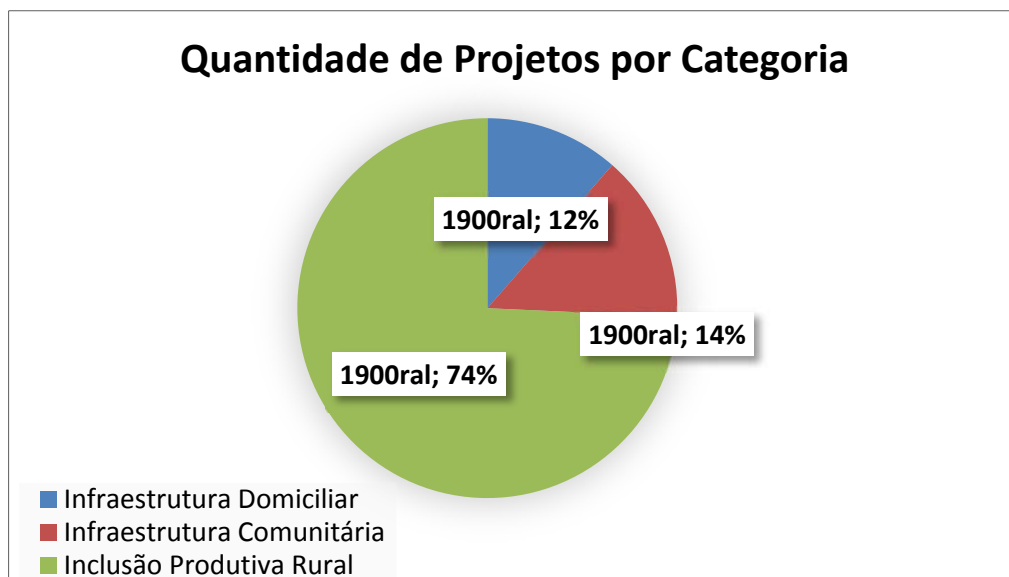
76	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	386.277,25	386.277,25	100,00	386.277,25	100,00
77		346.212,75	346.212,75	100,00	346.212,75	100,00
78		329.142,75	226.277,25	68,75	226.277,25	68,75
94		274.367,25	274.367,25	100,00	274.367,25	100,00
85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas	522.465,64	522.465,64	100,00	522.465,64	100,00
112	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	1.200.000,00	1.200.000,00	100,00	1.200.000,00	100,00
124	Programa de Expansão e Recuperação da Cajucultura	700.000,00	700.000,00	100,00	667.200,00	95,31
183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	5.000.000,00	5.000.000,00	100,00	5.000.000,00	100,00
337	Projeto Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Prodeter)	130.000,00	130.000,00	100,00	130.000,00	100,00
341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	4.286.586,52	4.127.923,91	96,30	4.127.923,91	96,30
353	Construção de Cisternas de Placas (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
362	Implantação de 300 Projeto Agroecológicos Inovadores e Sustentáveis - PAIS - Convênio SDA/Fundação Banco do Brasil	100.000,00	100.000,00	100,00	100.000,00	100,00
373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	358.526,44	358.526,44	100,00	358.526,44	100,00

374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	267.210,04	193.518,08	72,42	121.695,84	45,54
385	Implantação de 14.228 cisternas de polietileno e implantação, recuperação e/ou ampliação de 1.350 sistemas de abastecimento d'água.	3.698.941,49	3.698.941,49	100,00	3.449.375,90	93,25
389	Construção de 14.245 cisternas de placas e 211 cisternas escolares	1.803,13	0,00	0,00	0,00	0,00
390	Construção de 7.845 Quintais Produtivos mantidos por cisternas de enxurradas nas áreas semiáridas do Estado do Ceará	2.511.029,50	2.511.029,50	100,00	2.511.029,50	100,00
418	Projetos para Formação de Pastagens para reserva alimentar e convivência com semiárido	32.617,80	32.617,80	100,00	0,00	0,00
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.190.215,89	1.190.215,89	100,00	1.190.215,89	100,00
451		1.832.138,45	1.832.138,45	100,00	1.832.138,45	100,00
452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	670.422,14	381.407,31	56,89	381.407,31	56,89
453		405.393,69	405.393,69	100,00	405.393,69	100,00
454		555.154,08	555.154,07	100,00	555.154,07	100,00
457	Implantação de Cisternas de Polietileno	2.181.145,08	2.181.145,08	100,00	2.181.145,08	100,00
469	Aquisição de Estações de Tratamento de Água (ETAs) móveis para purificação de água de pequenos mananciais	58.650,00	56.928,40	97,06	0,00	0,00

471	Aquisição de máquinas e equipamento para apoio as cadeias produtivas estratégicas dos 13 territórios rurais do Ceará	173.000,00	173.000,00	100,00	173.000,00	100,00
477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar.	500.000,00	500.000,00	100,00	500.000,00	100,00
505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	57.777,00	45.749,00	79,18	30.413,20	52,64
514	Projeto João de Barro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
521	Locação, perfuração e instalação de 100 poços profundo.	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00
522	Implantação de Açudes Inteligentes no Estado do Ceará	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		86.038.241,79	82.894.453,87	96,35	78.391.855,68	91,11

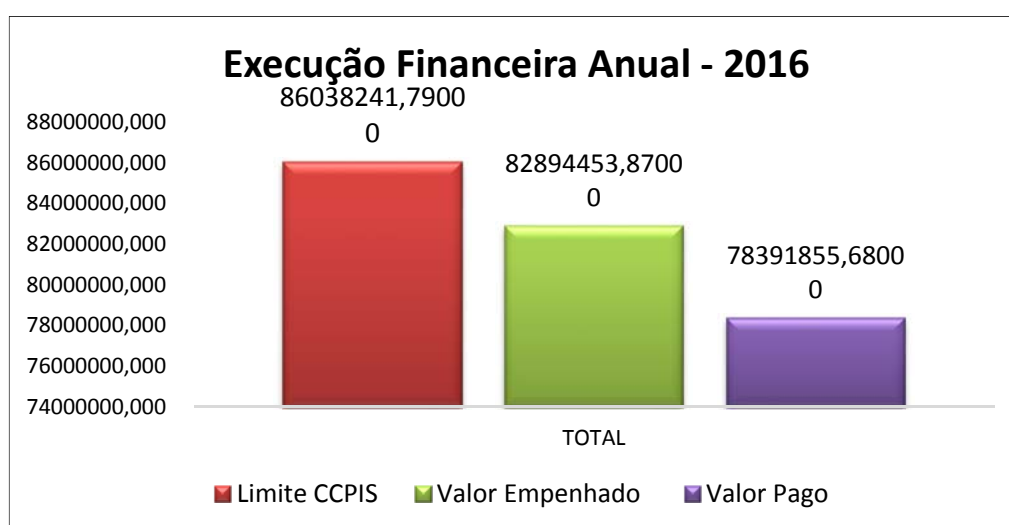
Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Gráfico 8 – Número de Projetos por Categoria



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Gráfico 9 – Valor Programado / Limite Semestral / Valor Empenhado / Valor Pago



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.10.2 Desenvolvimento

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), no seu art. 25, do Decreto nº 29.910 / 2009, que regulamenta a Lei Complementar Estadual nº 37/2003, Lei que instituiu o Fundo, assegura que apoiará programas em duas grandes categorias: Programas Assistenciais e Programas Estruturantes. A primeira categoria priorizará, de acordo com o §1º, ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis, com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. A segunda categoria, no seu § 2º, se destina a população pobre, para proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social, sendo suas ações voltadas para educação, ocupação e renda, infraestrutura e participação social, e que possibilite a migração da condição de pobre para não pobre.

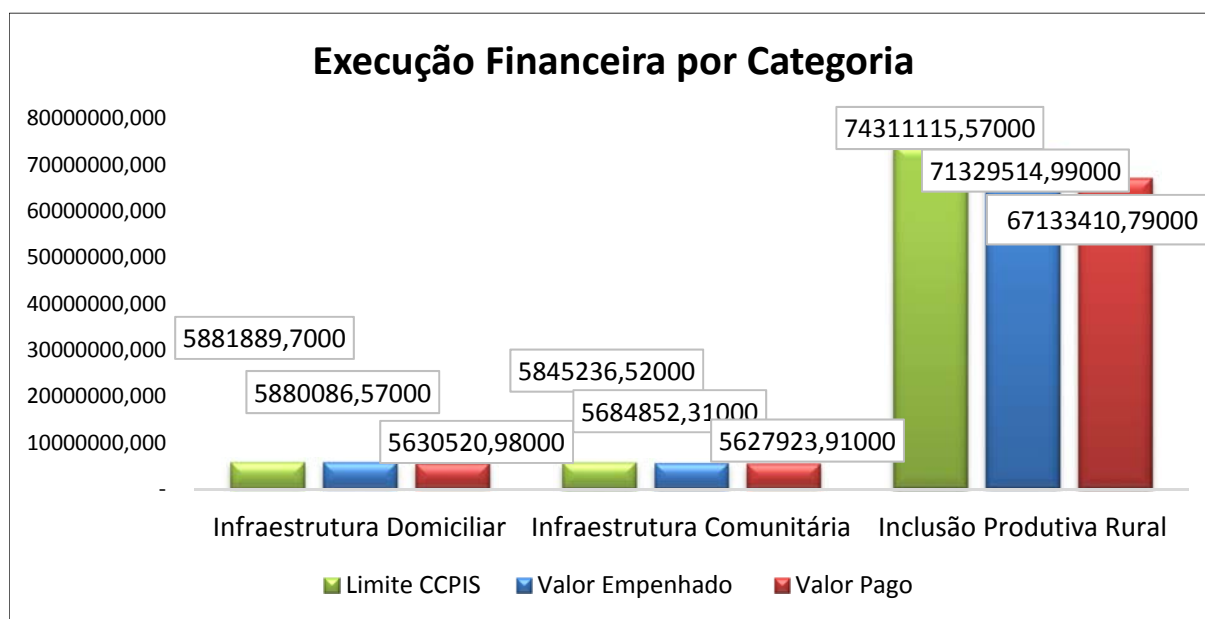
Os projetos desenvolvidos pela SDA incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto referido acima, no grupo de projetos Estruturantes (Infraestrutura Domiciliar, Infraestrutura Comunitária e Inclusão Produtiva Rural). Com relação ao desempenho financeiro, os projetos das subcategorias Infraestrutura Comunitária e Inclusão Produtiva Rural empenharam valores superiores a 80% do programado para o período.

Quadro 59 – Execução Financeira por Categoria de Projetos
Categoria: Projetos Estruturantes

Subcaracterização dos Projetos	Nº Projetos	Limite CCPIS R\$	Valor Empenhado		Valor Pago	
			R\$ (b)	Part (%)	R\$ (c)	Part (%)
Infraestrutura Domiciliar	4	5.881.889,70	5.880.086,57	7,09	5.630.520,98	7,18
Abastecimento de Água	3	5.880.086,57	5.880.086,57	7,09	5.630.520,98	7,18
Saneamento Básico	1	1.803,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestrutura Comunitária	5	5.845.236,52	5.684.852,31	6,86	5.627.923,91	7,18
Abastecimento de Água	4	5.345.236,52	5.184.852,31	6,25	5.127.923,91	6,54
Comercialização	1	500.000,00	500.000,00	0,60	500.000,00	0,64
Inclusão Produtiva Rural	26	74.311.115,57	71.329.514,99	86,05	67.133.410,79	85,64
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	4	17.953.472,00	17.514.144,00	21,13	17.512.904,96	22,34
Fomento	20	51.041.684,03	50.482.081,41	60,90	46.775.366,85	59,67
Fomento e Segurança Alimentar Nutricional	2	5.315.959,54	3.333.289,58	4,02	2.845.138,98	3,63
TOTAL GERAL	35	86.038.241,79	82.894.453,87	100,00	78.391.855,68	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Gráfico 10 – Execução Financeira por Categoria de Projetos



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Detalhamos a seguir, dentro das subcategorias acima relatadas, os projetos executados com recursos do FECOP, no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Agrário.

4.10.2.1 Infraestrutura

Segundo classificação adotada pela Gerência Executiva do FECOP, essa subcategoria divide-se em Infraestrutura Comunitária, quando toda comunidade é beneficiada com o produto do projeto, e Infraestrutura Domiciliar, quando o benefício se restringe ao âmbito do indivíduo e/ou da família.

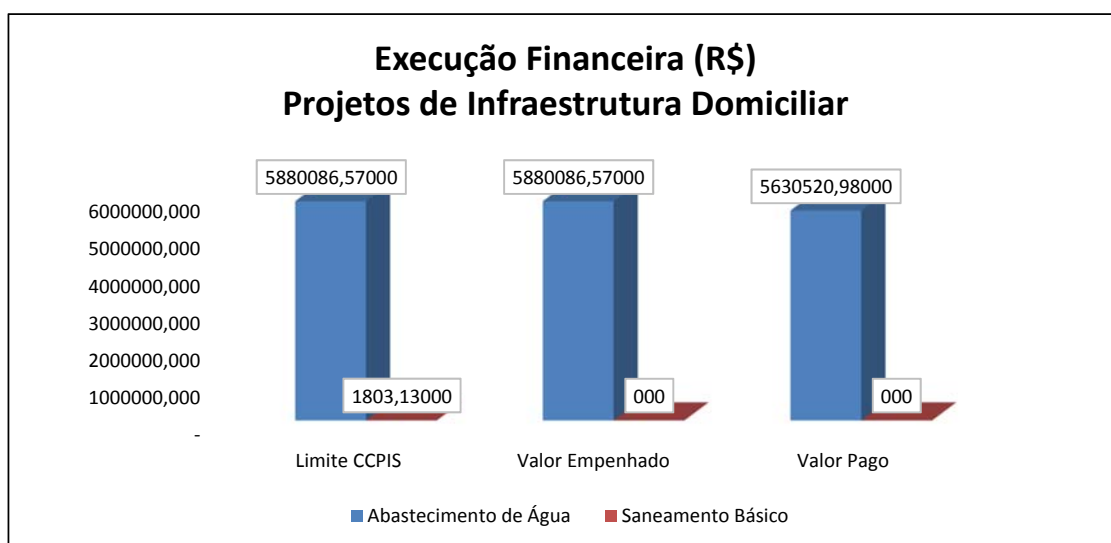
A Secretaria do Desenvolvimento Agrário executa projetos nas duas dimensões, os quais envolvem basicamente ações de saneamento básico, construção e reforma de equipamentos públicos. Para esse grupo foi autorizado o limite anual de R\$ 11.727.126,22 (onze milhões, setecentos e vinte e sete mil, cento e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), dos quais foram empenhados R\$ 11.564.938,88 (onze milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e trinta e oito reais, e oitenta e oito centavos), representando um desempenho financeiro de 98,62%. Já em termos de valores pagos, atingiu o valor de R\$ 11.258.444,89 (onze milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais, e oitenta e nove centavos), perfazendo um índice de 96,00%.

- **Infraestrutura Domiciliar**

Esse grupo inclui projetos que objetivam disponibilizar água para consumo humano, e obteve recursos do FECOP, para contrapartida de recursos captados junto ao Governo Federal, no âmbito do Programa Água para Todos. Em sua totalidade, estes projetos apresentaram um orçamento anual no valor de R\$ 5.881.889,70 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e nove reais, e setenta centavos). Em se tratando de valores empenhados, alcançou um desempenho de 99,97%, correspondente ao valor de R\$ 5.880.086,57 (cinco milhões, oitocentos e oitenta mil, oitenta e seis reais, e cinquenta e sete centavos), dos quais foram pagos R\$ 5.630.520,98 (cinco milhões, seiscentos e trinta mil, quinhentos e vinte reais e noventa e oito centavos), o qual representa um percentual de 95,73% sobre o valor concedido para o período.

A implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água tem como objetivo principal contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais, notadamente para as populações dispersas, disponibilizando-a com a quantidade e a qualidade necessária ao consumo humano. Apenas dois projetos desta categoria apresentaram execução financeira, o projeto Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Âmbito do Programa Água para Todos e Implantação de Cisternas de Polietileno, que são oriundos de convênios de receita com o governo federal, através do Programa Água para Todos, e no qual o FECOP constitui-se na contrapartida do Estado ao instrumento firmado. Os projetos de Construção de Cisternas de Placas não obtiveram execução financeira na fonte Fecop, por um direcionamento de estratégia, que visou a priorização da execução financeira, oriunda do convênio de receita da Fonte Federal.

Gráfico 11 – Execução Financeira Projetos Infraestrutura Domiciliar



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 60 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Domiciliar

MAPP	Projetos	Limite CCPIS	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R\$	R\$ (b)	Part (%)	R\$ (c)	Part (%)
353	Construção de Cisternas de Placas (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
385	Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Âmbito do Programa Água para Todos.	3.698.941,49	3.698.941,49	100,00	3.449.375,90	93,25
389	Construção de Cisternas de Placas	1.803,13	0,00	0,00	0,00	0,00
457	Implantação de Cisternas de Polietileno	2.181.145,08	2.181.145,08	100,00	2.181.145,08	100,00
TOTAL		5.881.889,70	5.880.086,57	99,97	5.630.520,98	95,73

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

- **Infraestrutura Comunitária**

Inclui projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e a implantação de estruturas de comercialização. O valor da fonte FECOP alocado para os projetos foi de R\$ 5.845.236,52 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e trinta e seis reais, e cinquenta e dois centavos). Em se tratando de valores empenhados, alcançou um desempenho de 97,26%, correspondente ao valor de R\$ 5.684.852,31 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais, e trinta e um centavos), dos quais foram pagos R\$ 5.627.923,91 (cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e três reais, e noventa e um centavos), o qual representa um percentual de 96,28% sobre o valor concedido para o período.

Apenas quatro projetos desta categoria apresentaram execução financeira, o projeto São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, que conta com financiamento externo, e no qual o FECOP se constitui na contrapartida do Estado no acordo de empréstimo; o projeto Aquisição de Estações de Tratamento de Água (ETA's) Móveis, para Purificação de Água de Pequenos Mananciais; o Projeto Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar e Locação, Perfuração e Instalação de 100 Poços Profundos. O projeto Implantação de Açudes Inteligentes no Estado do Ceará não obteve execução financeira, pois as atividades propostas não puderam ser executadas em tempo hábil, devido a inadimplência da prefeitura, motivo este da redução do projeto em sua totalidade.

O Projeto São José III tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem-estar das comunidades rurais. A perspectiva é aumentar a inserção econômica, financiando projetos no âmbito de cadeias produtivas, bem como destina-se implantar Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em comunidades do meio rural sem acesso a água potável e esgotamento sanitário.

Serão atendidas as localidades que visem à ampliação ou implantação de sistemas de distribuição domiciliar de água potável, e serviços de esgotamento sanitário simplificado, nas comunidades beneficiadas, e introdução de práticas piloto para reuso e conservação do meio ambiente, além da disponibilidade de manancial alternativo através da perfuração de poços, em virtude do agravamento da seca, a

fim de atender sistemas de abastecimento com mananciais exauridos.

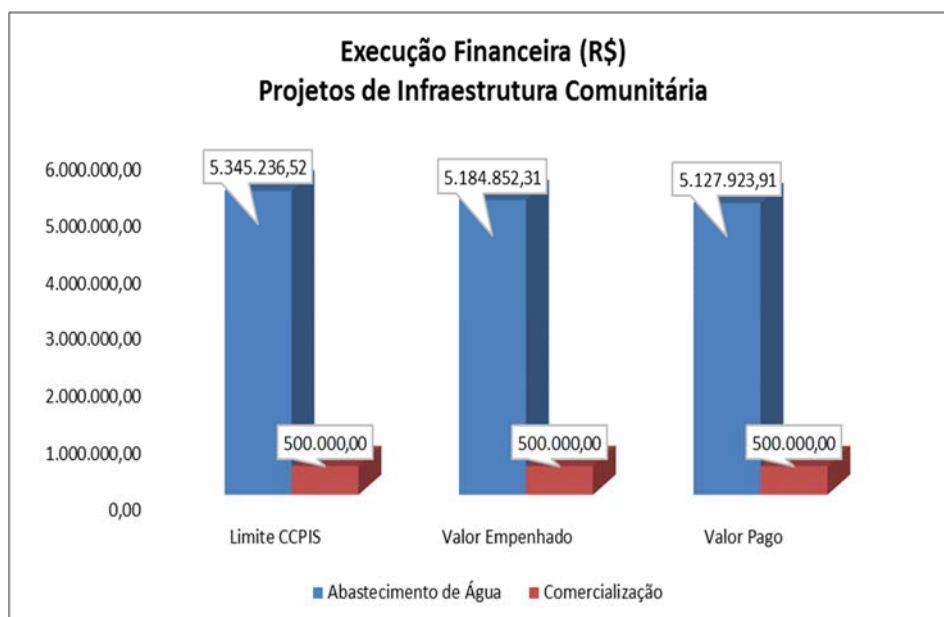
O projeto Aquisição de Estações de Tratamento de Água – ETAs, móveis montadas em reboques e facilmente transportadas para purificação de água de pequenos mananciais, integra o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - Água para todos, que é coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) e faz parte do Plano Brasil Sem Miséria.

O programa foi estruturado a partir da necessidade de universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais não atendidas por este serviço público essencial, atendidas por sistemas de abastecimento deficitários ou, ainda, que recebam abastecimento difuso. O objetivo do projeto é aproveitar um grande número de pequenos mananciais remanescentes para fornecimento de água para consumo humano, através dos carros pipa, evitando a distribuição de água contaminada e reduzindo o trajeto desses veículos.

O projeto de Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar visa colaborar para o fortalecimento da agricultura familiar por meio da disponibilização de veículos e equipamentos que facilitarão o escoamento da produção de acordo com as normas sanitárias pertinentes, diminuindo os riscos de perecibilidade e melhorando a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos adquiridos. Contribui paralelamente para a melhoria da qualidade dos produtos armazenados e distribuídos, beneficiando diretamente as pessoas que participam de programas sociais, assistidos por entidades socioassistenciais beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da atuação direta em 93 municípios beneficiados pelo Programa.

O projeto de Locação, Perfuração e Instalação de 100 Poços Profundos tem por objetivo contribuir para a ampliação do acesso à água para as populações rurais dispersas, e em situação de extrema pobreza, que não sejam beneficiadas do Projeto São José III e Água para todos, tendo sua mobilização e seleção das comunidades realizada pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará – FETRAECE.

Gráfico 12 – Execução Financeira Projetos Infraestrutura Comunitária



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 61 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Comunitária

MAPP	Projetos	Limite CCPIS	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R\$	R\$ (b)	Part (%)	R\$ (c)	Part (%)
341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	4.286.586,52	4.127.923,91	96,30	4.127.923,91	96,30
469	Aquisição de Estações de Tratamento de Água (ETA's) Móveis para Purificação de Água de Pequenos Mananciais	58.650,00	56.928,40	97,06	0,00	0,00
477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar.	500.000,00	500.000,00	100,00	500.000,00	100,00
521	Locação, Perfuração e Instalação de 100 Poços Profundos	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00	1.000.000,00	100,00
522	Implantação de Açudes Inteligentes no Estado do Ceará	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		5.133.800,09	1.754.716,77	34,18	1.197.788,26	23,33

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

4.10.2.2 Inclusão Produtiva Rural

- **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

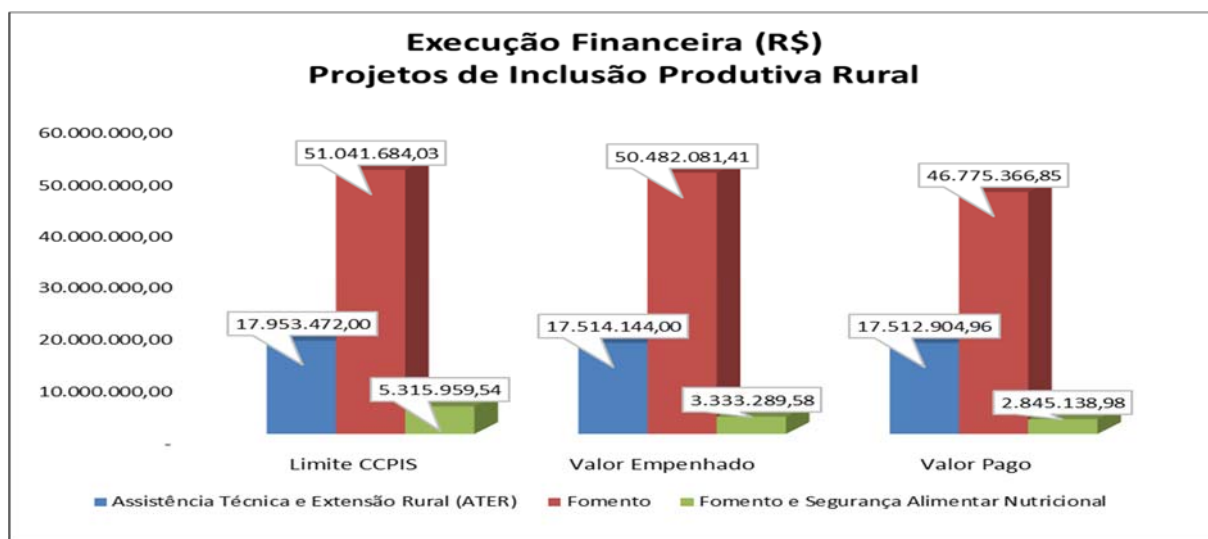
A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho, a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Seu principal objetivo é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

Dentre os pilares que sustentam esta política, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobre tudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre é o elemento central de todas as ações orientadas pela PNATER.

O limite concedido no ano para os projetos de ATER foi de R\$ 17.953.472,00 (dezessete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais). Foi empenhado no período R\$ 17.514.144,00 (dezessete milhões, quinhentos e catorze mil, cento e quarenta e quatro reais) e pago R\$ 17.512.904,96 (dezessete milhões, quinhentos e doze mil, novecentos e quatro reais, e noventa e seis centavos), o que representa um desempenho de 97,55% e 97,55% respectivamente. Nesta categoria destacam-se os projetos Agente Rural e Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.

Gráfico 13 – Execução Financeira Projetos Inclusão Produtiva Rural



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Quadro 62 – Execução Financeira dos Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

MAPP	Projetos	Limite CCPIS	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R\$	R\$ (b)	Part (%)	R\$ (c)	Part (%)
5	Agente Rural	10.553.472,00	10.114.224,00	95,84	10.114.224,00	95,84
41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Assistência Técnica e Extensão Rural Continuada aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	2.400.000,00	2.399.920,00	100,00	2.398.680,96	99,95
183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	5.000.000,00	5.000.000,00	100,00	5.000.000,00	100,00
TOTAL		17.953.472,00	17.514.144,00	97,55	17.512.904,96	97,55

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

- **Fomento**

Os projetos inclusos nesta categoria objetivam o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da disponibilização de recursos físicos e financeiros, que contribuam para o aumento da produção e da produtividade das suas unidades de produção. São complementados com atividades de ATER, capacitação e treinamento.

Dentre os principais projetos dessa categoria, pelo valor semestral disponibilizado, destaca-se o Programa Garantia Safra, que assegura uma renda mínima aos agricultores de base familiar, em caso de perdas iguais ou superiores a 50% da produção em função de estiagem. Contribui, paralelamente, para diminuição do êxodo rural, por reduzir os riscos inerentes à agricultura de sequeiro, e, também, para eliminação das práticas assistencialistas, no trato da população rural, nas ocorrências de seca. Destaca-se, ainda, o Programa Hora de Plantar, que distribui sementes e mudas, de elevado potencial genético, permitindo o aumento da produtividade das culturas, e melhor nível de renda dos beneficiários.

Incluem-se, ainda, nesta categoria, o Projeto Estratégico de Ações Complementares de Governança Fundiária, no Estado do Ceará: Regularização Fundiária Estratégia – I ETAPA, que propõe apoiar e dar suporte ao projeto de ação fundiária do Estado do Ceará, a fim de assegurar a promoção da segurança jurídica do patrimônio fundiário do agricultor familiar, no sentido de garantir a plenitude da malha, para demais programas e ações estratégicas, vistas à governança fundiária e agrária.

Merece também destaque o projeto Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA, que tem como objetivo melhorar o padrão de vida dos agricultores (as) familiares beneficiados, com foco prioritário nos jovens e mulheres, através do aumento da renda, obtida por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas.

O valor disponibilizado para esta subcategoria de projetos foi de R\$ 51.041.648,03 (. Deste valor, foi empenhado R\$ 50.482.081,41 (cinquenta milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, oitenta e um reais, e quarenta e um centavos), correspondendo a um desempenho financeiro de 98,90%, e foram pagos R\$ 46.775.366,85 (quarenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e sessenta e seis reais, e oitenta e cinco centavos), correspondendo a 91,64%. Destacamos, em termos de

valores empenhados e pagos, o projeto Garantia Safra do Ceará, que teve limite de R\$ 25.482.048,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quarenta e oito reais), sendo empenhado 100% deste valor, o qual foi totalmente pago no período.

Quadro 63 – Execução Financeira dos Projetos de Fomento

MAPP	Projetos	Limite CCPIS	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R\$	R\$ (b)	Part (%)	R\$ (c)	Part (%)
2	Aproveitamento hidroagrícola do Castanhão	579.000,00	579.000,00	100,00	447.406,16	77,27
5	Feiras da Socioeconomia Solidárias	800.000,00	800.000,00	100,00	800.000,00	100,00
14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudanças)	9.113.008,00	9.113.008,00	100,00	5.690.463,12	62,44
32		113.401,29	113.401,29	100,00	113.401,29	100,00
61	Titulação de Imóveis Rurais	400.000,00	400.000,00	100,00	400.000,00	100,00
67		1.256.276,07	1.174.273,75	93,47	1.174.273,75	93,47
38	Garantia safra no Ceará	25.482.048,00	25.482.048,00	100,00	25.482.048,00	100,00
56	Projeto Estratégico de Ações Complementares de Governança Fundiária no Estado do Ceará:	456.000,00	456.000,00	100,00	456.000,00	100,00
104	Regularização Fundiária Estratégia – I ETAPA	2.000.000,00	2.000.000,00	100,00	2.000.000,00	100,00
76	Desenvolvimento de Projetos	386.277,25	386.277,25	100,00	386.277,25	100,00
77	Produtivos em	346.212,75	346.212,75	100,00	346.212,75	100,00
78	Reassentamentos, Comunidades Originárias e	329.142,75	226.277,25	68,75	226.277,25	68,75
94	Tradicionais	274.367,25	274.367,25	100,00	274.367,25	100,00
85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas	522.465,64	522.465,64	100,00	522.465,64	100,00
124	Programa de Expansão e Recuperação da Cajucultura	700.000,00	700.000,00	100,00	667.200,00	95,31
337	Projeto Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Prodeter)	130.000,00	130.000,00	100,00	130.000,00	100,00
362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS	100.000,00	100.000,00	100,00	100.000,00	100,00
373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	358.526,44	358.526,44	100,00	358.526,44	100,00
374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	267.210,04	193.518,08	72,42	121.695,84	45,54
390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas	2.511.029,50	2.511.029,50	100,00	2.511.029,50	100,00

418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	32.617,80	32.617,80	100,00	0,00	0,00
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.190.215,89	1.190.215,89	100,00	1.190.215,89	100,00
451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	1.832.138,45	1.832.138,45	100,00	1.832.138,45	100,00
452		670.422,14	381.407,31	56,89	381.407,31	56,89
453		405.393,69	405.393,69	100,00	405.393,69	100,00
454		555.154,08	555.154,07	100,00	555.154,07	100,00
471	Aquisição de máquinas e equipamento para apoio as cadeias produtivas estratégicas dos 13 territórios rurais do Ceará	173.000,00	173.000,00	100,00	173.000,00	100,00
505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	57.777,00	45.749,00	79,18	30.413,20	52,64
514	Projeto João de Barro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		51.041.684,03	50.482.081,41	98,90	46.775.366,85	91,64

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

- **Fomento e Segurança Alimentar e Nutricional**

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), consiste na realização do direito de todos ao acesso regular, e permanente, a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural, e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN – Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

A subcategoria nesse semestre apoiou o projeto de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite. O referido projeto, embora destaque-se a vertente de SAN, têm dupla funcionalidade, pois atua no apoio aos produtores de base familiar, por meio de ações de incentivo à produção, e garantia de venda do produto a preços justos, para a segurança alimentar e nutricional da população beneficiada, fornecendo gratuitamente os produtos adquiridos.

O limite anual para essa categoria foi de R\$ 5.315.959,54 (cinco milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e cinquenta e nove reais, e cinquenta e quatro centavos), dos quais foram empenhados R\$ 3.333.289,58 (três milhões, trezentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e nove reais, e cinquenta e oito centavos), correspondendo a um desempenho financeiro de 62,70%, tendo sido pago R\$ 2.845.138,98 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta e oito reais, e noventa e oito centavos), correspondendo a 53,52%.

Com o estabelecimento das normas da resolução 074/2015, que rege a modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA - Leite, do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, foi modificado os critérios do programa, e com o objetivo de melhorar a execução do programa, foi ministrado seminários de integração com a Secretaria Estadual de Saúde, municípios participantes, fornecedores e parceiros, para debater os novos critérios elencados na resolução. Os recursos liberados no período de referência não foram empenhados e nem pagos em sua totalidade na execução da fonte Fecop sendo priorizado a execução da fonte Federal.

O melhor desempenho financeiro no ano referente aos projetos desta categoria foi do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que empenhou e pagou 100% do

valor programado. Já o Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite empenhou 51,83%, e pagou 39,97% do valor programado para o período.

Quadro 64 – Execução Financeira dos Projetos Segurança Alimentar e Nutricional

MAPP	Projetos	Limite CCPIS	Valor Empenhado		Valor Pago	
		R\$	R\$ (b)	Part (%)	R\$ (c)	Part (%)
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	4.115.959,54	2.133.289,58	51,83	1.645.138,98	39,97
112	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	1.200.000,00	1.200.000,00	100,00	1.200.000,00	100,00
TOTAL		5.315.959,54	3.333.289,58	62,70	2.845.138,98	53,52

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.10.3 Aplicação de Recursos Por Macrorregião

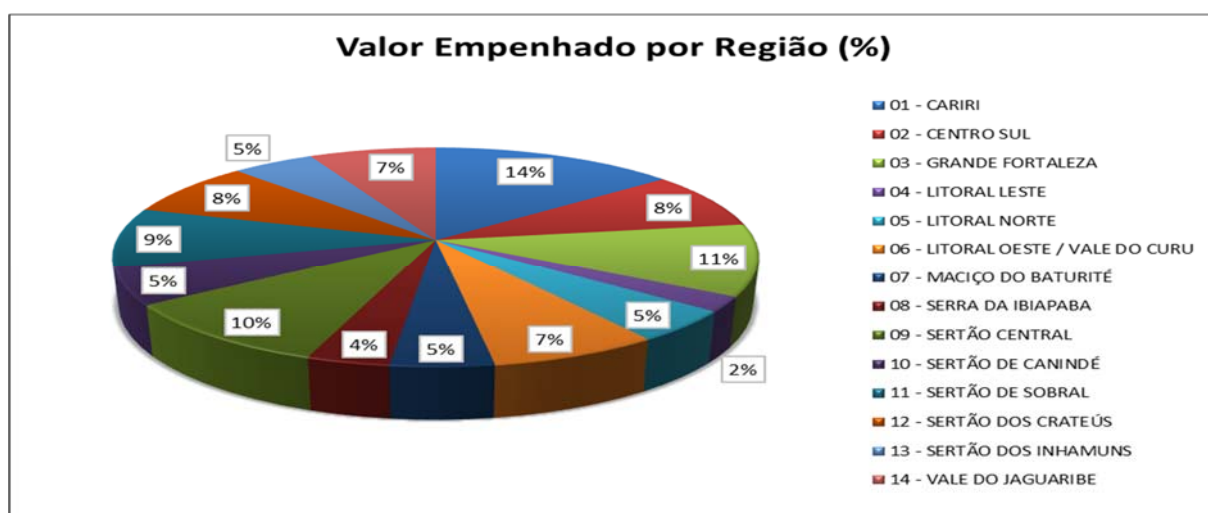
Quadro 65 - Distribuição dos Recursos

Região	Empenhado	(%)	População Beneficiada	(%)
01 - Cariri	11.811.958,83	14,25	217.852	13,98
02 - Centro Sul	6.914.394,03	8,34	146.963	9,43
03 - Grande Fortaleza	8.827.730,89	10,65	93.703	6,01
04 - Litoral Leste	1.820.321,65	2,20	36.186	2,32
05 - Litoral Norte	3.856.936,03	4,65	57.977	3,72
06 - Litoral Oeste / Vale do Curu	6.121.566,61	7,38	104.846	6,73
07 - Maciço do Baturité	3.731.686,99	4,50	77.967	5,00
08 - Serra da Ibiapaba	2.993.592,89	3,61	80.874	5,19
09 - Sertão Central	8.253.868,14	9,96	175.424	11,25
10 - Sertão de Canindé	4.541.542,41	5,48	106.039	6,80
11 - Sertão de Sobral	7.301.290,77	8,81	106.478	6,83
12 - Sertão dos Crateús	6.617.433,63	7,98	147.031	9,43
13 - Sertão dos Inhamuns	3.980.250,95	4,80	75.506	4,84
14 - Vale do Jaguaribe	6.121.880,05	7,39	131.918	8,46
Total	82.894.453,87	100,00	1.558.764	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

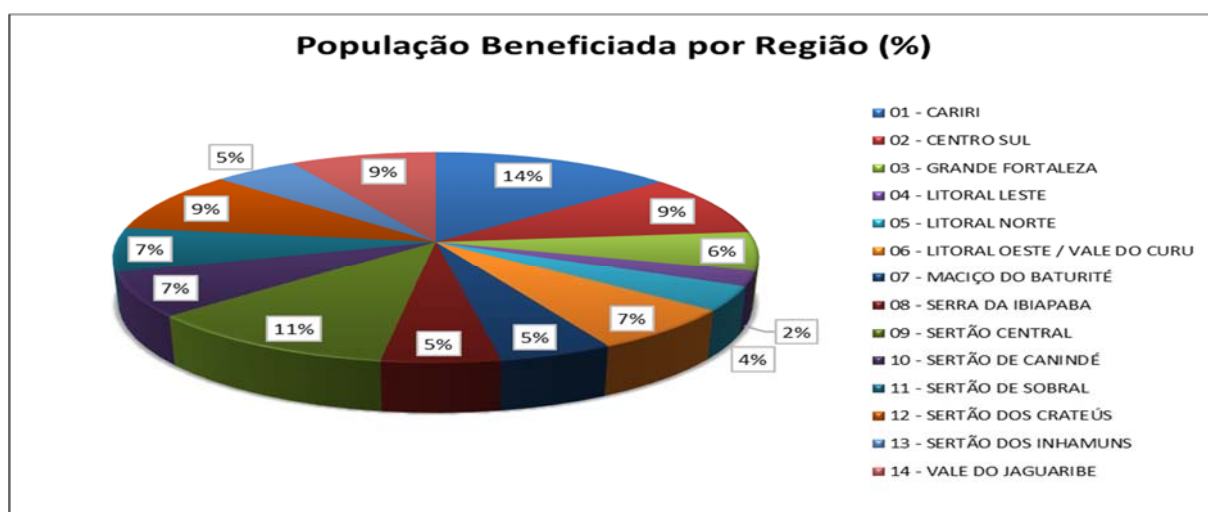
A aplicação de recursos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – DAS, no ano de 2016 é registrada em todas as regiões e municípios do Estado do Ceará, intensificando-se naquelas que apresentam aspectos mais vulneráveis, incluindo os climáticos, como é o caso do Vale do Jaguaribe, Sertão Central, Sertão dos Crateús e da Região do Cariri, que constitui-se na região mais populosa do estado, excluindo-se a Região da Grande Fortaleza, com significativa participação da agricultura familiar no conjunto de estabelecimentos agrícolas.

Gráfico 14 – Valores Empenhados por Região (%)



Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Gráfico 15 – População Beneficiada por Região (%)



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

4.10.4 Principais Resultados/Dificuldades

4.10.4.1 Resultados

- a) prestada Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a 62.290 agricultores familiares, beneficiando um total de 231.506 pessoas;
- b) formados 560 Agentes Rurais nos aspectos tecnológicos, gerenciais e organizacionais das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares;
- c) implantados 875 Módulos Sanitários, beneficiando 875 famílias, em 16 Municípios no âmbito do Projeto São José III;
- d) implantados 21 Sistemas de Abastecimento de Água, beneficiando 11.347 pessoas, em 16 municípios no âmbito do Projeto São José III;
- e) implantados 15 Projetos Piloto de Reuso de Água, beneficiando 60 pessoas, em 03 municípios no âmbito do Projeto São José III;
- f) perfurados 78 poços, beneficiando 10.867 famílias em 26 municípios, no âmbito do Projeto São José III;
- g) implantados 1.300 projetos de modernização da produtiva da Unidade de Produção Familiar (UPF), e sua inclusão nas cadeias produtivas dos municípios dos respectivos estabelecimentos rurais agrícolas;
- h) realizadas 249.848 inscrições de agricultores familiares do Programa Garantia Safra; Modernizada 54 Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos;
- i) beneficiadas 2.394 famílias, com atividades de Assessoria Técnica Contínua, correspondendo a 9.864 pessoas no âmbito do Projeto Paulo Freire;
- j) adquiridas 3.217 toneladas de sementes selecionadas das culturas de milho e sorgo aos agricultores beneficiados do Programa Hora de Plantar;
- l) adquiridas 6.950.000 raquetes de palma forrageira aos agricultores beneficiados do Programa Hora de Plantar;
- m) beneficiadas 240 famílias com a tecnologia de substituição de copas em 1.794 ha de cajueiro improdutivo;
- n) realizada titulação de 5.283 imóveis nas regiões de planejamento do Estado do Ceará âmbito do Projeto de Titulação de Imóveis Rurais;
- o) realizada titulação de 5.283 imóveis nas regiões de planejamento do Estado do Ceará âmbito do Projeto de Regularização Fundiária Estratégica;

- p) adquiridas 05 estações de tratamento de água móveis, para purificação de água de pequenos mananciais;
- q) adquiridos e distribuídos 5.955.944 litros de leite bovino pasteurizado tipo C;
- r) adquiridos e distribuídos 37.046 litros de leite caprino padronizado;
- s) beneficiados 1.280 pessoas em acompanhamento técnico no âmbito do projeto de fortalecimento da cadeia produtiva da apicultura;
- t) beneficiados 3.092 agricultores (as) familiares para aquisição de produtos da agricultura familiar no Programa de Aquisição de Alimentos;
- u) beneficiados 1.096 entidades socioassistenciais com doação de alimentos de produtos da agricultura familiar no Programa de Aquisição de Alimentos.

4.10.4.2 Dificuldades

- a) demora na aprovação e publicação da Lei autorizativa dos projetos produtivos, acarretando consequente atraso na elaboração dos convênios de despesa junto às associações beneficiárias dos projetos FECOP;
- b) dificuldade na fiscalização da execução de projetos executivos de Sistemas de Abastecimento de Água Simplificado oriundas do Projeto São José III, ocasionada por falta de pessoal das Colaboradoras;
- c) a qualidade das prestações de contas apresentadas pelos convenientes ocasiona demora na liberação das parcelas dos convênios de despesa, por estarem condicionadas à aprovação das mesmas;
- d) inadimplência por parte das Entidades conveniadas, restringindo o repasse de recursos;
- e) intervalo entre o término e reinício do período de concessão de bolsas de Agentes Rurais;
- f) extrema irregularidade da quadra chuvosa;
- g) demora por parte das empresas contratadas na apresentação das medições de execução;
- h) atraso na evolução das etapas de inscrição, seleção e adesão do Garantia Safra;
- i) atraso na evolução das etapas de cadastro, georeferenciamento e titulação dos imóveis;
- j) falta de capacitação inicial e continuada dos bolsistas de transferência tecnológica;
- l) cancelamento de bolsas sem a substituição imediata;

- m) desabastecimento de leite provocado pela estiagem; Atraso e/ou demora por parte das empresas contratadas na apresentação de ajustes dos planos de negócios;
- n) atraso e/ou demora na regularização fiscal dos cartórios junto aos órgãos federais, estaduais e municipais;
- o) atraso e/ou demora na obtenção das licenças ambientais junto à SEMACE;
- p) atraso e/ou demora nos repasses dos recursos federais ocasionado pela necessidade de ajustes técnicos nos projetos;
- q) atraso e/ou demora na formalização de convênios de receita;
- r) atraso e/ou demora no processo de contratação de empresas licitadas, devido ausência de documentação necessária;
- s) atraso e/ou demora na liberação de recursos por parte da Caixa Econômica Federal no que se refere aos contratos de repasse.

4.11 Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

4.11.1 Aspectos Gerais

A Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, possui dois órgãos setoriais contemplados com os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, a saber: a Companhia de Habitação do Ceará – COHAB, e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

A Companhia de Habitação do Ceará – COHAB, ao longo de sua existência, teve por missão de proporcionar moradia digna à população de baixa renda, para enfrentamento do déficit habitacional, e da inadequação domiciliar, voltada para famílias de baixa renda, aprovadas nos critérios previamente estabelecidos em programas habitacionais, no âmbito estadual e federal.

Para alcançar os objetivos pretendidos, em 2015, a COHAB/CE, no seu primeiro projeto, junto ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, contou com os recursos na ordem de R\$ 476.986,95 (quatrocentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta e seis reais, e noventa e cinco centavos), para análise, cadastramento, coleta de documentação e regularização dos loteamentos junto aos cartórios.

Para que neste exercício de 2016, possa vir a concluir a regularização fundiária, através da entrega dos títulos de propriedade aos mutirantes, que atualmente ocupam as unidades habitacionais dos conjuntos Curió e São Bernardo, a Companhia contou com a continuação do projeto junto ao FECOP, com os recursos na ordem de R\$ 814.923,24 (oitocentos e quatorze mil, novecentos e vinte e três reais, e vinte e quatro centavos), assim buscando reduzir as desigualdades sociais de 2.026 famílias, e proporcionar o acesso a propriedade imobiliária, beneficiando 8.347 pessoas.

Convém registrar que a execução financeira da COHAB, no exercício de 2015, foi de R\$ 463.320,42 (quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e vinte reais, e quarenta e dois centavos), correspondendo a 97,13% do valor total dos recursos programados, ou seja, sobraram, ainda, R\$ 13.666,53 (treze mil, seiscentos e sessenta e seis reais, e cinquenta e três centavos), ampliando, assim, o limite do exercício subsequente, o qual passou a ser de R\$ 828.589,77 (oitocentos e vinte e oito mil, quinhentos e oitenta

e nove reais, e setenta e sete centavos).

Neste exercício de 2016, foram empenhados e pagos o valor de R\$ 329.681,09 (trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e u reais, e nove centavos), correspondendo a 65,35%% do valor total dos recursos programados. Ressalta-se, ainda, que este projeto tem como fonte de financiamento somente os recursos do FECOP.

Quadro 66 – Execução Financeira da COHAB

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
2016 - Regularização							
Fundiária e Titularização							
1	41	dos Imóveis Construídos em Regime de Mutirão, pela COHAB-CE	504.478,95	329.681,09	65,35	329.681,09	65,35
Total			504.478,95	329.681,09	65,35	329.681,09	65,35

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, tem a missão de propor políticas públicas, para o desenvolvimento sustentável do Ceará, por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas, e da assessoria ao Governo do Estado, em suas decisões estratégicas.

Neste contexto, o IPECE propôs a realização da Pesquisa Regional por Amostra de Domicílios do Estado do Ceará (PRAD-CE), que consiste em um levantamento socioeconômico sobre as famílias cearenses, permitindo o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, voltadas para o combate à pobreza e a inclusão social.

A PRAD-CE irá coletar, a cada dois anos, informações sobre saúde, educação, segurança, assistência social, pobreza, trabalho e renda, além das características dos domicílios e dos indivíduos, tendo representatividade estatística para o Estado do Ceará, em nível de zona urbana e rural, assim como, para as suas regiões de planejamento.

Destaca-se que os dados gerados, na referida pesquisa, também possibilitarão o monitoramento de indicadores sociais, definidos no Plano Plurianual (2016-2019), permitindo o acompanhamento das metas ali estabelecidas, para cada uma das quatorze regiões de planejamento.

Para alcançar os objetivos pretendidos, o IPECE contará durante os anos de 2016 e 2017 com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, da ordem de R\$ 1.380.177,80 (um milhão, trezentos e oitenta mil, cento e setenta e sete reais, e oitenta centavos), que viabilizarão a pesquisa PRAD-CE. Estes recursos fazem parte do MAPP nº 87. Ressalta-se que no ano de 2016 não houve execução financeira do projeto.

Quadro 67- Execução Financeira do IPECE

N°	Mapp	Projeto	Limite anual (R\$)		Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	% pago
			2016	2017	empenhado em 2016	empenhado (2016)	pago (2016)	(2016)
1	87	Pesquisa Regional						
		por Amostra de	26.825,84	1.353.351,96	0,00	0,00	0,00	0,00
		Domicílios (PRAD-CE)						
		Total	26.825,84	1.353.351,96	0,00	0,00	0,00	95,60

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Como justificativa, para a não execução financeira, até o presente momento, cita-se que, ainda, não foi formalizado o convênio do IPECE, com o IBGE, para o desenvolvimento do Plano Amostral da Pesquisa, uma vez que o IBGE tem experiência na implementação de planos amostrais e métodos de ponderação de pesquisas socioeconômicas. Ressalta-se que os recursos no valor de R\$ 26.825,84 (vinte e seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais, e oitenta e quatro centavos) serão aplicados na aquisição de passagens e diárias, assim como de cursos (no âmbito do convênio), visando à capacitação de técnicos do IPECE, na área de amostragem.

4.11.2 Desenvolvimento

A Companhia de Habitação do Ceará – COHAB, através de projeto estruturante de habitação, visa concluir a regularização fundiária dos mutirões habitacionais. Em cumprimento a Lei nº 13.620, de 15 de julho de 2005, que regulamenta a matéria,

possibilitará a entrega dos títulos de propriedade às famílias que receberam habitação, dentro dos critérios estabelecidos para população carente e de baixa renda, permitindo a realização da inclusão social no contexto urbano da cidade, para 2.026 imóveis mutirantes, de 02 (dois) conjuntos habitacionais: Curió e São Bernardo, que receberão, por doação, seus imóveis, através de escritura de doação, e posterior registro imobiliário. Com isto a COHAB visa, principalmente, garantir aos mutirantes dos conjuntos habitacionais Curió e São Bernardo, erigidos nas décadas de 80 e 90, o direito de propriedade de seus imóveis, regulamentado através da Lei nº 13.620/2005, cuja regularização fora reprimida há 20 (vinte) anos, onde o título de propriedade garante o direito a sucessão hereditária, o valor imobiliário, além de inclusão no contexto urbano da cidade.

Assim, os objetivos visados foram: promover a segurança jurídica do patrimônio fundiário de famílias de baixa renda, contribuindo para inclusão social destas famílias, bem como a inclusão dos imóveis no contexto urbano da cidade; atualização cadastral dos ocupantes dos imóveis em questão; identificação da atual situação do imóvel e seu ocupante; regularizar a situação fundiária dos loteamentos; possibilitar a titularização dos imóveis construídos em regime de mutirão para posterior registro.

O orçamento total deste projeto é de R\$ 504.478,95 (quinhentos e quatro mil, quatrocentos e setenta e oito reais, e noventa e cinco centavos), sendo executado de R\$ 329.681,09 (trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais, e nove centavos), que corresponde a 65,35% do valor planejado para o ano.

Quadro 68 - Execução Financeira

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Valor empenhado	%	Valor pago	%
2016 - Regularização Fundiária							
1	41	e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Mutirão, pela COHAB-CE	504.478,95	329.681,09	65,35	329.681,09	65,35
Total			504.478,95	329.681,09	65,35	329.681,09	65,35

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

No contexto deste projeto, contou-se com a execução de uma atividade/produto: Emissão das escrituras de Doação, baseada na análise da documentação

previamente solicitada pela COHAB, junto aos seus mutirantes, visando atualização de seus respectivos cadastros e emissão das escrituras de doações, para posterior registro.

No tocante ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, a pesquisa é motivada pela demanda de informações socioeconômicas, por parte do Governo do Estado, e tem, como objetivo, o cálculo e a análise de indicadores, que subsidiem o planejamento, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de combate à pobreza no Ceará.

Com a PRAD-CE, os técnicos do Governo do Estado do Ceará terão informações disponíveis, em nível de regiões de planejamento, permitindo, assim, conhecer as condições demográficas, sociais, educacionais, de saúde, entre outras, da população. Tais informações serão extremamente úteis, na identificação de necessidades dos cearenses, na formulação e no acompanhamento das políticas públicas, pois preencherá graves lacunas existentes nas pesquisas e indicadores atualmente disponíveis.

Dentre estas lacunas, destacam-se:

- Falta de informações, que permitam avaliar a eficácia e a efetividade da Política Estadual de Combate à Pobreza, realizada por meio do financiamento de projetos pelo FECOP;
- Ausência de informações desagregadas, em nível das regiões de planejamento, que permitam o monitoramento dos resultados das políticas públicas desenvolvidas, no âmbito do Plano Plurianual (PPA).

A partir das informações socioeconômicas obtidas, com a realização da PRAD-CE, será possível elaborar estudos de diagnóstico, para subsidiar a formulação de políticas públicas de combate à pobreza. Estes estudos de diagnóstico possibilitarão traçar o perfil da população pobre, para a caracterização das múltiplas dimensões da pobreza, com o objetivo de relacionar as intervenções propostas com o diagnóstico realizado.

4.11.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados em 2016, no valor de R\$ 329.681,09 (trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais, e nove centavos), tem-se que a Região Metropolitana de Fortaleza como foco do projeto, contando com aporte de 65,35%, porém, embora busque beneficiar um total de 8.347 pessoas, não se pode ainda mensurar a população beneficiada com as etapas iniciais, de regularização fundiária, executadas, mas somente com a entrega das escrituras devidamente registradas em cartório, ação prevista para o exercício de 2017, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 69 – Distribuição dos Recursos Aplicados COHAB

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	329.681,09	65,35%	0,00	0,00%
TOTAL	329.681,09	65,35%	0,00	0,00%

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

A concentração de recursos na RMF pode ser justificada dada a localização dos dois conjuntos habitacionais erguidos em regime de mutirão (Curió e São Bernardo), focos do projeto, situados dentro da macrorregião mencionada.

Quanto ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, no ano de 2016, não foram aplicados recursos financeiros de forma regionalizada, uma vez que as atividades a serem desenvolvidas, correspondentes à elaboração de: uma minuta de convênio a ser celebrado entre o IPECE e o IBGE; um plano amostral da pesquisa; um instrumento de coleta de dados (modelo de questionário); um edital para contratação da empresa responsável pela coleta de dados, não tiveram êxito, portanto, sem nenhum beneficiário.

4.11.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.11.4.1 Companhia de Habitação do Ceará – COHAB

Resultados

- a) atualização cadastral dos ocupantes dos imóveis;
- b) digitação e tabulação dos dados para montagem dos dossiês dos mutirantes;
- c) análise da documentação e verificação de pendências. Contato direto com o mutirante interessado;
- d) elaboração das escrituras de doação dos imóveis dos mutirantes mediante o deferimento de seus pedidos.

Dificuldades

- a) ausência dos ocupantes, de alguns imóveis, nos horários visitados, para coleta da documentação pessoal, a fim de instruir processo de doação e emissão do título;
- b) imóveis reparticionados, dificultando a identificação e a coleta de documentação;
- c) documentação entregue de forma incompleta, por parte do mutirante;
- d) demora da aprovação da lei das isenções de IPTU, para posterior emissão da respectiva certidão, necessária a lavratura da escritura, como também, a emissão da certidão de ITCD, junto a SEFAZ, que vem sendo emitida regularmente, mas ainda não fora concluído o processo.

4.11.4.2 Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Resultados

- a) Elaboração do plano amostral inicial;

Dificuldades

O convênio entre o IPECE e o IBGE, para realização do plano amostral definitivo, não foi realizado dentro do prazo previsto. O IPECE elaborou a minuta do convênio, e submeteu, para apreciação do IBGE, que respondeu, oficialmente, sobre a impossibilidade de apoio a este projeto.

4.12 Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

4.12.1 Aspectos Gerais

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, tem como missão contribuir para a elevação da qualidade de vida da população cearense, sobretudo dos segmentos socialmente vulnerabilizados, através da coordenação e execução das Políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional.

Para alcançar os objetivos pretendidos, contou-se com os recursos complementares do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, na ordem de R\$ 71.845.845,65, (Setenta e um milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco reais, e sessenta e cinco centavos), que viabilizaram o atendimento a 794.418 pessoas, por meio da execução de 35 projetos que contemplam serviços e ações de enfrentamento à pobreza.

Convém registrar que o índice de execução financeira da STDS, em 2016, foi de 94,83% do valor total dos recursos programados para o ano. Tais recursos suplementaram as destinações orçamentárias da União, e financiaram integralmente a implementação das ações orçamentárias programadas de enfrentamento à pobreza, seja na forma de contrapartida, de transferência direta aos municípios via convênios, cofinanciamento, ou como repasse a organizações não governamentais que desenvolvem projetos em parceria com esta setorial.

Do total de projetos financiados, 22 (vinte e dois) são voltados para a área de Assistência Social, 11(onze) de Inclusão Produtiva de seus beneficiários, através de ações de capacitação/fomento, e, por último, 02(dois) destinados à Infraestrutura Comunitária. Também é importante frisar que a maioria dos projetos aprovados no período em análise é de continuidade, excetuando os três projetos voltados para a construção ou reforma das unidades de medidas socioeducativas.

Ressalta-se, ainda, que a maioria dos projetos em execução tem como fonte de financiamento somente os recursos do FECOP, com exceção do Projeto de

Construção da Unidade de Medidas Socioeducativas de Internação no município de Juazeiro do Norte, fruto da parceria entre o Governo do Estado com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. O montante do recurso aportado pelo órgão federal, para o ano de 2016, foi de R\$ 1.857.483,39 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais, e trinta e nove centavos), o que corresponde a 2,73% do orçamento total do FECOP destinados à STDS.

Quadro 70 - Recursos Aprovados pelo CCPIS/Limites Financeiros/Empenhados/Pagos

Mapp	Projeto	Limite anual Aprovado pelo CCPIS	Valor Empenhado	%	Valor pago	%	População Beneficiada
08/40	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	2.152.000,00	2.152.000,00	100%	2.152.000,00	100%	4.288
		348.000,00	348.000,00	100%	348.000,00	100%	54
14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	263.105,51	87,70%	256.804,08	85,60%	43
15	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00	4.983.446,42	99,67%	4.961.416,92	99,23%	185
17	Polos de Convivência e	6.400.000,00	6.320.003,09	98,75%	6.319.893,19	98,75%	4.500

Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Círcos e CIP's)									
18	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	1.930.629,30	99,01%	1.903.706,04	97,63%	606		
19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	2.185.654,13	99,35%	2.185.654,13	99,35%	4.973		
Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)									
23		1.100.000,00	1.100.000,00	100%	1.095.500,00	99,59%	586		
23	Juventude Empreendedora	859.999.99	859.999.99	100%	859.999.99	100%	7.410		
Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF									
25		7.300.000,00	7.300.000,00	100%	7.223.500,00	98,95%	536.630		
26	Artesanato Competitivo	1.000.000,00	1.000.000,00	100%	1.000.000,00	100%	3.540		
29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência	6.100.000,00	6.004.291,95	98,43%	5.988.349,21	98,17%	3.220		

Especializados da
Assistência Social
– CREAS

43	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00	1.924.455,71	98,69%	1.818.047,31	93,23%	90
44	Primeiro Passo	6.000.000,00	5.993.202,34	99,89%	5.971.048,43	99,52%	2.924
65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	498.800,59	99,76%	498.800,59	99,76%	419
87	Construção do abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	25.317,85	25.009,84	98,78%	25.009,84	98,78%	93
88	Construção e aquisição de equipamentos para o Abrigo de Idosos	269.785,69	266.812,85	98,90%	266.812,85	98,90%	90
93	CE – Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão produtiva: qualificação profissional)	6.500.000,00	6.500.000,00	100%	6.500.000,00	100%	2.982

130	Fortalecimento do Artesanato do Cariri	500.000,00	500.000,00	100%	500.000,00	100%	1.050
170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no município de Juazeiro do Norte	700.244,37	683.443,64	97,60%	683.443,64	97,60%	90
181	Geração Livre	100.000,00	100.000,00	100%	100.000,00	100%	33
211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	1.143.354,00	1.143.354,00	100%	1.143.354,00	100%	115
222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	3.181.959,50	3.170.839,93	99,65%	3.170.839,93	99,65%	715
237	Aquisição de equipamentos para as unidades socioeducativas no município de Juazeiro do Norte	1.242.028,96	1.242.028,96	100%	952.843,46	76,72%	90
238	Aquisição de equipamentos	1.754.996,96	1.746.814,98	99,53%	1.163.993,24	66,32%	90

	para as unidades socioeducativas de Sobral.								
	Estrutura do Acesso, área de lazer e paisagismo do Abrigo de Idosos	438.000,00	437.603,14	99,91%	164.950,74	37,66%	90		
	Recuperação de instalações físicas de unidades de atendimento para desenvolvimento de inclusão social de jovens – Ceará Pacífico	141.000,00	120.552,41	85,50%	120.552,41	85,50%	639		
240									
241									
	Apoio as unidades de proteção social especial Renascer, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio)	1.251.559,61	1.187.258,87	94,86%	1.186.719,11	94,82%	376		
254									
	Implantação de espaços lúdicos para o desenvolvimento infantil – Praça Mais Infância,	4.053.817,50	1.452.949,68	35,84%	760.979,00	18,77%	78.625		
249									

brinquedo praça e
Brinquedocreche

258	Política Integrada de economia solidária	600.000,00	86.057,56	14,34%	86.057,56	14,34%	180
262	Sociedade Justa e segura	1.244.223,06	1.228.002,97	98,70%	1.207.550,96	97,05%	200
296	Construção do centro de comercialização das rendeiiras da prainha	444.974,36	296.133,15	66,55%	296.133,15	66,55%	1
307	Primeiro Passo-estagiários TRE	1.594.583,80	1.591.094,05	99,78%	1.588.152,66	99,60%	1.296
312	Atendimento ao Trabalhador em situação de vulnerabilidade social	3.000.000,00	2.990.417,65	99,68%	2.990.417,65	99,68%	136.605
330	Garantindo a Acessibilidade- inclusão produtiva: qualificação profissional	500.000,00	500.000,00	100%	500.000,00	100%	150
TOTAL		71.845.845,65	68.131.962,71	94,83%	65.990.530,09	91,85%	792.978

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.12.2 Desenvolvimento

No decorrer do ano de 2016, o FECOP proporcionou o apoio para vários projetos agrupados por eixo de atuação, conforme se segue:

Proteção Social Básica (Ação Preventiva)

Os projetos da Proteção Social Básica são prestados de forma articulada às seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social, por meio da inclusão dos beneficiários, e de suas famílias, nos serviços socioassistenciais, e de outras políticas setoriais. Tal estratégia fortalece as potencialidades familiares e amplia o leque de oportunidades, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

Registra-se, ainda, as ações dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, implementadas através dos projetos voltados para idosos, deficientes, crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, dentre outros.

Nesse contexto, evidencia-se o projeto Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais, cujo objetivo é fortalecer a cidadania de crianças e adolescentes, na faixa etária de 6 a 17 anos, através de ações que visem o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

As ações são ofertadas nos contraturnos da escola, de forma que os usuários possam ter um atendimento complementar à jornada escolar, desenvolvendo atividades de esporte, arte e cultura, informática, dentre outras. O referido projeto é executado em parceria com entidade comunitária, e busca a participação de representantes da sociedade civil, e a divisão de responsabilidades na solução dos problemas vivenciados pelo público alvo.

As ações voltadas à prática esportiva em diversas modalidades, como futebol, voleibol e futsal, juntamente às de arte e cultura, mobilizaram 5.575 crianças e adolescentes. Observa-se que os esportes coletivos contribuem para a melhoria da

autoestima e fortalecem o espírito de equipe, de disciplina e de tolerância à frustração, além de atuar como uma ferramenta de socialização positiva, para aumentar a rede social do adolescente.

Com o mesmo foco, destaca-se o projeto Inclusão Social com Arte Esporte e Educação, que se caracteriza como uma unidade pública integrante da rede socioassistencial com função de proteção social básica junto às crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Tendo como objetivo prevenir os riscos sociais, através da implementação de estratégias de arte-cultura, esporte e qualificação profissional, para o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No período em análise foram capacitados 363 adolescentes em cursos de cabeleireiro, corte e costura, arte decorativa, biscuit e artes plásticas. Também foi ofertada a capacitação para 287 jovens em cursos informática, visando fortalecer a sua condição de empregabilidade.

Além disso, foi implementado o projeto Concessão de Vales Transportes, que beneficiou 419 pessoas, possibilitando o deslocamento dos usuários a tratamentos de saúde e a frequência escolar.

Por fim, vale destacar o projeto voltado para o cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Esta ação se constitui como um dos principais serviços que formam a rede de proteção social de assistência social. O projeto é desenvolvido junto as famílias socialmente vulneráveis, em decorrência da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social, residentes nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

No período em análise foram atendidas 130.250 famílias vulneráveis referenciadas em 181 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, em 159 municípios do Ceará,

sendo 01 (um) para cada município, e 23 (vinte e três) para a metrópole Fortaleza. O cofinanciamento é concretizado através do repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Esta área de trabalho recebeu apoio financeiro do FECOP para execução de 06 projetos, com o orçamento anual de R\$ 23.503.817,50 (vinte e três milhões, quinhentos e três mil, oitocentos e dezessete reais, e cinquenta centavos), dos quais foram aplicados R\$ 20.788.036,79 (vinte milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trinta e seis reais, e setenta e nove centavos), que representa 99,55% do planejado.

Quadro 71 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Proteção Social Básica

MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual R\$	Valor Empenhado R\$	%	Valor Pago R\$	%	População Beneficiada
17	Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP'S)	6.400.000,00	6.320.003,09	98,75%	6.319.893,19	98,75%	4.500
18	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	1.930.629,30	99,01%	1.903.706,04	97,63%	606
19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	2.185.654,13	99,35%	2.185.654,13	99,35%	4.973
23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	1.100.000,00	1.100.000,00	100%	1.095.500,00	99,59%	586
25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	7.300.000,00	100%	7.223.500,00	98,95%	536.630
65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	498.800,59	99,76%	498.800,59	99,76%	419
249	Implantação de espaços lúdicos para o desenvolvimento infantil – Praça Mais	4.053.817,50	1.452.949,68	35,84%	760.979,00	18,77%	78.625

Proteção Social Especial

Os projetos de Proteção Social Especial, na esfera do FECOP, estão direcionados aos serviços de acolhida e abrigamento de crianças, adolescentes, idosos e mulheres vítimas de violência. E, ainda, aos serviços de proteção social de média complexidade, destinados a crianças e adolescentes em situação de rua e jovens em conflito com a lei.

No tocante as ações de abrigamento, merece destaque o projeto “Idoso Sujeito Pleno”, que garante proteção integral às pessoas idosas com direitos ameaçados ou violados. Em 2016, o Abrigo dos Idosos atendeu 90 idosos em regime integral, com direitos ameaçados ou violados, vítimas de abandono, violência ou maus-tratos, com vínculos familiares rompido ou fragilizados, quando esgotadas todas as possibilidades de suprir seu próprio sustento e convívio harmônico com os familiares.

O atendimento foi prestado de forma sistemática e personalizado, conforme orienta a tipificação dos serviços socioassistenciais, na perspectiva do desenvolvimento das condições para a conquista da independência e o autocuidado, e também para promoção do acesso à renda e convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência. Apesar dos esforços empreendidos pela equipe técnica da unidade, no tocante as ações de resgate dos vínculos familiares e comunitários, nenhum idoso retornou para a família, considerando a inexistência ou fragilidade dos laços familiares.

A unidade proporcionou aos acolhidos o acesso à rede socioassistencial com 73 (setenta e três) encaminhamentos. Além disso, foram executadas várias ações na área da saúde, tais como: administração de medicamentos, medição da pressão arterial, pequenos curativos, controle de temperatura, atendimento fisioterápico, dentre outros. Registra-se, ainda, o engajamento de 02(dois) idosos no curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Igualmente, ocorreram 34 visitas domiciliares às famílias dos abrigados, 1.586 atendimentos psicológicos individuais, e 218 atendimentos familiares.

Além das atividades supracitadas, foram oportunizadas aos idosos diversas ações de cunho socioculturais, educativas e de lazer como: acompanhamento pedagógico, oficina de memórias, oficinas de artesanatos, pinturas livres, atividades religiosas, atividades físicas, musicalidades, reminiscências, passeios, festividades em datas comemorativas dentre outras. Essas atividades contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos idosos, e estimulam a integração do grupo na convivência comunitária e familiar.

Ressaltamos, ainda, o avanço nas parcerias realizadas com as demais instituições públicas e privadas, dentre as quais podemos destacar as Organizações Não Governamentais como: Risonho e Sorriso Grisalho (UFC), que realizam um trabalho sistemático na unidade, respectivamente nas áreas de esporte e odontologia. Outra grande conquista foi o atendimento voluntário prestado, quinzenalmente, pelo médico dermato/infectologista na Unidade.

Informa-se que a unidade adquiriu uma ambulância zero km para o transporte dos usuários, quando da ocorrência de urgências e emergências de saúde, sendo esta uma grande conquista que melhorará significativamente o padrão de atendimento aos usuários.

Na mesma direção são financiadas ações de manutenção dos abrigos Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC / Tia Júlia. Estas unidades de acolhimento atendem a crianças e adolescentes encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude e, excepcionalmente, pelos órgãos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes (como Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, entre outros), que se encontram em situação de risco pessoal e social, na condição de abandono ou temporariamente impossibilitadas de permanecer com a família, enquanto são tomadas medidas de retorno ao lar ou de possível adoção, no caso de não haver possibilidade de retorno à família biológica.

O Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC, atende crianças, adolescentes e adultos com deficiência mental que se encontra em situação de ameaça e/ou violação de direitos, cujos vínculos familiares foram rompidos ou estejam fragilizados.

Durante o ano de 2016, foram acolhidos 93 usuários. O trabalho de manutenção do vínculo familiar e comunitário foi realizado pela equipe técnica da unidade, que atendeu a 37 (trinta e sete) acolhidos, e, como resultado deste trabalho, 03 (três) retornaram ao convívio familiar.

A unidade promoveu diversas atividades de integração como passeios, musicalidades, confraternizações nas datas comemorativas, além de cursos e oficinas, como: teatro, pintura, bijuteria, reciclagem de brinquedos etc. O desenvolvimento dessas atividades estimula a capacidade intelectual, física e motora dos usuários. Deve-se ressaltar que do total de acolhidos, 02(dois) adultos estão engajados no mercado de trabalho e 10 (dez), frequentam a oficina de AVD (Atividade de Vida Diária).

Foram realizadas ainda visitas institucionais e domiciliares, 240 (duzentos e quarenta) atendimentos familiares, e mais de dois mil atendimentos de saúde, além do engajamento de 48 (quarenta e oito) crianças, adolescentes e adultos na escola. Este ano a unidade adquiriu uma Van Sprinter zero km para o transporte dos usuários, sendo uma grande conquista que melhorará significativamente o atendimento aos mesmos.

Vale salientar que, por determinação do Ministério Público, o serviço de acolhimento é ofertado em dois prédios distintos, partes de um único complexo. Um destinado ao atendimento às crianças e adolescentes e o outro destinado ao público adulto.

O Abrigo Tia Júlia é uma unidade destinada ao acolhimento de crianças, que se encontram em situação de ameaça ou violação de direitos, na condição de abandonados, ou impossibilitados de permanecerem com seus familiares. Em 2016 foram acolhidas 92 (noventa e dois) crianças. A equipe técnica realizou várias visitas domiciliares e institucionais e mais de seiscentos atendimentos familiares, visando resgatar o convívio familiar e comunitário dos acolhidos, obtendo como resultado 7 (sete) retornos familiares e 14 (catorze) adoções.

Durante esse período, as crianças participaram de atividades de lazer e cultura, e tiveram seus direitos garantidos com relação às políticas públicas de saúde,

educação e assistência social. Registra-se que 48 (quarenta e oito) foram engajadas na escola, participando ativamente da vida comunitária. Na saúde, as crianças tiveram prioridade nos atendimentos, que totalizaram mais de dois mil.

Cita-se, ainda, o Projeto Apoio as Unidades de Proteção Social Especial (Abrigos descentralizado Renascer, Nova Gianna, Casa da Criança e outros), totalizando 09 unidades de acolhimento, cujo propósito é assegurar proteção integral às crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados, que necessitam ser retirados da família.

Durante o ano de 2016, os serviços prestados pelas unidades de acolhimento foram desenvolvidos de forma satisfatória, abrangendo diversas atividades artísticas, culturais, educativas e de lazer, proporcionando aos acolhidos momentos de diversão, descontração e estímulo de suas habilidades. No período foram atendidas 376 pessoas, conforme segue:

1. Abrigo Casa da Criança acolheu 21 crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 7 a 12 anos, com direitos ameaçados ou violados. O trabalho de manutenção do vínculo familiar foi realizado com 13 usuários, tendo como êxito o retorno familiar de 5 crianças além de 2 adoções;
2. Abrigo Santa Gianna acolheu 30 crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 7 a 12 anos, com direitos ameaçados ou violados. O trabalho de manutenção do vínculo familiar foi realizado com 15 usuários, tendo como êxito o retorno familiar de 5 crianças;
3. A Casa Abrigo acolheu 127 crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 12 anos, com direitos ameaçados ou violados. O trabalho de manutenção do vínculo familiar foi realizado com 49 usuários, tendo como êxito o retorno familiar de 40 crianças atendidas e 6 adoções;
4. Abrigo Nossa Casa acolheu 27 adolescentes, do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos, com direitos ameaçados ou violados. O trabalho de manutenção do

vínculo familiar foi realizado com 8 usuários, tendo como êxito o retorno familiar de 2 adolescentes;

5. Abrigo Nova Vida acolheu 35 adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 anos, com direitos ameaçados ou violados. O trabalho de manutenção do vínculo familiar foi realizado com 10 usuárias, tendo como êxito o retorno familiar de 7 adolescentes;

6. Abrigo Recanto da Luz acolheu 25 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 15 anos, com direitos ameaçados ou violados. O trabalho de manutenção do vínculo familiar foi realizado com 7 usuários, tendo como êxito o retorno familiar de 7 adolescentes;

7. Abrigo Renascer acolheu 43 adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 15 a 18 anos, com direitos ameaçados ou violados. O trabalho de manutenção do vínculo familiar foi realizado com 15 usuários, tendo como êxito o retorno familiar de 4 adolescentes;

8. Abrigo Comunidade Terapêutica São Pe. Pio acolheu 68 adolescentes / jovens do sexo masculino, na faixa etária de 16 a 21 anos, para tratamento de uso abusivo de substâncias psicoativas. Tendo concluído o tratamento 14 residentes.

Além disso, é importante evidenciar as ações do Projeto “Fortalecimento dos Serviços Especializados às famílias e indivíduos com direitos violados ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS”, em Fortaleza e nos municípios Acarape, Barreira, Chorozinho, Pindoretama e Guaramiranga. O projeto visa assegurar aos grupos socialmente vulnerabilizados a garantia de proteção social através dos serviços socioassistenciais e de segurança alimentar e nutricional.

No corrente ano foram atendidas 4.043 famílias e indivíduos com serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS. No que se refere ao cofinanciamento foram repassadas para 38 (trinta e oito) municípios 7(sete) parcelas do cofinanciamento estadual, com exceção de Fortaleza que recebeu 12 (doze) parcelas, que

beneficiaram 2.730 (dois mil, setecentos e trinta) pessoas, nos 39 (trinta e nove) municípios que recebem o cofinanciamento.

Registra-se, ainda, que todos os serviços de Proteção Social Especial atuam diretamente ligados ao Sistema de Garantia de Direito - SGD, que é a articulação e a integração de várias instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Compõem este sistema órgãos como: Ministério Público, Juizado da Infância e da Adolescência e Defensoria Pública dentre outros. Na prática, o SDG visa dar celeridade a todas as questões que envolvam esses segmentos mais vulnerabilizados.

Esta linha de atuação recebeu apoio financeiro do FECOP para execução de 15 projetos para o ano em curso, e o orçamento foi de R\$ 24.701.470,00 (Vinte e quatro milhões, setecentos e um mil, quatrocentos e setenta reais), e aplicou R\$ 24.406.468,77 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, e setenta e sete centavos), o que corresponde a 98,80% do valor planejado.

Quadro 72 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Proteção Social Especial

MAPP	Secretarias Projetos	Limite		Valor		Valor Pago		População Beneficiada
		Anual	R\$	Empenhado	%	R\$	%	
14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00		263.105,51	87,70%	256.804,08	85,60%	43
15	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olivio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00		4.983.446,42	99,67%	4.961.416,92	99,23%	185
29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	6.100.000,00		6.004.291,95	98,43%	5.988.349,21	98,17%	3.220
43	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00		1.924.455,71	98,69%	1.818.047,31	93,23%	90
87	Construção do abrigo Desembargador	25.317,85		25.009,84	98,78%	25.009,84	98,78%	93

Olívio Câmara -
ADOC

88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	269.785,69	266.812,85	98,90%	266.812,85	98,90%	90
170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	700.244,37	683.443,64	97,60%	683.443,64	97,60%	90
181	Geração Livre	100.000,00	100.000,00	100%	100.000,00	100%	33
211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	1.143.354,00	1.143.354,00	100%	1.143.354,00	100%	155
222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	3.181.959,50	3.170.839,93	99,65%	3.170.839,93	99,65%	715
237	Aquisição de equipamentos para as unidades socioeducativas no município de Juazeiro do Norte	1.242.028,96	1.242.028,96	100%	952.843,46	76,72%	90

238	Aquisição de equipamentos para as unidades socioeducativas de Sobral.	1.754.996,96	1.746.814,98	99,53%	1.163.993,24	66,32%	90
240	Estrutura do Acesso, área de lazer e paisagismo do Abrigo de Idosos	438.000,00	437.603,14	99,91%	164.950,74	37,66%	90
254	Apoio as unidades de proteção social especial Renascer, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio)	1.251.559,61	1.187.258,87	94,86%	1.186.719,11	94,82%	376
262	Sociedade Justa e segura	1.244.223,06	1.228.002,97	98,70%	1.207.550,96	97,05%	200
Total		24.701.470,00	24.406.468,77	98,80%	23.090.135,29	93,47%	32.560

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Inclusão Produtiva Urbana – Ocupação e Renda (Capacitação)

Os projetos de Inclusão Produtiva, coordenados pela STDS, têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições de autonomização dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional, incentivo à economia popular e solidária, e ações de geração de ocupação e renda.

Para tanto, no período analisado, foram financiados 10 projetos de inclusão produtiva, sendo 05 direcionados para o fortalecimento do capital humano, através das ações de capacitação, e 05, que contemplam investimento em qualificação profissional, articulada com ações de fomento, que vão gerar bens e aumentar as oportunidades de ocupação, e renda para os excluídos dos processos produtivos.

Com essa finalidade, destaca-se o projeto Primeiro Passo, voltado ao atendimento de jovens, com idade entre 16 e 24 anos de idade, cursando o ensino fundamental e médio. Ele também contempla os egressos do ensino público com renda de até ½ salário-mínimo.

O projeto está dividido em duas linhas de ação: Estágio remunerado, com a permanência do jovem por seis meses e por um ano – encaminha jovens para estagiar em empresas privadas e órgãos públicos; Jovem Bolsista - oferta cursos de qualificação profissional, e concede bolsa de capacitação.

Em 2016 foram realizados 90 cursos de capacitação, que beneficiaram 1.592 jovens em 85 municípios. Além disso, foram inseridos 1.332 educandos no mercado de trabalho na condição de estagiário.

Ainda com foco no segmento juvenil, o Projeto CE - Jovem está formatado para desenvolver ações que possibilitem a qualificação profissional e incentive o cumprimento da Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000, por meio das Linhas de Ação: Jovem Aprendiz e Empreendedor Juvenil, que ofertam qualificação profissional, com vistas a inserção no mercado de trabalho formal, ou pelo incentivo da participação de jovens no meio empreendedor, o que pode contribuir para a ampliação de novas oportunidades de trabalho e emprego.

Na linha Jovem Aprendiz está em andamento 95 (noventa e cinco) cursos, com 2.257 (dois mil duzentos e cinquenta e sete) jovens em processo de qualificação, em trinta e seis (36) municípios do Estado do Ceará. Concomitante à participação nos cursos, os jovens estão desenvolvendo atividades laborais em empresas parceiras, relacionadas à tipologia de cursos ofertada: Assistente Administrativo, Assistente de Produção, Assistente de Vendas, Assistente de Logística e Assistente de Comércio, dentre outros.

Na Linha Empreendedor juvenil foram realizados 57 (cinquenta e sete) cursos de Empreendedorismo de Negócios, e 725 (setecentos e vinte cinco) jovens qualificados. Estão em andamento 26 (vinte e seis) turmas, e 638 (seiscentos e trinta e oito) jovens educandos estão em processo de qualificação. Após a conclusão dos cursos, serão selecionados os 200 (duzentos) melhores planos de negócio para aprimoramento, encaminhamento ao microcrédito e assistência técnica e gerencial aos microempreendedores.

O projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense, tem como objetivo contribuir para consolidar a política de geração de emprego, trabalho e renda preconizada pelo Governo do Estado, articulada com outras políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento da cidadania e ampliação das oportunidades de inserção dos cidadãos cearenses em situação de vulnerabilidade social e econômica no mundo do trabalho. Para alcance desses objetivos no período em análise foi desenvolvido um conjunto de ações de capacitação que beneficiaram 4.288 trabalhadores, através da realização 181 cursos, agrupados em 17 tipologias, distribuídos por 88 municípios.

Um diferencial deste projeto é a distribuição de 696 *kits* de instrumentais de trabalho aos concludentes, que tenham demonstrado capacidade empreendedora, com o intuito de incentivar a criação de pequenos negócios em 54 municípios do Ceará.

Por fim, vale mencionar o Projeto de Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social, cujo objetivo é inserir, social e produtivamente, o trabalhador desempregado e subempregado no mercado de trabalho. No período de janeiro a dezembro/2016 apresentou os seguintes resultados:

- 1.068 Oficinas realizadas de orientação para o trabalho que beneficiaram 24.532 trabalhadores;
- 49.698 trabalhadores beneficiados com a emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social;
- 55.595 Serviços Domiciliares realizados por profissionais autônomos do Centro do Trabalhador Autônomo – CTA;
- 490 trabalhadores intermediados para a prestação de serviços domiciliares por meio do CTA;
- 1.963 pessoas beneficiadas com palestras educativas sobre o mercado de trabalho;
- 2.364 trabalhadores encaminhados para qualificação profissional pelas Unidades do SINE/CE-IDT.

Para a implementação dos projetos do eixo inclusão produtiva foram aportados, para o ano de 2016, R\$ 23.054.583,79 (vinte e três milhões, cinquenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e três reais, e setenta e nove centavos), e aplicados R\$ 22.520.771,59 (vinte e dois milhões, quinhentos e vinte mil, setecentos e setenta e um reais, e cinquenta e nove centavos), equivalente a 97,68% do valor programado

Quadro 73 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Inclusão Produtiva Urbana

MAPP	Secretarias Projetos	Limite Anual		Valor		Valor Pago		População Beneficiada
		R\$		Empenhado R\$	%	R\$	%	
08/40	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	2.152.000,00		2.152.000,00	100%	2.152.000,00	100%	4.288
		348.000,00		348.000,00	100%	348.000,00	100%	54
23	Juventude Empreendedor ^a	859.999,99		859.999,99	100%	859.999,99	100%	7.410
26	Artesanato Competitivo	1.000.000,00		1.000.000,00	100%	1.000.000,00	100%	3.540
44	Primeiro Passo	6.000.000,00		5.993.202,34	99,89%	5.971.048,43	99,52%	2.924
93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço	6.500.000,00		6.500.000,00	100%	6.500.000,00	100%	2.982
130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	500.000,00		500.000,00	100%	500.000,00	100%	1.050

258	Política Integrada de economia solidária	600.000,00	86.057,56	14,34%	86.057,56	14,34%	180
307	Primeiro Passo- estagiários TRE	1.594.583,80	1.591.094,05	99,78%	1.588.152,66	99,60%	1.296
312	Atendimento ao Trabalho em situação de vulnerabilidade e social	3.000.000,00	2.990.417,65	99,68%	2.990.417,65	99,68%	136.605
330	Garantindo a Acessibilidade- inclusão produtiva: qualificação profissional	500.000,00	500.000,00	100%	500.000,00	100%	150
Total		23.054.583,79	22.520.771,59	97,68%	22.495.676,29	97,57%	160.329

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Infraestrutura Comunitária

Os projetos de Infraestrutura Comunitária são destinados a impulsionar as atividades que ampliam as oportunidades de melhoria de renda para os mais pobres. Ademais, estes empreendimentos serão importantes polos potencializadores de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho para os adolescentes e jovens, artesãos individuais e pequenos empreendedores dos municípios selecionados.

Em 2016 foram apoiados 02 (dois) projetos nessa linha de ação: Construção do Centro das Rendeiras da Prainha e a Recuperação de Instalações Físicas de Unidades de Atendimento para a Inclusão Social de – Ceará Pacífico. Com a construção do novo Centro das Rendeiras da Prainha a comunidade do município terá disponibilizado um local de produção e comercialização de artesanato, com espaços físicos adequados tanto para os artesãos e clientes. Em 2016 foi executado 30,74% da obra em função dos atrasos no andamento das construções.

Quanto ao Projeto Ceará Pacífico, está voltado para reformar as instalações físicas de edificações, onde funcionam a sede do Centro Comunitário do Farol e Santa Terezinha e o Centro de Integração dos Trabalhadores – CITI's. Com a conclusão das obras possibilitar-se-á a ampliação das ações e a melhoria do atendimento dos adolescentes, jovens e suas famílias nestas unidades localizadas na área do Serviluz e Farol, bem como, contribuirá para o enfrentamento da violência e da criminalidade nessas comunidades. Em 2016 foi concluída a obra do CIT's e parte do Centro Comunitário Santa Terezinha. Para esse eixo de atuação foram aprovados recursos na ordem de R\$ 585, 974,36 (quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e quatro reais, e trinta e seis centavos), tendo sido aplicados R\$ 416.685,56 (quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais, e cinquenta e seis centavos), que representam 71,10% da programação anual.

Quadro 74 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Infraestrutura Comunitária

MAPP	Secretarias/ Projetos	Limite Anual R\$	Valor Empenhado R\$	%	Valor Pago R\$	%	População Beneficiada
241	Recuperação de instalações físicas de unidades de atendimento para desenvolvimento de inclusão social de jovens – Ceará Pacífico	141.000,00	120.552,41	85,50%	120.552,41	85,50%	639
296	Centro das Rendeiras Da Prainha	444.974,36	296.133,15	66,55%	296.133,15	66,55%	1
Total		585.974,36	416.685,56	71,10%	416.685,56	71,10%	640

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.12.3 Distribuição dos Recursos Aplicados por Região

71,16% dos recursos da STDS foram aplicados na Grande Fortaleza, seguido pela região Cariri/Centro Sul, com 7,80%, e em terceiro lugar Sobral/Ibiapaba, com 5,02%. Esta centralização de recursos em uma única região justifica-se em função de que 43,08% da população do Estado do Ceará vive na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, destes 85,52% estão concentrados em 4 (quatro) municípios quais sejam: Fortaleza, com 67,46%; Caucaia, com 9,11%; Maracanaú, com 5,76%; e, Maranguape, com 3,18%, conforme dados apresentados no “Novo Perfil Básico Municipal – IPECE/2013”.

Com efeito, pode-se inferir que a concentração de população em uma mesma região pode acarretar problemas sociais relacionados ao aumento da violência, favelização, degradação do meio ambiente, dentre outros. Tais evidências impactam fortemente a população mais pobre, público-alvo da STDS.

Ressalte-se, ainda, que, as unidades destinadas ao abrigamento de crianças e adolescentes e as unidades de proteção social básicas destinadas a prevenir a ocorrência e os agravos dos riscos sociais para as famílias, bem como, as unidades da Proteção Social Especial voltadas para idosos, deficientes, mulheres vítimas de violência, estão localizadas na capital, apesar de atenderem a um público de todo o Estado.

No tocante aos projetos da STDS identificou-se que, dos 35 aprovados, 13 tem atuação focada em Fortaleza e na região metropolitana. Tais projetos beneficiaram, no período em análise, 289.130 pessoas

Quadro 75 – Distribuição de recursos por macrorregião

Macrorregião	Empenhado R\$	%	População Beneficiada	%
1-CARIRI	5.311.981,49	7,80	91.806	11,56
2-CENTRO SUL	1.498.248,20	2,20	39.630	4,99
3-GRANDE FORTALEZA	48.479.594,40	71,16	289.130	36,40
4-LITORAL LESTE	721.258,73	1,06	15.155	1,91
5-LITORAL NORTE	1.286.922,97	1,89	41.112	5,18
6-LITORAL OESTE/VALE DO ACARAÚ	1.138.616,03	1,67	34.038	4,28

7-MACIÇO DO BATURITÉ	1.382.501,61	2,03	35.747	4,50
8-SERRA DA IBIAPABA	943.142,49	1,38	39.514	4,97
9-SERTÃO CENTRAL	879.628,79	1,29	42.359	5,33
10-SERTÃO DE CANINDÉ	622.862,39	0,91	20.000	2,52
11-SERTÃO DE SOBRAL	3.421.994,33	5,02	48.653	6,12
12-SERTÃO DOS CRATEÚS	977.617,09	1,43	51.876	6,53
13-SERTÃO DOS INHAMUNS	424.345,93	0,62	12.178	1,53
14-VALE DO JAGUARIBE	1.040.188,72	1,53	33.220	4,18

15-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-	-
TOTAL	68.128.903,17	100,00	794.418	100,00	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.12.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.12.4.1 Resultados

a) 181 Centros de Referência da Assistência Social municipal, cofinanciados de forma regular e automática com serviços de Proteção e Atendimento integral à família em 159 municípios, beneficiando 130.250 famílias;

b) 166 municípios cofinanciados com benefícios eventuais (auxílio – funeral/natalidade), atendendo a 7.410 pessoas em situação de vulnerabilidade das áreas referenciadas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);

c) 1.592 Bolsas aprendizagem concedidas aos jovens bolsistas;

d) 1.296 jovens inseridos no TER, na condição de estagiário por seis meses;

e) 419 pessoas com deficiência da RMF beneficiadas com vales-transportes para o deslocamento aos serviços de educação e tratamento de saúde;

f) 4.043 famílias e indivíduos atendidos com direitos socioassistenciais pelos CREAS na capital e municípios vinculados;

g) 1.631 famílias com acesso aos serviços e programas da Proteção Social Básica;

h) 90 idosos com acesso aos serviços e programas de Proteção Social Especial;

i) 5.821 crianças e adolescentes beneficiados com os serviços de Proteção Social Básica;

j) 4.288 trabalhadores atendidos com ação de capacitação em 71 municípios onde 696 dos egressos foram beneficiados com kit instrumental de trabalho;

- l) 264 ações de capacitação que beneficiaram 5.579 jovens em 11 municípios;
- m) 586 pessoas com deficiência qualificadas para o mercado de trabalho;
- n) 1.598 Pessoas beneficiadas com expedição de documentos nos 07 CC's;
- o) 24.532 trabalhadores desempregados ou subempregados beneficiados com as Oficinas de Orientação para o Trabalho;
- p) 49.698 trabalhadores beneficiados com a emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social;
- q) 2.364 trabalhadores encaminhados para qualificação profissional pelas Unidades do SINE/CE-IDT.
- r) 55.595 Serviços Domiciliares realizados por profissionais autônomos do Centro do Trabalhador Autônomo – CTA;
- s) 181 cursos de qualificação social e profissionais realizados que beneficiaram 4.078 trabalhadores cearenses, em 88 municípios;
- t) 210 adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas beneficiados com 12 cursos de qualificação profissional nas tipologias sabonete artesanal, paisagismo, decoração, confecção em embalagens de papel, papelão e MDF, eletricitista, doces e salgados, pintura e textura em paredes;
- u) 4.500 crianças, adolescentes e jovens, atendidos nas 09 unidades de ABCs, 02 Circos e 04 CIPs, localizadas em 12 bairros da capital;
- v) 2.133 crianças e adolescentes atendidos através das atividades esportivas em suas diversas modalidades (futebol, voleibol, futsal e outros);

4.12.4.2 Dificuldades

a) atrasos no andamento dos processos licitatórios impossibilitaram a aplicação dos recursos disponibilizados pelo FECOP, para os projetos de construção e aquisição de equipamentos, para as unidades de medidas socioeducativas de Juazeiro do Norte e Sobral, e o projeto de Implantação de Espaços Lúdicos Para o Desenvolvimento Infantil – Praças Mais Infância Tipo I;

b) o desinteresse das famílias e dos jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto em retornar ao sistema escolar;

c) baixo nível de escolaridade dos adolescentes/jovens em situação de vulnerabilidade social, dificulta a permanência em cursos de iniciação profissional;

d) defasagem no valor dos recursos financeiros repassados pelo Estado (R\$ 0,90), desde 2009 para o cofinanciamento (PAIF), em relação ao repasse do Governo Federal (R\$ 2,40). O valor pactuado com a Comissão Intergestora Tripartite – CIB, e aprovado pelo CEAS, correspondente a 50% do valor repassado pelo Federal, ou seja, o valor corrigido deveria ser de R\$ 1,20.

4.13 Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH

4.13.1 Aspectos Gerais

A Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, coordena as ações do Estado no âmbito dos recursos hídricos, e sua atuação está voltada para promover a oferta, a gestão e a preservação desses recursos, de forma participativa e descentralizada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

Para viabilizar o cumprimento de sua missão, conta, como uma das fontes de recursos, com o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que financiou a execução de 28 (vinte e oito) projetos, classificados na categoria de Infraestrutura Comunitária – Abastecimento de Água, no ano de 2016.

Todos os projetos financiados, dizem respeito ao abastecimento de água, sendo 08 deles enquadrados no Programa de Acumulação Hídrica, enquanto que os demais são ações vinculadas ao Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água.

Do total de projetos financiados pelo FECOP, 12 (doze) são executados diretamente pela SRH, e 16 (dezesesseis) pela sua vinculada, Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA.

Em 2016, foram destinados à SRH e SOHIDRA, para a execução dos 28 (vinte e oito) projetos, o valor anual de R\$ 62.187.026,98 (sessenta e dois milhões, cento e oitenta e sete mil, vinte e seis reais, e noventa e oito centavos), tendo sido pago o valor de R\$ 60.534.981,34 (sessenta milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais, e trinta e quatro centavos), equivalente a 96,50%, do limite liberado para o Ano, beneficiando 560.000 pessoas.

Destaca-se que os recursos provenientes da fonte FECOP viabilizaram a captação de outras fontes de financiamento para os projetos, como do Governo Federal, Tesouro Estadual, e recursos externos provenientes do P4R do Banco Mundial, as quais totalizam um valor empenhado de R\$ 373.927.301,77 (trezentos e setenta e três milhões, novecentos e vinte e sete mil, trezentos e um reais, e setenta e sete centavos).

4.13.2 Desenvolvimento

Todos os projetos desenvolvidos pela SRH incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de projetos Estruturantes, na categoria Infraestrutura Comunitária. São assim considerados, em função dos produtos, por eles gerados, serem apropriados por toda uma comunidade.

No âmbito da SRH encontram-se subdivididos em dois Programas: Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água, e Programa de Acumulação Hídrica.

Em Parceria com a Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA, foram Realizadas Ações de fundamental importância para o momento de estiagem, que se encontra todo o Estado. O governo do Estado, através de muitas ações, e grandes mobilizações, uniu esforços para dirimir os efeitos da seca, procurando oferecer, principalmente à população dos Municípios em estado mais crítico, acesso a água de forma mais rápida, e em condições adequadas para consumo.

Programa Transferência Hídrica e Suprimento de Água

Este Programa visa atender as necessidades de abastecimento de água em regiões com pouca disponibilidade de recursos hídricos, através da interligação de bacias, construção de adutoras e construção de pequenos sistemas simplificados de abastecimento de água. Da relação de projetos financiados em 2016, 21 (vinte e um) projetos pertencem a este Programa.

No início do ano, o governo estadual apresentou o Plano Estadual de Convivência com a Seca, que prevê uma série de investimentos, com o objetivo de amenizar os efeitos da estiagem, como a perfuração de poços e a instalação de adutoras de engate rápido. A diferença entre essas ações emergenciais e as de longo prazo contra a seca, sem as quais a população não pode sobreviver, é o tempo.

Projetos

(MAPP 202/SOHIDRA) - Construção e Ampliação de Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST

Este projeto visa proporcionar, às famílias beneficiadas, água de boa qualidade, para atender às necessidades de consumo humano e animal, e contribuir para o desenvolvimento produtivo dos assentamentos.

Das 13 adutoras, foram concluídas: 100% (Monsenhor Tabosa), Amontada (100%), Tururu (80%), Crateús (100%), Tamboril (100%), Santa Quitéria (100%), Canindé (82%), Ibaretama (100%), Quixeramobim (100%), Itapiúna (100%), Russas (100%) e Icó (100%).

O desempenho do projeto para este período foi satisfatório, com a conclusão das obras de Canindé e Tururu.

(MAPP 102/SRH) - Adutora de Itapipoca

A Adutora foi concluída em 2013, no valor de R\$ 17.949.631,98 (dezessete milhões, novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e um reais, e noventa e oito centavos), porém, em sua fase de testes, apresentou vários vazamentos, comprometendo o abastecimento do município. Para impedir o colapso hídrico foram necessárias ações corretivas, através da realização de reparos emergenciais.

Houve a necessidade de substituição de parte da tubulação, danificada pelo assentamento inadequado, para a normalização do sistema, a fim de atender a distribuição de água para toda população da sede de Itapipoca, a qual passava por situação difícil.

Os serviços de reparo foram finalizados em janeiro de 2014, e como tratava de uma situação emergencial, não houve contratação. Diante desse fato foi necessário aguardar análise e parecer favorável ao reconhecimento da dívida, no valor de R\$ 442.989,85 (quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e nove reais, e oitenta e cinco centavos), por parte da Procuradoria Geral do Estado do Ceará – PGE, conforme Despacho nº 0115/2015 – PGE.

Desde então, a adutora beneficia 124.950 habitantes.

(MAPP 316/SOHIDR A) - Projeto Locação, Perfuração, Bombeamento com Análise Físico-Química, e Instalação de 190 Sistemas Simplificados com Chafariz em Poços

O Projeto está sendo executado acima do que foi previsto. Foram implantados 916 sistemas, beneficiando 94.070 pessoas. Os municípios onde existem pagamentos e não foi informada a quantidade de beneficiários, refere-se a obras ainda não concluídas. Execução satisfatória, de acordo com o planejado no projeto.

(MAPP 221/SOHIDRA) - Aquisição de Materiais para Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados pela SOHIDRA no Estado do Ceará

O projeto visa realizar a manutenção nos sistemas simplificados de abastecimento de água instalados pela Sohidra. Os materiais foram recebidos no município de Fortaleza, por essa razão só existe pagamento neste município. A equipe de manutenção da Sohidra conseguiu atender a demanda existente no período. Das 300 manutenções previstas, foram executadas 250, ficando sua conclusão prevista para o ano de 2017.

(MAPP 255/SRH) - Cinturão das Águas do Ceará – CAC - TRECHO I

A execução do Cinturão das Águas – CAC, atingiu um acumulado de 45,56 Km, o que corresponde a 82,84% da execução do referido trecho. Ele aumentará, significativamente, a possibilidade de acumulação das águas possíveis de aduzir do rio São Francisco, com a inclusão de cerca de 20 novos grandes açudes, cada um de capacidade superior a 50 hm³, uma vez que o CAC será implantado em cotas elevadas, passando pelas cabeceiras das referidas bacias hidrográficas, dos principais reservatórios do Ceará, e, com isso, permitirá um uso mais intensivo dos recursos hídricos locais, visto que os reservatórios contarão com uma fonte exógena, em caso de escassez, maximizando-se a sinergia hídrica. Em 2016, do montante de R\$ 5.181.226,67 (cinco milhões, cento e oitenta e um mil, duzentos e vinte e seis reais, e sessenta e sete centavos), provenientes do Fundo de Combate Pobreza - FECOP, foram executados 95,46%, contemplando 100% da desapropriação prevista para o período, bem como pagamento de obra.

(MAPP 264/SRH) - Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento – ÁGUA DOCE

O Programa Água Doce se situa no contexto do Programa Água para Todos, no

âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, que preconiza a universalização de acesso e uso da água para todos. As Localidades beneficiadas, foram selecionadas por meio do Índice de Condição de Acesso à Água (ICAA), e, a partir dos níveis de criticidade, definidos pela composição dos seguintes indicadores: a) Pluviometria; b) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); c) Mortalidade Infantil; d) Intensidade de Pobreza; e) Concentrações de Sólidos Totais Dissolvidos (STD); f) Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD).

Quanto a este último indicador, como se trata de informação importante para o Estado do Ceará, foi solicitado ao Ministério, que fosse incluído no cálculo da hierarquização dos municípios cearenses.

Já com referência a seleção das comunidades rurais difusas, foi exigido que cada localidade atendesse os seguintes critérios: a) Dispor de Poço Profundo, com vazão mínima de 1000 litros/hora; b) Ter energia elétrica; e, c) Ter população de, no mínimo, 20 famílias em raio de um quilômetro.

O objetivo do PAD é dotar as comunidades rurais difusas, do semiárido cearense, de água potável, por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados ambientais e sociais na gestão de sistemas de dessalinização. Além disso, o Programa se caracteriza como uma medida de adaptação às mudanças climáticas, por reduzir as vulnerabilidades, no que diz respeito ao abastecimento de água.

Foram concluídos 142 (cento e quarenta e dois) sistemas com dessalinizadores do Programa Água Doce – PAD, para abastecimento de água, beneficiando diretamente 6.867 famílias, aproximadamente 34.335 habitantes, em diversas localidades nos Municípios de: Apuiarés (20 famílias); Independência (431 famílias); Morada Nova (46 famílias); General Sampaio (55 famílias); Paramoti (190 famílias); Itapiúna (92 famílias); Aracoiaba (306 famílias); Canindé (486 famílias); Choró (198 famílias); Caridade (229 famílias); Palhano (75 famílias); Acopiara (268 famílias); Aiuaba (58 famílias); Alto Santo (64 famílias); Banabuiú (20 famílias); Itatira (334 famílias); Jaguaratama (63 famílias); Jaguaribara (62 famílias); Madalena (369 famílias); Milhã (200 famílias); Mombaça (423 famílias); Monsenhor Tabosa (462 famílias); Piquet Carneiro (132 famílias); Quiterianópolis (386 famílias); Salitre (248 famílias); Santa Quitéria (353 famílias); Tauá (1.036 famílias); Boa Viagem (181 famílias);

e Umari (2 famílias); Realizados 160 (cento e sessenta) encontros para firmar os acordos de gestão, em 15 (quinze) municípios; e Promovidos 170 (cento e setenta) treinamentos para Operacionalização dos Sistemas.

(MAPP 264/SOHIDRA) - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

Projeto de execução satisfatória. Anteriormente foi previsto atender uma população de 52.072 habitantes em comunidades rurais e, alcançou-se um número de 49.447 habitantes em comunidades rurais do Estado do Ceará, atingindo 95%. Quanto à implantação, foram previstos 320 sistemas simplificados de abastecimento de água, porém, foram implantados 452, superando todas as expectativas. Ao todo foi empenhado o valor de R\$ 5.179.892,66 (cinco milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e dois reais, e sessenta e seis centavos).

(MAPP 267/SOHIDRA) - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

Execução satisfatória, de acordo com o planejado no projeto. Foram instalados 80 sistemas simplificados de abastecimento de água, com dessalinizador e chafariz, que já atendem uma população de 6.991 habitantes em comunidades de todo Estado do Ceará. Foram empenhados R\$ 3.292.732,34 (três milhões, duzentos e noventa e dois reais, setecentos e trinta e dois reais, e trinta e quatro centavos), oriundos da fonte 10 - FECOP.

(MAPP 268/SOHIDRA) - Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

Para o período foram perfurados 223 poços, bem como, realizada a capacitação de 446 beneficiários para manutenção do sistema. Com essa ação, alcançou um montante de 172.716 habitantes beneficiados, em comunidades e localidades do meio rural distribuídos nos municípios do Estado do Ceará. Houve aplicação de R\$ 7.819.313,86 (sete milhões, oitocentos e dezenove mil, trezentos e trezes reais, e

oitenta e seis centavos), exclusivamente da fonte 10 – FECOP.

(MAPP 269/SOHIDRA) - Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

O projeto atingiu em 100% do seu objetivo, realizando 07 (sete) teste de vazão com análise físico-química, nos municípios de: Parambú, Pentecoste, Icó e Campos Sales. O montante de R\$ 16.606,67 (dezesesseis milhões, seiscentos e seis mil, e sessenta e sete centavos), foi 100% custeado pela Fonte 10 – FECOP. Por se tratar de teste de vazão, não há como medir beneficiados, pois a mesma é informada depois que o sistema é instalado, possivelmente através de outros projetos.

(MAPP 270/SOHIDRA) - Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.

Foram construídos 823 poços, pela própria Sohidra. Como este projeto é para compra de diversos materiais, tanto de pequeno, como de grande valor, de importância e durabilidade, para a perfuração de poços, a quantidade prevista baseada numa média do que poderia ser executado e adquirido no ano.

(MAPP 277/SRH) - Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trechos I, II e III do Eixão das Águas - 2ª ETAPA

O objetivo desse projeto é a implantação de 9 Sistemas de Abastecimento de Água, em 5 (cinco) comunidades ao longo do Eixão das Águas, sendo 3 (três) no município de Cascavel, e 6 (seis) no município Morada Nova. A meta foi atingida integralmente, proporcionando à população água de boa qualidade e atendendo às necessidades de consumo humano e animal, diminuindo o índice de doenças de veiculação hídrica e, principalmente, melhorando a qualidade de vida da população local, beneficiando diretamente um total de 1.916 pessoas.

(MAPP 310/SOHIDRA) - Perfuração de Poços Tubulares Profundos pela SOHIDRA.

Este projeto trata de pagamentos de locação de veículos, mão de obra terceirizada, combustível, análise da água, peças e manutenção de veículos e maquinários, para custear as despesas das equipes de poços. No período, havia uma previsão de 600

poços, e foram construídos 823 poços, pela própria Sohidra, alcançando um excelente índice de execução, 137%. Porém não há beneficiários, visto que os poços perfurados não se encontram implantados a um sistema de abastecimento de água.

(MAPP 314/SOHIDRA) - Instalação de Sistema Simplificado de Poços Profundo no Município de Tauá

O projeto não alcançou seu objetivo como esperado, em virtude do convênio ter sido consolidado ao final de junho, impossibilitando a remessa do primeiro desembolso, visto encontrar-se no período eleitoral. Não há beneficiados. Tão logo alcance sua meta, atenderá uma população de 1.030 habitantes, em comunidades e localidades do município de Tauá. Essa ação prevê a Implantação de 25 sistemas simplificados de abastecimento de água.

(MAPP 324/SOHIDRA) - Sistema Emergencial de Abastecimento de água para Sede Municipal do Cedro – Ce

O Sistema teve sua execução 100% realizada. Houve a capacitação de 02 beneficiários na área de gestão. O Sistema atende uma população de 18.630 habitantes, beneficiados com acesso à água, em quantidade e qualidade, adequada, para atender às necessidades de consumo humano. A Sohidra realizará, no segundo semestre, a substituição do motor implantado, por um motor mais potente, contribuindo, assim, para uma operacionalização mais eficiente do sistema. Foram empenhados, até o período, o valor de R\$ 3.161.108,82 (três milhões, cento e sessenta e um mil, cento e oito reais, e oitenta e dois centavos), oriundos da fonte 10 – FECOP.

(MAPP 326/SOHIDRA) - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Distrito de Nova Floresta, em Jaguaribe, para Atender a Comunidade de Bom Jardim, em Solonópole.

Projeto não executado, por conta de cancelamento de convênio, tendo o valor de R\$ 21.300,78 (vinte e um mil, trezentos reais, e setenta e oito centavos) sido devolvido pela prefeitura para conta do tesouro, ao invés de ser devolvido para conta FECOP. Foi solicitado a SEFAZ o remanejamento desse valor para a referida conta, até a

presente data não foi feita a devida devolução. Estamos nos devidos acompanhamentos.

(MAPP 327/SOHIDRA) - Elaboração de Projetos Executivos para Adutoras Emergenciais

Execução satisfatória, de acordo com o planejado no projeto. Ainda não há beneficiados, visto o projeto ainda não ter sido concluído. Ao final, o projeto beneficiará uma população de 114.175 habitantes.

(MAPP 328/SOHIDRA) - Implantação do SAA da localidade de Sítio Barro Branco, no Município de Jati.

O projeto não teve sua execução desejada, em virtude do atraso na celebração do convênio por parte do município. Tão logo a meta do projeto de implantar um sistema de abastecimento de água, com 2.515 m de extensão seja atingida, será possível beneficiar 232 habitantes.

(MAPP 338/SRH) - Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu

O projeto não teve nenhuma evolução. Aguardamos a Caixa Econômica Federal finalizar a análise do projeto executivo, para que, assim, seja liberado o recurso necessário, para darmos início a execução. Não há beneficiados, visto o projeto não ter alcançado seu objetivo final. O valor previsto na Fonte FECOP, para este período, é direcionado ao pagamento de Taxas, junto a Caixa Econômica Federal.

(MAPP 350/SRH) - Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja

O projeto tem seu valor total de R\$ 3.769.181,50 (três milhões, setecentos e sessenta e nove mil, cento e oitenta e um reais, e cinquenta centavos), integralmente financiando pelo Fundo de Combate à Pobreza – FECOP, sendo o valor de R\$ 2.769.181,50 (dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil, cento e oitenta e um reais, e cinquenta centavos) neste exercício, e, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para o ano de 2017. Esse projeto visa dimensionar um sistema de abastecimento

d'água para atender a demanda hídrica de uma parcela da população residente nos Distritos de Adrianópolis e Timonha, representadas principalmente pelas sedes destes distritos e comunidades localizadas próximas ao eixo do trajeto da adutora, como: Chapada, Curral Velho, Conselho, Cajueiro dos Coutinhos, Sariema, dentre outras, além de prever o atendimento da população difusa residente ao longo do traçado da adutora. Físico: a obra está com execução de 92%, porém, foi necessário realizar um aditivo no valor de R\$ 1.558.869,30 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e sessenta e nove reais, e trinta centavos), para adequação de parte da tubulação de 150 mm para 300 mm, para atendimento de outras comunidades, anteriormente não previstas. Desta feita, sua conclusão foi prevista para 2017.

(MAPP 392/SRH) - Instalação de Dessalinizadores no Município de Crateús

O projeto tem seu valor total de R\$ 171.984,18 (cento e setenta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais, e dezoito centavos), com contrapartida do município no valor de R\$ 31.948,18 (trinta e um mil, novecentos e quarenta e oito reais, e dezoito centavos), sendo R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil), financiados pelo Fundo de Combate à Pobreza – FECOP. Foram executados 100% dos serviços, já atende uma população de mais de 9.954 habitantes.

(MAPP 422/SOHIDRA) - Aquisição de Tubos e Acessórios para Adutoras de Montagem Rápida para o Município de Acopiara

O projeto trata da substituição de 10 km de tubulação da Adutora de Trussu, e teve seu objetivo alcançado. Aguarda-se somente a troca do motor instalado por um de maior potência, que disponibilize uma quantidade maior de água para a população. O projeto trata da aquisição de materiais, pois sua execução é realizada por outro projeto. Porém, a ação contribui para atender toda a população do município com 53.151 habitantes.

Programa de Acumulação Hídrica

O objetivo deste Programa é ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos, através da construção de barragens ao longo de rios e riachos, servindo como fonte hídrica para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico.

Apresentou em 2016, 07 (sete) projetos, que totalizam um valor semestral de R\$ 12.096.731,05 (doze milhões, noventa e seis mil, setecentos e trinta e um reais, e cinco centavos).

Devido à seca, a situação quanto à acumulação é muito preocupante, visto que os 153 açudes monitorados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), cuja capacidade total é de 18,64 bilhões m³, atualmente apresentarem volume de 1,21 bilhões m³, ou seja, 6,48% da capacidade total, conforme a distribuição das regiões: Litoral (25,5%), Alto Jaguaribe (12,7%), Coreaú (25,4%), Metropolitana (10,0%), Médio Jaguaribe (4,6%), Salgado (8,5%), Acaraú (6,8%), Banabuiú (1,8%), Sertões de Crateús (1,3%), Curu (1,2%) e Baixo Jaguaribe (0,0%), Serra da Ibiapaba (13,6%), Ceará (6,48%).

Projetos

(MAPP 233/SOHIDRA) - Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Do total de 11 Barragens, foram concluídos no semestre: 5 barragens construídas (Icó (1), Monsenhor Tabosa (1) e Tamboril (3)). Execução satisfatória, de acordo com o planejado no projeto. O projeto também contempla a ampliação de 04 barragens, onde duas já foram executadas (Canindé (2)), bem como a reabilitação de 03 Barragens, esta, porém, sem execução para o período. Quanto aos beneficiários, atingimos um total de 857 famílias, das 3.708 famílias previstas.

(MAPP 276/SRH) - Acompanhamento e Supervisão das Obras da Barragem Germinal em Palmácia

Ocorreu uma desaceleração na execução dos trabalhos, em meados de fevereiro a abril, em decorrência das grandes precipitações chuvosas, o que ocasionou um atraso significativo, comprometendo o cronograma previsto. Com a retomada dos trabalhos, chegamos a uma execução de 24,02%, da Supervisão das Obras da Barragem Germinal, com previsão de término para o primeiro semestre de 2017. A obra é 100% financiada pela Fonte 10 – FECOP. Não existem beneficiados, por se tratar da supervisão, porém, quando do objeto supervisionado tiver seu objetivo final alcançado, atenderá uma população de quase 13.000 habitantes.

(MAPP 297/SRH) - Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luis do Curu

Não houve execução, pois o projeto executivo encontra-se em análise técnica junto a Caixa Econômica Federal - CEF. O valor do recurso, por parte do Ministério da Integração, já está garantido. Tão logo o parecer seja expedito, haverá a emissão da Ordem de Serviço. Quanto a Desapropriação, o acumulado de execução está em 94,44%, custo este 100% financiado pela Fonte 10 – FECOP, faltando apenas 03 processos, que se encontram sub - judice, aguardando parecer judicial, para pagamento. Não há beneficiados, visto que o objeto ainda não foi contemplado. Tão logo seja executado, beneficiará habitantes da sede do município de São Luiz do Curú, de 12.713, e 5.230, de Croatá e ribeirinhas do Rio Curu.

(MAPP 308/SRH) - Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú – Município de Maranguape-CE

Realizada a elaboração do estudo de projeto executivo, para ampliação da barragem, com acumulação hídrica atual de 8.800.000m³, com finalidade de levantar a sua viabilidade técnica. O projeto teve sua execução concluída em 2015, porém, foi necessário realizar aditivo de valor de R\$ 71.593,00 (setenta e um mil, quinhentos e noventa e três reais), para a conclusão do objeto pactuado, que se deu pela necessidade de ser complementada a área não restituída nos desenhos disponíveis da bacia hidráulica do reservatório já existente. O projeto executivo foi finalizado e aprovado, aguardando momento oportuno para concretização do objeto. Não houve beneficiados, visto se tratar da confecção do projeto executivo, porém, após a execução, com previsão entre 2017 e 2018, será possível atender uma população de mais de 5.000 habitantes.

(MAPP 330/SRH) - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Parambu

O Processo Licitatório da execução da Obra, encontra-se na Caixa Econômica Federal – CEF, em análise técnica do projeto executivo. Somente após esta análise é que poderá ser emitida ordem de serviço. Foi realizada a contratação das Empresas: Empresa BRA, no valor R\$ 27.942.341,81 (vinte e sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e quarenta e um reais, e oitenta e um centavos), e Supervisão: KL

Engenharia, no valor de R\$ 2.636.069,92 (dois milhões, seiscentos e trinta e seis mil, sessenta e nove reais, e noventa e dois centavos). Houve a contratação da empresa Ambiental Consultoria, para a realização do EIA-RIMA, no valor de R\$ 102.765,32 (cento e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais, e trinta e dois centavos), que se encontra 100% executada e custeada pelo FECOP. No geral, quanto à execução financeira da Fonte 10 - FECOP, atingiu 68,99%, faltando apenas 01 pagamento, de uma desapropriação, que se encontra sub judice, aguardando deferimento judicial, no valor de R\$ 27.714,97 (vinte e sete mil, setecentos e quatorze reais, e noventa e sete centavos), bem como, aguardando a emissão da Licença Ambiental, tão logo o EIA-RIMA seja aprovado pela SEMACE.

(MAPP 359/SRH) - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Beberibe.

A obra encontra-se paralisada, em decorrência da necessidade de reavaliar o projeto executivo, quanto ao traçado da obra. No tocante a Desapropriação, foi executado quase que sua totalidade, ficando apenas um processo, que, por ser vias judiciais, ficará aguardando deferimento. Não há beneficiados, visto o Projeto ainda não ter alcançado seu objetivo final, porém, logo seja executado, atenderá 49.334 habitantes.

(MAPP 422/SOHIDRA) - Aquisição de Tubos e Acessórios para Adutoras de Montagem Rápida para o Município de Acopiara.

O projeto trata da substituição de 10 km de tubulação da Adutora de Trussu, que teve seu objetivo 100% alcançado, aguardando somente a troca do motor instalado, por um de maior potência, que disponibilize uma quantidade maior de água para a população. O projeto trata somente da aquisição de materiais, pois sua execução é realizada por outro projeto. Porém, a ação contribui para atender toda a população do município, com 53.151 habitantes.

(MAPP 368/SRH) - Construção e Recuperação de Açudes no Município de Madalena

O projeto consiste na realização de obras para construção e recuperação de Açudes de Madalena, com capacidade hídrica total de 223.028,00m³, para abastecimento humano nas seguintes localidades: Assentamento do Mel, São José

da Maca oca, Serrinha dos Paulinos e Cacimba da Pedra, todos no município de Madalena. A execução dos serviços estão aceleradas, atingindo um percentual de 60% realizado. Toda a fase de escavação e compactação dos reservatórios já foi realizada. Estima-se que a obra seja concluída dentro do prazo, conforme o Plano de Trabalho. O Município já recebeu todo o valor contratado, que corresponde a importância de R\$ 412.333,67 (quatrocentos e doze mil, trezentos e trinta e três reais, e sessenta e sete centavos). As obras beneficiarão 450 pessoas.

4.13.3 Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados neste exercício, no valor total de R\$ 60.534.981,34 (sessenta milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais, e trinta e quatro centavos), tem-se uma maior concentração de recursos empenhados na macrorregião Centro Sul, em seguida a macrorregião Grande Fortaleza, conforme destacado no quadro a seguir.

Quadro 76 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-CARIRI	6.851.127,23	11,32	26.330	4,95
2-CENTRO SUL	9.568.368,58	15,81	101.439	19,07
3-GRANDE FORTALEZA	9.376.185,97	15,49	17.792	3,34
4-LITORAL LESTE	1.182.334,00	1,95	52.937	9,95
5-LITORAL NORTE	4.429.879,26	7,32	4.395	0,83
6-LITORAL OESTE/VALE DO ACARAÚ	3.784.220,78	6,25	157.607	29,63
7-MACIÇO DO BATURITÉ	4.398.206,15	7,27	10.382	1,95
8-SERRA DA IBIAPABA	569.537,08	0,94	1.014	0,19
9-SERTÃO CENTRAL	4.410.373,98	7,29	31.855	5,99
10-SERTÃO DE CANINDÉ	4.737.932,86	7,83	24.121	4,53
11-SERTÃO DE SOBRAL	852.319,15	1,41	29.944	5,63
12-SERTÃO DOS CRATEÚS	5.369.861,61	8,87	34.692	6,52
13-SERTÃO DOS INHAMUNS	1.308.230,12	2,16	14.906	2,80
14-VALE DO JAGUARIBE	3.696.404,57	6,11	24.523	4,61
15-ESTADO DO CEARÁ	0,00	0,00	0	0,00
TOTAL	60.534.981,34	100,00	531.847	71,20

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.13.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.13.4.1 Resultados

- a) em relação à “Capacidade de Transferência Hídrica Ampliada”, foram realizadas ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, destacando a construção dos 35,56 km do Cinturão das Águas do Ceará – CAC - trecho 1, chegando a um acumulado de 45,56 Km, bem como a conclusão de adutoras em diversos municípios, ampliando a capacidade de transferência hídrica;
- b) com ênfase no suprimento hídrico para a população rural, foram executadas diversas obras, beneficiando diretamente 71.512 famílias em 2016, com a instalação de 1.681 sistemas, considerando as ações da SRH, SOHIDRA, e 1.962 poços perfurados.
- c) revitalização de pequenos sistemas simplificados de abastecimento d'água, em comunidades rurais;
- d) maior conscientização da população, quanto ao uso dos recursos hídricos, com a oferta de cursos de educação ambiental, e curso de capacitação, para a operação dos sistemas.

4.13.4.2 Dificuldades

- a) atrasos e lentidão nos processos licitatórios, o que dificulta a contratação das empresas envolvidas nos projetos;
- b) efetivação dos Laudos dos processos de desapropriação;
- c) lentidão e burocracia na avaliação dos Projetos Executivos, por parte da Avaliação do Governo Federal – Caixa Econômica Federal.

4.14 Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas – SPD

4.14.1 Aspectos Gerais

O relatório ora apresentado traz informações referentes aos principais projetos desta Secretaria, financiados com os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, explicitando os valores programados para o período de janeiro a dezembro de 2016, inclusive com sua respectiva execução física e financeira, no aludido período.

A Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas – SPD, constitui-se no Órgão Central articulador do Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas e da Política Pública sobre Drogas do Estado do Ceará, e tem como missão desenvolver e coordenar as políticas sobre drogas, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, pautados em seus eixos de atuação: prevenção, acolhimento e tratamento e reinserção social e profissional.

Seus valores intrínsecos passam pela Transparência das ações; Qualidade dos serviços prestados ao cidadão, que numa maioria expressiva é o público alvo das ações pelo FECOP financiadas; evidenciando a humanização do atendimento; Integração de ações; Valorização do servidor público; Melhoria contínua do processo de gestão.

Por fim, para a consecução de seus objetivos, apresenta os principais projetos desta Secretaria, fomentados com os recursos Fundo, que foram na ordem de R\$ 2.053.114,00 (Dois milhões, cinquenta e três mil, e cento e quatorze reais), para o período janeiro a dezembro de 2016, inclusive com sua respectiva execução física e financeira para o aludido período, distribuídos, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 77 – Execução Financeira da SPD

MAPP	Projeto	Limite Anual	Limite Jan - Dez	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
6	Ponto de Cidadania	776.158,46	776.158,46	772.857,00	99,57	772.857,00	99,57
7	Fortalecendo Minha Comunidade	126.800,00	126.800,00	126.800,00	100	126.800,00	100
12	Juventude em Ação	511.560,00	511.560,00	511.560,00	100	511.560,00	100

25	Juventude do Futuro	641.897,00	641.897,00	641.897,00	100	641.897,00	100
Total						2.053.114,00	

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

4.14.2 Desenvolvimento

A política sobre drogas traz, em sua essência, o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer. Seus princípios já herdamos, da luta por uma sociedade justa e igualitária, a garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e ao cuidado em liberdade.

Como tal, devem convergir diferentes saberes e práticas que permitam a compreensão do fenômeno contemporâneo do uso abusivo de drogas de modo integrado e diversificado, com uma leitura plural, multidisciplinar, com compreensão ampla da vida, que considere a pessoa como sujeito de direitos na perspectiva da integralidade do ser e de sua autonomia.

As estratégias de intervenção foram concebidas de forma ampla, estimulando práticas que possibilitem maior humanização e acolhimento, de forma a estimular o envolvimento da coletividade na discussão e implementação de práticas não excludentes das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Os projetos MAPPs da Secretaria apoiados pelo Fundo foram classificados na categoria de Projetos de Assistência Social, em duas áreas específicas de atuação. Um projeto foi classificado na categorização de Assistência Social - Proteção Social Especial (Alta Complexidade) e os demais na Assistência Social - Proteção Social Básica, conforme quadro abaixo.

Quadro 78 – Execução Financeira por Categorização dos Projetos

MAPP	Projetos	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%	Categorização dos Projetos
Assistência Social - Proteção							
6	Ponto da Cidadania	776.158,46	772.857,00	99,57	772.857,00	99,57	Social Especial (Alta Complexidade)

7	Fortalecendo Minha Comunidade	126.800,00	126.800,00	100	126.800,00	100	Assistência Social - Proteção Social Básica
12	Juventude em Ação	511.560,00	511.560,00	100	511.560,00	100	Assistência Social - Proteção Social Básica
25	Juventude do Futuro	641.897,00	641.897,00	100	641.897,00	100	Assistência Social - Proteção Social Básica
TOTAL		2.053.114,00	2.053.114,00				-

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

Dessa forma, as diretrizes estratégicas da SPD se constituíram em projetos do âmbito da Prevenção, Acolhimento e Tratamento e Reinserção Social e Profissional, que, por sua vez, alcançam o programa “Ceará na trilha da cidadania: promoção de direitos, prevenção e cuidado no uso de drogas”.

4.14.3 Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Do montante total de recursos empenhados no ano de 2016, no valor de R\$ 2.053.114,00 (Dois milhões, cinquenta e três mil, e cento e quatorze reais), 54% foram aplicados na Região Metropolitana de Fortaleza, seguido da Região Centro Sul, que foi contemplada com 8,33%, seguida macrorregião Sertão de Sobral, com 6,97%, e Cariri, com 6,14%, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 79 – Distribuição dos Recursos Aplicados em 2016

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1- Cariri	126.056,00	6,14	13.408	8,38
2- Centro Sul	171.112,00	8,33	14.579	22,46
3 – Grande Fortaleza	1.109.666,00	54,05	63.437	28,87
4 – Litoral Leste	99.056,00	4,82	6.804	7,53
5 – Litoral Norte	27.000,00	1,32	419	0,46
6 – Litoral Oeste/Vale do Curu	72.056,00	3,51	4.177	4,62
7- Maciço do Baturité	0,00	0	0	5,01

8- Serra da Ibiapaba	117.056,00	5,70	7.327	8,11
9- Sertão Central	36.000,00	1,75	316	0,35
10 – Sertão de Canindé	0,00	0	0	0
11 - Sertão de Sobral	143.112,00	6,97	6.842	7,57
12- Sertão dos Crateús	36.000,00	1,75	333	0,37
13- Sertão dos Inhamuns	0,00	0	0	0
14- Vale do Jaguaribe	116.000,00	5,65	5.666	6,27
Total	2.053.114,00	100	123.308	100

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

A concentração de recursos na Região Metropolitana de Fortaleza, deve-se, fundamentalmente, a execução do Projeto Ponto da Cidadania (Corre pra Vida) no município de Fortaleza, dos 04 projetos apoiados pelo FECOP. Outro fator que contribuiu, também, para aumentar essa concentração numa única região, foi a falta de orçamento e prazos para ajustes dos orçamentos liberados para as demais regiões administrativas.

4.14.4 Principais Resultados e Dificuldades

4.14.4.1 Resultados

- a) o percentual de jovens apreendidos com drogas em relação ao número de jovens apreendidos, reduziu em quase 50%, sendo 24% à jovens autuados por tráfico de drogas;
- b) expansão do Sistema Integrado de Prevenção – SIP, nos trabalhos de prevenção;
- c) interiorização e a ampliação dos projetos;
- d) criação de Centros de Referência sobre Drogas, Unidades de Acolhimento.

4.14.4.2 Dificuldades

- a) tempo muito longo para a realização da Reunião de MAPP com o Governador, para aprovação das propostas apresentadas pela Secretaria;

b) priorização dos projetos, para aprovação no FECOP, em função do comprometimento das receitas. Os projetos da Secretaria só foram aprovados em junho de 2016.

5. Considerações Finais

Desde o seu nascedouro, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, vem se consolidando como um mecanismo estratégico de superação da pobreza e da desigualdade social, no território do Estado do Ceará.

Com efeito, em que pese o reconhecimento de melhoramentos quanto a sua operacionalidade, urge considerar que a Gestão deste instrumento tem empreendido todo esforço possível, no sentido de cumprir a missão institucional, a que se ocupa este Fundo Especial de Gestão.

Atento aos comandos legais pertinentes, e sempre inspirado na realização de boas práticas, com foco na gestão por resultados, este Fundo tem a sua condução pautada no planejamento e na execução ideal de suas ações, e, bem assim, no controle efetivo destas, e na avaliação de seus impactos.

E na perspectiva de promover ações integradas, com atenção à intersectorialidade e a transversalidade, a gestão do Fundo vem concedendo apoio financeiro às políticas públicas de combate aos mecanismos de geração da pobreza, e de desigualdades sociais, com vistas a fomentar as suas reduções, de forma intensa e sistemática.

Assim, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, encerra o Ano de 2016 com cenário positivo, seja no tocante a aplicação de seus recursos, especialmente diante da realização de ações priorizadas, direcionadas exclusivamente aos pobres, de modo a proporcionar-lhes condições capazes de acumular meios físico, humano e social, seja quanto aos resultados obtidos.

Todas as ações realizadas, à luz das políticas, dos programas e dos projetos vinculados ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, resultaram em significativos e expressivos benefícios, assistenciais e estruturantes, dirigidos ao seu público-alvo, possibilitando melhorias das condições de vida daqueles que ainda se encontra em situação de vulnerabilidade.

Da população total do Estado do Ceará, composta de 8.452.381 pessoas, tem-se uma população de pobres estimada em 4.479.607 pessoas, compreendendo-se,

dentro deste universo, 1.502.924 pessoas extremamente pobres, populações nas quais foram concentradas as ações realizadas pela Gestão do Fundo, no período de janeiro a dezembro de 2016, com geração de benefícios significativos para os mais vulneráveis, observada a distribuição quantitativa de pessoas beneficiadas, conforme informado, mediante Mensagens e Relatórios inclusos, por cada órgão setorial envolvido.

6. Recomendações

Diante da necessidade diuturna de se cumprir, fielmente, a missão institucional, a que se ocupa o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, no sentido de gerar resultados expressivos, que assegurem benefícios sociais para toda a população pobre e extremamente pobre do Estado do Ceará, cumpre ao Poder Público Estadual observar algumas recomendações específicas, externadas sob o olhar criterioso dos órgãos de controle.

Tais recomendações sinalizam para que a Gestão do Fundo se direcione no seu aperfeiçoamento contínuo, à consecução de melhorias significativas, mediante a adoção de políticas públicas empreendedoras, em prol dos seus beneficiários, com vistas ao acesso destes a níveis dignos de subsistência, seguida da melhoria da qualidade de suas vidas, frente a agressiva e perversa vulnerabilidade social, a que estão expostos.

Cumprir registrar que, diante do relevante interesse público, que incide sobre o assunto, todas as recomendações estão, ao cabo do tempo, sendo prontamente observadas, e, bem assim, implementadas, através de meios e recursos necessários à consolidação de seus cumprimentos, de modo a atender as determinações expressadas, cujo rol segue adiante discriminado, competindo a Gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, bem cuidar, a saber:

1. Observar os objetivos dos projetos, correlacionando-os aos objetivos dos programas voltados às áreas de interesse do gasto, de forma a evitar que tais dispêndios sejam questionados quanto à finalidade pretendida, quando do planejamento dos gastos, a serem realizados com recursos do Fundo;
2. Implantar rotina para aprovação prévia da proposta orçamentária das setoriais, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, antes do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento do Estado à augusta Assembléia Legislativa do Estado do Ceará – ALCE;
3. Priorizar projetos estruturantes, com o objetivo de proporcionar condições de se acumular meios físicos, humano e social;

4. Direcionar, criteriosamente, os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, às áreas de atuação descritas no art. 1º, da Lei Complementar nº 37, de 26/11/2003 (DOE de 27/11/2003), em harmonia com os arts. 79 e 80, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT;
5. Despender esforço, no sentido de aplicar os recursos obtidos pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, no exercício de sua arrecadação, dada a relevância da aplicação dos recursos do Fundo;
6. Evitar que os recursos do Fundo sejam objetos de aplicação pulverizada de ações, os quais devem ser concentrados em ações específicas para o alcance de resultados expressivos, de maneira que a comunidade, de um modo geral, seja prontamente beneficiada com a execução e os resultados gerados do Projeto;
7. Desenvolver Sistema Informatizado próprio de monitoramento das ações do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, compatibilizando-o com o CADÚNICO do Governo Federal, visando dar maior focalização no seu público-alvo;
8. Monitorar, tempestivamente, a execução dos projetos pelas unidades setoriais, nos termos do art. 31, do Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009), de modo a evitar o excesso de disponibilidade de recursos arrecadados;
9. Intensificar a atividade de monitoramento dos projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, de maneira a fortalecer a integração intrasetorial e intersetorial dos projetos financiados pelo Fundo, otimizando recursos disponíveis para a superação da situação de pobreza de seus beneficiários;
10. Realizar comprovação que possibilite a verificação do atendimento dos critérios contidos na Lei nº 14.859, de 28/10/2010 (DOE de 06/01/2011);
11. Promover avaliações sistemáticas de desempenho das ações desenvolvidas pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, imprescindíveis para analisar se os resultados alcançados estão contribuindo, de fato, para a redução da pobreza do Estado, objeto para o qual o Fundo foi criado, com base nos dados apurados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE;

12. Avaliar, através do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPS, os resultados alcançados pelos projetos financiados com recursos do Fundo, apurados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, em relação à pulverização dos recursos do Fundo;
13. Realizar estudos, voltados ao diagnóstico da situação da pobreza, no âmbito do Estado, de forma a subsidiar a formulação de políticas públicas eficientes no combate à pobreza extrema;
14. Proceder a capacitação das equipes executoras dos projetos do Fundo, bem como, a capacitação de servidores envolvidos na formalização e análise das prestações de contas, para melhor fornecimento das informações financeiras;
15. Acompanhar, pormenorizadamente, a apresentação das prestações de contas, por parte das unidades setoriais, nos termos dos arts. 41 e 42, ambos contidos no Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009);
16. Suspender os recursos financeiros advindos do Fundo, para as Secretarias Executoras, nos casos em que a prestação de contas for apresentada fora do prazo estabelecido, quando existir pendências na prestação de contas e quando houver irregularidades técnicas constatadas pela Gerência Executiva do FECOP – GEF, durante o monitoramento do projeto, nos termos do art. 43, do Decreto nº 29.910, de 29/09/2009 (DOE de 30/09/2009);
17. Encaminhar, anualmente, ao egrégio Tribunal de Contas do Estado – TCE, para atendimento do art. 70, da Constituição Federal, bem como, para permitir uma análise global dos resultados da aplicação dos recursos do Fundo pelos órgãos de Controle Interno e Externo, a prestação de contas consolidada do Fundo, devendo a mesma ser constituída com a documentação indicada pela referida Corte de Contas;
18. Manter atualizadas, continuamente, as informações sobre o Fundo, no sítio eletrônico do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP;
19. Estabelecer um Plano de Divulgação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP;

20. Elaborar um Plano Estadual de Combate à Pobreza.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ